

Fevereiro de 2017

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>I</b>
1.1 Angola com crescimento económico desacelerado desde 2013, revela INE	1
1.2 O trabalho doméstico mais valorizado por lai	1
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>6</b>
2.1 Reforço de 30 milhões USD para o Fundo de Garantia de Crédito	6
2.2 “Angola precisava de um órgão para a recolha e avaliação de informação financeira”	6
2.3 Banco Crédito do Sul potencia empresários	8
2.4 Funcionários têm crédito garantido	8
2.5 Crédito malparado	9
2.6 Microcrédito às famílias passa a ter análise regular	10
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>II</b>
3.1 Economia informal	11
3.2 Preço do dólar nas ruas de Luanda está 15% mais barato do que no início do ano	11
3.3 Vendedores contribuem para manter a limpeza	12
3.4 Estado defende propriedade do mercado	13
3.4 Fiscais foram expulsos no Rangel	13
3.5 Os fiscais e as populações	14
3.6 Zungueiras e fiscais	15
3.7 Livros escolares à venda nas ruas	15
3.8 Venda ambulante no Calemba 2 preocupa automobilistas	16
3.9 Angola terá novo Centro de Pesca Artesanal em Março	16
3.10 MAPTESS lança campanha de inscrição do trabalhador doméstico	17
3.11 Taxistas prometem paralisar	18
3.12 Cidadãos à paisana interpelam moto-taxistas com a cumplicidade da polícia	18
3.13 Greve de taxistas à vista em luanda	19
3.14 Pesos e "balanças"	20
3.15 Taxistas de Luanda em greve a partir da próxima semana	20
3.16 Taxistas decretam três dias de greve a partir de segunda-feira	21
3.17 Taxistas em Luanda retomam "guerra" pelas paragens em Luanda	22
3.18 Candongueiros entre a crise e a realidade	23
3.19 Dignificar o serviço de táxi	24
3.20 Greve dos taxistas poderá paralisar Luanda	25
3.21 Simplificado processo de licenciamento de viaturas	26
3.22 Casa Civil do PR trava greve dos taxistas	28
3.23 Defendida regulamentação da profissão de moto-taxista	28
3.23 Licença de actividade de táxi pode ser obtida em três dias	29
3.24 Taxistas ganham primeiras paragens fixas	29
3.5 GPL forçado a estabelecer paragens para taxistas	30
<b>4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>31</b>
4.1 Pagar imposto online vai ser possível	31
4.2 Obrigações fiscais	32
4.3 Estado paga 379 milhões USD para evitar falência da Baía de Luanda	32

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 34

5.1	Província de Luanda sofreu várias alterações	34
5.2	Nos calabouços das autarquias locais	34
5.3	Prenúncio da Institucionalização autárquica	36
5.4	UNITA Quer eleições autárquicas	38
5.5	Ministério das Finanças cria sub-conta única em Luanda	38
5.6	Novo modelo de colecta de receitas para Luanda	39
5.7	Autarquias e deveres cívicos	40
5.8	Novo modelo de arrecadação de receitas para a capital do país	41
5.9	Diplomas sobre Autarquias locais em fase de finalização	41
5.10	Legislação sobre autarquias em fase de conclusão	42
5.11	Eles não falam a mesma língua	43
5.12	Autárquicas? Quando o “o escolhido” quiser	45
5.13	UNITA impulsiona autarquias	45
5.14	UNITA volta a carga na AN sobre autarquias locais	46

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 48

6.1	Pagar imposto online vai ser possível	48
6.2	Mobilidade pode melhorar em várias zonas de Luanda	49
6.3	AGT Prorroga pagamento de Imposto Predial Urbano	50
6.4	Especialistas da AGT abordam cálculos do IPU	50
6.5	Imogestim prevê vender residências no 11 trimestre	51
6.6	Mais de 1.230 apartamentos ocupados ilegalmente na centralidade do Kilamba	52
6.7	Mais de mil casas ocupadas ilegalmente no Kilamba	53
6.8	Porque é que se deve pagar o Imposto Predial Urbano nas Centralidades	53
6.9	Porque é que se deve pagar o Imposto Predial Urbano nas Centralidades	54
6.10	"Roubos mágicos" assustam moradores	56
6.11	Polícia Redobra Segurança na Centralidade do Kilamba	57
6.12	Mais de 1200 apartamentos estarão ocupados ilegalmente em kilamba, arredores de Luanda	58
6.13	Municípios e comunas com mais casas sociais	59
6.14	“Poltec” vai entregar casas em Novembro	59
6.15	Angola: Máfia chinesa na CTCE	60
6.16	Auto-construção dirigida realiza sonho da casa próprio	61
6.17	Bons resultados	62
6.18	Cabinda distribui terrenos para aumentar oferta de casas	62
6.19	Luena e Cameia estão na linha da frente	64
6.20	Projecto habitacional dirigido a advogados	64
6.21	Modelos de investimento em discussão	65
6.22	Agentes económicos devem procurar outras fontes	65
6.23	Venda de habitações decorre em três províncias	66
6.24	População em zonas de risco é realojada em breve	67
6.25	Construção de casas volta a ganhar fôlego	68
6.26	Crédito malparado condiciona imobiliário	69
6.27	Mercado carece de melhor aproveitamento	70
6.28	Mercado imobiliário continua atractivo	70
6.29	Preço exorbitante da renda faz moradores do Kilamba abandonar a centralidade	71
6.30	Casas adequadas ao modo de vida das famílias angolanas	72
6.31	Obras de casas sociais arrancam em breve	74
6.32	Burlados pela Build querem audiência com PR	74
6.33	Habitec vai produzir 500 unidades de material escolar e mobiliário / dia dentro de dois meses	75

## 7. TERRA 77

7.1	Polícia e FAA controlam ilegalmente garimpo nas lundas	77
7.2	Empresa pública gere terrenos infra-estruturados	77
7.3	Habitações situadas em zonas de risco serão mapeadas	78
7.4	Bons resultados	79
7.5	Cabinda distribui terrenos para aumentar oferta de casas	80
7.6	Luena e Cameia estão na linha da frente	81
7.7	Ocupação desordenada preocupa as autoridades	82
7.8	População em zonas de risco é realojada em breve	82
7.9	Ex-militares têm 46 mil hectares de terra para agricultura	83

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 85

8.1	Hospitais preparados para enfrentar surto de cólera	85
8.2	«Taxa do Lixo» Incertezas no cumprimento do pagamento	85
8.3	Cólera e zika enfermam saúde no país	86
8.4	Luanda e Cabinda também afectadas	87
8.5	Vírus zika circula no país há mais de nove meses	87
8.6	GPL começa cobrar a taxa de lixo mas limpeza da cidade ainda é deficiente	88
8.7	Os milhões perdidos no lixo	89
8.8	Governo reforça medidas preventivas contra a cólera	90
8.9	Onde estão os carros do lixo?	90
8.10	Luanda tem 15 casos suspeitos de cólera	91
8.11	Governo promove epidemias	91
8.12	Moradores bebem água em más condições	92
8.13	Água Para Todos, um programa grandiloquente!	92
8.14	Angola prevê investir cerca de Usd 110 biliões 10 Plano Nacional da Água	93
8.15	Desactivados equipamentos de garimpo de água em Viana	93
8.16	Estação do Marçal concluída em Maio	94
8.17	Água potável chega ao bairro Palanca	94
8.18	Moradores bebem água em más condições	95

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 96

9.1	Moradores bebem água em más condições	96
9.2	"Roubos mágicos" assustam moradores	96
9.3	Kalawenda sob Controlo de Marginais	97
9.4	Assalto no bairro Seis forçam moradores a vender suas casas	98

## 10. AMBIENTE 100

10.1	Mais de 4 Milhões de hectares são desflorestados anualmente	100
10.2	União Europeia garante financiamento	101
10.3	FLEC “proíbe” exploração de madeira em Luanda	102
10.4	Habitações situadas em zonas de risco serão mapeadas	103
10.5	Angola 'apresenta cadastro' florestal	104
10.6	Chuva no Lubango desaloja famílias	104
10.7	Fortes chuvas alteram trânsito nas principais vias	105
10.8	Seca afecta milhares de famílias	105
10.9	Seca já afectou mais de 2.000 famílias camponesas	106
10.10	Seca no Huambo afecta mais de 2 mil famílias	106

## 11. MIGRAÇÃO 108



# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Angola com crescimento económico desacelerado desde 2013, revela INE

*Jornal O PAÍS*  
9 De Fevereiro de 2017  
Texto: Hélder Caculo

A economia angolana vem registando desde 2013 um crescimento desacelerado. A informação foi avançada ontem, em Luanda, pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), durante a apresentação do relatório sobre as Contas Nacionais de Angola referentes ao período 2009-2015.

De acordo com o documento, entre 2013 e 2015 registou-se um crescimento real do Produto Interno Bruto, com pico em 2015 de 15,0%. De 2004 a 2008 o crescimento foi de 2 dígitos, registando-se uma redução para 0,5% em 2009. Em 2010 notou-se um crescimento para 4,7% seguido de um decréscimo para 3,5 % em 2011. Em 2012 o crescimento foi de 8,5%, invertendo a tendência com decréscimos para 5,0% e 4,1%,0,9% em 2013,2014 e 2015 respectivamente.

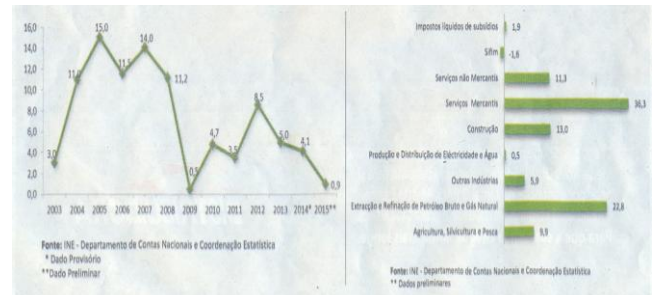
No evento que contou com a presença de representantes do Fundo Monetário Internacional e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foram apresentados os resultados definitivos das contas nacionais anuais, referentes ao período 2009-2013, provisórios de 2014 e preliminares de 2015.

Os especialistas do INE explicaram que o documento foi elaborado com base em informações do Orçamento Geral do Estado, da Balança de pagamento, de inquéritos, despesas, de orçamentos familiares e do comércio externo. As principais diferenças registadas nas contas referenciadas estão relacionadas com os níveis e com as variações resultantes, fundamentalmente, dos ajustamentos e harmonização com os totais anuais do Produto Interno Bruto trimestral, que pela primeira vez será produzida pelo INE.

Em relação à participação das actividades na composição do PIB em 2015, o relatório do INE destaca que os serviços mercantis

participaram com 36,3%, seguindo-se da extracção e refinação de petróleo e gás natural com 22,8%, a construção com 13,0% e os serviços não mercantis com 11,3%.

No quadro macro económico, o INE concluiu que o peso da Poupança Bruta no PIB teve tendência crescente até 2011, período em que registou a maior percentagem com 37,9%. Por outro lado, as contas nacionais apresentadas revelam que o país registou uma capacidade de financiamento com tendência crescente entre 2010 e 2011.



## I.2 O trabalho doméstico mais valorizado por Iai

*Jornal Grandes Notícias*  
24 De Fevereiro de 2017  
Texto: Licínio Adriano

Se o trabalho dignifica a pessoa, nem sempre o trabalho, árduo em alguns aspectos, prestado pelas empregadas domésticas é dignificado pelos seus próprios patrões.

Apesar dos salários delas serem, regra geral, poucos, ainda há quem não pague regularmente ou proceda a descontos inconcebíveis, chegando ao cúmulo de burlá-las. Outros maltratam as pessoas que trabalham para si, chegando às ofensas morais e até mesmo corporais.

O Grandes Notícias teve conhecimento de um caso, que aconteceu em tempos em Luanda, de uma empregada doméstica que fora violentamente espancada pela patroa e membros da sua família, por supostamente ter roubado alguns valores monetários. Segundo testemunhas, a empregada já trabalhava para aquela família há vários anos apesar do carácter difícil da patroa que, habitualmente, descarregava os seus maus bofes na empregada. Naquele dia, apesar de honesta e humilde, foi brutalmente atacada pela patroa que nem lhe deu espaço para argumentação. Dias depois soube-se que quem retirara o dinheiro foi um dos filhos da casa.

Apesar de a empregada ter movido uma acção judicial por calúnia, agressão e danos corporais, nunca se soube o desfecho do processo. «Mas como a corda rebenta sempre do lado mais fraco, é de supor que não tenha dado em nada», comentou ironicamente a testemunha.

Autoridades angolanas apostadas na valorização

Por situações como as descritas, entre outras, assim como pelo conhecimento que se tem da realidade do trabalho doméstico em alguns países, incluindo lusófonos, as empregadas domésticas passaram a reivindicar a existência de um instrumento jurídico que lhes garanta direitos fundamentais no trabalho assim como uma carteira profissional.

É assim que, finalmente, o Gabinete Jurídico do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), criou o projecto sobre o diploma do trabalho doméstico.

O projecto, que traçou o objectivo principal que se baseia na sua execução para a manutenção do número de postos de trabalho criados neste segmento, bem como o fomento da formação profissional específica dos trabalhadores domésticos, vai permitir a formalização do trabalho doméstico, conferindo ao respectivo destinatário o enquadramento dos princípios do trabalho de observação e remuneração mínima. Definiu-se então o trabalhador doméstico como aquele que, mediante retribuição, presta serviços a outrem, com carácter regular, sob a direcção e autoridade deste, para satisfação das necessidades próprias ou específicas de um agregado familiar ou equiparado e dos respectivos membros.

O documento apresentado, previa aspectos de maior relevo como a regulamentação conjunta entre relação jurídica laboral e protecção social, introdução da caderneta do trabalhador doméstico, formalização do contrato de trabalho e garantia do direito à protecção social obrigatória.

Na visão do MAPTSS, os trabalhadores domésticos têm direito ao trabalho digno, tal como outras funcionalidades laborais. Considerando que, nos últimos tempos, o trabalho doméstico tem sido muito desvalorizado e necessita urgentemente de ter uma regulamentação, a instituição baseia-se na Convenção N° 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente aos direitos fundamentais no trabalho como: obrigação de respeitar, promover e tornar real os princípios e direitos fundamentais no trabalho; liberdade de associação e negociação colectiva; eliminação do trabalho forçado; abolição do trabalho infantil e eliminação da discriminação.

Contudo, é preciso não esquecer que, para haver igualdade de tratamento do trabalho doméstico, é necessário que se tenha em conta o horário normal de trabalho, remuneração de horas extras, os períodos de descanso diário, semanal e as férias anuais pagas.

O MAPTSS apela a todos os empregadores para tratarem com dignidade as domésticas, uma vez que são as pessoas que controlam as residências na ausência dos proprietários.

As domésticas dizem que com um contrato e sendo tratadas como profissionais tal como nas outras áreas, haverá maior respeito e valorização por parte da sociedade em geral e até mesmo dos seus patrões. O documento apresentado pelo MAPTSS explica que o empregador deve tratar o trabalhador doméstico com respeito e dignidade, proporcionar condições de trabalho favoráveis que garantam a segurança e saúde no mesmo, bem como cumprir com as obrigações legais. O seu conteúdo contempla direitos como ser pago com regularidade, receber o salário justo e adequado ao trabalho prestado, exercer a actividade profissional em adequadas condições de higiene e segurança, bem como garantir os direitos laborais previstos na lei. A aprovação deste importante instrumento peca por tardar.

O trabalho doméstico visto pela lei

Numa nova convenção adoptada pela OIT em Junho de 2011 (C189), o trabalho doméstico é definido como o «trabalho realizado em ou para uma família ou famílias».

O trabalho doméstico é diferente do trabalho de assistência realizado por membros de uma família como parte de uma responsabilidade familiar e sem a criação de uma relação de emprego.

O trabalho doméstico, numa família ou famílias, inclui limpeza, lavandaria (roupas, pratos), engomadoria, cozinhar, segurança (casa), jardinagem, condução (motorista), cuidados a criança ou bebés, cuidados a idosos, cuidados a doentes ou deficientes, cuidados a animais de estimação etc, e/ou assistência em outras tarefas domésticas diárias.

Quem pode ser considerado empregado doméstico?

Um trabalhador doméstico é aquele que trabalha em casa ou para outra pessoa. Para que uma pessoa se qualifique como empregada( o) doméstica( o ), ele / ela deve estar engajada no trabalho doméstico dentro de uma relação de trabalho.

Assim sendo, considera-se empregada( o) doméstica( o ), aquela( e) que presta trabalho doméstico por



conta de outrem, na habitação ou local de residência deste, mediante remuneração.

Em Angola, a Lei Geral do Trabalho em vigor desde o ano 2000, consagrou o Regime Jurídico do Trabalho Doméstico como instrumento que regula as relações laborais.

Porém, no que se refere ao aperfeiçoamento do sistema legal, esperava-se pela fase de discussão pública sobre o projecto de diploma legal que regulamenta o regime, em linha com o que estabelece a convenção n0189 sobre o trabalho decente para os trabalhadores domésticos.

De acordo com o Regime Jurídico do Trabalho Doméstico, em Angola considera-se trabalho doméstico o serviço subordinado, prestado, com carácter regular, a um agregado familiar ou equiparado, no domicílio deste e que compreende: confecção de refeições; lavagem e tratamento de roupas; limpeza e arrumação da casa; vigilância e assistência a crianças, pessoas idosas e doentes; tratamento e cuidado de animais domésticos; realização de trabalhos de jardinagem; execução de tarefas externas relacionadas com as anteriores; outras actividades acordadas.

Não se considera trabalho doméstico, em Angola, quando este se realize de forma accidental, invariável ou voluntariamente.

Quais são os direitos do empregado doméstico?

O primeiro direito é ter o contrato de trabalho. Este pode ser celebrado a prazo certo ou incerto. A duração do contrato de trabalho doméstico celebrado a prazo certo, incluindo as respectivas renovações, não pode exceder o período de 2 anos. O contrato de trabalho doméstico só pode ter duas renovações, considerando-se automaticamente renovado, se o empregado doméstico se mantiver ao serviço para além do prazo estabelecido. O contrato de trabalho doméstico a prazo certo converte-se em contrato por tempo indeterminado, se o empregado doméstico continuar ao serviço após a data do seu termo ou da sua última renovação. O contrato de trabalho doméstico é celebrado a prazo incerto, quando as partes fazem depender a sua cessação da verificação de um facto ou acontecimento futuro e incerto.

Direito à alimentação

O contrato de trabalho doméstico pode ser celebrado com ou sem alojamento e com ou sem alimentação. Considera-se alojado, para os efeitos do presente regulamento, o empregado doméstico que, para além da remuneração em dinheiro, possui uma

contraprestação em espécie, que compreende o alojamento ou alojamento e alimentação.

O contrato de trabalho doméstico pode ser celebrado a tempo inteiro ou a tempo parcial. Um contrato escrito não é necessariamente obrigatório.

Período probatório

O empregado doméstico pode ser submetido a regime probatório por um período não superior a 90 dias, findo o qual, se não for dispensado, considera-se admitido, com efeitos a partir da data de início da actividade. O período probatório pode ser excluído ou reduzido pelas partes, mas nunca alargado, desde que a cláusula de exclusão ou redução seja estabelecida por escrito. Qualquer das partes, durante o período probatório, pode fazer cessar o contrato, imediatamente, sem alegação de justa causa e nem direito a qualquer indemnização. O período probatório conta para efeitos de antiguidade.

Segurança social

É obrigatório que o empregador registe-o no sistema de segurança social. É também direito do empregado doméstico beneficiar da assistência médica e medicamentos a, descanso semanal e férias anuais remuneradas; ser tratado com correcção e respeito.

Para além da protecção social dos trabalhadores domésticos, estes terão direito a segurança social nas situações em que puderem deixar de exercer a actividade laboral. Os mesmos também poderão usufruir do abono de família e férias.

No que toca aos procedimentos da parte dos trabalhadores domésticos para a obtenção da segurança social, os mesmos poderão ter acesso, por via da inscrição, tal como ocorre em qualquer outro regime. Embora para que assim aconteça, o trabalhador deverá cumprir com o princípio da vinculação, depois a contribuição mensal com base nos descontos.

O trabalhador doméstico tem o direito de receber uma Caderneta de Trabalho onde se poderá vigorar o modelo de contrato de trabalho que deverá ser preenchido pelas partes e registado num dos serviços administrativos tanto municipal, comunal ou dos serviços locais de segurança social. Na Caderneta de Trabalhador poderá também constar o controlo de assiduidade' do pagamento da segurança social, das férias e de outras menções que decorrem da relação jurídico-laboral.

Abusos e humilhação rebaixam as domésticas

Assédio sexual, violência moral e mesmo física, manifestações de humilhação e má - fé por parte dos empregadores, falta de pagamento dos honorários, horários de trabalho não respeitados, dias de folga não contemplados e, em alguns casos, nem mesmo uma refeição ou um pouco de água para beber, são apenas algumas situações vividas pelas nossas empregadas domésticas. A realidade pode ser demasiado dura mas é o que vai acontecendo na sociedade angolana.

Em tempos que já lá vão, elas eram as criadas, ou criados, pois também havia homens que faziam de tudo, como lavar roupa, engomar, cozinhar, tratar da casa e das crianças.

Aliás, as criadas que num outro nível social, mais fino, também eram chamadas governantas, talvez porque eram elas que verdadeiramente «governavam» as casas dos patrões, faziam de tudo um pouco, não tinham horário de trabalho, não tinham folgas nem férias, recebiam salários de miséria em contrapartida com o volume de trabalho a que eram submetidas e isto quando eram pagas, não tinham regalias nenhuma e ainda sofriam barbaridades dos patrões que as consideravam quase como suas propriedades.

Apesar do que já foi explicado em outros espaços desta matéria sobre direitos, deveres e o respaldo legal do trabalho doméstico, ainda é difícil encontrar no país um trabalhador doméstico de qualquer tipo, inscrito na Segurança Social, que receba um salário justo pelo seu desempenho, com base no número de horas de trabalho diárias, que tenha um horário de trabalho que não ultrapasse 40 horas por semana e que usufrua de outras regalias, como direito à saúde, férias, décimo terceiro, entre outros.

Todos os dias, um grande número de mulheres percorrem a cidade e os bairros de Luanda a procura de emprego. Passam de casa em casa, batem portas, perguntam, oferecem os seus préstimos, explicam as suas experiências e, principalmente, expõem as suas necessidades. São de todas idades, desde muito jovens até mais idosas na casa dos 50 anos. Elas agarram-se a tudo: pode ser um posto de trabalho fixo, temporário ou mesmo um «kadiengue». Algumas têm sorte e conseguem algo em casas de gente boa, compreensiva e humana. Outras, se conseguirem alguma coisa, acabam em meio de patrões maldosos, exploradores e trapaceiros. Ao invés de amenizarem o que vai mal nas suas vidas, pioram-nas, passam por situações de humilhação e de má-fé por parte das patroas.

Estas, para justificarem o despedimento das empregadas contratadas, usam vários subterfúgios para se desfazerem delas. Alegam mau trabalho da

empregada, acusam-nas de furto e até de sedução aos seus maridos, quando geralmente são eles os «ngombidi».

Há bons patrões

O Grandes Notícias constatou que a sociedade, de forma geral, mostra-se sensibilizada com o caso e decidida a ajudar as domésticas a conquistarem o seu próprio espaço no mercado de trabalho nacional.

Nos dias que correm, já há empregadores, talvez sempre houvesse, que tratam as suas empregadas com humanismo e proporcionam -lhes boas condições de trabalho, salários razoáveis, preocupam-se com o seu estado de saúde e até de familiares, ajudam-nas e tratam com consideração. Estas pessoas também conferem horários dignos, férias, décimo terceiro mês e até cabaz pelo Natal.

"As domésticas aos poucos estão a afirmar-se. O que devemos deixar de ter, são as atitudes de rebaixá-las para planos inferiores. Elas podem não ter uma formação média ou superior, mas o seu trabalho é de tamanha importância para todos nós. Por isso, concordo que mereçam o estatuto de profissionais para obterem maior consideração por parte de todos": afirmou a senhora Sandra Marília.

Para ela, actualmente é difícil encontrar uma doméstica analfabeta porque toda a gente quer ter uma formação por mínima que seja. «Mas há pessoas maldosas, que não respeitam a dignidade de ninguém, gozam com a situação de uma pobre mulher, mesmo de um homem e aproveitam-se dos contratos verbais que fazem, para depois, sem qualquer constrangimento dizer que não pode pagar o que foi acordado. Se a empregada tentar fazer valer os seus direitos é logo despedida com ameaças e maus tratos": declarou Sandra indignada.

Esperança Jeremias, que trabalha como doméstica há cerca de cinco anos, disse que conseguiu terminar o ensino médio e está neste momento a fazer o ensino superior, com o salário que recebe da sua actividade laboral.

«Comecei a trabalhar como doméstica porque os meus pais não tinham dinheiro para pagar os meus estudos.

Felizmente consegui vencer todas dificuldades porque o meu objectivo sempre foi apostar na continuação dos estudos; assim estou agora na faculdade», contou a senhora, acrescentando que tudo foi possível porque encontrou uma casa de «pessoas santas». «Adoro os meus patrões, tratam - me como alguém da família, dão-me um bom salário

e ajudam-me sempre no que eu precisar. Assim até dá gosto trabalhar': exclamou com um sorriso.

Ontem doméstica hoje patroa Filipa Francisco, já foi doméstica; agora enveredou para a actividade de cabeleireira.

Ela explicou que trabalhou alguns anos em casa de um casal expatriado e já idoso. "Naquela casa éramos quatro empregadas mais os guardas. Havia uma cozinheira que também lavava a roupa, uma arrumadeira e eu, com a outra colega, cuidávamos das crianças e dos animais de estimação que eram apenas cães. Também cozinávamos para os guardas e para nós".

Filipa afirma que comparando com outras casas o salário não era tão mau. "Eu entrava às oito horas e largava às 17 e ganhava 35 mil kwanzas. Os patrões eram muito rígidos e autoritários, mas o velho, de vez em quando, atirava-se a uma de nós e se a velha descobrisse era uma grande maka. Durante o tempo que lá estive várias colegas foram despedidas por causa disso".

Já Dona Manuela conta que teve uma curta experiência como doméstica e tinha que entrar às sete da manhã.

"Mas a patroa não tinha respeito nem consideração por quem lhe fazia as coisas que ela não conseguia. Eu saía de casa muito cedo pela manhã, deixava os meus filhos ainda a dormir e ela não me dava sequer o pequeno-almoço, também não tinha horas para sair. Houve vezes que saí de lá às 21 horas, sem transporte ou qualquer ajuda', desabafou. Manuela acrescenta que se não levasse qualquer coisa para comer passava o dia com fome. "Como é que eu podia reclamar se ela era a senhora e a casa é dela? Perante tanta humilhação deixei aquela vida e comecei a fazer pequenos negócios. Graças a Deus, hoje tenho uma lanchonete e também tenho empregadas. Só que eu sinto a dor dos outros e trato com respeito, dignidade e amizade as pessoas que colaboram comigo. Para mim é como se elas fossem da família e ajudo sempre que posso': frisou. Madalena Miguel, é viúva e mãe de sete filhos. Teve que arranjar emprego como doméstica depois que o marido morreu para sustentar os filhos. "Procurei muito, mas graças a Deus calhei numa casa de boas pessoas. O meu trabalho é mais de lavadeira e devido à falta de água, também acarreto água. Trabalho apenas três ou quatro dias por semana e, embora não esteja ainda há muito tempo com aquela família, eles tratam-me bem':

Madó, como gosta de ser chamada, conta que a senhora dá-lhe o pequeno-almoço e, quando precisa, paga-lhe o transporte. "Quando acabo o meu

trabalho vou para minha casa, nunca saio tarde, só depende de mim. Recebo o meu salário a tempo e horas e até um pequeno cabaz me davam para festejar o Natal com os meus filhos': disse.

Ana Santos é a patroa de Madó. Ela sempre cuidou da sua própria casa e dos seus filhos. Por padecer de uma enfermidade que a impede de fazer muito esforço, teve que recorrer aos préstimos de uma empregada. Pelo tipo de trabalho que Madó faz, Dona Ana deixou ao seu critério o salário: "Ela trabalha três ou quatro dias por semana só no período da manhã e ela pediu que lhe pagasse dezoito mil Kwanzas mensais, mas ajustei para 20 mil Kz e ajudo no transporte e dou-lhe o pequeno-almoço. Não sou pessoa de grandes posses, senão faria melhor, mas ela é livre e se não se sentir bem, pode optar por outro lugar".

Em sua opinião, já está na hora de se dar mais valor ao trabalho que as domésticas exercem: "acho que já está mais do que na hora de dar-se a importância devida à essa gente, porque também fazem muito para ajudar o país. O que seria desses grandes chefes, como deputados e ministros, com as suas mulheres e família, sempre muito ocupados, se elas não existissem? É preciso olhar por elas': apelou. A nossa interlocutora apoia as profissionais domésticas agastadas pelos maus tratos que recebem e realça: "o facto de muitas delas não saberem ler e escrever, não quer dizer que se deve desvalorizar uma profissão considerada nobre.

As pessoas têm que dar valor e deve-se conferir-lhes uma carteira profissional para que sejam olhadas com mais dignidade, nem todas domésticas são analfabetas tal como dizem, tem muita gente que estuda, mas por falta de emprego, a vida leva para estes caminhos': concluiu.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Reforço de 30 milhões USD para o Fundo de Garantia de Crédito

*Jornal Expansão*

*10 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Paulo Vieira Julião*

O Estado vai emitir quase 30 milhões USD em dívida pública para capitalizar o Fundo de Garantia de Crédito (FGC), que avaliza os empréstimos concedidos ao abrigo do programa de crédito para empresas Angola Investe.

A informação consta de um decreto presidencial de Fevereiro, que autoriza o Ministério das Finanças a emitir Obrigações de Tesouro em Moeda Nacional a favor do FGC "como aumento de capital", "potencializando desta maneira os rácios prudenciais do Fundo e possibilitando assim a expansão das suas actividades".

A emissão será de até cinco mil milhões Kz e o prazo de reembolso de 24 anos, com juros de 5% ao ano, indica ainda o decreto assinado pelo Presidente, José Eduardo dos Santos.

O programa Angola Investe foi impulsionado pelo Governo para apoiar investimento em sectores de actividades produtivo no país, através de crédito bancário.

Em paralelo, o Executivo avançou em 2012 com a criação do Fundo de Garantia de Crédito, como suporte a este programa e que chegou a analisar cerca de 100 pedidos de crédito por dia em 2014.

O fundo prevê o reembolsar de até 70% dos financiamentos em caso de incumprimento, enquanto os restantes são cobertos pelo cliente, com garantias pessoais ou consignação de receitas.

O mesmo decreto reconhece a "necessidade" desta emissão de dívida a favor do FGC "para que o mesmo cumpra na plenitude os objectivos para os quais foi criado".

O crédito vencido na banca nacional atingiu em 2015 os 355,6 mil milhões Kz, de acordo com um relatório da consultora Deloitte apresentado em Novembro, em Luanda.

### 2.2 “Angola precisava de um órgão para a recolha e avaliação de informação financeira”

*Jornal Expansão*

*17 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

Qual é o papel específico do Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF) no sistema financeiro nacional?

A vocação do CNEF é identificar, acompanhar e avaliar os riscos do sistema financeiro nacional no seu todo. O CNEF não vem substituir ou retirar competências dos reguladores do sistema financeiro, pelo contrário, os reguladores vão continuar a exercer o seu papel, falo concretamente do Banco Nacional de Angola (BNA), Comissão do Mercado de Capitais (CMC) e a Agência Angola de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG). A missão do CNEF é coordenar o intercâmbio de informação financeira dos seus membros, quer em situação de normal funcionamento dos sistemas e dos mercados financeiros, quer em período de crise. Foi-nos incumbida a missão de coordenar e promover a disseminação de informação relativa à política monetária, financeira e fiscal definidas pelos organismos representados no CNEF.

É um reconhecimento de que anteriormente não havia concertação entre os reguladores do sistema financeiro?

Não é bem assim. Com a criação do CNEF, ao invés de cada um dos reguladores puxar para o seu lado a informação financeira, como acontecia no passado, isso deixa de acontecer. No actual contexto, as acções devem passar a ser concertadas entre os vários reguladores, para se evitar que um esteja mais evoluído do que o outro, porque isso pode causar consequências negativas ao País, como determinadas questões de risco que actualmente são conhecidas. A meu ver, elas poderiam ser facilmente evitadas se essa comunicação existisse. Por exemplo, se um banco que ao mesmo tempo tem actuação no mercado segurador e de fundos de pensões tiver uma questão de solvabilidade complexa, essa entidade reúne uma componente de risco sistémico no sistema financeiro, mas se a informação não se estender em todos os reguladores, para que estes estejam atentos no que diz respeito aos riscos que essa entidade representa, as consequências poderão ser piores.

Quais são as acções concretas que o secretário executivo do CNEF tem em carteira?

As minhas próprias directivas de actuação têm muito a ver com aquilo que é a missão do órgão, como debater e propor acções coordenadas de regulação e supervisão macro prudencial, assim como propor mecanismos de prevenção e planos de contingência macro prudencial a operacionalizar em período de crise. Vamos concertar a actuação conjunta dos membros do conselho junto de entidades nacionais como estrangeiras ou organizações internacionais. Isso será garantido por via das reuniões trimestrais previstas, onde os reguladores se vão sentar para observar o sistema financeiro holisticamente.

Neste caso, a criação do CNEF passa a ser uma resposta às recomendações de entidades internacionais?

As instituições internacionais quando lançam directivas sobre a economia angolana não avaliam só o facto de Angola lançar legislação progressista, elas querem saber o que a legislação produziu, quantos casos de reporte foram registados depois da implementação da legislação. É necessário ter um órgão que recolha essa informação, que a sistematize e faça uma prévia avaliação se estamos no bom ou no mau caminho no ponto de vista do compliance de um modo global, não apenas sectorialmente, porque essa é uma actividade que os reguladores por sector já fazem diante das suas dimensões.

De um modo geral, pode-se dizer que o CNEF vai actuar como filtro de toda informação financeira?

O CNEF tem a missão de sistematizar a informação produzida pelos próprios reguladores, posteriormente trabalha nela, comparando com as informações de outras fontes que não sejam os reguladores, como é o caso dos serviços de registo e as próprias informações públicas que surgirem, como aquelas mais gravosas imanasdas pelas autoridades judiciais e também informações internacionais. Isso vai permitir-nos fazer uma antecipação das avaliações que são feitas internacionalmente. O CNEF funciona como um monitor que faz alertas ao sistema financeiro para este se prevenir, nós observamos até que ponto as informações recolhidas constituem risco ou não à estabilidade financeira. Ou seja, é nossa missão procurar evitar que as funções essenciais do mercado financeiro não correm o risco de ser interrompidas, quer a nível dos pagamentos como dos investimentos.

Como observa o facto de o FMI ter recomendado o encerramento ou recapitalização dos bancos mais fracos do sistema financeiro nacional?

Essa recomendação do FMI é justificada pela performance que o mercado bancário apresenta, com o facto de termos um grande volume de crédito malparado, o que coloca os bancos numa situação do ponto de vista prudencial preocupante, o que justifica, claramente, que eles, das duas, uma, ou se racionalizam, do ponto de vista de operação no mercado, ou fazem fusão.

Mas os accionistas dos bancos podem não estar de acordo com uma eventual fusão...

Em situações de risco prudencial a nível da solvabilidade das várias instituições bancárias, uma das recomendações mais imediatas que se faz é apelar para a sua recapitalização. Isso poderá pressupor um esforço dos seus accionistas no aumento do capital, mas o pior é quando os accionista não conseguem responder a essa condição. Aí sim, temos um verdadeiro problema, e muitas vezes é o próprio Estado, e consequentemente os contribuintes, que são chamados para de alguma forma encontrarem as soluções, uma vez que o risco não é só de falência ou de exclusão daquela entidade bancária em concreto, mas sim, um risco que pode disseminar em todo o sistema bancário, constituindo aquilo que se chama risco sistémico.

Neste caso defende a necessidade de haver fusões na nossa banca?

Sou defensor de soluções que sejam estáveis, que permitam a sobrevivência das instituições, que nesses casos específicos permitam que os bancos se robusteçam financeiramente, as suas operações no mercado fiquem reforçadas. Com a fusão, grande parte dos riscos acaba por ser diluído. Ou seja, o processo de fusão comporta um certo processo de saneamento.

Com o funcionamento em pleno do CNEF será pouco provável que voltem a ocorrer, no nosso sistema financeiro, casos semelhantes ao que se passou no BESA, em que o Estado teve que intervir por via da Sonangol?

É exactamente a nossa função prever e antecipar futuras bolhas a nível do sistema financeiro nacional. O CNEF deve-se precaver de eventuais tsunamis à vista no sistema, porque somos os sismógrafos do sistema financeiro, antecipando a manifestação de um sismo, que permite que os reguladores dos sectores tenham tempo de preparação para se precaver, senão mesmo travá-lo. Agindo assim estaremos a cumprir o nosso papel.

Se o CNEF já existisse há seis anos, o sistema financeiro nacional estaria melhor?

Sou suspeito para responder a essa questão. Atrevo-me a dizer que, de um ponto de vista objectivo, sim. Se um órgão como o CNEF estivesse a desempenhar em pleno as competências como referi mais acima, no âmbito desta prevenção como observatório, certamente que algumas das dificuldades que acabamos por ter do ponto de vista do cumprimento das recomendações e princípios internacionais que nos levou a situações menos boas, podiam ter sido evitadas. Também algumas medidas podiam atenuar alguns comportamentos da nossa economia. Seria bom que tivéssemos já naquela altura um órgão que pudesse alertar-nos sobre algum comportamento económico e do mercado financeiro que poderia então afectar concretamente a nossa situação como afectou nos últimos anos.

Sobre o risco da exposição da banca angolana, avisos não faltaram por parte de instituições financeiras internacionais...

De facto não são raras as vezes que instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, agências de notação financeira e outros órgãos independentes, ou mais ou menos independentes, produzem informações de carácter recomendativas e aconselháveis para a nossa banca, algumas não sendo de cumprimento obrigatório. Umas foram aplicadas, outras nem por isso. Nem todas elas são aplicáveis, depende do mercado, da realidade e conjuntura. Faltava-nos uma unidade como o CNEF, vamos trabalhar para alterar o actual quadro.

## 2.3 Banco Crédito do Sul potencia empresários

*Jornal Economia e Finanças*

*17 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Domingos Mucuta*

As transacções interbancárias e os pagamentos de mercadorias e equipamentos feitos pelas empresas angolanas para com o exterior passam a ser realizadas com a participação do Banco de Crédito do Sul (BCS).

Com a inauguração esta semana, na cidade do Lubango, província da Huíla, de mais um balcão da instituição financeira, pretende-se apoiar os empresários da região Sul, sobretudo os da Huíla, com soluções financeiras ajustáveis aos negócios e ao momento das Finanças local e internacional.

De acordo com a presidente do Conselho de Administração, Maria Figueira, a sua instituição priorizam a criação de facilidades para que os empresários possam facilmente pagar as suas obrigações com os parceiros no exterior e continuarem a desenvolver os seus negócios sem grandes sobressaltos.

A bancária disse que o Banco de Crédito do Sul (BCS) está certificado para operar ao nível do sistema de pagamentos da região da Sadc, razão pela qual as empresas podem encontrar no banco um parceiro idóneo e fiável.'

A margem da abertura do primeiro balcão e do centro de corpo rate fora de Luanda, onde já funciona há um ano, Maria Figueira garantiu existir parceria com bancos da Europa e Ásia, através dos quais procedem à liquidação dos compromissos financeiros assumidos pelos seus clientes com o estrangeiro.

O presidente da Associação Agropecuária, Comercial e Industrial (AAPCIL), Paulo Gaspar, considerou que a presença do BCS na Huíla pode estimular a concorrência e lançar novos produtos e melhores soluções bancárias.

## 2.4 Funcionários têm crédito garantido

*Jornal de Angola*

*17 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Leonor Mabiala*

Funcionários públicos de distintas instituições em Cabinda passam a beneficiar de financiamento bancária, incluindo crédito salário, com assinatura, nos próximos dias, de um protocolo entre o Governo da Província de Cabinda e o Banco Fomento Angola, anunciou ontem a administradora executiva da Instituição.

Manuela Moreira, que falava à imprensa a saída de uma audiência com a governadora da província de Cabinda, Aldina da Lomba, afirmou que o protocolo a ser assinado entre as duas entidades tem como objetivo oficializar a "domiciliação de salários" de funcionários públicos da província no BFA, como garantia para cedência de qualquer tipo de financiamento.

"A assinatura do protocolo possibilita ao BFA termais funcionários a receberem os seus salários Nesta instituição e, por conseguinte, permite o acesso ao crédito de forma individual para que cada um

possa melhorar as suas condições de vida", disse a administradora Manuela Moreira.

"Os financiamentos vão possibilitar aos beneficiários a adquirirem casa própria, automóvel ou mobilar as suas moradias."

## 2.5 Crédito malparado

*Jornal Economia e Finanças*  
24 De Fevereiro de 2017

As economias abertas foram concebidas para que os capitais, "rodassem" e para que fossem transferidos dos que têm a mais, para aqueles que não têm e precisam para investir e fazer crescer. Aí entram os bancos para interligar ou intermediar a transferência de recursos.

Os bancos emprestam mediante determinadas garantias ou condições de "segurança". Os devedores devem ter um projecto ou um objectivo para aplicar o capital requerido e ter rendimentos para que possam devolver o capital emprestado e os respectivos juros.

O mau crédito, que atinge uma fase de maturação em que o seu nome passa a ser "crédito malparado", é aquele que o banco não consegue garantir o retorno do capital emprestado e dos juros, estando por detrás um mau cliente que por várias razões deixa de honrar as suas responsabilidades.

A situação agrava-se quando os bancos tornam-se incapazes de executar as cobranças não amigáveis e têm de dar aqueles fundos como perdidos e devem criar provisões (que reduzem os seus resultados) para fazer face aos capitais irrecuperáveis e cria um conjunto de activos considerados tóxicos que envenenam os balanços corroendo o seu valor.

O crédito malparado é o pior que pode acontecer nas economias abertas, porque os bancos, além de se tornarem mais receosos, devido à incerteza crescente, perdem a capacidade de emprestar à economia, menos famílias e empresas têm acesso aos créditos, e as boas empresas principalmente são prejudicadas pelas más empresas, pois todas deixam de ter acesso ao crédito.

Se as empresas e as famílias perdem acesso ao crédito, não há criação de empregos e aumento do consumo agregado (as famílias e as empresas deixam de gastar), a poupança é reduzida e há menos depósitos bancários e, assim, os bancos emprestam menos mantendo um ciclo vicioso que afasta o crescimento económico.

Sendo o crédito malparado um facto incontornável, os bancos são levados a tentar recuperar através de reestruturação do mesmo crédito junto dos devedores ou em casos mais graves ir a justiça, mas de uma coisa temos certeza: os valores recuperados jamais serão os esperados.

Os bancos devem automaticamente reconhecer as perdas, pois este é o problema dos bancos, ao reconhecer as perdas enfraquecem os seus balanços e são obrigados a recapitalizar-se.

No limite, posteriormente, os Estados devem apadrinhar a criação de mecanismos, dentro do próprio mercado financeiro (sem custos para os contribuintes), para limpar estes créditos ou activos tóxicos dos balanços dos bancos.

Por norma, existem mecanismos financeiros, como os Fundos de Private Equity (Activo Privado) e outros, que estarão dispostos a adquirir estes activos tóxicos, mas quase sempre a menos de 30 por cento do seu valor real, levando os bancos a reconhecer 70 por cento de perdas para cada um destes créditos e assim (dependendo do peso nos seus balanços), proceder a um aumento de capital para manter os rácios normais de operacionalidade bancária.

A banca italiana traz-nos um bom exemplo, em que se cria um fundo pelas instituições financeiras bancárias nacionais, podendo este fundo, mediante garantias do Estado, financiar-se no mercado a determinadas taxas de juro, ficando este mecanismo com a obrigação de comprar o crédito mal parado da banca e por outro lado compromete-se em pagar um retomo esperado aos investidores a taxas por negociar.

O mecanismo é bom porque partilha o risco entre os bancos que são os responsáveis pela criação dos activos tóxicos, e este mesmo fundo fica com a árdua tarefa de tentar recuperar o que for recuperável. Contudo, o facto de haver a garantia do Estado torna implícito um eventual custo para os contribuintes.

A verdade é que os bancos devem limpar os seus balanços para que possam operar, isto implica reconhecer as perdas e injectar dinheiro fresco, coisa que os accionistas' dos bancos não estão dispostos a fazer, pois tem sido prática os contribuintes, através do Estado, serem chamados a pagar.

O Estado deve mostrar a banca que apenas eles no fim do dia devem resolver os seus problemas, e prover mecanismos legais para que os bancos e outros devedores consigam cobrar o que lhe é de direito, até porque o banco empresta dinheiro que não é seu.

## 2.6 Microcrédito às famílias passa a ter análise regular

*Jornal Economia Finanças*

*24 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Regina Handa*

Os presidentes dos Conselhos de Administração e os das Comissões Executivas dos bancos comerciais, que actuam na praça financeira angolana, passam a ter encontros de dois em dois meses com o governador do Banco Nacional de Angola (BNA) e seu staff.

Conforme um novo modelo de comunicação inter-institucional, reforço da vigilância de mercado, supervisão e concertação de políticas proposto pelo governador Valter da Silva Filipe, nestes encontros dever-se-á analisar o Plano de Política Monetária e Cambial, a reflexão sobre o microcrédito às famílias e sobre a estabilidade financeira.

Valter Filipe segue à risca o seu plano de devolver a felicidade às famílias e isso através de uma maior confiança e aproximação entre a banca e os clientes.

A caminho do primeiro ano de mandato, a governação do jurista Valter Filipe é caracterizada como inovadora e fora dos tradicionais procedimentos da banca, uma vez que privilegia, acertadamente, o diálogo entre os fazedores e os destinatários da acção da banca.

Aliás, a criação de um provedor nos serviços bancários acendeu a luz de aviso do início de uma nova etapa e concepção da supervisão bancária.

### Conselho consultivo

Este mês, reuniu-se também pela primeira vez o Conselho Consultivo do BNA. O órgão alargado de consulta do Conselho de Administração, ao abrigo da Lei 16110 de 15 de Julho, Lei do Banco Nacional de Angola, é composto pelos vice-governadores, administradores, directores do BNA e delegados do banco central nas províncias de Malanje, Huambo, Cabinda, Benguela e Huíla, e integra, igualmente, ex-governadores, ex-vice-governadores, economistas, docentes universitários, analistas e responsáveis de associações empresariais.

### A apresentação e análise do Plano de Adequação do Sistema

Financeiro angolano às Normas Prudenciais, foi um dos pontos da agenda da primeira reunião do Conselho Consultivo do BNA, onde foram abordados temas referentes à manutenção do nível de

disponibilidade e afectação de divisas para os bancos comerciais, a continuidade do nível de importações para o país, o controlo da inflação e a análise das melhores estratégias de gestão das Reservas Internacionais Líquidas (RIL), considerando a necessidade de incremento da produção nacional como factor determinante.



## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Economia informal

*Jornal Economia e Finanças*  
03 De Fevereiro de 2017

Falar da economia informal em números, seja lá em que parte do mundo for, não é tarefa fácil. Por se tratar de uma questão repleta de imprevisibilidade e muita vezes, praticada em círculos alheios e de privacidade, daí que, para o seu controlo e mitigação, a força policial pouco resolve.

Cá entre nós, há poucos estudos, que atestam as cifras atinentes a este tema, essencialmente sobre a sua consequência na sustentabilidade macroeconómica.

Porém, os relativamente escassos estudos revelam os motivos dos "apetites" dos agentes pela Informalidade, bem como a sua importância para os agregados familiares e ganhos pontuais na vida destes. Que na ânsia de ver os seus intentos económicos e financeiros alcançados na "hora agá" - e apercebendo- Se da insuficiência, escassez ou inexistência de outras fontes de rendimento ou de financiamento - recorrem à prática económica informal. Muitos têm-na como a única fonte de rendimento, enquanto outros, como a segunda opção. Seja lá que motivo for, circunstância da vida e estágio económico do país, para mim, a economia informal ganha vida e acomoda-se, lá onde a economia formal tarda a chegar! E mesmo quando lá chega, não é cabalmente astuta e capaz de responder às inquietudes e anseios dos ente-económicos.

Entretanto, a economia informal em Angola - como de resto, se constata em qualquer parte do universo -, integra uma vasta gama de actividades que atravessam praticamente todos os sectores. Vulgo, ela é transversal e complexa. Todavia, confina-se a toda e qualquer atividade económica, financeira e comercial, legalmente desconhecida e, inadimplente das exigências tributárias. A economia informal refere-se à venda ambulante, à venda ou troca ilegal de divisas, à venda ou aluguer de qualquer "bem" sem que se cumpra com as exigências jurídico-legais e, sobretudo com o dever fiscal, a custódia dos activos monetários fora do sistema financeiro, o não pagamento de taxas, consequente da utilização e usufruto de um bem público, o exercício ilegal duma profissão, a pirataria, o tráfico de drogas, a prostituição, a venda ilegal de armamento por aí fora.

Segundo dado e informações consultadas, a economia informal no no país cifra-se em perto de 60 casa percentuais, o que torna precário e vulnerável o crescimento e o desenvolvimento da nossa economia. Estes dados acabam por debitar "reticências" quanto à eficiência do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), aprovado em 2014 por Decreto Presidencial - também enquadrado no Programa Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 de que são exemplos o PROAPEN (Programa de Apoio aos Pequenos Negócios), o lançamento do BUE (Balcão Único do Empreendedor), o programa de literacia financeira da população, desenhado pelo Banco Nacional de Angola (BNA) e o recente Decreto Executivo 111/36, assinado pelo ex-ministro das Finanças, Armando Manuel, a 23 de Fevereiro.

Apesar de o exercício da economia informal se tornar a "tábua de salvação" para muitas famílias, ela apenas, proporciona ganhos pontuais, não é entretanto, capaz de prover o "amanhã" dos que dela vivem, e nem sequer, ajuda na sustentabilidade do sistema financeiro e macroeconómico, pelo que para que se desestime a taxa de informalidade em Angola, que se revela galopante - tudo por culpa também da crise, que tornou fraco os investimentos e o poder de empregabilidade das organizações, sobretudo -, urge em primeira instância, que se leve os instrumentos que facilitem a formalidade económica ou a melhoria desta, para lá, aonde ainda não exista, nomeadamente, a educação e os incentivos fiscais, o alargamento dos investimentos e do poder de empregabilidade do país, bem como a desburocratização e personalização no trato das questões creditícias, de formalização das organizações e na arrecadação de tributos.

### 3.2 Preço do dólar nas ruas de Luanda está 15% mais barato do que no início do ano

*Jornal A República*  
7 De Fevereiro de 2017

Esta segunda quebra semanal foi constatada pela Lusa numa ronda feita ao início da manhã de hoje pela capital angolana e contrasta com o pico de 500 kwanzas (2,80 euros) nos primeiros dias de 2017, apesar de persistirem limitações no acesso a divisas nos bancos.

Há precisamente uma semana, cada dólar era vendido a 470 kwanzas (2,62 euros), em média, mas as 'kinguilas' de Luanda, como são conhecidas as mulheres que se dedicam à compra e venda de divisas, actividade ilegal, insistem que o preço vai

continuar em queda por ter aumentado a quantidade de divisas no mercado paralelo.

Apesar dos preços especulativos, ainda três vezes acima da taxa de câmbio oficial face às dificuldades na banca, o negócio de rua ainda é uma alternativa para nacionais e estrangeiros que necessitam

### 3.3 Vendedores contribuem para manter a limpeza

*Jornal de Angola*  
7 De Fevereiro de 2017

Segunda-feira, 29 de Janeiro, era dia marcado para limpeza no mercado dos Congolenses, em Luanda. O acesso ao estabelecimento localizado no bairro Nelito Soares, distrito do Rangel, era, por isso, limitado. Mas os clientes eram logo avisados pelos jovens envolvidos na acção: "Estamos em limpeza."

Os comerciantes fecharam as bancadas, como sucedia nos vários mercados pelos quais passámos. O cronograma da administração do mercado apontava que a limpeza desse dia seria seco e consistia na recolha de resíduos produzidos durante a semana e a desobstrução das sarjetas.

Coordenada pela administração do mercado, a campanha reuniu funcionários e coordenadores de sectores do mercado.

A cada 15 dias, realiza-se uma campanha de limpeza geral, que envolve todos os comerciantes. Além da recolha do lixo, lava-se o chão com detergente, abrem-se as sarjetas e faz-se a sucção das fossas.

Apesar de ser um mercado fechado e com todas as condições de higiene, um dos seus maiores problemas é o excesso de lixo no exterior. A administradora do mercado, Carla Lobato, lamenta a falta de colaboração das operadoras na recolha do lixo.

No dia em que fazíamos a reportagem, havia um monte de lixo à porta do Estádio do São Paulo, que ali permanecia há já quatro dias. A administradora Carla Lobato referiu que o lixo recolhido dentro do mercado é colocado no exterior para permitir a recolha por parte da operadora.

Falta de recolha

A gestora lamenta a falta de colaboração "estreita" e denuncia que, parte do lixo provém dos moradores das redondezas do mercado. A situação dura há

"longos anos" e "carece da intervenção dos órgãos centrais", afirmou. "Nós arrumamos o mercado, mas a operadora muitas vezes não recolhe o lixo e, para fazê-lo, temos de ser nós a telefonar com insistência", disse. Um dos maiores problemas do local é a falta de contentores domésticos para os moradores e industriais para o mercado.

Com 1.500 vendedores, o mercado tem apenas um contentor, que também atende os moradores dos Blocos. Uma brigada faz a recolha do lixo para garantir a limpeza do local. Joaquina Pedro é vendedeira de roupas de fardo no mercado dos Congolenses há mais de 10 anos. Apesar do fraco movimento, está satisfeita com o trabalho. Comerciante vinda das ruas de Luanda, diz que, com o que ganha, consegue manter a casa e garantir a formação dos cinco filhos. "A minha única preocupação é o lixo junto à parede do campo. Embora esteja na outra extremidade do mercado, quando alguém coloca fogo ou chove, todo o mercado é infestado pelo mau cheiro", diz dona Joaquina. A colocação de contentores é a solução apontada. "Se a administração vir esta questão, teremos parte do problema resolvido", garante.

Bairro Popular sem luz

No mercado do Neves Bendinha, mais conhecido como Bairro Popular, a limpeza é feita todos os dias. Localizado no coração do bairro, o único contentor de resíduos, além de servir o mercado, é utilizado pelos moradores. Embora sem qualquer aglomerado de lixo, a falta de água canalizada e de energia elétrica preocupam os vendedores.

Por ser um mercado com pouco movimento, os próprios comerciantes responsabilizam-se pela manutenção.

Para tal, cada vendedor contribui com 100 kwanzas semanais, para garantir a "arrumação" do espaço.

Maria Augusta Mendes é comerciante há 32 anos. Mana Maria, como também é conhecida, é a coordenadora e uma das vendedoras mais antigas do mercado. Com uma aparência jovial e muito sorridente, Maria Mendes tem no mercado o sustento da família.

### 3.4 Estado defende propriedade do mercado

*Jornal de Angola*

08 De Fevereiro de 2017

Texto: Solange Da Silva

O mercado do Km 30 recebe todos os dias milhares de vendedores e clientes de várias zonas de Luanda. Construído em 2006 e com milhares de comerciantes registados é, há um ano, motivo de litígio entre a Administração de Viana e a cidadã Cidália Baptista.

Numa conferência de imprensa, o director do gabinete jurídico da Administração Municipal de Viana, Hamilton de Lemos, afirmou que o problema começou por altura da transferência do mercado da Estalagem e mercados circundantes para o Km 30, por inviabilizarem as obras do Caminho-de-Ferro de Luanda e serem um atentado à saúde.

Foi criada na altura uma comissão para proceder à limpeza e organização do espaço para albergar os vendedores transferidos, tendo sido nomeada a cidadã Cidália Baptista para coordenadora da mesma. "Tendo em conta o facto de ser na altura uma pessoa bastante a ativa, com mais disponibilidade e grande aceitação entre os funcionários e vendedores, foi-lhe atribuída essa responsabilidade, para, em comissão de serviço, gerir o mercado do Km 30", disse.

Hamilton de Lemos reconheceu que, nesse processo de transferência e instalação das pessoas no Km 30, a cidadã em causa fez uso de valores pessoais para vários gastos inerentes ao funcionamento do futuro mercado, o que, segundo disse, foi devidamente acautelado. Em 29 de Maio de 2007, um ano depois de o mercado começar a funcionar, Cidália Baptista fez um documento dirigido ao então administrador municipal, a cobrar os valores que ela alegadamente empregara no local.

A referida solicitação, o então administrador respondeu: "quanto aos valores empregues nessa operação ficou sob responsabilidade da comissão de gestão suportar os encargos inerentes a todo o trabalho aí realizado, a partir de parte das receitas a serem obtidas durante a gestão do mercado, bem como as indemnizações aos camponeses que cederam as suas lavras para permitir a instalação do mercado."

Despacho do governador Hamilton de Lemos disse que o recente despacho do governador da província de Luanda é claro e prima pelo bom senso, pela negociação, tendo em conta ter havido já uma expropriação por utilidade pública. A propósito, citou o despacho do governador que refere: administração de Viana deverá negociar com a reclamante uma

indemnização da expropriação segundo a lei, que seja aceitável para a reclamante." Para o director, em circunstância nenhuma o governador deu a titularidade do mercado à senhora Cidália.

Para o jurista, fruto daquilo que foi desempenho de Cidália Baptista em todo esse processo, é justo que ela tenha essa indemnização, mas sublinhou que o mercado do 30 é um órgão público que faz parte dos órgãos da Administração de Viana e as receitas daí provenientes são depositadas na Conta Única do Tesouro.

"O mercado é um bem público, não é um bem particular, nem está a ser gerido por nenhum particular, mas pela Administração de Viana, que é um órgão local do Estado", afirmou Hamilton Lemos.

A Administração Municipal de Viana promete iniciar as negociações com a cidadã em causa nos próximos dias.

O município de Viana é um dos mais populosos da capital angolana, com cerca de dois milhões de habitantes, e alberga o maior parque industrial do país. Em 2016, o mercado teve de ser encerrado por alguns dias, por ter sido considerado o epicentro da epidemia de malária e de febre-amarela. Nesse período, Luanda registou 100 mil casos de malária contra os 90 mil registados em 2015.

### 3.4 Fiscais foram expulsos no Rangel

*Jornal de Angola*

08 De Fevereiro de 2017

O director municipal dos Serviços de Fiscalização de Luanda, Fernando João, anunciou ontem, no distrito urbano do Rangel, a expulsão de 18 fiscais da corporação, a suspensão de 20, enquanto sete respondem em processo disciplinar.

Fernando João prestou a informação na abertura do seminário de capacitação, destinado a melhorar os serviços de fiscalização e os procedimentos a obedecer durante a intervenção dos fiscais, pela salvaguarda do cumprimento da legislação em vigor, disciplina e respeito pela dignidade dos cidadãos.

O incumprimento das normas administrativas esteve na base das medidas sancionatórias aplicadas, referiu Fernando João, para quem a actividade fiscal não deve ser apenas coerciva. "O agente da fiscalização deve assumir um papel pedagógico e ter capacidade de dialogar com o cidadão sobre o motivo das sanções de transgressão aplicadas", afirmou.

O responsável da Fiscalização em Luanda anunciou ainda a realização de campanhas destinadas aos vendedores informais, no sentido de não procederem à venda ambulante de produtos em lugares impróprios. "Continuamos a assistir à resistência por parte dos vendedores ambulantes, apesar das medidas coercivas que têm sido aplicadas aos prevaricadores", afirmou.

As mercadorias apreendidas são conferi das e depositadas num armazém, informou Fernando João, salientando que os donos das mercadorias que não procederem ao seu levantamento no prazo estabelecido, correm o risco de perdê-las para os lares de acolhimento. O ciclo de seminários teve início ontem no distrito urbano do Rangel e prossegue sexta-feira próxima no distrito urbano da Maianga, Zambizanga foi o primeiro distrito urbano a beneficiar da iniciativa.

O tráfego rodoviário e a lavagem de viaturas' na via pública têm sido as principais preocupações a nível de Luanda, disse Fernando João, acrescentando que muitos cidadãos por desconhecimento da lei cometem infrações de forma involuntária. Nesses casos, os fiscais devem procurar informar o cidadão antes da tomada de medidas coercivas. A implementação de um modelo de trabalho adequado à nova realidade é um dos principais desafios no quadro da fiscalização em Luanda.

### 3.5 Os fiscais e as populações

*Jornal de Angola*

*9 De Fevereiro de 2017*

"O agente da fiscalização deve assumir um papel pedagógico e ter capacidade para dialogar com o cidadão sobre o motivo das sanções de transgressão aplicadas", disse ontem o responsável dos Serviços de Fiscalização do Município de Luanda.

O trabalho da fiscalização da edilidade nem sempre é feito em função do cumprimento escrupuloso da legislação em vigor e do respeito pela dignidade humana.

É preciso que os fiscais não sejam apenas conhecidos pela componente repressiva junto de vendedores ambulantes, mas sejam sobretudo percebidos como agentes do bem. O trabalho da fiscalização em Luanda é um desafio que implica um grande esforço de diálogo, de sensibilização e de educação junto das populações nos mercados, feiras e locais de grande concentração.

É preciso que as populações compreendam que está em causa, da parte dos agentes da fiscalização, a implementação de um conjunto de acções que

impeçam o uso não permitido pela Lei das Transgressões Administrativas dos espaços públicos para os mais variados fins.

Num espaço cada vez mais reduzido, em que a convivência e a mobilidade humana se tornam um desafio crescente, os serviços de fiscalização são indispensáveis em Luanda. O município mais populoso do país transformou-se numa localidade em que a pressão demográfica resultante da densidade populacional, acima de 300 habitantes por quilómetros quadrados, contribui para um esforço da fiscalização.

Reconhecemos que os serviços de fiscalização na cidade de Luanda não estão inteiramente facilitados atendendo a numerosos factores que, no entanto, não devem servir como desculpa ou motivo para incumprimentos.

Todos, enquanto pessoas colectivas ou singulares, inclusive os funcionários dos Serviços de Fiscalização de Luanda, temos responsabilidades no que à observância das normas administrativas, valores e tradições do país dizem respeito.

As palavras do director municipal, segundo as quais os fiscais devem dialogar mais e informar mais antes da tomada de medidas coercivas, tem de ser uma estratégia permanente.

Sabemos que fazer cumprir as normas administrativas nem sempre é fácil inclusive com pessoas minimamente esclarecidas. Logo as coisas complicam-se diante de pessoas que persistem em incorrer em transgressão, mesmo quando informadas sobre os actos e as consequências.

Defendemos que os agentes da fiscalização devem fazer mais, tal como disse Fernando João, director dos serviços de fiscalização em Luanda, durante um seminário de capacitação.

Embora sejam muitas vezes confrontados com resistência por parte dos cidadãos, não podem perder a coragem, muito menos perder a paciência, acompanhada da descarga de furor sobre as populações. Para isso, a formação de pessoal é fundamental porque mais do que impor o cumprimento das normas administrativas, é fundamental que os fiscais estejam familiarizados sobre as suas atribuições. Não raras vezes, por não estarem devidamente familiarizados com o seu papel, muitos acabam suspensos e outros expulsos, como deu a conhecer o responsável dos Serviços de Fiscalização de Luanda.

Acreditamos que esta postura, por parte dos Serviços de Fiscalização de Luanda, deve prosseguir para que

aqueles que actuam para além do estipulado pelas leis, o determinado pelos nossos valores e tradições, abandonem a fiscalização. Esperemos que o seminário de capacitação seja uma realidade permanente ao nível dos Serviços de Fiscalização de Luanda porque urge a implementação de um modelo de trabalho que se ajuste aos desafios em Luanda.

A identificação rigorosa dos agentes da fiscalização constitui igualmente uma preocupação na medida em que não é recomendável que alguns agentes estejam devidamente trajados como fiscais e outros, desempenhando às mesmas atribuições, estejam trajados a CIV11. O trabalho da fiscalização não precisa de ser feito de improviso, com correrias que resultam muitas vezes em acidentes, com atitudes violentas e agressões envolvendo fiscais e vendedores, entre outras situações pouco abonatórias,

Não pode ser assim a actuação da fiscalização, sob pena do trabalho dos seus agentes, cada vez mais, assemelhar-se a mera pilhagem de vendedores ou extorsão de outros cidadãos. É preciso que as pessoas que vejam os seus bens retidos por força das normas administrativas tenham o direito e a oportunidade de rever os seus produtos. Dar provimento às queixas dos cidadãos, nos termos da lei, pode ser uma forma transparente, aberta e democrática que contribui para a credibilidade e aceitação daqueles serviços junto das populações. Defendemos que é importante e sempre recomendável que os cidadãos saibam porque é que estão a ser sancionados.

A informação é fundamental e, como todos sabemos, tem o potencial de prevenir muito dos problemas que configuram ainda hoje centenas de transgressões administrativa, grande parte delas evitáveis.

### 3.6 Zungueiras e fiscais

*Jornal O PAÍS*

*9 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Carlos Caluvi*

Caro director do Jornal O País, Pretendo perguntar, através da Carta do Leitor do jornal O PAÍS, que desde já agradeço por ser um espaço em que os cidadãos podem dizer o que pensam. Porquê que o Governo não acaba com às gatunos que andam vestidos de fiscais?

Tenho um vizinho Mamadou onde uns fiscais e polícias passam sempre para pedir dinheiro. Também vejo como os fiscais retiram as coisas às zungueiras e nunca mais devolvem. Eles não estão lá a multar. Roubam São ladrões, porque recebem os bens,

metem-se no carro e vão-se e desaparecem. Esta cena já vi muitas vezes, tanto em Luanda, no Lubango, no Huambo como em Benguela.

Alguma coisa tem que ser feita. Se as zungueiras andam na rua é porque é na rua onde elas encontram os seus clientes.

Os mercados que foram construídos ninguém vai lá. As zonas são distantes, de difícil acesso e não têm estacionamento. E de barulho e bandidos não se fala mais. Logo, elas vão às ruas, Vão atrás do seu cliente. Já está na hora de se fazer um estudo para se perceber tudo sobre as zungueiras. Identificar os seus problemas e criar as condições para que larguem a vida dura de serem informais.

Porque se é uma vergonha a sua presença na cidade, fazendo lixo em qualquer lugar e deixando ir a imagem, acho muito pior a figura dos fiscais correndo atrás delas, injuriando-lhes e roubando-lhes o sustento para as suas famílias.

Bem-haja

### 3.7 Livros escolares à venda nas ruas

*Jornal Economia E Finanças*

*10 De Fevereiro de 2017*

Com o regresso às aulas ressurgiu uma velha discussão: a da escassez dos materiais escolares, sobretudo livros didácticos no circuito formal, pois as ruas estão cheias de kits para oferta só que a preços especulativos, considerando o rótulo "distribuição gratuita" que trazem os materiais do ensino primário.

Na baixa da cidade, por cada unidade chega a pagar-se 1.500 kwanzas, contra os mil que são cobrados mais para o Sul, imediações do Morro Bento, Benfica, ou mesmo módicos 300 a 500 kwanzas que se cobram um livro na zona do São Paulo, Distrito Urbano do Sambizanga, em Luanda.

Tal é a preocupação dos pais, que ao acompanharmos pelas redes sociais vão sendo sugeridas feiras de troca de livros, para estes um momento para que quem não mais precisa do material do ano anterior, consiga beneficiar-se da classe vigente e assim ninguém fica sem este ou aquele livro de que necessita.

Todavia, o hipermercado Candando, que por sinal já constrói e em avançado estado, a sua segunda unidade comercial, nas imediações do Talatona, tem em montra livros do IIº ciclo e das mais diversas disciplinas.

Por essa via, e tendo em atenção a cada vez mais reduzida frequências às secções de livros, podemos aventar a disponibilidade no mercado de quantidades suficientes para responder à procura e exigências do ano escolar que ainda vai no começo.

### 3.8 Venda ambulante no Calemba 2 preocupa automobilistas

*Novo Jornal*

*10 De Fevereiro de 2017*

Moradores e automobilistas que circulam na estrada do Calemba 2 mostraram-se agastados com a venda ambulante que todos os dias é feita naquela zona. No local são comercializados vários produtos, desde alimentos a vestuário.

O mercado começa logo cedo, por volta das 5h00 da manhã, e só termina por volta das 21h00, altura em que os comerciantes arrumam as mercadorias e vão para casa. A equipa de reportagem do Novo Jornal acompanhou durante algumas horas a movimentação das comerciantes no local.

Durante o tempo de reportagem, não presenciamos a presença de efectivos da Polícia Nacional ou da fiscalização do município de Talatona. Apenas era visível um cartaz da Administração de Belas a proibir a venda no local.

Testemunhámos, por volta das 11h00 de segunda-feira, 6 de Janeiro, o atropelamento de uma zungueira que comercializava pão junto à estrada. A mulher, aparentemente de vinte e poucos anos, foi arrastada por um táxi. Teve ferimentos graves e foi socorrida para o centro médico da cidade do Kilamba.

No município de Talatona, existem vários mercados, mas as mulheres preferem vender na rua. O Novo Jornal passou por dois mercados, onde há muitas bancadas desocupadas. No mercado 11 de Novembro há espaço para mais de 100 comerciantes, de acordo com um dos responsáveis da praça.

Cláudia Afonso, de 35 anos, é comerciante há mais de 10 anos e vive da venda ambulante. A mulher usa um megafone para chamar os clientes e com o lucro do que comercializa cria os cinco filhos. "Já tentei vender no mercado do 11 de Novembro e não tive tanto sucesso como tenho aqui. Diariamente consigo vender 40 a 50 mil kwanzas de mercadoria", diz, justificando porque prefere arriscar a insegurança das ruas.

A mulher reconhece os inúmeros perigos que corre ao vender em local não autorizado pela Administração de Belas.

Francisca Sebastião faz com um caixote de papelão uma bancada improvisada, onde expõe carne cortada em pequenos pedaços. As moscas pousam em todo o lado, mas ela garante que os clientes não reclamam. "Estou aqui porque vendo mais. Já estive dentro do mercado do 11 e só gastava dinheiro diariamente, porque se não vendesse não tinha como pagar a ficha", diz.

No local, há sempre polícias reguladores de trânsito que se sentem, na maior parte das vezes, impotentes para regular a circulação rodoviária, conforme admitiu o agente André Purtado, que trabalha no local há mais de dois anos. O polícia considera o período da manhã, das 07h00 às 11h00, como o mais crítico. Da parte da tarde, as horas de maior fluxo e mais críticos são entre as 15h00 e as 19h00 da noite, indica Furtado, clarificando que os engarrafamentos no Calemba 2 "não têm a ver com os buracos, mas sim com a venda desordenada" dos comerciantes.

Uma fonte do Comando da Divisão de Talatona disse ao NJ que a polícia e a fiscalização do município já têm um plano traçado para acabar com a venda ambulante na aquela zona. I.J.

### 3.9 Angola terá novo Centro de Pesca Artesanal em Março

*Jornal O PAÍS*

*15 De Fevereiro de 2017*

A informação foi avançada, pelo administrador distrital, Hélder Manuel Jardim Balsa, no decorrer da jornada de campo de constatação do sector social do bairro da Ilha do Cabo, realizada nesta segunda-feira 13,

De acordo com o administrador, decorrem alguns ajustes para o arranque do projecto inaugurado em Novembro último, pela ministra das pescas, Victória de Barros Neto.

Segundo ele, a abertura do centro facilitará o trabalho das processadoras e comercializadoras de pescado que terão a disposição áreas específicas, para tratar e vender o produto em condições de higiene e sanidade aceitáveis.

'Por sua vez, a presidente da cooperativa de mulheres processadoras e comerciantes de peixe, Maria

Antónia Jorge, disse que a abertura do empreendimento, mudará totalmente as condições de trabalho das 200 associadas que desenvolvem actividades em condições precárias. O Centro de Apoio de Pesca Artesanal do Sector da Salga e Seca está orçado em cerca de USD 3.200.000,00 (três milhões e 200 mil dólares norte-americanos).

Enquadrado no Programa Nacional de Desenvolvimento 2013/2017, o centro conta com uma ponte para acostagem, câmaras de conservação com capacidade para 30 toneladas de pescados.

### 3.10 MAPTESS lança campanha de inscrição do trabalhador doméstico

*Jornal O PAÍS*

*15 De Fevereiro de 2017*

O Ministério da Administração Pública e Segurança Social (MAPTESS) lançou ontem, em Luanda, a campanha de inscrição dos trabalhadores de serviço doméstico no quadro da nova Lei sobre o Regime Jurídico do Trabalhador Doméstico, que entrou em vigor em Janeiro deste ano. O director do Gabinete Jurídico do MAPTESS, Jesus Maiato, explicou que o processo visa o complemento do Decreto Presidencial 155-16, 9 de Agosto, que estabelece o Regime jurídico do trabalho doméstico e de Protecção social.

Jesus Maiato referiu que no âmbito das relações Jurídico-laboral de carácter especial, de acordo com o previsto na Lei nº7/15 de Junho, o MAPTESS disponibiliza serviços que possam assegurar e salvaguardar o direito do trabalhador doméstico na segurança social.

Informou que estarão disponíveis cerca de oitenta (80) postos de atendimentos e vendas de cadernetas a nível nacional entre os serviços provinciais e municipais do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Centros de Formação Profissional, Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços do Emprego (CLSE), SIAC e Centros de Emprego.

Explicou que o empregador e o trabalhador são obrigados a inscrever-se no INSS, onde estão abrangidos todos os trabalhadores nacionais ou estrangeiros residentes, com idade igual ou superior a 18 anos, que exercem as suas funções em agregados familiares ou equiparados.

Realçou que no acto de inscrição' o responsável deve declarar na ficha de inscrição o esquema contributivo, que lhe permitirá aceder às prestações sociais.

Para aderir à inscrição, o empregador e o trabalhador, ou a quem indicarem deve dirigir-se a um dos locais de atendimento disponíveis e adquirir a ficha de inscrição e a caderneta do trabalhador para o respectivo preenchimento.

Após a entrega dos documentos, deverão aguardar pelo contacto do INSS no sentido de levantar o número de inscrição na Segurança Social no local onde realizou a inscrição.

Alerta que o preenchimento da ficha de inscrição e caderneta do trabalhador deve ser realizado pelo empregador e pelo trabalhador, nos locais de atendimento, necessitando da presença de ambos.

O responsável acrescentou que as cadernetas serão vendidas a 500 Kwanzas e, para evitar a comercialização das mesmas nas ruas, quem poderá obtê-las é o empregador, "Para a Inscrição é necessário que o empregador apresente a sua cópia do Bilhete de Identidade a do seu funcionário, disse.

Salientou que uma das vantagens deste processo de inscrição vai aumentar as ofertas formativas nos cursos ligados aos serviços dos trabalhadores domésticos e sua protecção social. O director do gabinete Jurídico assegurou que para o cumprimento do despacho, o MAPTESS disponibilizou para o território da província de Luanda cerca de dezoito (18) postos, que estão distribuídos proporcionalmente em centros de formação profissional do INSS, SIAC e INEFOP', facilitando o acesso ao atendimento. Realçou, por outro lado, que o mesmo estender-se até 28 de Março de 2017.

Para o responsável, a caderneta do trabalhador doméstico representa "Um contrato de trabalho", e quanto à taxa contributiva, ela comporta um esquema obrigatório de oito por cento, onde o empregador tem seis por cento e o trabalhador três.

Quanto à periodicidade e prazo de pagamento, o empregador deve pagar mensalmente as contribuições até ao dia quinze de cada mês.

Para a fonte, outros actos semelhantes serão realizados em simultâneo nas províncias de Cabinda e Lunda-Norte e para o atendimento estarão disponíveis, ao nível do país, 180 funcionários que vão trabalhar nos postos criados, referiu responsável.

O processo terá no mínimo seis meses para o seu procedimento. O MAPTESS controla cerca de 300 trabalhadores domésticos.

O acto de ontem visou a apresentação do programa de formação, cadastramento e consciencialização para

os empregadores, parceiros e comunidade em geral, sobre o processo de inscrição do serviço doméstico.

### 3.11 Taxistas prometem paralisar

*Jornal O PAÍS*

*Texto: Milton Manaça*

*16 De Fevereiro de 2017*

os taxistas da Associação Nova Aliança, que há cerca de duas semanas anunciaram a realização de uma greve, garantiram a este jornal que a paralisação se concretizará na data anunciada, mesmo havendo negociações com o Governo Provincial de Luanda (GPL).

O presidente da associação, Geraldo Wanga, disse ontem, a OPA- ÍS, que a decisão de "cruzarem os braços" durante três dias (20, 21 e 22 do corrente mês) foi tomada em finais do ano passado pelo Conselho Deliberativo da organização' em consequência de alegadas promessas não cumpridas que se arrastam desde 2015, com realce para a falta de paragens.

O líder da ova Aliança disse que em dois anos, a sua equipa conseguiu, por via da sensibilização, conter os ânimos dos seus associados, porém volvidos este tempo nada foi resolvido. Antes pelo contrário, alega que as poucas paragens de que dispunham foram eliminadas.

A classe dos candongueiros mantém a disponibilidade para negociar com as autoridades sem, no entanto, prometer a paralisação. "A negociação servirá apenas para avaliar as nossas exigências para o período de 2015 a 2017. Caso se chegue a um desfecho mutuamente favorável, a greve não se estenderá nos três dias. Porém, com ou sem negociação, a paralisação vai sair", garantiu Geraldo Wanga.

Informou que a promessa de criação de 320 paragens de táxi para embarque e desembarque de passageiros, feita publicamente pelo assessor jurídico do GPL, Marco Moreira, no dia 15 de Dezembro de 2016, não foram cumpridas.

Por outro lado, a associação dos "azuis e brancos" refere que não há coordenação entre o GPL e os diferentes órgãos da Polícia Nacional, nomeadamente os agentes reguladores de trânsito, Ordem Pública, Brigada Canina, Brigada Montada, agentes da Segurança Escolar até mesmo a Polícia Militar que importunam a sua actividade.

Segundo a fonte, a definição de políticas viradas para a classe têm falhado por se desconhecer o número real dos taxistas que operam na capital, uma situação

que, em sua opinião, deve ser resolvida com a participação das associações.

"Os projectos apresentados pelas associações são importantes porque somos nós que vivemos os problemas", sustentou.

Aliás, referiu que até alguns taxistas afectos à sua concorrente (a Associação de Taxistas de Luanda) mostraram-se solidários e decidiram participar na paralisação da próxima Segunda - feira.

Acordo só por escrito e com á assinatura do governador

A Nova Aliança mostra-se consciente das dificuldades que poderão causar à população que diariamente depende dos seus meios, mas o seu responsável alega que os principais beneficiários serão os próprios passageiros com os quais garantem estar a conversar e encontrado o devido apoio. "São os passageiros que mais se queixam da actuação da Polícia porque têm de percorrer centenas de metros e até quilómetros para alcançarem os locais adaptado: como paragens pelos taxistas".

Segundo Geraldo Wanga, as promessas não passaram disso por terem sido feitas apenas verbalmente e para evitar que tal se repita, acordaram que só vão reduzir o prazo da greve caso seja estabelecido um acordo por escrito com o GPL assinado pelo general Higinio Carneiro

### 3.12 Cidadãos à paisana interpelam moto-taxistas com a cumplicidade da polícia

*Jornal A Republica*

*17 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Por Mafuta Malanda*

OS moto-taxistas que prestam serviços de táxi no bairro da Mabor, município do Cazenga, Mostram-se agastados com a polícia da ordem pública, afecto ao Posto Policial da Mabor Malhas.

Em causa, está um grupo de civis, que num passado recente também prestavam serviços de táxi e que hoje, em colaboração com agentes da polícia daquele Posto, tornaram-se carrascos dos ex-colegas.

Os integrantes do grupo, geralmente à paisana, instalam-se em algumas artérias daquele bairro, fazendo-se passar, em primeira instância, de passageiros com um determinado destino. Ao interpelar o moto-taxista que lhe cai na rede, como se



de peixe se tratasse, o suposto agente simula um destino, o moto-taxista, ao aceitar, o indivíduo que se

faz passar de agente identifica-se como efectivos dos Serviços de Investigação Criminal, ao mesmo tempo que exige os documentos da motorizada. Na falta de um documento, a motorizada é apreendida e encaminhada para a esquadra.

António Ferraz, de 27 anos de idade, disse ter sido interpelado pelos ex-colegas que hoje se fazem passar de agentes do SIC.

"Essa quadrilha existe há alguns anos, foram nossos colegas e hoje não passam de bandidos que colaboram com a polícia. Eles foram contratados para prestarem esse trabalho sujo. Das vezes que me prenderam, exigiram que pagasse o equivalente a 10 mil kzs, mesmo os reconhecendo como colegas do passado, ao que respondem que estão ao serviço do Estado":

Outro jovem abordado pela nossa equipa de reportagem, que preferiu anonimato disse ter sido interpelado por dois integrantes daquele grupo, que lhe levaram a motorizada.

"Estava na paragem, quando apareceu um jovem que pediu que lhe levasse na pracinha da Lília, assim que mobilizei a motorizada, identificou-se como polícia e recebeu-me a chave, bem como pediu os documentos da motorizada.

Assim que entreguei os documentos, apareceu outro jovem que identificou-se igualmente como polícia, ambos subiram na motorizada e disseram que lhes encontrasse na esquadra" O jovem acrescentou, entretanto, que desde aquela data nunca mais viu a sua motorizada. "Desloquei-me até à esquadra, coloquei a situação e o agente que me atendeu disse que naquele dia não tinham apreendido nenhuma motorizada e orientou que regressasse no dia seguinte.

Ao regressar no dia seguinte, conforme orientara o agente, encontrei o suposto agente que tinha-me recebido a motorizada e ao ser abordado por outro agente, disse desconhecer o assunto, alegando que não estava em serviço no dia em que a motorizada tinha sido apreendida" A nossa equipa de reportagem contactou um suposto integrante do grupo que nos foi indicado por um jovem moto-taxista, este disse não fazer parte daquele grupo, assim como desconhece a existência do mesmo. Questionado o que estaria a fazer nas proximidades do Posto Policial, disse estar à espera de um amigo que se

encontrava no interior do Centro Médico, adjacente à esquadra.

### 3.13 Greve de taxistas à vista em Luanda

*Jornal Visão*

*17 De Fevereiro de 2017*

Os taxistas da província de Luanda decretaram três dias de greve em todos os pontos da capital do país. A decisão foi tomada numa assembleia realizada pelos "candongueiros" no dia 29 de Janeiro, depois de várias negociações fracassadas entre a Nova Aliança dos Taxistas e o governo de Luanda, mas a categoria divulgou a decisão hoje.

Os "candongueiros" continuam a queixar-se da falta de paragens oficiais e dos abusos dos agentes da polícia. Os protestos estão marcados para os dias 20, 21 e 22 do mês em curso, segundo o presidente da Nova Aliança dos Taxistas, Geraldo Wanga.

O presidente da organização que defende os direitos de parte dos operadores de táxis disse ao Rede Angola que o Governo Provincial de Luanda não honrou nenhuma das promessas que fez aos taxistas. Nos encontros que tiveram as autoridades haviam prometido que iriam resolver as quietações dos azuis e brancos.

Além da Nova Aliança, os profissionais do sector também são representados por uma entidade concorrente, a Associação dos Taxistas de Luanda (ATL). A greve prevista para segunda-feira por enquanto é apenas da Nova Aliança. Até o momento, o Rede Angola não conseguiu confirmar a participação da ATL na greve. A Nova Aliança dos Taxistas de Angola afirma ter cerca de 22 mil associados em todo país, dos quais 18 mil estão em Luanda.

"Há falta de compromisso do governo da província de Luanda pela cedência de paragens. Prometeram e até agora não cumpriram. Outro motivo é a forma abusiva como a polícia de ordem pública interfere nas nossas actividades, e também a desvalorização do nosso trabalho por parte do próprio governo": afirma Geraldo Wanga.

Em Dezembro do ano passado o Governo Provincial de Luanda anunciou que seriam estabelecidas 320 novas paragens. Este anúncio, segundo a Nova Aliança dos Taxistas, serviu apenas para evitar a greve que estava a ser preparada.

Geraldo Wanga diz que a promessa não foi cumprida, e ao contrário disso, os taxistas perderam tantas outras paragens. "O assessor jurídico do governo da província de Luanda fez alguns pronunciamentos para nos contentar. Mas só serviram mesmo para nos contentar.

Anunciaram que Luanda teria 320 paragens nos próximos dias, algumas seriam implementadas no mês de Dezembro, mas não fizeram nada. As poucas que tínhamos nos foram retiradas.

Nas reclamações dos taxistas também constam as acções da Polícia Militar, Brigada Canina e da Polícia Montada. Estes também têm interpelam os condutores dos táxis e chegam a levar os documentos do "candongueiros" de acordo com Geraldo Wanga.

### 3 14 Pesos e "balanças"

*Jornal O PAÍS*

*17 De Fevereiro de 2017*

*Caro director do jornal O PAÍS,*

Algumas vezes me pergunto sobre o que vai na nossa cabeça de angolanos. Vejo muitas carrinhas à entrada de Luanda e em alguns locais de Luanda sul a vender fruta, mas sem balanças.

Porquê vendemos fruta contando o número de peças e não pesando?

Eu posso comprar quatro abacates a 500 Kwanzas e outra pessoa também, mas os meus abacates podem pesar meio quilo a mais, por serem maiores e todos pagamos o mesmo, isso não pode ser. Também acontece com a cebola, com o tomate e outros produtos do campo o mesmo acontece com os animais, galinha custa X, cabrito X, cinco peixes carapau mil Kwanzas. Até os próprios vendedores e os produtores perdem dinheiro.

Além das cantinas onde não há nem balanças, nem caixas registadoras, acho que os nossos feirantes (que vendem nas praças), deviam ser obrigados a usar balanças.

Temos de construir um país habituado à verdade, honesto e que queira as coisas certas. Quilo é quilo.

Não sei se perdem dinheiro ou se ganham, mas se usassem balanças e TPA para pagamento, certamente que os vendedores e os produtores teriam melhor noção do que custou e do que rendeu o seu esforço.

Caro director, escrevo sobre este assunto para que, se o publicarem no espaço Carta do Leitor, as autoridades o possam ler e reflectir um pouco sobre isso. Porque aqui também o Estado perde receitas, de certeza. E se o Estado controlar bem o peso da nossa

produção, no produtor e no comerciante, ficará mais fácil calcular, depois, onde investir mais.

Espero ter ajudado.

Bem-haja a todos os jornalistas de OPAÍS e a todos os produtores de fruta, a nossa boa fruta.

Matilde de Oliveira

### 3.15 Taxistas de Luanda em greve a partir da próxima semana

*Novo Jornal*

*Data: 17 De Fevereiro de 2017*

Os taxistas de Luanda iniciam uma greve a partir de segunda-feira, para voltar a protestar contra a falta de definição de paragens e apelar a um maior respeito e dignificação da actividade.

O anunciou foi feito, esta semana, pelo presidente da Nova Aliança de Taxistas, Geraldo Wanga. O presidente da Nova Aliança de Taxistas informou que já procedeu à entrega de uma carta ao Governo provincial de Luanda, a anunciar a paralisação dos serviços dos mais de 17 mil associados.

A razão da greve, de acordo com o representante dos taxistas, está relacionada com os antigos problemas não resolvidos e que motivaram a paralisação dos azuis e branco em 2015. "Continuamos a reclamar a criação de paragens fixas para o embarque e desembarque de passageiros. Exigimos dignificação e respeito pela nossa actividade", atirou Geraldo wanga.

"Pagamos regularmente a taxa de circulação, licenças e seguros e somos os maiores consumidores dos derivados de petróleo e de acessórios para veículos. Por isso, achamos que devemos ser tratados com respeito", reclamou.

Lamentou igualmente a "falta de definição", por parte do Ministério do Interior, sobre a especialidade de agente policial. Isto porque, na sua visão, "todos passaram a ser reguladores de trânsito". E, para "piorar" a situação, de acordo com o responsável da Nova Aliança, os polícias têm "extraviado os documentos dos taxistas".

"Afinal quem pode ou não fazer o serviço de agente regulador de trânsito? Nos últimos dias, todo o mundo é regulador de trânsito. Todo o polícia quer interpelar, quer importunar: a brigada canina, brigada montada, a protecção escolar. Todo o mundo

interpela, até a polícia militar 'cria variantes' para os taxistas por saber que é um negócio lucrativo.

O governo provincial é que não tem criado condições. A polícia não devia estar em cima de nós, como tem andado", reclamou o presidente da Nova Aliança de Taxistas.

A realização de um censo para apurar quantos taxistas estão no activo é outra das exigências da Nova Aliança que afirma constatar falhas na execução das políticas do Estado, por alegadamente o Governo da Província de Luanda (GPL) desconhecer as estatísticas reais.

O líder da Nova Aliança de Taxistas explicou ainda que a decisão de cruzarem os braços durante os dias 20, 21 e 22 saiu de uma deliberação do Conselho da Organização, que esteve reunido nos finais do ano passado, em consequência das promessas não cumpridas por parte do Governo de Luanda e que, segundo conta, se arrastam desde 2015.

"Infelizmente, são promessas e promessas e, de lá para cá, nenhuma delas se cumpriu, mas nós, em função disso, preferimos lembrar que estamos a parar por falta de paragens definitivas para o exercício da nossa actividade", pontualizou. Geraldo Wanga explicou ainda que, em dois anos, a sua equipa conseguiu, por via da sensibilização, conter os ânimos dos seus associados. Contudo, "nada foi resolvido pelas autoridades", a quem acusa de terem eliminado as poucas paragens que existiam.

"Em Dezembro de 2016, o assessor jurídico do GPL fez promessas públicas para a criação de 320 paragens de táxi para embarque e desembarque de passageiros, mas até hoje não fora cumpridas", desabafou o líder da Nova Aliança.

Apesar da de la ação de greve, os taxistas estão dispostos a negociar.

"A negociação servirá apenas para avaliar as nossas exigências para o período de 2015 a 2017. Caso se chegue a um desfecho mutuamente favorável, a greve não se estenderá aos três dias", disse.

Autoridades partem para sinalização de paragens de táxi

A sinalização de zonas para paragens de táxis arranca segunda-feira, em Luanda, data prevista para o início de protestos pela associação Nova Aliança de Taxistas, pela falta das mesmas.

A indicação foi avançada pelo gerente da empresa encarregada de sinalizar as zonas, Walter Prado, no

final de um encontro promovido pelo Governo Provincial de Luanda e a Polícia Nacional.

### 3.16 Taxistas decretam três dias de greve a partir de segunda-feira

*Jornal A Republica*

*Fevereiro de 2017*

*Texto: Borralho Ndomba*

Os taxistas da província de Luanda decretaram três dias greve em todos os pontos da capital do país. A decisão foi tomada numa assembleia realizada pelos "candongueiros" no dia 29 de Janeiro, depois de várias negociações fracassadas entre a Nova Aliança dos Taxistas e o governo de Luanda, mas a categoria divulgou a decisão hoje.

Os "candongueiros" continuam a queixar-se da falta de paragens oficiais e dos abusos dos agentes da polícia. Os protestos estão marcados para os dias 20, 21 e 22 do mês em curso, segundo o presidente da Nova Aliança dos Taxistas, Geraldo Wanga.

O presidente da organização que defende os direitos de parte dos operadores de táxis disse à Rede Angola que o Governo Provincial de Luanda não honrou nenhuma das promessas que fez aos taxistas. Nos encontros que tiveram as autoridades haviam prometido que iriam resolver as quietações dos azuis e brancos.

Além da Nova Aliança, os profissionais do sector também são representados por uma entidade concorrente, a Associação dos Taxistas de Luanda (ATL). A greve prevista para segunda-feira por enquanto é apenas da Nova Aliança. Até o momento, o Rede Angola não conseguiu confirmar a participação da ATL na greve. A Nova Aliança dos Taxistas de Angola afirma ter cerca de 22 mil associados em todo país, dos quais 18 mil estão em Luanda.

"Há falta de compromisso do governo da província de Luanda pela cedência de paragens. Prometeram e até agora não cumpriram. Outro motivo é a forma abusiva como a polícia de ordem pública interfere nas nossas actividades, e também a desvalorização do nosso trabalho por parte do próprio governo": afirma Geraldo Wanga.

Em Dezembro do ano passado o Governo Provincial de Luanda anunciou que seriam estabelecidas 320 novas paragens. Este anúncio, segundo a Nova Aliança dos Taxistas, serviu apenas para evitar a greve que estava a ser preparada.

Geraldo Wanga diz que a promessa não foi cumprida, e ao contrário disso, os taxistas perderam tantas outras paragens. "O assessor jurídico do governo da província de Luanda fez alguns pronunciamentos para nos contentar.

Mas só serviram mesmo para nos contentar. Anunciaram que Luanda teria 320 paragens nos próximos dias, algumas seriam implementadas no mês de Dezembro, mas não fizeram nada. As poucas que tínhamos nos foram retiradas.

Nas reclamações dos taxistas também constam as acções da Polícia Militar, Brigada Canina e da Polícia Montada. Estes também têm interpelado os condutores dos táxis e chegam a levar os documentos do "candongueiros" de acordo com Geraldo Wanga.

### 3.17 Taxistas em Luanda retomam "guerra" pelas paragens em Luanda

*Jornal Manchete*

*17 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Mário Cassanda*

A falta de paragens oficiais e os abusos dos agentes da Polícia, foram determinantes para os homens do azul e branco tomar a decisão de decretarem três dias de paralisação

A zona da Mutamba no centro urbano da cidade de Luanda, é tida pelos taxistas, vulgo "candongueiros", como das mais turbulentas para o exercício das suas actividades devido a ausência de paragens definidas, pelo que coloca-lhes a uma permanente perseguição dos agentes reguladores de trânsito.

O calvário começa na hora de desembarcar e embarcar os passageiros. Estacionado junto ao Governo Provincial de Luanda, na Rua da Missão, o condutor da viatura Toyota se aproximava um agente da polícia enquanto o cobrador apregoava a rota aos clientes. "Congolense-Prassa... Congolense-Prassa!"

De repente, o condutor precipita-se e arranca o carro vagorosamente ao ver um agente de trânsito por perto, deixando o cobrador a uns cinco metros. "Meu, fica calmo ele (polícia) não vem para aqui", disse o cobrador, tranquilizando o seu companheiro e poderão então continuar a embarcar os passageiros.

É assim que tem sido o dia-a-dia dos taxistas na zona da Mutamba. Fogem constantemente dos agente" da polícia, de maneira a evitar que sejam apanhados e apreendidos os documentos das viaturas, Por pararem num local alegadamente proibido.

Este cenário assiste-se um pouco por toda parte da cidade capital, facto que tem deixado agastado, os condutores dos oficiais, bem como o fim da "gasosa" por parte dos agentes reguladores de trânsito.

Há dois anos, o presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA), Geraldo Wanga, havia denunciado as "notificações" que acontecem nas estradas tendo afirmado ser um negócio rentável. O mesmo abordou com conhecimento de causa, alegada cumplicidade entre os agentes regulares de trânsito e os condutores de táxis.

O mesmo reagia na sequência da paralisação da actividade dos taxistas por falta de paragens oficiais e dos abusos do', agentes da Polícia, na altura. A greve teve resultados drásticos tendo culminado com desacatos na via pública e, conseqüentemente, levado a detenção pela Polícia de mais de duas centenas de taxistas, alguns dos quais foram parar às barras do tribunal e condenados.

Governo da criação de paragens oficiais nos mais variados pontos da cidade capital, mas os agentes da polícia não se coibiram em continuar a braços com o fenómeno da "gasosa".

Estes dois factores foram determinantes para a Nova Aliança dos Taxistas, organização que defende os direitos de parte dos operadores de táxis, tomar a decisão de decretarem três dias de paralisação para os dias 20, 21 e 22 do mês em curso.

A decisão foi tomada numa assembleia realizada pelos "candongueiros" no dia 29 de Janeiro, depois de várias negociações fracassadas entre a Nox a Aliança dos Taxistas e o governo de Luanda.

Tal como disse ao Rede Angola o pré-identencia a Aliança dos Tuxistus. Geraldo Wanga, o Governo Provincial de Luanda não honrou nenhuma das promessas que fez aos as inquietações dos azuis e brancos.

"Há falta de compromisso do governo da província de Luanda pela cedência de paragens. Prometeram e até agora não cumpriram.

Outro motivo é a forma abusiva como a polícia de ordem pública interfere nas nossas actividades, e também a desvalorização do nosso trabalho por parte do próprio governo", afirma Geraldo Wanga.

Em Dezembro do ano passado o Governo Provincial de Luanda anunciou que seriam estabelecidas 320 novas paragens. Este anúncio, segundo a ova Aliança dos Taxistas, serviu apenas para evitar a greve que estava a ser preparada.

Geraldo Wanga diz que a promessa não foi cumprida, e ao contrário disso, os taxistas perderam tantas outras paragens. "O assessor jurídico do governo da província de Luanda fez alguns pronunciamentos para nos contentar. Mas só serviram mesmo para nos contentar. Anunciaram que Luanda teria 320 paragens nos próximos dias, algumas seriam implementadas no mês de Dezembro, mas não fizeram nada. As poucas que tínhamos nos foram retiradas.

Nas reclamações dos taxistas também constam as acções da Polícia Militar, Brigada Canina e da Polícia Montada. Estes também têm interpelado os condutores dos táxis e chegam a levar os documentos do "candongueiros", de acordo com Geraldo Wanga.

Além da ova Aliança, os profissionais do sector também são representados por uma entidade concorrente, a Associação dos Taxistas de Luanda (ATL). A greve prevista para segunda-feira por enquanto é apenas da Nova Aliança.

Até o momento do fecho da presente edição, ATL não confirmou a sua participação na greve. A Nova Aliança dos Taxistas de Angola afirma ter cerca de 22 mil associados em todo país, dos quais 18 mil estão em Luanda.

GPL ignora nova aliança dos taxistas

Recorde-se que no encontro entre membros do Governo e os líderes da associação dos taxistas em Dezembro do ano passado, ficou marcado pela ausência dos representantes da Associação ova Aliança dos Taxistas.

Questionado sobre o assunto aos jornalistas o assessor jurídico do Governo Provincial de Luanda, Marcos Moreira, explicou que os representantes da referida organização não foram convidados pelo representantes do GPL, justificando que esta associação não é um interlocutor do Governo.

Marcos Moreira disse que a ATL foi convidada porque é uma associação que surgiu com a finalidade de dialogar com o Governo e a Nova Aliança é grupo de taxistas que devia ser um sindicato para reivindicar os direitos dos motoristas, tendo acrescentado que o GPL não precisa ter dois interlocutores para o mesmo efeito.

De acordo com o responsável, a Nova Aliança nunca fez chegar, as suas preocupações ao Governo e diz não estar informado sobre se esta organização está devidamente legalizada.

Citado pelo jornal O País, o presidente da ANATA, Geraldo Wanga, disse que os problemas que a Aigem

a classe não devem ser resolvidas "ofuscando parte dos representantes dos taxistas a nível nacional, como é o caso da ANATA, legalizada e reconhecida em Diário da República.

Segundo ele, tem de haver imparcialidade no tratamento das associações, frisando que actualmente o grosso de taxistas legalizados em Luanda está filiado na ANATA.

Sobre o número de paragens anunciadas, este responsável mostrou-se céptico quanto ao seu funcionamento, e diz que poderão não funcionar caso não haja fiscalização.

"É preciso que as paragens sejam efectivas porque o ano passado já foram criadas algumas e hoje já não existem, porque estão a ser usadas como parques de estacionamento", rematou.

Taxistas apoiam a greve

U ma vez se tratando da defesa dos seus interesses, vários taxistas ouvidos pelo Manchete afirmaram estarem de acordo com a decisão que foi tomada pela da Nova Aliança dos Taxistas, e garantiram dar todo o seu apoio para a saída da greve marcada para próxima segunda-feira.

Os homens do volante criticaram a postura da ATL em manter-se de forma persistente indiferente diante das inúmeras preocupações dos seus associados, alegadamente, por manter alguma cumplicidade com o Governo.

### 3.18 Candongueiros entre a crise e a realidade

*Jornal folha8*

*18 De Fevereiro de 2017*

Os luandenses, trabalhadores e estudantes, reféns diários do serviço de candongueiro (táxi), face ao quase inexistente serviço de transporte público, começam a ficar preocupados face a redução das rotas e, por vezes, o aumento inusitado do preço da corrida, consequência da falta de peças de reposição, aumento do preço do combustível e falta de subvenção da actividade. A crise económica, a redução das importações, o elevado preço das peças de reposição; bem como dos combustíveis, são apontados pelos proprietários e motoristas como estando na base do "ajuste de preços".

O governo na incapacidade de dialogar com os parceiros sociais, não consegue uma solução pragmática, capaz de suavizar os efeitos da crise, para

abrandar o eventual aumento do preço dos candongueiros.

E, neste estádio, parece irreal (mais uma vez), a solução do executivo, para impedir a acção legítima dos operadores de transporte, usando a força, e medidas paliativas, com a colocação da Polícia Económica, na rua ao invés de analisar as causas, prefere tapar o sol com a peneira. Os utilizadores criticam mais os candongueiros das rotas, Vila de Cacucaco/Vila de Viana, Viana ao Zango, Viana/Benfica e Viana/Congolenses (mercado), cuja tarifa chega a atingir os 200,00 Kz, nas primeiras horas da manhã, estabilizando depois das 09h00, para o legalmente estabelecido pelo Instituto de Preços e Concorrência (IPREC) do Ministério das Finanças. Mas, lamentavelmente, o preço da corrida volta a subir as 17h00, período de regresso de trabalhadores e muitos estudantes à casa, chegando alguns taxistas a cobrar 300,00 Kz, nas rotas Vila de Viana/Zango e Viana/Benfica.

"As linhas curtas para nós que trabalhamos no centro da cidade estão a nos matar. Estando na vila de Viana, os cobradores de táxi, chamam Moagem ao preço de 150 Kz, já na moagem, chamam Grafanilbar. Parece mentira, mas do bar ainda cobram 200Kz para os Congolenses", detalhou Maura, acrescentando, "estamos em crise e essa mania dos taxistas está a pesar seriamente nos nossos bolsos", rematou.

A falta de informação leva muitos cidadãos a atirarem-se contra a Polícia esquecendo-se que se fosse fácil a situação as empresas públicas estariam a funcionar e não o fazem, precisamente, face os custos operacionais.

Braulio Tiago, de 30 anos de idade, disse estar perplexo com a situação, pois até "os mini-autocarros desapareceram, dá a impressão que foram ameaçados. Não entendo, porque se a situação continuar, não vamos conseguir trabalhar ou então teremos de sacrificar os filhos, isso porque os cobradores de táxi, dizem-nos que o preço sob devido a crise e falta de subvenção. Contactado a propósito, uma fonte do Departamento da Polícia Económica adstrito à Ingombota, esclareceu terem um departamento junto das Divisões municipais, e agirem em função de denúncias dos cidadãos.

"Na maioria das vezes amamos em função das denúncias, mas, também quando entendemos haver tendência de encurtamento das rotas e aumento dos preços da corrida de táxi".

### 3.19 Dignificar o serviço de táxi

*Jornal de Angola*

*18 De Fevereiro de 2017*

O serviço de táxi, a todos os níveis, constitui um elemento insubstituível e grande complemento aos esforços das instituições do Estado no asseguramento das condições para o seu exercício. Hoje, atendendo aos fatores de mobilidade humana, enquanto variável importante na marcha da vida económica e social, é impensável conceber que o Estado garanta com meios de transporte a movimentação de toda a população. Os taxistas associados e as empresas de táxi personalizado, entre outros, constituem todos parceiros relevantes do Estado na medida em que asseguram a mobilidade, actividade comercial e económica.

Vale a pena repensar a forma como os operadores de táxi, congregados nas mais variadas associações ou empresas, exercem as suas actividades.

Nas grandes cidades, como Luanda, Benguela, Lubango, Huambo, Malanje e Cabinda, o grosso da população, que representa uma maioria qualificada de toda a população de Angola, é transportado pelos operadores de táxi para os mais variados destinos. Não precisamos de fazer um grande esforço para compreender que a actividade de muitas empresas, o comércio e, de uma maneira geral, o funcionamento da economia deve muito também aos taxistas.

E reconhecemos todos que este serviço precisa de conhecer maior fluidez, ausência de constrangimentos que resultam da lida com os agentes reguladores de trânsito e estado das vias, entre outras situações menos boas.

Em tempos, foi matéria de estudo as perdas económicas que resultam do tempo que as pessoas permanecem no trânsito por causa de factores conhecidos.

Não é preciso fazer um levantamento junto dos taxistas para ter uma ideia sobre as condições em que operam, numa altura em que a preocupação generalizada passa pelo que denunciam como comportamento irregular dos agentes que deviam regular, melhoria das estradas e, mais importante, pela definição de paragens oficial. Este último item constitui, na zona urbana da cidade de Luanda, o problema principal por que passam os operadores de táxi, sobretudo os que circulam com viaturas de marca Hiace. Não é aceitável que para estes operadores, que carregam diariamente milhares de

peças, simplesmente não haja paragens oficiais ou que não sejam permitidos parar, ainda que devidamente, ali onde seja possível. Em determinadas zonas do casco urbano, os operadores de táxi com viaturas Hiace não podem parar nas paragens para os outros operadores, uma situação muito questionável. É verdade que esta problemática tem levado a várias reflexões e ao ensaio de medidas em determinadas partes da cidade de Luanda para levar a uma solução definitiva. Mas precisamos de evoluir rapidamente para soluções sustentáveis porque, como mostram estudos e avaliações feitas a priori, o serviço de táxi tem um impacto significativo na economia do país. Para evitar que os operadores de táxi, sobretudo os que fazemos referência aqui, vulgar candongueiros, não sejam forçados a manobras pouco ortodoxas em plena via para deixar ou levar passageiros, urge repensar muitas das suas reclamações. Numerosos acidentes podem ser evitados e muitas vidas podem deixar de correr risco por causa de manobras perigosas e de paragens indevida, se algumas medidas forem avaliadas e tomadas.

O encontro entre o Governo da província de Luanda, a Associação dos Taxistas de Luanda, a Nova Aliança, a Polícia Nacional e a construtora Costa Angola constitui um passo encorajador na busca de soluções para os problemas reivindicados pelos associados

Defendemos uma espécie de novo pacto entre todos os intervenientes para que o serviço de táxi tenha mais dignidade, à medida que cada uma das partes se comprometa, de jure e facto, com novos procedimentos.

A ideia avançada no encontro no sentido da identificação de locais que deverão servir para paragens é um bom começo, porque as coisas não estão muito bem no que ao exercício de táxi nas grandes cidades diz respeito. É igualmente do conhecimento de todos que nem sempre o comportamento dos taxistas e cobradores, na sua maior parte, corresponde ao esperado. Há também da parte dos beneficiários dos serviços de táxi, dos outros automobilistas e dos agentes reguladores numerosas reclamações pela condução e comportamento dos operadores de táxi.

Para bem da mobilidade na cidade e segurança na circulação de pessoas e automóveis, esperamos o empenho e responsabilidade de todos os intervenientes para que o serviço de táxi conheça melhorias. Desejamos que as grandes cidades, particularmente Luanda com a densidade populacional que tem, não resvalam para o caos em matéria de circulação de táxis. Afinal, o serviço de táxi sempre existiu e, embora tenha conhecido o

desenvolvimento que todos assistimos com a entrada em cena dos chamados candongueiros, nada justifica que se encare os taxistas como um segmento a anular ou a dispensar. Pelo contrário, toda a sociedade deve apoiar os esforços do Governo da província de Luanda, a Associação dos Taxistas de Luanda, a Nova Aliança e a Polícia Nacional para dignificar o serviço de táxi.

### 3.20 Greve dos taxistas poderá paralisar Luanda

*Jornal folha8*

*18 De Fevereiro de 2017*

Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (A-NATA) anunciou a realização de uma manifestação de protesto, nos dias 20, 21 e 22 de Fevereiro, por não ter chegado a acordo com o Governo Provincial de Luanda, garantiu Geraldo Wanga, representante da Associação, depois do governo ter dito o contrário em noticiário da televisão pública.

E para melhor interagir com os cidadãos, talvez por não ter espaço de antena postou no facebook o seguinte: "passei para contradizer a peça teatral do GPL e convidados exibido pela TPA", lê-se na sua página, desmentindo dessa forma o GPL.

A A-NATA (Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola), a ATL (Associação dos Taxistas de Luanda), a UNTA (União Nacional dos Trabalhadores de Angola), a Polícia Nacional e membros do GPL (Governo Provincial de Luanda) estiveram reunidos a mesma mesa, na busca de um consenso sobre a problemática das paragens de táxis.

Em função das fortes divergências e contradições, que pareciam insanáveis e porque o tom, dos demais, parecia ameaçador e atentatório a dignidade da organização, a A-NATA decidiu bater com a porta e abandonar a reunião, porque "a intenção do GPL e companhia, era de nos intimidar face a nossa posição. E nós não aceitamos intimidações e ameaças, abandonamos a sala e deixamos a

[esta para os bajuladores da UNTA e da ATL]", explicou Geraldo Wanga lamentando o facto de alegadamente, a "ATL não sabe qual é o seu real papel na verdade", ela "serve de porta-voz do GPL para os taxistas quando deveria ser ao contrário". O letmotiv da trama prende-se com uma reclamação, que parece legítima da A-NATA, quanto a regularização das paragens de táxis, nas várias rotas da cidade de Luanda, visando evitar os transtornos com a Polícia, que por tudo e por nada os manda parar, para aplicação de multas.

A o não verem, até hoje, os seus apelos respondidos, a organização decidiu paralisar a prestação dos seus serviços a partir do 20 de Fevereiro. A-NATA informa, ainda, que para além de não verem os seus apelos respondidos, "as autoridades aumentaram as punições com multas 'e apreensões das viaturas dos taxistas", lê-se na carta dirigida ao governador da província de Luanda.

Pese este incidente, mantêm-se a disponibilidade, para uma reflexão conjunta, em prol dos altos interesses das 'partes c do serviço público, prestado aos cidadãos, o que não inviabilizará, para já, um recuo da decisão referente a paralisação.

O descontentamento dos taxistas para com certas acções dos dirigentes começou a intensificar-se a partir da diminuição e posterior corte dos subsídios de combustíveis, o alto custo das peças de reposição e ou mesmo escassez, face a sua não importação e, mais grave a imposição administrativa, para não subida do preço da corrida, quando tudo sobe. Entretanto, com o último reajuste dos preços dos combustíveis que entrou em vigor a 01 de Janeiro de 2016 e com o aumento dos "gritos insatisfeitos" dos homens dos azuis e brancos, o Ministério das Finanças, depois de uma semana, alterou a tarifa dos transportes de aluguer coo lectivo de passageiros por percurso de 100 Kz para 150 Kz, em clara violação a Constituição, uma vez não tendo chegado a um acordo, nem concedido benefícios fiscais aos parceiros sociais privados, não pode a economia de mercado 'ser regulada administrativamente, pelo partido de governo.

Agora, urge resolver, também, as paragens de táxi, cuja preocupação remonta, as manifestações públicas de 2014, afectando, principalmente os taxistas que faziam o trajecto Aeroporto! Muramba que "tinham de pagar aos agentes reguladores de trânsito por parar nas paragens habituais cios autocarros colectivos. Este acto deixou os taxistas exaustos de sorte que convocaram, na altura, uma greve', reivindicando paragens obrigatórias em Luanda".

De lá para cá consta dá-se que o problema das paragens evoluiu no trajecto Aeroporto! Muramba, mas quanto as outras rotas da capital, para o carregamento dos passageiros têm sido alteradas aleatoriamente c sem justificação, dificultando a operacionalidade quer dos candongueiros, como dos passageiros.

### 3.21 Simplificado processo de licenciamento de viaturas

*Jornal de Angola*

*18 De Fevereiro de 2017*

Os proprietários de viaturas de serviço de táxi em Luanda Já podem obter as suas licenças em até três dias úteis, informou, ontem, o director do Gabinete Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana.

Amadeu Campos, citado ontem pela Angop, disse que, para facilitar o processo de licenciamento, foi reduzido o número de documentos necessários, daí estar já célere a obtenção da licença para as viaturas de serviço de táxi na capital angolana.

O responsável, que falava à comunicação social no final de um encontro orientado pelo vice-governador da província de Luanda para o Sector Económico, José Cerqueira, com responsáveis da Associação dos Taxistas de Luanda (ATL), salientou que a desburocratização do processo de licenciamento é resposta a uma das principais reclamações apresentadas pelos taxistas.

Em Luanda, os taxistas reclamam da actuação de certos agentes reguladores de trânsito que, ostensivamente, multam e apreendem viaturas por falta de alguns documentos, entre os quais a licença, cuja obtenção os taxistas alegam não ser fácil.

Amadeu Campos tranquilizou os proprietários de viaturas de serviço de táxi, garantindo-lhes que, doravante, podem obter o documento em três dias úteis.

Sobre a anunciada paralisação, na segunda-feira, da actividade dos taxistas de Luanda, Amadeu Campos disse não haver motivos para tal, por as preocupações apresentadas no documento da Associação Nova Aliança dos Taxistas (Anata) estão a ser resolvidas, sendo uma delas a criação de paragens fixas.

O responsável insistiu na necessidade de as associações afins colaborarem na sensibilização dos filiados, sobretudo dos proprietários dos táxis, no que diz respeito à legalização das viaturas.

O licenciamento, adiantou, é o culminar de um processo, que inicia com a inspecção técnica da viatura, passando depois pelo pagamento do seguro e das obrigações fiscais.



O anúncio da paralisação do serviço de táxi em Luanda foi feita numa carta endereçada ao governador provincial, Higino Carneiro, pela Anata, que esteve ausente da reunião por motivos alheios ao Governo Provincial de Luanda.

Advertência da Polícia A última greve feita por taxistas em Luanda aconteceu também numa segunda-feira, a 5 de Outubro de 2015, tendo a paralisação provocado transtornos aos trabalhadores e estudantes.

Durante a paralisação, houve grevistas que quebraram vidros de viaturas de colegas que não aderiram à greve, além de impedirem que "os fura-greves" oferecessem boleia. Os desordeiros chegaram a montar postos de controlo para retirar passageiros de veículos particulares.

Por este facto, o superintendente-chefe Eduardo Diogo, comandante municipal de Luanda, advertiu que os seus efectivos vão reprimir acções de arruaça, mantendo a ordem e tranquilidade públicas.

A União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) pretende filiar na organização trabalhista motoristas e cobradores de táxi com vista a salvaguardar os direitos da classe.

O desejo foi manifestado pelo secretário para os Assuntos Jurídicos dos Trabalhadores Rodoviários da UNTA, Pedro Luís Bengue, quando falava no final de um encontro com o vice-governador provincial para o Sector Económico, José Cerque ira.

O encontro, que abordou questões relacionadas com a anunciada paralisação parcial dos transportes privados na segunda-feira, juntou igualmente responsáveis da Associação dos Taxistas de Luanda (ATL).

Pedro Bangué referiu que a classe não tem uma organização que defenda os seus interesses, embora tenha a Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) e a Associação Nova Aliança dos Taxistas (Anata).

Acrescentou que estas organizações estão mais preocupadas com os interesses dos patrões ou proprietários de viaturas. Se os taxistas estiverem filiados na UNTA, referiu, terão os seus interesses defendidos.

Convocatória de greve "A greve deve ser convocada por associações sindicais e não por patronatos, tal como acontece agora com os taxistas", esclareceu.

A Associação Nova Aliança dos Taxistas (Anata) endereçou há dias uma carta ao governador provincial de Luanda, Higino Carneiro, anunciando a

paralisação dos seus trabalhos a partir de segunda-feira, devido ao mau estado das novas paragens, das estradas e das constantes interpelações pela Polícia.

A Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) descarta a participação dos seus filiados na interrupção do exercício da actividade, anunciada para segunda-feira próxima, pelo Movimento Nova Aliança de Taxistas. O seu presidente, Manuel Faustino, disse que a associação desassocia-se da acção por não ter tido conhecimento antecipado do aludido movimento de paralisação por parte da sua congénere.

Por esta razão, alertou aos proprietários de táxis, associados à ATL e habilitados para os serviços, a ter o controlo das suas viaturas.

Apelou a todos os filiados para manterem a calma, uma vez que, em caso de arruaça, as forças policiais vão intervir e os infractores responderão criminalmente de acordo com a lei vigente no país.

O presidente da Nova Aliança de Taxistas, Geraldo Wanga, disse que a paralisação foi convocada por falta de resposta do Governo Provincial de Luanda às reclamações apresentadas há já algum tempo, no que toca à indicação de paragens definitivas para os táxis.

Outra situação que está por detrás desta decisão, prende-se, de acordo com o responsável associativo, daquilo que chamou de "má actuação da Polícia de Trânsito", com relação aos taxistas.

"Na passada segunda-feira, foi já entregue ao GPL uma carta a anunciar a paralisação dos nossos serviços", referiu O comandante da Unidade de Trânsito de Luanda, superintendente-chefe Roque Silva, disse que a corporação tem feito o seu trabalho.

"E certo que a Polícia de Trânsito não vai permitir paragens desordenadas, criando confusão na via pública, pondo em perigo a vida de outros utentes incluindo os motoristas, cobradores e passageiros", explicou.

Dados do Governo da Província de Luanda divulgados há menos de quatro anos, indicavam que naquela altura circulavam na capital angolana, cerca de 20 mil táxis entre legalizados e não legalizados, número que hoje deve estar muito acima.

### 3.22 Casa Civil do PR trava greve dos taxistas

*Jornal O País*

*Data: 20 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Milton Manaça*

A Nova Aliança dos Taxistas de Angola suspendeu a greve prevista para de hoje até Quarta-feira, após receberem garantias de um alto funcionário da Casa Civil do Presidente da República de que as suas exigências começarão a ser resolvidas antes de Sexta-feira próxima (25).

Milton Manaça Em declarações a OPAÍS, Geraldo Wanga, o presidente a Nova Aliança, disse que os taxistas acreditaram "nas palavras do alto funcionário da Casa Civil por se tratar de uma pessoa com poderes de decisão". Considerou que a pressão exercida pelos seus filiados resultou na definição de mil paragens, contrariamente às 320 anunciadas em Dezembro, pelo Governo Provincial de Luanda (GPL).

Entretanto, o líder dos taxistas esclareceu que o recuo nada tem a ver com a reunião realizada na Quinta-feira pelo GPL, em que a Nova Aliança viu-se obrigada a abandonar a sala da reunião por alegadas intimidações por parte das autoridades que convocaram encontro.

Por outro lado, Geraldo Wanga referiu que a associação dará até Sexta-feira, 25, para que se estabeleçam a primeira parte das mil paragens anunciadas. Caso não se venha a concretizar a promessa, tomarão novas medidas sem aviso prévio.

O líder da Nova Aliança disse ter conseguido, por intermédio da pressão exercida, alcançar os objectivos desejados e manifestou a necessidade de a Polícia Nacional manter uma postura pedagógica, enquanto decorrer o processo de pintura das paragens.

### 3.23 Defendida regulamentação da profissão de moto-taxista

*Jornal de Angola*

*23 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Joaquim Júnior*

Domingos Agapito, que falava durante uma visita que a administradora municipal do Uíge efectuou ao Centro de Formação Profissional de Condutores da AMOTRAG no Uíge, disse que a actividade de mototaxista é uma alternativa profissional para muitos jovens desempregados na província. A

legalização da actividade promove a sobrevivência de muitas famílias, acrescentou.

"Pretendemos a transformação do mercado informal de moto-táxi em trabalho formal, para a inserção social de muitos jovens que se dedicam a esta actividade, pois a regulamentação do serviço poderá trazer melhorias na profissionalização dos mesmos, o licenciamento e cadastramento das motorizadas, a criação de micro e pequenas empresas e contribuir, desta forma, para o aumento da renda familiar e qualidade de vida dos moto-taxistas", justificou. Domingos Agapito revelou que, para credibilizar a actividade e melhorar a segurança dos moto-taxistas e do passageiros, a AMOTRANG possui na província um Centro de Formação Profissional, criado em 2015, através de uma linha de financiamento da União Europeia, em parceria com a Igreja Anglicana. O centro dispõe de equipamentos audiovisuais, que permitem a instrução dos motoqueiros em apenas 30 dias. "Os motoqueiros não têm capacidade financeira para custear a sua formação, pois são precisos apoios financeiros para a legalização do centro e o pagamento dos emolumentos necessários para a obtenção da carta de condução na Direcção de Viação e Trânsito", referiu. "Nos períodos anteriores, com o apoio do Governo Provincial e da União Europeia, deu para formar 180 motoqueiros, o que é ainda uma gota no oceano, a contar pelo número dos que necessitam de formação ", acrescentou

Domingos Agapito revelou que há uma redução significativa do índice de acidentes de viação que envolvem motociclistas na província, fruto da aulas de Código da Estrada e de normas para o exercício das actividades de moto-táxi ministradas no centro. Segundo a associação, existem cerca de 5000 motociclistas no município do Uíge.

A administradora municipal do Uíge, Catarina Pedro Domingos, felicitou a associação pela iniciativa, sublinhando que o Governo reconhece o papel dos moto-taxistas no transporte de pessoas e bens. "A Administração Municipal do Uíge está a levar a cabo um programa de visitas a várias localidades, instituições e grupos sociais, para podermos interagir e conhecermos as vossas dificuldades, pois os motoqueiros, como homens da estrada, precisam também de partilhar alguma informação sobre o seu trabalho", disse.

Catarina Pedro Domingos pediu mais responsabilidade na condução, para reduzir a sinistralidade rodoviária na região.

Durante a reunião com mais de 50 motociclistas da cidade do Uíge, foram levantadas várias questões ligada às paragens e locais de estacionamento, a

necessidade da aprovação do regulamento e formalização da actividade do serviço de mo-totáxi, a atribuição de cartas de condução, o licenciamento das motorizadas e a atribuição de matrículas dos motociclos.

### 3.23 Licença de actividade de táxi pode ser obtida em três dias

*Jornal Economia e Finanças*  
24 De Fevereiro de 2017

Os proprietários de viaturas que exercem serviço de táxi podem obter as suas licenças num período de até três dias úteis, afirmou o director do gabinete provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, Amadeu Campos.

De acordo com o responsável, com vista à facilitação do processo, neste momento, foram reduzidos o número de documentos necessários, tornando o método de obtenção célere.

O director falava recentemente no final de um encontro orientado pelo vice-governador provincial de Luanda para o sector Económico, José Cerqueira com os responsáveis da Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) onde abordou questões relacionadas à anunciada paralisação dos taxistas a partir de 20 de Fevereiro.

Tendo em conta que uma das principais reclamações dos taxistas tem sido as multas e apreensão das viaturas pela Polícia, por falta de alguns documentos, entre os quais a licença, alegando dificuldades na sua obtenção, Amadeu Campos tranquilizou os proprietários dos veículos e garantiu que em três dias já poderão tratar o referido documento.

O director do gabinete provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, fez saber que não há motivos para paralisação dos serviços de táxi, uma vez que as preocupações apresentadas no documento da Anata estão a ser solucionadas, nomeadamente a montagem das paragens e também a questão da sua legalização.

Amadeu Campos apela as associações afins, no sentido de colaborarem na sensibilização dos seus filiados, mormente os proprietários dos táxis no que toca a legalização dos seus meios.

Explicou que o licenciamento é o culminar de um processo que inicia com a inspecção técnica do veículo, passando depois pelo seguro, ou o pagamento das obrigações fiscais e no fim a obtenção da licença.

O anúncio da paralisação foi endereçado há dias, em carta dirigida ao governador provincial, Hígino Carneiro, pela Associação Nova Aliança dos Taxistas, vulgo (A NATA), ausente na reunião por motivos alheios ao GPL.

A última vez que os taxistas paralisaram a sua actividade, foi igualmente numa segunda-feira, no dia 05 de Outubro de 2015 e provocaram muitos transtornos aos trabalhadores e outras pessoas que pretendiam se deslocar.

Durante a sua manifestação quebraram vidros de outros carros e impediam que oferecessem boleia a quem quer que fosse, chegando mesmo a montarem postos de controlo para retirar passageiros em veículos particulares.

Por este facto, o superintendente chefe Eduardo Diogo, comandante municipal de Luanda, adverte que os seus efectivos vão reprimir acções de arruaça, mantendo a ordem e tranquilidade públicas.

No entanto, enquanto decorrerem as negociações entre a associação e as entidades de direito, os taxistas deverão continuar normalmente com a sua actividade.

Segundo apurou o JE, segunda-feira última, muitas paragens já ficaram superlotadas devido ao anúncio da paralisação, feito pela associação dos taxistas de Luanda. Há cerca de quatro anos, segundo dados do Governo Provincial de Luanda, circulavam na capital angolana cerca de 20 mil táxis entre legalizados e não legalizados.

### 3.24 Taxistas ganham primeiras paragens fixas

*Jornal O PAÍS*  
24 De Fevereiro de 2017  
Texto: Milton Manaça

Taxistas de Luanda começaram a ver os primeiros frutos da reivindicação que culminou com o anúncio da definição de mil paragens na semana passada pelo Governo Provincial de Luanda.

Desde Quarta-feira que começou o trabalho de sinalização dos locais para embarque e desembarque de passageiros na Estrada acional230, no sentido Viana ao centro da Cidade.

o seio dos taxistas, o sentimento é de dever cumprido, dois anos depois de terem-se batido para que fossem criados locais próprios para paragens sem que fossem interpelados pelos agentes reguladores de trânsito.

Na Vila de Viana, na conhecida Ponte Amarela, onde começou a primeira sinalização, OPAÍS conversou com o taxista Paulino Pedro, que se mostrou regozijado pela conquista resultante da luta imprimida nos últimos tempos.

Da Ponte Amarela até a Estalagem foram afixadas seis placas sinalizadoras, entretanto consideradas insuficiente pelo nosso interlocutor. Ainda assim disse ter conseguido carregar os passageiros no local sem que fosse importunado pelos agentes reguladores de trânsito. "Antes mesmo bem parado eras interpelado pela Polícia caso fosses encontrado aqui. Agora é preciso que nós taxistas passem também a parar nos lugares certos", disse.

Para Jorge Andrade, outro taxista, cumprimento da promessa do GPL é uma demonstração da importância que os taxistas representam para mobilidade das pessoas e o seu contributo no crescimento da economia, apesar de realçar que o que foi feito até aqui é quase insignificante para atender a demanda.

"Somos nós que levamos as pessoas de casa para os locais de trabalho e era necessário que nos cedessem lugares fixos para desempenharmos melhor a nossa actividade", sustentou. "Passageiros também saem a ganhar" A passageira Júlia Simão, residente na Vila de Viana, disse que os beneficiários das paragens não são apenas os taxistas, visto que a falta de definição de locais próprios para o embarque e desembarque de pessoas dificultava igualmente os utentes.

"Nós os passageiros também saímos a ganhar com isso, porque era preciso percorrer distância para encontrar os taxistas parados", disse Júlia Simão, acrescentando que na eventualidade da medida se estender para todos os municípios poderá tornar menos embaraçado o trânsito.

### 3.5 GPL forçado a estabelecer paragens para taxistas

*Jornal folha 8*

*25 De Fevereiro de 2017*

O Governo da Província de Luanda, coadjuvado pela Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (A-NATA), deu arranque aos trabalhos de sinalização das paragens dos candongueiros que ameaçavam paralisar suas actividades no passado dia 20.02.17, caso o Executivo de Higinio Carneiro se revelasse indiferente às queixas apresentadas, Ora, para muitos, a colocação de sinalização de paragens para embarque e desembarque de passageiros dos candongueiros que se iniciou no município de Viana, é um ganho da A-

NATA e seus associados sobre o Executivo provincial que há muito vem adoptando uma postura discriminatória em relação aos azuis e branco.

Pois, para os taxistas, a inexistência de paragens próprias tem contribuído para o aproveitamento dos agentes reguladores de trânsito e operacionais da ordem e tranquilidade públicas que, valendo-se da farda que usam, exigem dos taxistas a entrega de algum dinheiro, sempre que apanhados numa determinada paragem que não seja destinada para estes, "como se houvesse locais destinados para paragem exclusiva de candongueiros". Recorde-se que a Nova Aliança dos Taxistas de Angola que, qual relampago, "cilindrou" a ATL em matéria de defesa dos taxistas, havia convocado uma greve dos azuis e branco por alegado incumprimento dos compromissos por parte do GPL.

Entretanto, Geraldo Wanga, presidente da A-NATA, garante que a falta de paragens e a não definição por parte do Ministério do Interior de que qual agente deve regular o trânsito, estiveram na base da anunciada greve que acabou suspensa.

«Infelizmente são promessas e promessas e de lá para cá nenhuma delas se cumpriu, mas nós, em função disso, preferimos lembrar. Estamos a parar por falta de paragens definitivas para o exercício da nossa actividade, uma vez que o próprio governo provincial é que não tem criado as condições. Por outro lado, a polícia não devia estar por cima de nós como tem andado», dissera, acrescentando que, "o Ministério do interior deve definir quem é o polícia que pode ou não fazer o serviço de agente regulador de trânsito, porque, nos últimos dias, todo o polícia é regulador de trânsito, todo o mundo cria variantes para os taxistas, por saberem que é um negócio lucrativo», lamentou.

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Pagar imposto online vai ser possível

*Jornal de Angola*  
05 De Fevereiro de 2017

O sistema foi lançado na quarta-feira na Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes e na 4.ª Repartição Fiscal, em Luanda, e passará por um processo gradual de cativação de funcionalidades e expansão por todo o país. Uma das alterações mais relevantes consiste na mudança de cor dos formulários, nomeadamente do Documento de Liquidação de Impostos (DLI) e do Documento de Arrecadação de Recitas (DAR), que assumem novas tonalidades, passando de azul e rosa para cinzento. Os documentos vão deixar de ser adquiridos na Imprensa Nacional e passam a ser impressos.

Para salvaguardar eventuais dúvidas quanto à sua veracidade, a AGT irá disponibilizar mecanismos para garantir a averiguação da autenticidade dos referidos documentos.

"A Administração Geral Tributária informa que está em curso a implementação do Sistema Integrado de Gestão Tributária que resulta da necessidade de automatização, atualização e desburocratização do processo tributário, impondo-se como forma de dar continuidade à reforma tributária em curso, melhorando a comunicação e a interação com o contribuinte", lê-se no comunicado.

O Sistema Integrado de Gestão Tributária é uma solução informática integrada e centralizada, capaz de acompanhar e supervisionar toda a atividade dos contribuintes, harmonizando e substituindo diversos sistemas e ferramentas atualmente em utilização nas áreas tributárias da AGT. É possível obter informação relevante e consultar a legislação tributária atualizada e submeter declarações fiscais eletronicamente, entre outros serviços que ficarão disponíveis.

Além de promover a automatização e desmaterialização progressiva dos processos tributários, o Sistema Integrado de Gestão Tributária introduz meios inovadores, garantindo a modernização e eficiência do sistema tributário, com claras vantagens para o contribuinte. O sistema vem

facilitar e tomar célere o contacto do contribuinte com a Administração Geral Tributária (AGT).

Solução informática integrada e centralizada, o sistema é capaz de acompanhar e supervisionar toda a actividade dos contribuintes, harmonizando e substituindo diversos sistemas e ferramentas actualmente em utilização nas áreas tributárias da Administração Geral Tributária.

O Sistema Integrado de Gestão Tributária promove a auto matização e desmaterialização progressiva dos processos tributários, introduzindo meios inovadores, garantindo a modernização, eficiência e eficácia do sistema tributário, com claras vantagens para o contribuinte. A Administração Geral Tributária acredita que com a melhoria geral dos processos tributários, através do desenvolvimento da inteligência fiscal, redução do esforço na recolha, acesso e tratamento de se dados, os contribuintes vão beneficiar da ferramenta informática.

"Sendo este o primeiro mês de ativação do SIGT, somos a pedir antecipadamente, desculpas por quaisquer transtornos que a implementação do SIGT possa causar, na certeza de que, a ocorrer qualquer constrangimento, este será rapidamente corrigido, visando-se a optimização do sistema e a concretização de um projecto vantajoso para com todos", lê-se no comunicado.

Além do Sistema Integrado de Gestão Tributária, a AGT desenvolve uma outra ferramenta informática denominada ASYCUDA - " Sistema Automatizado de Processamento de Dados Aduaneiros, que permite a facilitação do comércio, redução dos custos e dos actuais processos burocráticos registados.

O sistema já é utilizado em mais de 115 países do mundo. É uma ferramenta que permite a troca de informação entre as várias administrações aduaneiras e facilita a apresentação dos valores declarativos por parte dos importadores. Uma das vantagens apontadas desta ferramenta informática é a desmaterializar o uso do papel.

Entre outras acções previstas para este ano, a Administração Geral Tributária prevê o aumento das apresentações declarativas por parte dos contribuintes, o alargamento da base dos contribuintes com a ta' integração dos que estão fora do sistema e o aumento da eficácia da máquina fiscal.

## 4.2 Obrigações fiscais

*Jornal Economia e Finanças*  
10 De Fevereiro de 2017

Para economias como a nossa, as crises financeiras por norma têm a capacidade de despertar, até porque a necessidade aguça o engenho. Os Estados, para a necessidade de conferir primazia fiscal às receitas estatais, financiam-se principalmente pelos impostos que decorrem do contrato social "assinado" entre o Estado e as pessoas.

Este contrato social é simples, pois existem duas contrapartes: as pessoas (particulares e colectivas) e o Estado, ambas têm direitos e deveres e são de certa forma complementares, ao ponto de concluirmos que uma contraparte não subsiste sem a outra.

Falemos primeiro das pessoas, que aqui descrevemos como famílias e empresas. No que respeita às famílias, devem ter as condições imprescindíveis para que tenham uma vida confortável, com as condições necessárias e suficientes para dormir, acordar e ir trabalhar, podendo desta forma realizar a sua actividade económica com dignidade.

A actividade económica deve ser desenvolvida com segurança, infra-estruturas básicas e condições essenciais para o processo produtivo e o ciclo de vida do produto se mantenha ininterrupto, para que os clientes finais, que são as mesmas pessoas e o próprio Estado, se sintam satisfeitos.

Por outro lado, cabe ao Estado no seu exercício de governação, o provimento de uma série de benfeitorias que daqui para diante serão descritas como bens públicos.

Mas a parte mais importante é entender como são financiados os bens públicos, como se paga a construção das estradas e caminhos-de-ferro, como funcionam administrativamente a função pública, escolas e universidades, os hospitais e postos médicos, barragens e ligações eléctricas, como se paga pela segurança nacional (exército, polícia e serviços de inteligência) e outros bens essenciais para o nosso modo de vida.

A resposta é simples: pagam-se com os impostos, que são a participação monetária que as famílias e as empresas devem entregar ao Estado para este fornecer os bens públicos. Então, nós pagamos impostos e em troca temos a água, ar puro, jardins, luz eléctrica, educação, saúde, leis/tribunais e segurança.

Aqui rezam as fundações do contrato social, pois o Estado fornece as condições sociais essenciais e as

famílias organizadas em micro, pequenas, médias e grandes empresas desenvolvem a actividade económica, onde obtêm receitas, pagam os seus custos (aos trabalhadores, fornecedores e financiadores) e acumulam lucros.

Os impostos são aplicados aos lucros das empresas, aos salários dos trabalhadores, aos recebimentos (que são receitas) dos fornecedores e aos juros recebidos pelos financiadores. Esta cadeia dinâmica apenas é sustentável se as empresas tiverem condições para trabalhar e as pessoas estiverem a ser remuneradas condignamente, então o Estado tem que fazer o que lhe cabe, para que no fim do processo possa arrecadar mais e assim aplicar melhor.

Pela utilização de alguns bens públicos específicos, o Estado cobra taxas, por exemplo, a de saneamento ou de circulação, que são consignadas para aqueles serviços, pois nestas situações o Estado entende ser necessário acrescentar aos impostos, uma taxa para acudir aqueles sectores em concreto.

É de todo importante referenciar que os impostos e taxas devem ser pagos e a tempo, sob pena do Estado não conseguir cumprir com a sua missão cada vez mais exigente (a população não pára de crescer e de exigir cada vez mais e melhor) de prover o serviço público no exacto momento em que é necessário.

A outra componente "compele" os cidadãos que efectivamente podem pagar os impostos e taxas, a fazê-lo e a necessidade do nivelamento das desigualdades sociais, que é também tarefa do Estado, que tem a obrigação de criar e implementar um sistema fiscal que privilegie a justiça fiscal e social, bem como a redistribuição dos rendimentos.

Pelo que devemos todos ter a plena noção que não somos todos iguais, existem cidadãos incapazes (por vários motivos), os mais ou menos capazes/produtivos, sendo assim os rendimentos irão diferir. De forma indirecta, os rendimentos dos cidadãos produtivos terão de ser transferidos para aqueles que necessitam do apoio social e cabe ao Estado fazer esta transferência de dignidade.

## 4.3 Estado paga 379 milhões USD para evitar falência da Baía de Luanda

*Jornal de Angola*  
*Jornal Expansão*  
Texto: Alice Chiata

O resgate do projecto de requalificação da Baía de Luanda vai custar aos contribuintes 379 milhões USD

e deverá representar "a morte" do projecto público-privado tal como foi concebido em 2005, por inviabilidade financeira. O Estado evita a falência da Sociedade Baía de Luanda mas aumenta a dívida pública já que o resgate será financiado com a emissão de Obrigações do Tesouro.

O decreto presidencial 23/17 de 15 de Fevereiro, orienta a reversão "por utilidade pública" dos direitos de concessão e respectivos espaços comerciais e de publicidade, outorgados por 30 anos, de 13 parques de estacionamento da Marginal de Luanda. Além dos referidos direitos de concessão revertem igualmente para o Estado as parcelas B e 6, com a Sociedade Baía de Luanda a prescindir dos direitos de exploração, construção e desenvolvimento.

"A alteração do contexto macro em Angola e as suas consequências na construção, nomeadamente a subida das taxas de juro acima dos 20%, inviabilizam o crédito imobiliário e fizeram com que o Estado passasse a olhar para o projecto como um projecto puro de infraestruturas justificou ao Expansão uma fonte ligada à Baía de Luanda. "Neste contexto, o investidor privado ficou sem soluções de financiamento para o desenvolvimento do projecto", reforça a mesma fonte.

Sem negar a alteração do contexto, outra fonte contactada pelo Expansão questionou o racional desresgate: "Quem investiu na Baía aceitou de livre vontade os termos do contrato e a recuperação do investimento no período da concessão, sem qualquer dinheiro público, pelo que se estranha o resgate decorridos cerca de cinco anos de uma concessão por 30 anos".

Além do racional do resgate, a fonte do Expansão questiona o timing da operação: "Os 379 milhões USD pagos pelo Estado constituem uma pressão adicional sobre as finanças públicas numa época de vacas magras".

Relativamente ao valor que o Estado vai pagar pelo resgate, a fonte da Baía garante que corresponde ao "custo auditado" das obras realizadas na Marginal".

Já a fonte do Expansão contesta os valores pagos pelo Estado afirmando que "138 mil USD por Estacionamento é muito cara operação foram resgatados 2.740 lugares de estacionamento. Quantas escolas, quantos hospitais, quantas moradias não seriam erguidas?".

Além dos 379 milhões USD, que serão pagos em seis prestações mensais, o Estado vai ficar com os encargos de manutenção. "A gestão e a manutenção daquela zona passa para o Governo Provincial de

Luanda, uma vez que "terminou o contrato de cinco anos celebrado entre o Estado e a Sociedade Baía de Luanda" para a primeira fase do projecto (2012-2017)", confirma a fonte da Baía.

A mesma fonte reconhece que este processo representa o fim do projecto Baía de Luanda tal como foi concebido: "Até ao momento foram concluídas a 100% as componentes pública e infraestruturas o A parte imobiliária queda-se pelos 20%".

Do projecto inicial, a Sociedade Baía de Luanda fica apenas com os direitos sobre duas parcelas, a A (denominada Wall Street Financeiro) e a 3 (construção de espaços comerciais, hoteleiros e escritórios).

Acordo não previa gastos diretos do Estado O projecto de Requalificação da Baía de Luanda foi desenvolvido num modelo de parceria público-privada, entre o Governo e o investidor Luanda Waterfront Corporation (LWC), liderada pelo português José Régio, e com sede nas Ilhas Caimão.

Em resolução de Conselho de Ministros ficou definido, em 2005, que a LWC teria que criar uma sociedade de direito angolano para gerir e executar o projecto. Assim, nasceu a Sociedade Baía de Luanda - Promoção, Montagem e Gestão de Negócios, que hoje tem como principais acionistas a Sonangol, o Banco Privado Atlântico, o Banco Comercial Português e a Fini Capital.

O contrato de investimento, que vigora por um período de 60 anos, previa investimentos de 2.100 milhões USD para obras públicas e privadas. Na Resolução do conselho de Ministro nº 51 de 26 de Outubro de 2005, ficou estabelecido que seria o investidor a arcar com todo e qualquer investimento a realizar no projecto.

Mais, na Cláusula 2. a do documento, ficou definido que o Estado não teria quaisquer encargos Financeiros directos neste acordo.

Na altura, o estudo de impacto económico e social da requalificação prévia a criação de 2000 postos de trabalho durante a fase de construção, de 1200 postos de trabalho permanente, bem como a despoluição da Baía, além de mais receitas fiscais para o Estado provenientes do Imposto Predial Urbano, entre outros.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Província de Luanda sofreu várias alterações

*Jornal de Angola*  
07 De Fevereiro de 2017  
Texto: Fula Martins

A directora do Gabinete Jurídico do Ministério da Administração do Território, Laurinda Prazeres Cardoso, disse ontem que a província de Luanda durante a sua existência sofreu várias alterações do ponto de vista da divisão política administrativa e da organização política administrativa. Em entrevista ao Jornal de Angola, Laurinda Prazeres Cardoso explicou que a divisão política administrativa é exactamente a delimitação do território, espaço e limites das fronteiras entre uma circunscrição territorial e outra.

Laurinda Prazeres Cardoso disse que a reformulação ou a redefinição que a província de Luanda sofreu teve a ver com o trabalho global que estava a ser feito a nível do país.

Apesar de a província de Luanda ter sofrido maior incidência em termos de alterações, sublinhou, tudo teve como objectivo a confirmação da portaria n.º 18.137-A, de 13 de Dezembro de 1971, que estabelecia os limites territoriais da então Província de Angola, ou seja, de Angola enquanto colónia de Portugal.

Laurinda Prazeres Cardoso afirmou que a portaria encontrava-se fora do contexto, não reflectia as modificações efectuadas ao nível do território nacional e dos respectivos aglomerados populacionais, na medida em que muitas destas unidades territoriais foram criadas após a sua publicação. "Como as províncias da Lunda Norte e Sul e Bengo, a elevação das comunas de Cacula (Lunda Sul), Catumbela (Benguela) e Lovua (Lunda Norte) à categoria de municípios", disse. Em relação à província de Luanda, Laurinda Prazeres Cardoso disse que a primeira alteração que a portaria sofreu foi em 1980 com a divisão da província de Luanda em províncias de Luanda e Bengo. Mais tarde, em 1981, estabeleceram-se o limite geográfico da província de Luanda e respectivas subdivisões através do Decreto 36/81, mais tarde criou-se o município de Belas, e foram anexados os

municípios de Icolo e Bengo e Quiçama à Província de Luanda em 2011.

Acrescentou que internamente fizeram-se algumas alterações, o município do Kilamba Kiaxi deixou de existir e surgiu o município de Belas. Com a entrada em vigor da Lei 18/16 esclareceu, foram atribuídos à província de Luanda mais dois novos municípios, Belas e Talatona, perfazendo um total de nove, estruturados em comunas e distritos urbanos.

Icolo e Bengo e Luanda Segundo Laurinda Prazeres Cardoso, a província de Luanda redefiniu os limites do município do Icolo e Bengo com o município de Luanda. Segundo a directora do Gabinete Jurídico do MAT, havia uma questão que estava relacionada com o projecto do aeroporto internacional de Luanda, cuja implementação abarcava os municípios do Icolo e Bengo e Viana. "Por uma questão de organização e para evitar eventuais conflitos negativos ou positivos entre diferentes circunscrições fez-se então a redefinição destes limites", frisou.

### 5.2 Nos calabouços das autarquias locais

*Novo Jornal*  
3 De Fevereiro de 2017

Na semana passada voltou a soar o gongo -intuito por conta das exonerações e nomeações de novos administradores distritais e municipais em Luanda sobre a necessidade da institucionalização das autarquias e do poder local em Angola. Uma velha e desnecessária polémica que está, infelizmente, neste momento reduzida a querelas partidárias para exactamente nos desviarmos do foco - como estão outras matérias importantes para a vida do país -, quando o assunto na verdade é muito superior a isso e deveria estar acima de qualquer manobra dilatória, como até aqui têm sido alvo as autarquias por parte do poder político.

O partido da situação entende até hoje que não é prioridade e tudo o que fez foi adiar sistematicamente a sua institucionalização, procedendo ao somatório de argumentos e contra-argumentações que se ficam muito pela rama da questão e que colocam Angola perante um "quadro de excepção", no que às autarquias diz respeito, dando a ideia de que convinha que se "reinventasse" uma "fórmula" ou um modelo particular que se ajustasse às especificidades que o país apresenta em matéria de autarquias e do poder local, já que somos um país "especialíssimo" que carece de políticas e instituições também "especiais sirmas" e não de quaisquer formulações do poder autárquico clássico! Muito embora o poder político



em Angola só aceite comparações em situações em que leve vantagem sobre os outros países como se estes tivessem resultado de um mero acaso! -escusado será chamar a atenção para os casos de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique, entre outros, em África; países não menos importantes já com alguma cultura de autarquias, e com importantes variantes ao nível da partilha do poder local, que não precisaram de "engrenagens especiais", como se quer com Angola, nem tão-pouco de "fórmulas mágicas", como espera o poder político angolano.

Na verdade, tudo isso não passa de manobras de diversão, se partirmos do princípio que nem legislação ainda existe para institucionalização das autarquias. A primeira tentativa de discussão da lei foi expurgada.

Contudo, já houve, inclusivamente, quem tivesse avançado a centralidade do Kilamba como palco para um balão de ensaio para as autarquias locais. No entanto, sem fazer menção com que legislação se faria esse ensaio! Recentemente, foi aprovada a Proposta de Lei Sobre-a Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores, que visa, segundo o MAT, "promover o princípio da participação dos municípios na vida da respectiva circunscrição territorial ou administrativa".

Há aqui duas perspectivas distintas de analisar a situação como até aqui têm sido alvo as autarquias por parte do poder político.

O partido da situação entende até hoje que não é prioridade e tudo o que fez foi adiar sistematicamente a sua institucionalização, procedendo ao somatório de argumentos e contra-argumentações que se ficam muito pela rama da questão e que colocam Angola perante um "quadro de exceção", no que às autarquias diz respeito, dando a ideia de que convinha que se "reinventasse" uma "fórmula" ou um modelo particular que se ajustasse às especificidades que o país apresenta em matéria de autarquias e do poder local, já que somos um país "especialíssimo" que carece de políticas e instituições também "especiais sinas" e não de quaisquer formulações do poder autárquico clássico! Muito embora o poder político em Angola só aceite comparações em situações em que leve vantagem sobre os outros países como se estes tivessem resultado de um mero acaso! - Escusado será chamar a atenção para os casos de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique, entre outros, em África; países não menos importantes já com alguma cultura de autarquias, e com importantes variantes ao nível da partilha do poder local, que não precisaram de "engrenagens especiais", como se quer com Angola, nem tão-pouco de "fórmulas mágicas", como espera o poder político angolano.

Na verdade, tudo isso não passa de manobras de diversão, se partirmos do princípio que nem legislação ainda existe para institucionalização das autarquias. A primeira tentativa de discussão da lei foi expurgada.

Contudo, já houve, inclusivamente, quem tivesse avançado a centralidade do Kilamba como palco para um balão de ensaio para as autarquias locais. No entanto, sem fazer menção com que legislação se faria esse ensaio! Recentemente, foi aprovada a Proposta de Lei Sobre-a Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores, que visa, segundo o MAT, "promover o princípio da participação dos municípios na vida da respectiva circunscrição territorial ou administrativa".

Há aqui duas perspectivas distintas de analisar a situação das autarquias e do poder local em Angola: uma componente administrativa, que é subvalorizada (e que é no fundo a mais importante, porque diz respeito ao papel do Estado enquanto ente administrativo no sentido mais alargado), e outra que é política, que ganhou maior relevância e parece ter monopolizado o debate à volta do assunto. Ou seja, não há uma observação atenta à questão administrativa, e se há não é em função das consequências da sua ausência.

Por conseguinte, todas essas medidas dilatórias, tal como diz o nome, não passam de um exercício demagógico que, mais do que estarem a adiar a institucionalização das autarquias locais, protelam o desenvolvimento do país e prolongam as assimetrias regionais, uma vez que os problemas locais continuam a depender de políticas que são gizadas por um poder central que não só desconhece a realidade particular de cada uma das províncias, municípios e distritos, como ignora o papel que estas jogarão para a harmonização das famílias, e sobretudo para a questão da justiça social, que quase ninguém liga nenhuma em Angola.

Perante o quadro permanente, em que o governo central é responsável pela decisão de nomear e exonerar governantes nessas repartições do Estado cuja competência e Desempenho nem sempre se ajustam aos desafios que se colocam numa determinada repartição pública, a administração nesses locais continuará a ser o parente mais pobre do Estado, e quem sairá lesado, além do cidadão, claro está, será o próprio Estado. Um exemplo claríssimo são as empreiteiras que entregam uma obra e seis meses depois esta degrada-se e ninguém é, civil ou criminalmente, responsabilizado. E, daí a largos anos, vem novamente o Estado financiar a restauração da mesma, com outros valores e outros Protagonistas e às vezes com o(s) mesmo(s)! Interessa, pois, olhar para as autarquias locais para lá

das questões político-partidárias, porque o dossier infelizmente emperrou precisamente nesse quesito e o assunto está para lá do partidário, porque estão em causa os pilares da administração do Estado perante os problemas locais, que ditam a sobrevivência e o bem-estar da sociedade e não de um processo que se quer manter mais inquinado à esquerda ou à direita partidária. Uma leitura que nem se levanta em Angola, uma vez que a questão nem é ideológica! O partido da situação não quer abrir mão da partilha do poder, isso é um dado adquirido, e receia o agudizar do confronto político longe dos meandros da governação centralizada, preferindo manter o poder amarrado às instituições do poder central, condenando toda uma realidade específica local que vive refém de políticas "imaginárias", desprovidas de um enquadramento real.

À direita partidária. Uma leitura que nem se levanta em Angola, uma vez que a questão nem é ideológica! O partido da situação não quer abrir mão da partilha do poder, isso é um dado adquirido, e receia o agudizar do confronto político longe dos meandros da governação centralizada, preferindo manter o poder amarrado às instituições do poder central, condenando toda uma realidade específica local que vive refém de políticas "imaginárias", desprovidas de um enquadramento real.

Há uma espécie de "chico-espertismo" com vista a cercar o processo de democratização da administração do Estado. É preciso não perder de vista que, durante largos anos, tivemos um partido Estado que tomou conta do funcionalismo público a todos os níveis e politicamente aprendeu a coser-se sem nunca depender de uma população votante que lhe legitimasse o poder. Logo, há hoje um pavor quase latente por esta prerrogativa estar prestes a fugir-lhe das mãos.

É evidente que existe alguma dificuldade agora em aceitar de ânimo leve a ideia de partilha do poder, daí esse protelar das eleições autárquicas, e o poder político deverá arrastar isso até um limite insustentável, porque também à oposição política vai faltando estratégia para contrapor essa tendência do partido da situação de tornar processos normais em democracia em exercícios aritméticos de somar e subtrair sem nunca apresentar resultados!

### 5.3 Prenúncio da Institucionalização autárquica

*Jornal: Grandes Notícias*

*03 De Fevereiro de 2017*

Neste ano de eleições, "admito" e porque estamos precisamente em Janeiro de 2017, fértil em acontecimentos dominantes com base na proporção da consciência cívica mas também política, sobretudo, não é despidendo abordar por antecipação um dos temas que gravitam na academia e na agenda política da atualidade. Trata-se da questão relativa às autarquias problematizadas por alguns autores angolanos, nomeadamente, a Mestre Evandra Martins, Mestre Vadim João e Mestre Esteves Hilário.

Neste preciso momento temos estado a ler interessadamente sobre o que escreveu a Mestre Evandra Martins nas "Autarquias Locais em Angola" Um Olhar Constitucional, livro que se recomenda aos intelectuais angolanos de hoje quer sejam políticos, juristas ou ainda gente ligada às demais áreas do saber.

Referimo-nos, justamente, aos intelectuais com intencionalidade filológica de que passaremos a escarpelizar, ou seja, por definição, claramente, por incidir sobre estes intelectuais a missão de ler por dentro com antecipação a actividades legislativa que irá suportar o processo autárquico aguardado em voga no país. Convenhamos que para o feito, tenhamos que ler os nossos doutrinadores. Precisamos de ler, simplesmente ler com vista a anteciparmos os conhecimentos competentemente relevantes para que na hora que seja necessário munir alguns dados não fique por ocorrer algo que seja. Em causa estão as ferramentas que irão dar luz aos fazedores das leis no âmbito do que pretendemos abordar.

É que enquanto falamos da preparação das eleições, e parece pertinente falar igualmente das eleições autárquicas, face à agenda política em perspectivas formula-se a possibilidade de haver um objectivo quase que comum sobre "Governar e o Sentido de Urgência", nota não menos objectiva descrita no artigo de opinião do jornalista Luís Fernando no dia 11 de Janeiro de 2017, portanto, no Jornal O País.

Como qualquer matéria na ordem do dia, esta também reflectiu sobre a realidade política aos termos em que o autor reconhece a variante como sendo "hoje um amplo e infundo desencanto, necessitando de reformulação vigorosa e honesta, para que ela - curiosamente - não falte aos povos pois não existe outro modo de se gerirem as sociedades fora dos limites e das regras da política pública" Nisso fazemos um enquadramento jurídico-doutrinário sendo certo de que, em boa verdade, um poder, como tal, nos tempos modernos, ocorre necessariamente nos marcos ou cânones do direito público, se quisermos, respeitando, pelo menos, os cânones deste já que as regras que orientam as questões de política conformam pela "summa devisio" o ramo público de direito, isto, a nível dos mais variados níveis do poder.

O que nos interessa aqui pontificar é o poder local já que o temos vindo a falar até agora é mesmo sobre um seguimento de poder local, no caso, o autárquico, que de acordo com a nossa Constituição, ou em matéria da organização administrativa, se insere ao conceito da descentralização, como advoga a Dra Evandra Martins. Para ela, o poder local anda associado ao conceito de descentralização, em sentido político e jurídico e no caso vertente sobre as autarquias, enquadraria na auto administração que passaria a valorar e significar que para este tipo de poder local sejam necessários três elementos, designadamente, (i) Auto-administração (descentralização em sentido político e jurídico); (ii) Autonomia administrativa; (iii) Autonomia financeira. (M. Evandra, *Autar. Locais em Ang. 2016*; ed. Almedina, pág. 37).

Mas como descreve mais adiante a Dra Evandra Martins citando Melo Alexandrino, "não existe à partida um sentido para a expressão poder local que seja bom sentido ou que deva ser considerado o conceito doutrinário correcto, nem sequer a análise do contexto histórico ou político constituindo saída para o problema. O autor ao referir-se ao conceito do poder local, afirma que a forma de o construir tem de partir, necessariamente, de direito positiva e cita, como exemplos, a Constituição da República Portuguesa de 1976, a Lei Constitucional de Angola de 1992 ou a actual Constituição da República de Angola" (M. Evandra, *Autar. Locais em Ang. 2016*; ed. Almedina, pág.38).

Assim sendo aqui se enquadra, juridicamente, a tese do Luís Fernando relativamente ao factor público da política ou dos limites com base nisso a implementar quanto ao modo de se administrar as sociedades. Luís aponta 2017 como ano em que se irão dedicar a reflexão sobre ideias e percepções em torno do período eleitoral. Estas são as eleições que se nos

aguardam mas até 2021 teremos as autarquias que passarão, certamente, pelas suas respectivas eleições. Provavelmente esteja aqui a meta decorrente da vontade política. O que vem escrito em textos oficiais é até 2021, o que vale por dizer que antes mesmo o facto pode ser anunciado. A UNITA vai falando de seus autarcas em 2018 (Isaías Samakuva in *Rtp-África*, 11/01/17) e aponta essa forma de administração como garantia. Certo é que na análise dos pressupostos que até são constitucionais sobre a "A Institucionalização das Autarquias em Angola" como sugere no seu livro, Dr Esteves Hilário fala do Princípio do gradualismo. Há determinadas matérias sobre as quais ainda se esteja longe de reunir consenso quer seja de tipo técnico ou político. E toda a discussão pode verter-se a partir da norma constitucional, art. 242.0 da CRA. Cumpre aos órgãos competentes do Estado "a competência para aferirmos oportunidade da criação e do alargamento das atribuições das mesmas.

Bem como processo de transição da administração local do Estado para as autarquias locais". Embora não tivesse, diz o Dr Esteves Hilário, o constituinte mencionado o órgão competente, resta fácil perceber que se trata do legislador ordinário (AN) por força da referência à lei na condução deste processo. Portanto, apenas por força da lei deveria ser aplicado o princípio do gradualismo. (Institucionalização das Autar. Locais em Ang., H. Esteves, pág 32, EAL).

Esta é uma das questões prementes que irão assegurar a governação nos próximos tempos, sem dúvidas. Até lá haverá, certamente, uma conjugação de diplomas que irão suportar o processo. Para tal é importante que se trabalhe tendo em vista o que de melhor haja entre os doutrinadores. São propostas. Quando falamos de doutrinadores, é mister reconhecer que dentre os autores das obras aqui citadas recorre-se bastante e de forma indelével aos conhecidos publicistas angolanos como Carlos Maria Feijó, Virgílio F. Pereira e Lazarino Poulson para além de autores portugueses. Dr Esteves Hilário cita, p. ex. Lazarino Poulson na definição que faz ao princípio do gradualismo como "aquele segundo o qual as entidades administrativas devem ser faseadamente criadas, implementadas ou reconhecidas num determinado país": (Institucionalização das Autar. Locais em Ang., H. Esteves, pág 31, EAL). É o que se referiria relativamente às autarquias supra-municipais contidas numa pequena linha sem pormenores na Constituição que em sede do Direito Constitucional II com o Dr Rui Ferreira, na qualidade de titular da Cadeira na FD- UAN, fomos analisando.

Eu ainda disse que tal artigo constava no calor da discussão a nível do constituinte olhar-se para a

situação em particular duma das províncias do país. Dizia na altura que o Deputado Raul Danda bateu-se muito para que se constasse alguma coisa que fosse quanto ao que vem "ex professo" no artigo... Ironicamente o Docente disse que preferia investigar sobre o caso. '

## 5.4 UNITA Quer eleições autárquicas

*Jornal Visão*

*03 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Luchikueno Malungo*

O Secretário-geral adjunto da UNITA, Rafael Massanga Savimbi, admitiu, recentemente na cidade do Uíge, que a sua organização vai conquistar os votos suficientes e ganhar as eleições naquela parcela do país.

O político que falava durante um ato de abertura da sua campanha iniciada no dia 27 de Janeiro em quase todo o território nacional, sublinhou que "as eleições autárquicas devem constituir uma prioridade no sentido de as populações escolherem localmente os seus próprios governadores bem como os demais dirigentes para que possam melhor usufruir dos recursos colocados pelo Estado": Rafael Massanga Savimbi avançou que o governo da UNITA, vai priorizar os quadros nacionais que apresentam competências tanto sejam do MPLA como de outras formações partidárias.

"Muitos nos consideram tribalistas. A UNITA é um partido de todos os angolanos e não compactuamos com os que dizem que somos tribais", sustentou, acrescentando que esta linguagem é apregoada por indivíduos que mal conhecem o projecto de Muangai.

Entende que os seus adversários no caso o MPLA sempre usou estas expressões menos aconselhadas para poder se perpetuar cada vez mais no poder.

Rafael Massanga Savimbi sublinhou ainda que os militantes e simpatizantes do 'Galo Negro' em todo território nacional bem como os que se encontram fora do país estão convictos que desta vez, Angola vai conhecer uma nova governação, tendo alertado que neste preciso momento, o MPLA tem estado a trazer para o país culturas do ocidente e de outros povos, destruindo toda identidade destes "martirizados filhos da nação".

Avançou também a necessidade de o governo da UNITA, caso lhe seja dada a oportunidade pelo povo angolano. Trabalhar e devolver o poder ao cidadão "usurpado pelo MPLA De acordo como Rafael

Massanga Savimbi, os políticos não devem submeter os interesses da população, porque, para ele, "as autoridades tradicionais merecem muito mais do que possuem".

Todavia, lembrou que a província do Uíge é reconhecida como sendo as terras do Bago Vermelho mas, no entanto, muitas das suas fazendas foram transformadas para o cultivo de outros produtos, por falta de incentivos de quem gere os destinos do país.

As autoridades policiais no Uíge durante a marcha realizada nas distintas artérias da cidade, manifestaram um exemplo de verdadeiros apartidários, o que deixou descansada a delegação comandada por Massanga Savimbi. "A nossa polícia tem estado a mudar de atitude e tratar todos nós de igual modo tal como manda a lei: frisou, para mais adiante admitir a necessidade dos efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), Polícia Nacional, Defesa e Segurança do Estado, estarem tranquilos, porque caso as coisas mudam neste ano, "os seus lugares serão salvaguardados e não como tem sido aventado pelos nossos compatriotas do MPLA.

Na província do Uíge aquele responsável do Galo Negro, fez saber que todas as estruturas do Estado quando a UNITA for confirmada governo de Angola, vai apenas reajustar alguns casos de liderança e os funcionários serão os mesmos que trabalham na administração pública do Estado.

Referiu que o actual governador do Uíge, Paulo Pombolo, pouco tem feito para resolver os problemas que têm estado afectar as populações daquele território nacional. "As vias dos Buengas e Kimbele estão quase a cortar devido a ravinas (abismos) e ninguém diz nada, apontou Rafael Massanga Savimbi.

## 5.5 Ministério das Finanças cria sub-conta única em Luanda

*Jornal O PAÍS*

*08 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Pedro Nicodemos*

O dado foi avançado ontem pelo ministro das Finanças, Archer Mangueira, no final de uma reunião que manteve na sede do Governo da Província de Luanda com o seu titular, Higinio Carneiro, administradores municipais, vice-presidente da cidade de Luanda e administradores adjuntos para a área das finanças e planeamento, tendo referido que os valores arrecadados serão implementados localmente.

O encontro visou apresentar modelo a ser adaptado para a gestão das receitas comunitárias, sendo uma preocupação a forma como as receitas são arrecadadas nas comunidades e canalizadas para a gestão da própria colectividade.

De acordo com o ministro, esse modelo vai permitir que as receitas arrecadadas nas sociedades sejam canalizadas cem por cento na realização de despesas comunitárias, por via da criação de uma sub-conta provincial única do tesouro, mas que ficará sob a gestão da delegação provincial de finanças de Luanda.

Segundo o governante, pretende-se com isso a desburocratização do sistema de canalização de recursos arrecadados nas comunidades e permitir que no âmbito da gestão do orçamento das administrações municipais, esses recursos sejam empregues directamente nas despesas inscritas nos orçamentos dessas comunidades.

Com efeito, prevê-se igualmente reduzir a pressão sobre o tesouro nacional, flexibilizando a realização da despesa e com isso atender rapidamente às populações das comunidades.

Disse que para tal foi criado um grupo de trabalho para estudar o modelo de financiamento da Província de Luanda, que será igualmente adoptado em outras províncias onde a complexidade em termos de finanças públicas é menor.

O governante disse ser propósito do Governo a disponibilização de recursos para os projectos prioritários.

Manifestou igualmente a preocupação em se criar condições e encontrar soluções para as novas estruturas administrativas criadas na capital encontrar formas para adequá-las ao OGE aprovado, para que possam funcionar e atender às demandas da população. Archer Mangureira apelou aos gestores públicos para maior responsabilidade na gestão dos recursos do Estado, arrecadados por via de impostos. "Os gestores devem ser os principais promotores e responsáveis pela gestão da coisa pública", asseverou.

Por sua vez, o governador provincial, Higinio Carneiro, disse que o seu pelouro continua preocupado com o crédito para aquisição dos equipamentos para os concessionários envolvidos na limpeza urbana de Luanda, bem como o financiamento das empreitadas em execução desde há alguns anos, transitados da esfera do Ministério da Construção para o GPL.

## 5.6 Novo modelo de colecta de receitas para Luanda

*Jornal de Angola*

*08 De Fevereiro de 2017*

*Texto: João Pedro*

A província de Luanda passa a ter em breve um novo modelo de arrecadação de receitas nas comunidades, com a criação de uma subconta provincial única do Tesouro a ser geri da pela delegação provincial de finanças, anunciou ontem o ministro do pelouro.

Archer Mangureira, que falava depois de uma reunião com o governador de Luanda, Higinio Carneiro, afirmou que o novo modelo visa a desburocratização do sistema de canalização de recursos arrecadados nas comunidades, reduzir a pressão no Tesouro Nacional e flexibilizar a realização das despesas.

No âmbito da gestão das administrações municipais, frisou Archer Mangureira, o recurso passa a ser afetado directamente nas despesas inscritas no orçamento dessas comunidades e atende rapidamente a população das comunidades.

O ministro das Finanças informou que as novas administrações vão ser incluídas no Orçamento Geral do Estado para permitir a funcionalidade da estrutura, com a imposição de uma prática de racionalização de recursos.

Para este ano, devido às dificuldades que a província de Luanda enfrenta, o saneamento básico é uma das prioridades do Executivo que conta com uma rubrica orçamental para melhorar a saúde pública. O governador provincial de Luanda disse que no quadro da divisão administrativa, a província de Luanda passou a ter 41 distritos urbanos e 14 comunas.

Após o encontro com o ministro das Finanças, Higinio Carneiro disse que o Governo Provincial foi informado de como vai ser feito o crédito aos equipamentos para as concessionárias envolvidas na limpeza urbana de Luanda. "Com a aprovação do novo Plano Director Metropolitano de Luanda é possível encontrar soluções que permitam resolver as preocupações dos cidadãos", referiu o governador.

## 5.7 Autarquias e deveres cívicos

*Novo Jornal*

*10 De Fevereiro de 2017*

Nas últimas semanas, temo-nos envolvido directamente numa campanha de sensibilização e debate a favor da realização das autarquias locais. As posições individuais que cada um tem apresentado vêm ganhando cada vez mais adeptos, e isso leva a que se reflecta sobre o alcance dessa iniciativa e sobre as suas possibilidades de sucesso.

Antes, porém, convém olhar para duas notas, uma positiva e outra negativa, já registadas. A nota agradável dessa campanha foi perceber que os cidadãos se podem mobilizar por causas que sejam suas, sem que necessariamente exista qualquer partido político a orientá-los. O Facebook tem-se revelado assim uma importante ferramenta de mobilização e de debate sobre a oportunidade da realização das autarquias locais. Há, pelo menos entre as pessoas que opinam, um grande consenso sobre a necessidade de autarquias, e isso deveria merecer dos políticos uma atenção particular.

A nota menos agradável é o facto de muitos angolanos teimarem em trocar o debate de ideias por insultos. Muitas pessoas não estão preocupadas em discutir o cerne dos assuntos, mas antes em mostrar aos outros que tem mais conhecimentos, que são mais sabedores dos detalhes e que, por isso, os outros não estão qualificados para opinar. Nesta matéria, estamos infelizmente ainda atrasados, fechados até num certo provincianismo, em que se confunde instrução com inteligência e sabedoria com conhecimento. É realmente assustadora a maneira como os debates resvalam para considerações de ordem pessoal sobre o que cada fez ou deixou de fazer, mais do que se apresentarem ideias sobre os assuntos. Uma outra nota negativa é a participação dos funcionários públicos. Alguma coisa de errado está acontecer com os nossos funcionários públicos que se sentem quase sempre na obrigação de vir a público defender as suas instituições mesmo quando não têm de o fazer. Num assunto político como as autarquias, e particularmente no foco de abordagem que está a ser dada na campanha "Autarquias já", o debate deveria ser político, não havendo necessidade de ministério nenhum tomar as dores do partido no poder ou da assembleia, a quem em última instância cabe aprovar toda a legislação para o processo. Em determinados casos, os funcionários levam o seu esforço a um ponto tal que desatam a diminuir quem não esteja de acordo.

Tirando esses elementos meças bons, a campanha "Autarquias já", que começou com uma mera posição

de algumas pessoas, pode evoluir para um movimento cívico, enquanto movimento organizado para dialogar sobre as razões verdadeiras que impedem as autoridades de avançar para as eleições autárquicas. A realidade demonstra que de um lado temos os partidos políticos (divididos entre a oposição e o partido da situação) e do outro a sociedade. Se por um lado não se conhecem com clareza as posições dos partidos políticos quanto ao tipo de autarquias que defendem, ao nível da sociedade também não há, de modo organizado, em conhecimento sobre as ideias que calculam, Concursos de mestrado e pós-graduação existentes nas universidades nacionais e estrangeiras, existem hoje muitas pessoas que se ocupam do estado das autarquias em Angola e bom seria se houvesse a possibilidade de sistematizar, organizar e disponibilizar as diferentes opiniões sobre o assunto. Esse movimento pró-autarquias deveria ter como objectivo essa capacidade de reunir os diferentes saberes disperses sobre as autarquias em Angola, nomeadamente em quatro áreas fundamentais, a saber, a área dos recursos humanos, desenvolvimento e economia local; mecionamento institucional e órgãos permanentes e eleitos e finalmente a questão do relacionamento com as autoridades tradicionais. Como temos vindo a dizer, é uma matéria multidisciplinar para as quais todas as áreas do saber devem ser chamadas. Naturalmente, e tendo em conta o momento político do país. É fundamental que um movimento desta natureza não tenha nenhuma motivação político-partidária, e isso passa necessariamente pela demarcação das Posições dos partidos políticos e pela priorização de técnicos, especialistas e estudiosos destas matérias nas diferentes áreas. Seria por exemplo realizar uma discussão profunda sobre a política de quadros do país e sobre as suas prioridades. Embora o maior número de funcionários públicos esteja concentrado na administração local, ela, a AL, é sem dúvidas o parente pobre, um enteado. Não só tem as mais baixas qualificações como também não tem os apoios, subsídios eninentivosque deveria ter para que se fixasse nos municípios. As questões sobre os critérios de rotatividade, nomeação e exoneração deveria igualmente ser objecto de uma séria discussão na óptica da sociedade civil apenas na base de estudos comparados e do conhecimento já existente nas nossas faculdades. O mesmo critério deve ser seguido em matéria de políticas de desenvolvimento económico local. Temos realmente discutido as autarquias, mas tão importante quanto isso é discutir O modelo de desenvolvimento económico local (DEL), incluindo políticas de retenção de quadros, de inserção da mulher na economia local, de promoção da economia local através de pequenos negócios ou, ao nível

macro, a criação de rotas regionais de desenvolvimento ou ainda o uso das novas

No nosso eterno complexo de "xê menino, não fala política" não falta quem veja em acção dos cidadãos perigos contra a soberania tecnologias no DEL. Uma das contribuições apresentadas nesta área das novas tecnologias foi a possibilidade de ligação directa entre 'ás autarquias, Nesse sentido-as novas tecnologias permitiriam realizar autárquicas mais simples porque os cidadãos estarão capilarmente localizados e com estatísticas precisas. Mesmo a questão da arrecadação de receitas, essa base em e-Gov permitiria ao Estado arrecadar e distribuir melhor as receitas. Poderia, aliás, ter um controlo mais eficaz sobre os próprios cidadãos, seus bens e seus deveres para com o estado.

É compreensível que muitas pessoas tenham um olhar de suspeição e duvidem sobre o que se pretende com um movimento pro-autarquias. Não temos cultura de participação cidadã e no nosso eterno complexo de "xê menino, não fala política" não falta quem veja em cada acção dos cidadãos perigos contra a soberania ou campanhas pessoais de insubordinação. O que, no entanto, estas últimas semanas têm ensinado é que existe uma consciência adormecida que lentamente se vem ultrapassando à medida que cada cidadão toma consciência que tem direito a ter opinião e a ter direito a pensar por si mesmo.

## 5.8 Novo modelo de arrecadação de receitas para a capital do país

*Jornal Expansão*  
10 De Fevereiro de 2017

O ministro das Finanças, Archer Mangúeira, anunciou esta semana um novo modelo de arrecadação de receitas para a capital, Luanda, que vai permitir a canalização total das mesmas para a realização de despesas nas comunidades.

Archer Mangureira, que reuniu com o governador da província de Luanda, Higino Carneiro, disse à imprensa no final do encontro, que será criada uma subconta provincial, a ser gerida pela delegação provincial de Finanças de Luanda.

Segundo o governante, o novo modelo vai "desburocratizar" o sistema de canalização de recursos arrecadados nas comunidades, permitindo que no âmbito da gestão do orçamento das administrações municipais esses recursos sejam afectados directamente às despesas inscritas nos seus orçamentos.

O titular da pasta das Finanças referiu ainda que esta medida vai igualmente reduzir a pressão sobre o tesouro nacional, avançando que foi criada uma equipa de trabalho para estudar o modelo de financiamento da província de Luanda, a ser também doptado em outras províncias, com menor complexidade de finanças públicas.

Para Archer Mangureira é necessário que sejam criadas condições e encontradas soluções para as novas estruturas administrativas que vão surgindo em Luanda, e que devem ser adequadas ao Orçamento Geral do Estado aprovado, para benefício da população.

Por sua vez, Higino Carneiro concordou que face a grandeza demográfica de Luanda, "impõe-se que ela seja tratada de forma diferente".

"Mas sem desprimor para o que ocorre com as demais. Nós hoje estamos a viver uma nova realidade, as estruturas administrativas aumentaram e ela vai ser tratada em conformidade com aquilo que é possível, esperando que nos anos que se seguirão se encontrem outras condições melhores, diria óptimas", frisou.

Por outro lado, o governador de Luanda disse que está preocupado com o crédito para a aquisição dos equipamentos para os concessionários envolvidos na limpeza urbana da capital, bem como com o financiamento das empreitadas em execução desde há alguns anos, que já vêm do Ministério da Construção.

## 5.9 Diplomas sobre Autarquias locais em fase de finalização

*Jornal O PAÍS*  
21 De Fevereiro de 2017  
Texto: Hermenegildo Tchিপilica

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, afirmou ontem, em Luanda, que estão em fase final os diplomas sobre a organização e funcionamento das autarquias locais e o quadro legislativo eleitoral que, a seu tempo, serão apresentados ao Titular do Poder Executivo.

Falando na abertura do curso de Gestão Municipal e das Unidades Urbanas no Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), o titular do MAT adiantou, à propósito, que com este quadro criado e com base na Lei Fundamental, os órgãos constitucionais competentes determinarão a data das eleições e o doseamento da tutela administrativa e do gradualismo.

"Não posso deixar de saudar mais um passo nesse sentido, embora ainda num plano de desconcentração administrativa, dado pelo ministro das Finanças e pelo governador da província de Luanda, quanto aos mecanismos de utilização das receitas locais", sublinhou.

Frisou que esse desenvolvimento afigura-se como um indicador positivo no caminho de aproximação dos serviços aos cidadãos, a par do trabalho em curso no sentido da elaboração de uma grelha abrangente de receitas locais, na sequência de um despacho conjunto dos ministros das Finanças e da Administração do Território, e da perspectiva do seu alargamento gradual às demais províncias e municípios do país.

No mesmo sentido, destacou a municipalização dos serviços de educação, de saúde e, mais recentemente, dos serviços de assistência e protecção social, bem como a criação dos ADECOS - Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário, figura que pode ser chave na promoção do combate à pobreza no seio das comunidades rurais e peri-urbanas, através do seu envolvimento na construção das soluções para a melhoria da sua qualidade de vida.

Indicou que os municípios e as demais unidades urbanas mais próximas dos cidadãos são uma peça fundamental para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e das comunidades, mas também para potenciar o desenvolvimento do país e estabelecer os necessários equilíbrios na distribuição territorial nacional dos benefícios do desenvolvimento.

Para tal, assinalou o ministro, requer a adequação dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, bem como das políticas remuneratórias, à importância dos municípios e unidades urbanas e o empenho dos departamentos ministeriais e dos governos provinciais na sua capacitação para a realização correcta e eficaz das suas atribuições.

Destacou igualmente a recente aprovação, pela Assembleia Nacional (AN), de um pacote de legislação sobre Administração Local e a organização do território, nomeadamente as Leis da Administração Local do Estado, de base sobre a organização administrativa do território, sobre a comunicação da fixação e alteração de residência, de base da toponímia e sobre as Comissões de Moradores.

"Estes diplomas, tal como o Plano Director da Província de Luanda e o Plano da "Ilha" do Mussulo, os PDM ou Planos de Desenvolvimento Municipal e os ADECOS - Agentes de Desenvolvimento

Comunitário e Sanitário, devem merecer uma atenção durante o curso"; detalhou.

Bornito de Sousa revelou também que a regulamentação da Lei 15/16, sobre a Administração Local do Estado, está em curso e coloca em lugar de destaque a estabilidade dos quadros da Administração Local, nomeadamente os administradores municipais e de unidades urbanas, ao mesmo tempo que se propõe estabelecer a obrigatoriedade da frequência dos cursos de Introdução ao Serviço Público e de formação específica do titular de cargo de gestão Local.

## 5.10 Legislação sobre autarquias em fase de conclusão

*Jornal de Angola*

*21 De Fevereiro de 2017*

*Adelina Inácio*

Os diplomas sobre a organização e funcionamento das autarquias locais e o quadro legislativo eleitoral estão em fase final e, em breve, são apresentados ao Executivo para análise, disse ontem em Luanda o ministro da Administração do Território.

Bornito de Sousa, que falava na abertura do Curso de Gestores Municipais e de Unidades Urbanas, referiu que, com este quadro, os órgãos constitucionais competentes vão determinar a data para as eleições autárquicas e a organização da tutela administrativa e do gradualismo. "A Assembleia Nacional aprovou já um calendário de tarefas essenciais para a preparação e organização das eleições gerais e autárquicas no país".

O ministro falou da aprovação do pacote legislativo sobre a administração local e a organização do território, com destaque para as leis da Administração Local do Estado, de Bases sobre a Organização Administrativa do Território, sobre a Comunicação da Fixação e Alteração de Residência, de Bases da Toponímia, bem como a Lei sobre as Comissões de Moradores.

Bornito de Sousa explicou que estes diplomas e o Plano Director da Província de Luanda, da Ilha do Mussulo e de Desenvolvimento Municipal (PDM), assim como os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS) devem merecer uma atenção especial durante o curso.

Bornito de Sousa referiu-se a outros diplomas ligados à administração local, e explicou que estas leis visam colocar ao serviço dos cidadãos, das famílias, das comunidades e das empresas uma rede de serviços



administrativos eficientes e transparentes. "Visam igualmente dotar os serviços municipais básicos, como a educação, a saúde, a água potável, a energia, o saneamento básico e a gestão de resíduos, a habitação, a segurança alimentar, a assistência social aos grupos vulneráveis, a gestão urbana e outros que assegurem e promovam a melhoria da qualidade de vida das populações".

No seu discurso, dirigido aos administradores municipais, Bornito de Sousa falou sobre a promoção do desenvolvimento económico local, o emprego, o empreende dorismo e os pequenos negócios individuais, familiares e sociais. O ministro da Administração do Território assegurou que a regulamentação da Lei da Administração Local do Estado está em curso e coloca em lugar de destaque a estabilidade dos quadros da Administração Local, nomeadamente os administradores municipais e de unidades urbanas.

O diploma estabelece a obrigatoriedade da frequência do Curso de Introdução ao Serviço Público (CISP) e do Curso de formação específica do titular de cargo de gestão local.

Municipalização da saúde Bornito de Sousa destacou a municipalização dos serviços de educação, de saúde, de assistência e proteção social, bem como a criação dos ADECOS, "figura que pode ser a chave na promoção do combate à pobreza no seio das comunidades rurais e peri-urbanas, através do seu envolvimento na construção das soluções para melhorar a sua qualidade de vida".

O ministro entende que os municípios e as demais unidades urbanas mais próximas dos cidadãos são uma peça fundamental para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e das comunidades, potencia o desenvolvimento do país e estabelece os equilíbrios necessários na distribuição territorial nacional dos benefícios do desenvolvimento. Para o êxito deste desenvolvimento, Bornito de Sousa preconiza a adequação dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, bem como das políticas remuneratórias, a importância dos municípios e unidades urbanas e o empenho dos departamentos ministeriais e dos governos provinciais na sua capacitação para a correcta e eficaz realização das suas atribuições.

Registo eleitoral O ministro da Administração do Território informou os administradores sobre os números do registo eleitoral que decorre em todo país até ao dia 31 de Março.

Na primeira fase, disse, foram registados seis milhões de eleitores.

Na segunda fase, há condições para registar todos os cidadãos que não o fizeram na primeira fase e que se espera sejam em número inferior aos da primeira.

Neste momento, adiantou, o registo eleitoral aproxima-se dos oito milhões de cidadãos registados, e as atualizações e provas de vida estão próximas dos seis milhões.

Os novos registos, inicialmente calculados em um milhão e meio, estão perto dos dois milhões.

A Província de Luanda já ultrapassou os dois milhões de cidadãos registados, contra 1,9 milhões em 2012. O total de registos do período 2016-2017 já ultrapassou o de 2011-2012, que serviu de base para as últimas eleições gerais. Bornito de Sousa afirmou que o país tem dos sistemas de registo eleitoral mais transparentes a nível mundial.

O ministro da Administração do Território voltou a fazer um apelo à mobilização nacional em tomo do processo de registo eleitoral e, em especial, aos cidadãos que ainda não se registaram, no sentido de que o façam em tempo útil.

## 5.1.1 Eles não falam a mesma língua

*Jornal Visão*

*02 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Ngoma Pedro João*

Sabe-se no entanto que as eleições autárquicas terão lugar logo que esteja finalizado o processo de escrutínio geral no sentido de se evitar gastos supérfluos.

O candidato as eleições gerais a presidente da Republica, João Manuel Gonçalves Lourenço, defende que as autarquias devem apenas ocorrer depois do escrutínio geral, mas o candidato a vice-presidente aborda o caso numa outra posição que contrariam as estratégias do seu líder, assim sendo as coisas podem não correr conforme planeadas dentro do MPLA, com este nível de discurso desencontrado.

Bornito de Sousa que abriu recentemente mais um curso de gestores municipais e de unidades urbanas e do Ano Escolar e Académico do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), salientou que as autarquias devem ser bem preparadas, para o sucesso do próprio processo.

O responsável fez crer que, o ante-projecto para a realização das autarquias está quase concluído apenas faltando que seja remetido a consideração final da

Presidência da República, para a sua aprovação em Conselho de Ministros.

Comenta-se nos bastidores da política doméstica que este importante processo só será consumado em 2022, altura em que se prevê a saída de José Eduardo dos Santos, no ano de 2018 na senda política activa, com vista a permitir que JL possa trabalhar a vontade e sem impressão digital de JES.

Oposição mantém-se calada?

Em reacção, a oposição afirma que o ministro deve deixar de chamar a imprensa para falar sobre aquilo que devia ter feito há muito tempo e que basta de discursos.

Com o quadro legal para organização e funcionamento das autarquias locais será possível definir a data das eleições autárquicas em Angola.

Ainda sem apontar qualquer data para a instalação das autarquias e as consequentes eleições municipais, o ministro da Administração do Território disse que, "a seu tempo" fará chegar a respectiva legislação ao chefe do Executivo.

Em resposta, partidos da oposição afirmam que Bornito de Sousa deve parar de chamar a imprensa para falar daquilo que já devia ter feito há muito tempo e que as declarações dele não os satisfaz.

Lindo Bernardo Tito, vice-presidente e porta-voz da CASA-CE, garante que a sua formação política não vai aceitar que as eleições autárquicas sejam realizadas apenas em 2021.

"Já perdemos muito tempo, de deixar de devolver o poder às localidades, assim chegou o momento de dizer basta": afirma.

Para Alcides Sakala, porta-voz da UNITA, as autarquias já deviam ter sido implementadas e que esses pronunciamentos são apenas eleitoralistas.

"Mais do que discurso queremos coisas concretas e entendemos que as autarquias já deviam ter sido realizadas": sublinhou.

UNITA lava novo pacote sobre autarquias ao parlamento

A UNITA, maior partido da oposição angolana, submeteu à Assembleia Nacional um pacote de leis sobre as autarquias locais, visando cobrir o vazio existente e quando ainda estão por realizar as primeiras eleições autárquicas em Angola.

Em comunicado, o grupo parlamentar da União Nacional para a Independência Total de Angola

(UNITA) anunciou hoje que foi endereçado ao presidente do parlamento, Fernando da Piedade Dias dos Santos, o Projecto de Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local, bem como o Projecto de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais.

O grupo parlamentar da UNITA recorda que em 2013 tinha já levado à Assembleia Nacional a Proposta de Leis das Autarquias e do Poder Local, que mereceu votos contra da bancada do partido maioritário, o MPLA.

Em declarações a imprensa o porta-voz da UNITA e deputado à Assembleia Nacional Alcides Sakala disse que se trata de um pacote novo de leis, realçando que as autarquias são uma prioridade para Angola.

Para Alcides Sakala, nas circunstâncias actuais do país a implementação de autarquias revela-se muito importante para contribuir para procura de soluções para vários problemas que "o poder central não tem conseguido resolver nestes últimos 41 anos de governação"

"É só vermos a cidade de Luanda como se encontra, acredito que se houvesse presidentes de câmaras ao nível de vários municípios nós teríamos dados passos muito concretos para resolução de problemas básicos, como saneamento, prevenção em matéria de saúde e educação" referiu.

Na nota, o grupo parlamentar da UNITA sublinha que a iniciativa agora tomada vai corresponder "positivamente" a uma das maiores exigências e expectativas colocadas aos deputados na actual legislatura.

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, informou que os diplomas sobre a organização e funcionamento das autarquias locais em Angola e o quadro legislativo eleitoral para as mesmas estão em fase final e a seu tempo deverão ser apresentadas ao titular do poder Executivo.

Bornito de Sousa referiu que a Assembleia Nacional aprovou um calendário de tarefas essenciais para a preparação e organização das eleições gerais e autárquicas em Angola, esta última, a primeira que será realizada após a independência do país, em 1975.

Segundo o ministro, com este quadro criado e com base na Lei Constitucional, os órgãos constitucionais competentes vão "determinar a data das eleições e o doseamento da tutela administrativa e do gradualismo"

Questionado se a UNITA está confiante que desta vez o pacote de leis que apresentou vai merecer alguma atenção no parlamento, Alcides Sakala considerou um imperativo, por se tratar de "uma questão de emergência e interesse nacional":

"É importante para o país, para o debate que já se arrasta há algum tempo. Temos que sair do debate teórico e começarmos a trabalhar seriamente para a concretização das autarquias em Angola": defendeu.

Alcides Sakala acusou o MPLA de ver autarquias "numa perspectiva política" e que por isso Angola continua sem realizar eleições autárquicas.

"Nas autarquias não se ganham em todas as autarquias, mas também não se perdem em todas as autarquias, tem que se partir do princípio de que elas são uma necessidade para a resolução dos problemas das comunidades, mas o MPLA está com uma visão muito política a pensar já nos ganhos": criticou.

## 5.12 Autárquicas? Quando o "o escolhido" quiser

*Jornal folha 8*

*25 De Fevereiro de 2017*

Os diplomas sobre a organização e funcionamento das autarquias locais em Angola e o respectivo quadro legislativo eleitoral estão em fase final para serem apresentados ao Presidente da República, anunciou por sua vez o Governo.

A informação foi avançada pelo ministro da Administração do Território, igualmente candidato a vice-presidente da República nas eleições (não nominais) previstas para Agosto, Bornito de Sousa, que discursava na abertura de mais um curso de gestão municipal.

O governante recordou que Assembleia Nacional aprovou um calendário de tarefas essenciais para a preparação e organização das eleições gerais e autárquicas em Angola, estas últimas as primeiras a realizar no país, fortemente reclamadas há vários anos pela oposição mas que, é claro, terão lugar quando e como o regime do MPLA muito bem entender.

Com este quadro criado e com base na Lei Constitucional (a tal que só é válida para o que o regime entender), acrescentou, os órgãos constitucionais competentes vão "determinar a data das eleições e o doseamento da tutela administrativa e do gradualismo".

A este respeito, e no alinhamento com as pertinentes orientações do Titular do Poder Executivo (José

Eduardo dos Santos), não posso deixar de saudar mais um passo nesse sentido, embora ainda num plano de desconcentração administrativa, dada pelo ministro das finanças e pelo governador da província de Luanda, quanto aos mecanismos de utilização das receitas locais", referiu o governante angolano. Para Bornito de Sousa, esse desenvolvimento, a par do trabalho em curso no sentido da elaboração de uma grelha abrangente de receitas locais, na sequência de um despacho conjunto dos ministros das finanças e da Administração do Território, e da perspectiva do seu alargamento gradual às demais províncias e Municípios do país, são um indicador do caminho da aproximação dos serviços aos cidadãos.

A realização de eleições autárquicas faz parte da moção de estratégia do líder do MPLA, José Eduardo dos Santos, igualmente Presidente da República, aprovada em 2016, no último congresso do partido.

Bornito de Sousa, ministro e número dois da lista do MPLA às próximas eleições gerais em Angola, destacou ainda a municipalização dos serviços de educação, de saúde, e, mais recentemente, dos serviços de assistência e protecção social, bem como a criação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS), como essenciais no combate à pobreza nas comunidades rurais e periurbanas.

"Com efeito, os municípios e as demais unidades urbanas próximas dos cidadãos são uma peça fundamental para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e das comunidades, mas também para potenciar o desenvolvimento do país e estabelecer os necessários equilíbrios na distribuição territorial nacional dos benefícios do desenvolvimento", sublinhou.

## 5.13 UNITA impulsiona autarquias

*Jornal Folha 8*

*25 De Fevereiro de 2017*

A UNITA submeteu à Assembleia Nacional um pacote de leis sobre as autarquias locais, visando cobrir o vazio existente e quando ainda estão por realizar as primeiras eleições autárquicas em Angola. É admirável a esperança, e crença, que o partido de Isaiás Samakuva tem de que um dia destes Angola será uma democracia e um Estado de Direito.

Em comunicado, o grupo parlamentar da UNITA anunciou que foi endereçado ao presidente do Parlamento, Fernando da Piedade Dias dos Santos, o Projecto de Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local,

bem como o Projecto de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais.

O grupo parlamentar da UNIT A recorda que em 2013 tinha já levado à Assembleia Nacional a Proposta de Leis das Autarquias e do Poder Local, que mereceu votos contra da bancada do partido maioritário, no poder desde 1975, o MPLA.

O porta-voz da UNITA e deputado à Assembleia Nacional, Alcides Sakala, disse que se trata de um pacote novo de leis, realçando que as autarquias são uma prioridade para Angola. São mesmo. E exactamente por isso é que o regime as vai adiando, adiando até onde puder.

Para Alcides Sakala, nas circunstâncias actuais do país a implementação de autarquias revela-se muito importante para contribuir para procura de soluções para vários problemas que "o poder central não tem conseguido resolver nestes últimos 41 anos de governação", Tem razão. Só é pena que, pelo menos por enquanto, não tenha força. E que o MPLA tem a razão da força e a UNIT A apenas a força da razão.

"É só vermos a cidade de Luanda como se encontra, acredito que se houvesse presidentes de câmaras ao nível de vários municípios nós teríamos dado passos muito concretos para a resolução de problemas básicos, como saneamento, prevenção em matéria de saúde e educação", referiu.

Na nota, o grupo parlamentar da UNITA sublinha que a iniciativa agora tomada vai corresponder "positivamente" a uma das maiores exigências e expectativas colocadas aos deputados na actual legislatura.

No dia 20 de Fevereiro, o ministro da Administração do Território e candidato do MPLA a vice-presidente da República, Bornito de Sousa, informou que os diplomas sobre a organização e funcionamento das autarquias locais em Angola e o quadro legislativo eleitoral para as mesmas estão em fase final e a seu tempo deverão ser apresentadas ao titular do poder Executivo.

Bornito de Sousa referiu que a Assembleia Nacional aprovou um calendário de tarefas essenciais para a preparação e organização das eleições gerais e autárquicas em Angola, esta última, a primeira que será realizada após a independência do país, em 1975.

Segundo o ministro, com este quadro criado e com base na Lei Constitucional, os órgãos constitucionais competentes vão "determinar a data das eleições e o doseamento da tutela administrativa e do gradualíssimo".

Questionado se a UNIT A está confiante que desta vez o pacote de leis que apresentou vai merecer alguma atenção séria no parlamento, Alcides Sakala considerou um imperativo, por se tratar de "urna questão de emergência e interesse nacional". Mas a "coisa" só vai para a frente quando o "interesse nacional" coincidir com o interesse do MPLA. Não é o caso.

"É importante para o país, para o debate que já se arrasta há algum tempo. Temos que sair do debate teórico e começarmos a trabalhar seriamente para a concretização das autarquias em Angola", defendeu.

Alcides Sakala acusou o MPLA de ver autarquias "numa perspectiva política" e que por isso Angola continua sem realizar eleições autárquicas.

"Nas autarquias não se ganham em todas as autarquias, mas também não se perdem em todas as autarquias, tem que se partir do princípio de que elas são uma necessidade para a resolução dos problemas das comunidades, mas o MPLA está com uma visão muito política a pensar já nos ganhos", criticou.

Ora aí está. Pensemos no assunto, continuemos a pensar no assunto, mas sentados ...

## 5.14 UNITA volta a carga na AN sobre autarquias locais

*Novo Jornal*

*24 De Fevereiro de 2017*

A UNITA submeteu à Assembleia Nacional um pacote de leis sobre as autarquias locais, visando cobrir o vazio existente e quando ainda estão por realizar as primeiras eleições autárquicas em Angola.

Em comunicado, o grupo parlamentar da UNITA anunciou que foi endereçado ao presidente do parlamento, Fernando da Piedade Dias dos Santos, o Projecto de Lei orgânica sobre as Bases do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local, bem como o projecto de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais.

Assembleia Nacional aprovou um calendário para eleições gerais e autárquicas em Angola o grupo parlamentar da UNITA recorda que em 2013 tinha já levado à Assembleia Nacional a Proposta de Leis das Autarquias e do Poder Local, que mereceu votos contra da bancada do partido maioritário, MPLA.

Na nota, o grupo parlamentar da UNIT A sublinha que a iniciativa agora tomada vai corresponder "positivamente" a uma das maiores exigências e

expectativas colocadas aos deputados na actual legislatura.

Na segunda-feira, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, informou que os diplomas sobre a organização e funcionamento das autarquias locais em Angola e o quadro legislativo eleitoral para as mesmas estão em fase final e a seu tempo deverão ser apresentadas ao titular do poder Executivo.

Bornito de Sousa referiu que a Assembleia Nacional aprovou um calendário de tarefas essenciais para a preparação e organização das eleições gerais e autárquicas em Angola, esta última, a primeira que será realizada após a independência do país, em 1975.

Segundo o ministro, com este quadro criado é com base na Lei Constitucional, os órgãos constitucionais competentes vão "determinar a data das eleições e o doseamento da tutela administrativa e do gradualismo".

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Pagar imposto online vai ser possível

*Jornal de Angola*  
05 De Fevereiro de 2017

O sistema foi lançado na quarta-feira na Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes e na 4.ª Repartição Fiscal, em Luanda, e passará por um processo gradual de cativação de funcionalidades e expansão por todo o país. Uma das alterações mais relevantes consiste na mudança de cor dos formulários, nomeadamente do Documento de Liquidação de Impostos (DLI) e do Documento de Arrecadação de Recitas (DAR), que assumem novas tonalidades, passando de azul e rosa para cinzento. Os documentos vão deixar de ser adquiridos na Imprensa Nacional e passam a ser impressos.

Para salvaguardar eventuais dúvidas quanto à sua veracidade, a AGT irá disponibilizar mecanismos para garantir a averiguação da autenticidade dos referidos documentos.

"A Administração Geral Tributária informa que está em curso a implementação do Sistema Integrado de Gestão Tributária que resulta da necessidade de automatização, atualização e desburocratização do processo tributário, impondo-se como forma de dar continuidade à reforma tributária em curso, melhorando a comunicação e a interação com o contribuinte", lê-se no comunicado.

O Sistema Integrado de Gestão Tributária é uma solução informática integrada e centralizada, capaz de acompanhar e supervisionar toda a atividade dos contribuintes, harmonizando e substituindo diversos sistemas e ferramentas atualmente em utilização nas áreas tributárias da AGT. É possível obter informação relevante e consultar a legislação tributária atualizada e submeter declarações fiscais eletronicamente, entre outros serviços que ficarão disponíveis.

Além de promover a automatização e desmaterialização progressiva dos processos tributários, o Sistema Integrado de Gestão Tributária introduz meios inovadores, garantindo a modernização e eficiência do sistema tributário, com claras vantagens para o contribuinte. O sistema vem facilitar e tomar célere o contacto do contribuinte com a Administração Geral Tributária (AGT).

Solução informática integrada e centralizada, o sistema é capaz de acompanhar e supervisionar toda a actividade dos contribuintes, harmonizando e substituindo diversos sistemas e ferramentas actualmente em utilização nas áreas tributárias da Administração Geral Tributária.

O Sistema Integrado de Gestão Tributária promove a auto matização e desmaterialização progressiva dos processos tributários, introduzindo meios inovadores, garantindo a modernização, eficiência e eficácia do sistema tributário, com claras vantagens para o contribuinte. A Administração Geral Tributária acredita que com a melhoria geral dos processos tributários, através do desenvolvimento da inteligência fiscal, redução do esforço Û na recolha, acesso e tratamento de se dados, os contribuintes vão beneficiar da ferramenta informática.

"Sendo este o primeiro mês de ativação do SIGT, somos a pedir antecipadamente, desculpas por quaisquer transtornos que a implementação do SIGT possa causar, na certeza de que, a ocorrer qualquer constrangimento, este será rapidamente corrigido, visando-se a optimização do sistema e a concretização de um projecto vantajoso para com todos", lê-se no comunicado.

Além do Sistema Integrado de Gestão Tributária, a AGT desenvolve uma outra ferramenta informática denominada ASYCUDA - " Sistema Automatizado de Processamento de Dados Aduaneiros, que permite a facilitação do comércio, redução dos custos e dos actuais processos burocráticos registados.

O sistema já é utilizado em mais de 115 países do mundo. É uma ferramenta que permite a troca de informação entre as várias administrações aduaneiras e facilita a apresentação dos valores declarativos por parte dos importadores. Uma das vantagens apontadas desta ferramenta informática é a desmaterializar o uso do papel.

Entre outras acções previstas para este ano, a Administração Geral Tributária prevê o aumento das apresentações declarativas por parte dos contribuintes, o alargamento da base dos contribuintes com a ta' integração dos que estão fora do sistema e o aumento da eficácia da máquina fiscal.

## 6.2 Mobilidade pode melhorar em várias zonas de Luanda

*Jornal Economia e Finanças*

*10 De Fevereiro de 2017*

*Texto: António Eugénio*

O ministério da Construção, por via do Instituto de Estradas de Angola (INEA) consignou um conjunto de obras que visam melhorar a mobilidade rodoviária dos habitantes das zonas Norte, Nordeste e Noroeste da cidade de Luanda, e facilitar os acessos com qualidade e segurança.

As obras incluem vários eixos, nomeadamente Porto de Luanda/ Via Expresso, através de Cacucaco, Unidade Operativa de Luanda/Via Expresso (estrada de Catete) e Via Expresso, em toda a extensão prevendo intervenções que vão resultar em melhorias assinaláveis em componentes dessas infra-estruturas, tais como sinalização, piso, protecções, drenagens e escapatórias.

O investimento total destes projectos está avaliado em 171.283.727.036,86 kwanzas, através da linha de crédito da China e outras fontes de financiamento.

### Obras em execução

As intervenções estão concentradas nos principais eixos estruturantes do sistema viário da província e de acordo com as directrizes do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML).

O projecto vai proporcionar o aumento da actividade económica, mobilizando empresas nacionais e estrangeiras, gerando mais de 25 mil empregos, dos quais 8 mil directos e 17 mil indirectos.

Durante a consignação das obras, que teve lugar recentemente, o ministro da Construção, Artur Fortunato, disse que as obras trarão um benefício acrescido para o habitante de Luanda, na circulação rodoviária.

Dados da entidade governamental a indicar que circulam em Luanda mais de dois milhões de viaturas.

Além de garantir o acesso rápido e seguro haverá melhorias na mobilidade da região Metropolitana de Luanda. Será solucionado o problema de acesso à Centralidade do Kilamba, que afecta milhares de pessoas todos os dias e reduzirá em pelo menos uma hora, o tempo para deslocamento casa-trabalho e vice-versa.

Diversos outros problemas de circulação serão resolvidos tais como o "nó" da Unidade Operativa, o "nó" de acesso ao Zango, "Nó" da antiga Rotunda do

Camama, Nó da Rotunda da Boavista e o acesso ao Porto de Luanda.

Serão também solucionados, definitivamente, alguns dos graves problemas crónicos de drenagem da região metropolitana de Luanda, nomeadamente, no Coelho, na E230 e no Camama.

Estão ainda contempladas importantes soluções de sinalização gráfica vertical indicativa nas principais vias do município de Luanda, a informar os utentes sobre as alternativas de acesso ao novo aeroporto. E a Via expressa Cabolombo - Cacucaco terá o seu pavimento rejuvenescido, as guardas laterais recompostas e a sinalização actualizada.

"As empresas contratadas para execução das referidas empreitadas são de grande porte e com certeza não teremos mais constrangimentos, tirando aqueles relacionados com as redes técnicas e expropriação", explicou.

### Mais qualidade

O director-geral do Inea, António Resende disse na semana passada que as condições técnicas e materiais estão garantidas para que a execução das obras seja cumprida em tempo real.

A qualidade das obras estarão garantidas, dado o facto das empresas que vão fiscalizar as mesmas apresentarem idoneidade reconhecida, para certificar a durabilidade da obra e a duração do tapete asfáltico.

Para o responsável, o tempo exige actualmente uma qualidade de obras que possa garantir um tempo útil aceitável, usando material, adequado contrariamente ao passado.

Temos de dar um produto de qualidade ao automobilista e garantir a durabilidade do seu meio. Este é o nosso principal objectivo para que se circule bem na capital", disse.

Segundo ele, estão em carteira vários outros projectos de recuperação de estradas secundárias que darão outra visibilidade e circulação na capital de Angola.

Por sua vez, o governador provincial de Luanda, Higinio Carneiro, pediu durante o acto da consignação o envolvimento das administrações e municípios nas empreitadas, que poderão melhorar a mobilidade rodoviária na cidade capital.

Paciência para os utilizadores das vias em reabilitação, foi solicitada pelo governador que augura melhorias, rapidez e fluidez na circulação rodoviária em toda a cidade.

Na altura da adjudicação de um conjunto de obras ligadas às infra-estruturas rodoviárias, solicitou as administrações a prestarem o auxílio necessário às empresas envolvidas, para que elas possam concluir os trabalhos dentro dos prazos acordados.

"Devemos evitar que haja atrasos e por força disso, compromissos com as indemnizações que acabam por onerar ainda mais os custos das próprias empreitadas", frisou.

Considerou que as referidas intervenções vão resultar em melhorias assinaláveis em todas as componentes dessas infra-estruturas, tais como sinalização, piso, protecções, drenagens e escapatórias.

Melhorar a circulação

Para a vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Mara Baptista Quiosa, considerou, importante a criação de novos eixos viários para reduzir os problemas de mobilidade da urbe.

As obras consignadas são muito importantes para o país e para o município de Luanda, pois darão outro rosto à municipalidade, e irão melhorar significativamente a mobilidade urbana.

Para ela, é o fim das muitas reclamações relativamente ao estado das vias e estes trabalhos vão minimizar o constrangimento dos luandenses.

### 6.3 AGT Prorroga pagamento de Imposto Predial Urbano

*Jornal O PAÍS*

*Texto: Helder Caculo*

*01 De Fevereiro de 2017*

Segundo informou a Administração Geral Tributária (AGT) numa nota de imprensa, tornada pública ontem, Terça-feira 31, a medida visa permitir que todos os contribuintes possam cumprir com as suas obrigações fiscais sem constrangimentos. A AGT sublinha que é elevado o número de utentes que continuam a afluir às repartições fiscais com o intuito de proceder ao registo, liquidação e pagamento voluntário da primeira prestação do referido imposto.

O documento indica igualmente que foi também prorrogado para a mesma data, (28 de Fevereiro), o período de submissão da Declaração Modelo sobre os rendimentos dos prédios arrendados.

O IPU abrange igualmente os contribuintes moradores das centralidades que tenham com- prado imóvel ou que estejam ao abrigo de um contrato

promessa de compra e venda com propriedade resolúvel.

"Estão isentos do pagamento do IPU, nas centralidades, as entidades que celebraram contratos de arrendamento com o Estado e que não assinaram um contrato promessa de compra e venda que lhe possa, eventualmente, conferir a titularidade", lê-se.

De recordar que os imóveis com valor até Kz 5 milhões estão isentos do pagamento do IPU. Acima deste valor, apenas sobre a diferença, aplica-se uma taxa de 0.5%.

O Estado prevê arrecadar mais de Kz 30 trilhões até Dezembro o presente ano económico a AGT prevê um aumento na arrecadação do IPU na ordem de 16 por cento, o correspondente a Kz 36 trilhões contra Kz 31 trilhões arrecadados em 2016.

Com este valor prevê-se um aumento de Kz 4.444.719.510,48 de IPU (património) e KZ 572.085.753.01 de IPU (renda) face ao ano de 2016 em que 64 por cento correspondeu à renda, e 36 ao património.

Caso não se proceda à liquidação do IPU, os contribuintes acumulam dívidas fiscais, que podem dar origem à instauração de um processo de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta.

Sabe-se que a falta de pagamento de qualquer prestação ou da totalidade do imposto está sujeita a uma multa de 35 por cento do imposto em falta.

### 6.4 Especialistas da AGT abordam cálculos do IPU

*Jornal Economia*

*Texto: Manuel Barros*

A técnica do Departamento dos Serviços Fiscais da Agência Geral Tributária (AGT), Carla de Almeida, disse que o Imposto Predial Urbano (IPU) tem como finalidade financiar ou munir o Estado de recursos financeiros com vista à realização das suas actividades a favor dos cidadãos.

Carla de Almeida, que falava durante um seminário sobre o Imposto Predial Urbano (IPU), acrescentou que "a avaliação do imóvel é feita de acordo com a sua utilidade num determinado espaço", tendo dado ênfase que os espaços comerciais e de indústria têm maior utilidade.

Segundo ela, o valor patrimonial é baseado nas comparações, resultado da avaliação e alienação e, a



posterior, retirado o valor patrimonial de cinco milhões de kwanzas e sobre o seu excesso há-de ser fixada a taxa de 0,5 por cento.

"O valor do imposto a pagar não recai ao valor total do imóvel, mas sim, sobre o excesso de cinco milhões de kwanzas", informa.

Para a técnica da AGT, o país está dividido em três zonas fiscais. As capitais de província correspondem a zona 2, sendo que as cidades do Soyo e Lobito, mesmo não sendo capitais mais devido ao seu valor socioeconómico, foram englobadas na mesma zona. Neste caso, as localidades fora das capitais de províncias foram enquadradas na zona 3 cujo o coeficiente é 0,7.

A província de Luanda, dada a sua capacidade económica, é a única que está na zona 1, na qual Engloba os distritos urbanos da Maianga, Ingombota, Benfica e Samba, cujo o coeficiente é de 1,5, o mais alto de todos.

Às zonas 2 e 3 correspondem os imóveis nos municípios do Cazenga, Viana, Cacucaco, Rangel e Kilamba-Kiashi, todos da província de Luanda.

"A avaliação também é feita através de um coeficiente que ajuda a perceber a idade do imóvel. São tidos em conta, pois considera-se, caso o imóvel tenha mais de dez anos, uma taxa de 0,7. Se entre cinco e dez anos, o coeficiente é de 0,8 e se o imóvel estiver abaixo de cinco anos, fixa-se o coeficiente de um, que vai refletir na avaliação patrimonial do imóvel", disse.

Por seu lado, a economista Lideth Almeida disse que o IPU também incide sobre o centro de conforto do imóvel que é referente ao número de serviços que o imóvel dispõe como eletricidade, água, saneamento básico e este varia de 0,5 a uma Unidade de Correção Fiscal (UCF).

Lideth Almeida salienta que a utilidade que se dá ao imóvel o torna mais oneroso na hora da avaliação. Por isso, à habitação vivenda, espaços comerciais, industriais e escritórios aplica-se 1,2 de Unidade de Correção Fiscal.

Questionada sobre a relação entre o valor da avaliação e de alienação do imóvel, Lideth Almeida referiu que para se chegar ao apuramento do valor patrimonial são considerados os dois elementos.

O IPU é pago em duas prestações. A primeira prevista para o mês de Janeiro foi esta semana prorrogada para até final de Fevereiro. A segunda deverá ser no próximo mês de Julho.

Sobre os valores a pagar, o contribuinte deve reparti-los em duas ou quatro prestações. Em caso de dificuldade financeira, deve dirigir-se a Repartição Fiscal mais próxima e solicitar a possibilidade de pagamento em mais prestações faseadas para não acarretar algumas penalizações.

"O contribuinte pode ainda, pedir que pague o imposto em quatro prestações, mas sendo essas prestações iguais e com aviso prévio na Repartição Fiscal", garantiu.

## 4.5 Imogestim prevê vender residências no II trimestre

*Jornal Economia*

*03 De Fevereiro de 2017*

A empresa de gestão de projectos imobiliários "Imogestim" prevê, para o início o II trimestre do Ano em curso, a venda das habitações nas diferentes centralidades do país, nomeadamente nas províncias de Luanda, Bengo, Benguela, Huíla e Namibe.

A efectivação do início das vendas está dependente da execução das infra-estruturas externas, cuja responsabilidade compete ao Estado, refere uma fonte da empresa de gestão de projectos imobiliários, Imogestim, a que a Angop teve acesso.

O processo de venda será realizado em datas a divulgar, com antecedência mínima de 60 dias, Nos meios de comunicação social e no website [www.imogestim.co.ao](http://www.imogestim.co.ao).

Informa que até ao final do ano será feita a venda de habitações nas centralidades de Caparima província do Bengo, com um total de 3.504 apartamentos, Baía Farta, Benguela (1.000), Lobito (2 mil 984, Lubango (2.000) e Quilemba, na Huíla (854).

Serão ainda comercializadas casas no projecto habitacional do KM 44, em Luanda (1.984) Zango 8.000, com o mesmo, número, Zango I (2-464), 5 de Abril, no Namibe (2.000), Praia Amélia, também no Namibe com igual número de casas.

No total devem ser vendidas no decurso deste ano 26 mil 790 habitações nas diferentes centralidades do país.

Serviço de provedoria Por outro lado, a Imogestim, anunciou recentemente, que pretende criar, durante o I trimestre deste ano, um serviço de provedor ia de atendimento aos clientes residentes nos novos aglomerados urbanos do Estado (centralidades), segundo disse o presidente do Conselho de Administração da empresa, Rui Cruz.

Frisou que neste mesmo período será lançado o "Call Center", um serviço que vai permitir esclarecer eventuais dúvidas que forem colocadas pelos clientes das diversas centralidades do país.

A provedoria de atendimento ao cliente surge na perspectiva da defesa do consumidor, visto que mesmo depois de terem sido vendidos os apartamentos da centralidades registam-se várias situações que precisam de ser resolvidas.

O provedor do cliente, prosseguiu, será uma figura que vai resolver junto da Imogestim as inquietações dos clientes.

O Call Center vai funcionar com um conjunto de pessoas capacitadas para esclarecer as dúvidas aos clientes, sem que estes necessitem de deslocar-se às repartições da Imogestim instaladas nas centralidades.

## 6.6 Mais de 1.230 apartamentos ocupados ilegalmente na centralidade do Kilamba

*Jornal Visão*

*3 De Fevereiro de 2017*

A informação foi divulgada pela Imogestim, escolhida pelo Governo angolano para assumir a gestão imobiliária das centralidades construídas no país com recursos públicos, situação que a própria empresa refere ter já participado à Justiça.

Na origem da situação, está a falta de registo de 1.234 apartamentos desta centralidade na base de dados herdada da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Soníp), após o Governo ter retirado, no final de 2014, a gestão do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação àquela empresa do grupo petrolífero angolano, passando-a para a Imogestim.

Além disso, 13.476 proprietários de apartamentos nesta centralidade têm um regime de rendas resolúveis, mas mais de 40% estava com pagamentos em atraso, referentes aos anos de 2015 e 2016.

Considerado um dos maiores do projeto do género em Africa, a cidade de Kilamba, inaugurada em julho de 2011, já conta com 20.005 apartamentos construídos, estando por isso, como anunciou em agosto de 2014, o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, concluída a primeira de três fases do projeto.

O Plano Diretor da Cidade do Kilamba, cuja construção está a cargo de empresas chinesas, abrange uma área de 54 quilómetros quadrados e

prevê a construção de 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 50 quilómetros de vias.

Vivem nesta centralidade 55.000 pessoas, que contam com vários serviços de apoio social, nomeadamente um centro de saúde.

O Estado angolano procura agora parceiros para avançar com a sua expansão até aos 90.000 apartamentos, conforme prevê o plano inicial, através de parcerias público-privadas, investimento privado e cooperativo, tendo em conta as limitações ao investimento público, devido à crise.

A Lusa noticiou em 18 de agosto último que o Governo angolano vai avançar com a construção de mais 10.000 fogos nesta centralidade, tendo então aprovado um crédito adicional ao Orçamento Geral do Estado no valor de 2.876 milhões de kwanzas (16,1 milhões de euros).

A informação consta de um decreto assinado pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, ao qual a Lusa teve acesso, autorizando a abertura deste crédito adicional para o "pagamento inicial" da construção de infra-estrutura urbana com 10.000 fogos no Kilamba.

Já em 2015 tinha sido escolhida a empresa chinesa CITIC para construir, sob contrato do Governo angolano, mais 10.000 fogos habitacionais incluídos na segunda fase do desenvolvimento da centralidade urbana do Kilamba.

Esta empreitada esteve condicionada pelas dificuldades financeiras que o país atravessa, devido à quebra nas receitas do petróleo, o que travou o investimento público nos últimos meses.

Segundo despacho presidencial de 05 de novembro de 2015, a que a Lusa teve acesso na altura, a primeira etapa da fase 2 - que o chefe de Estado anunciou há dois anos - prevê a construção de mais de 10.000 fogos habitacionais pela CITIC Construção Angola, por 607 milhões de dólares (565 milhões de euros).

Estas obras, define ainda despacho, serão incluídas no Programa de Investimentos Públicos (PIP) do Estado, devendo o Ministério das Finanças contratar os "recursos financeiros" necessários para o projeto junto de uma instituição financeira da República Popular da China.

## 6.7 Mais de mil casas ocupadas ilegalmente no Kilamba

*Jornal Expansão*  
03 De Fevereiro de 2017

Cerca de 1.230 apartamentos dos 25.002 de várias tipologias que constituem actualmente a centralidade do Kilamba, cidade construída de raiz pelo Estado a 30 quilómetros de Luanda, estarão ocupados ilegalmente.

A informação foi divulgada pela Imogestim, escolhida pelo governo para assumir a gestão imobiliária das centralidades construídas no país com recursos públicos, que adiantou ter já Participado à Justiça.

Na origem da situação, está a falta de registo de 1.234 apartamentos desta centralidade na base de dados herdada da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), após o Governo ter retirado, no final de 2014, a gestão do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação àquela empresa do grupo petrolífero nacional, passando-a para a Imogestim.

Além disso, 13.476 proprietários de apartamentos nesta centralidade têm um regime de rendas resolúveis, mas mais de 40% estava com pagamentos em atraso, referentes aos anos de 2015 e 2016.

Considerado um dos maiores do projecto do género em África, a cidade de Kilamba, inaugurada em Julho de 2011, já conta com 20.005 apartamentos construídos, estando por isso, como anunciou em Agosto de 2014 o Presidente José Eduardo dos Santos, concluída a primeira de três fases do projecto.

O Plano Director da Cidade do Kilamba, cuja construção está a cargo de empresas chinesas, abrange uma área de 54 quilómetros quadrados e prevê a construção de 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 50 quilómetros de vias.

Vivem nesta centralidade 55.000 pessoas, que contam com vários serviços de apoio social, nomeadamente um centro de saúde.

O Estado procura agora parceiros para avançar com a sua expansão até aos 90.000 apartamentos, conforme prevê o plano inicial, através de parcerias público-privadas, investimento privado e cooperativas, tendo em conta as limitações ao investimento público, devido à crise.

De acordo com um decreto assinado pelo Presidente, em Agosto, o Governo vai avançar com a construção de mais 10.000 fogos nesta centralidade, tendo então

aprovado um crédito adicional ao Orçamento Geral do Estado no valor de 2.876 milhões Kz.

## 6.8 Porque é que se deve pagar o Imposto Predial Urbano nas Centralidades

*Jornal: expansão*  
03 De Fevereiro de 2017

Os impostos constituem a principal fonte de receitas para cobrir as despesas dos Estados modernos, já que a sua cobrança não constitui contrapartida de qualquer prestação ao Estado. Angola também tem optado, de forma frequente, pela cobrança de impostos.

Nestes últimos anos, os impostos petrolíferos representam, em média, cerca de 80% do total da receita fiscal de Angola, que constitui cerca de 45% do PIB. Em seguida, os impostos sobre o rendimento, os direitos sobre as importações e os impostos sobre a produção e actividades mercantis que, no total, não ultrapassa os 4% da receita fiscal.

Verifica-se então que as receitas fiscais dependem essencialmente dos impostos petrolíferos, pelo que a cobrança dos demais impostos é muito reduzida e muitas realidades económicas até não são tributadas, v.g, o Imposto Predial Urbano (IPU).

Entretanto, com a crise económica que se verifica no país em virtude da queda do preço do petróleo, dada a dependência das receitas fiscais por este imposto, o Estado decidiu lançar mãos à cobrança mais frequente dos outros impostos, a fim de melhorar a situação financeira do país. O IPU, que praticamente não era cobrado, passará a ser tributado.

Pretende-se saber o seguinte:

Os cidadãos que residem na Centralidade do Kilamba devem ou não pagar o IPU?

I – Conceito do IPU

1. Antes de respondermos esta questão, é necessário saber em que consiste o IPU. Desta forma, o IPU tem uma natureza mista ou híbrida. Por um lado, tem a natureza de imposto sobre o rendimento, porquanto incide sobre os rendimentos dos prédios urbanos arrendados, mais concretamente sobre o valor das rendas desses imóveis. Por outro lado, reveste a natureza de imposto sobre o património, quando incide sobre o valor patrimonial dos imóveis não arrendados, artigos. 1.º e 2.º, do Código do IPU (CIPU).

2. A incidência objectiva traduz-se na descrição normativa do objecto do imposto, isto é, o quid ou matéria sobre o qual incide o imposto. Enquanto a incidência subjectiva consiste na descrição normativa dos sujeitos do imposto, ou seja, indicação dos entes que por lei estão obrigados a pagá-lo.

O estado decidiu lançar mãos á cobrança mais frequente dos outros Impostos, a fim de melhorar a situação financeira do país

2.1. Outros sim, o IPU incide, por um lado, sobre os rendimentos dos prédios urbanos arrendados, mais concretamente sobre o valor das rendas desses imóveis.

Por outro lado, incide sobre o valor patrimonial dos imóveis não arrendados, artigos 1º e 2º, do Código do IPU (doravante CIPU).

2.2. Quanto à incidência subjectiva, nos prédios arrendados, o imposto é devido pelos titulares do direito aos rendimentos, artigo 4º, nº 1, primeira parte, do CIPU. Se os rendimentos se repartirem por diversos titulares, todos terão a obrigação de pagar o IPU consoante o seu direito, art. 4º, nº 2, do CIPU.

No caso de prédios não arrendados, o imposto é devido por quem tem a detenção do imóvel, art.1º, infine, do CIPU. Desta forma, nos termos do art.1253º, do Código Civil (e.C),a detenção ou posse precária é o poder de facto exercido por alguém sobre uma coisa (corpus), sem intenção de agir como beneficiário ou titular do direito (sem animus possidendz). Com efeito, não é necessário ser proprietário ou usufrutuário do prédio, basta ser detentor, que terá a obrigação de pagar o IPU. Se, porém, houver propriedade resolúvel, o imposto é devido por quem tenha uso e fruição do prédio, art. 4º, nº 4, do CIPU.

Em direito fiscal existe o princípio da prevalência da substância sobre a forma.

II - Natureza Jurídica do contrato celebrado entre os moradores da centralidade e o estado angolano

3. Dito isto, cabe agora analisar que tipo de contrato foi celebrado entre os moradores da centralidade do Kilamba e o Estado, bem como o seu respectivo regime jurídico.

3.1. Deste modo, trata-se de um contrato de compra e venda em regime de propriedade resolúvel, que está previsto no art.1307º, nº 1 e 3, do Código Civil (C.C). Nos termos daquele artigo, a propriedade resolúvel é aquela que é constituída sob condição resolutiva, isto é, o proprietário perde a propriedade da coisa, caso se verifique a condição acordada.

Outros sim, há vários tipos de propriedade resolúvel, porém, poderão ser abordados num tema próprio, o que importa aqui é falar sobre o tipo de propriedade resolúvel previsto nos contratos da centralidade do kilamba. Assim, trata-se da reserva de propriedade ou, como é vulgarmente denominada, renda resolúvel, previsto no art. 409º do e.e.

3.2. A cláusula de reserva de propriedade é o acordo mediante o qual o alienante reserva para si a propriedade da coisa, até o cumprimento total ou parcial das obrigações da outra parte, ou até à verificação de qualquer outro evento.

3.2.1. Na reserva de propriedade, as partes diferem a transferência da propriedade no momento posterior ao da celebração do contrato, mas o alienante entrega-lhe a coisa para permitir-lhe o gozo (uso e fruição) da coisa. Geralmente, o que deter mina a transferência da propriedade é o pagamento total do preço, sob pena de resolução do contrato, isto é, o preço total da venda é pago em prestações( trata-se uma obrigação fraccionada) e só depois do cumprimento de todas as prestações, o comprador adquire a propriedade da coisa. Daí que seja uma propriedade resolúvel, pois caso o comprador não realize todas as prestações, o vendedor tem a faculdade de resolver o contrato e, conseqüentemente, aquele não adquire a propriedade do imóvel.

Ela não deve ser confundida com o contrato de locação (arrendamento), porquanto na última o alienante confere apenas o gozo temporário da coisa, mediante retribuição, art.1022º doc.c.. Ao passo que na reserva de propriedade transfere-se a propriedade, mas a transferência está condicionada pelo pagamento total do preço ou por outro evento

4. Assim sendo, por se tratar de uma propriedade resolúvel, os moradores da Centralidade do Kilamba têm a obrigação de pagar o IPU, nos termos do art. 4º, nº 4, do CIPU, já que eles têm o uso e fruição dos apartamentos daquela centralidade.

## 6.9 Porque é que se deve pagar o Imposto Predial Urbano nas Centralidades

*Jornal: expansão*

*03 De Fevereiro de 2017*

Os impostos constituem a principal fonte de receitas para cobrir as despesas dos Estados modernos, já que a sua cobrança não constitui contrapartida de qualquer prestação ao Estado. Angola também tem

optado, de forma frequente, pela cobrança de impostos.

Nestes últimos anos, os impostos petrolíferos representam, em média, cerca de 80% do total da receita fiscal de Angola, que constitui cerca de 45% do PIB. Em seguida, os impostos sobre o rendimento, os direitos sobre as importações e os impostos sobre a produção e actividades mercantis que, no total, não ultrapassa os 4% da receita fiscal.

Verifica-se então que as receitas fiscais dependem essencialmente dos impostos petrolíferos, pelo que a cobrança dos demais impostos é muito reduzida e muitas realidades económicas até não são tributadas, v.g, o Imposto Predial Urbano (OPU).

Entretanto, com a crise económica que se verifica no país em virtude da queda do preço do petróleo, dada a dependência das receitas fiscais por este imposto, o Estado decidiu lançar mãos à cobrança mais frequente dos outros impostos, a fim de melhorar a situação financeira do país. O IPU, que praticamente não era cobrado, passará a ser tributado.

Pretende-se saber o seguinte:

Os cidadãos que residem na Centralidade do Kilamba devem ou não pagar o IPU?

#### I – Conceito do IPU

1. Antes de respondermos esta questão, é necessário saber em que consiste o IPU. Desta forma, o IPU tem uma natureza mista ou híbrida. Por um lado, tem a natureza de imposto sobre o rendimento, porquanto incide sobre os rendimentos dos prédios urbanos arrendados, mais concretamente sobre o valor das rendas desses imóveis. Por outro lado, reveste a natureza de imposto sobre o património, quando incide sobre o valor patrimonial dos imóveis não arrendados, artigos. 1.º e 2.º, do Código do IPU (CIPU).

2. A incidência objectiva traduz-se na descrição normativa do objecto do imposto, isto é, o quid ou matéria sobre o qual incide o imposto. Enquanto a incidência subjectiva consiste na descrição normativa dos sujeitos do imposto, ou seja, indicação dos entes que por lei estão obrigados a pagá-lo.

O estado decidiu lançar mãos á cobrança mais frequente dos outros Impostos, a fim de melhorar a situação financeira do país

2.1. Outros sim, o IPU incide, por um lado, sobre os rendimentos dos prédios urbanos arrendados, mais concretamente sobre o valor das rendas desses imóveis.

Por outro lado, incide sobre o valor patrimonial dos imóveis não arrendados, artigos 1.º e 2.º, do Código do IPU (doravante CIPU).

2.2 Quanto à incidência subjectiva, nos prédios arrendados, o imposto é devido pelos titulares do direito aos rendimentos, artigo 4.º, n.º 1, primeira parte, do CIPU. Se os rendimentos se repartirem por diversos titulares, todos terão a obrigação de pagar o IPU consoante o seu direito, art. 4.º, n.º 2, do CIPU.

No caso de prédios não arrendados, o imposto é devido por quem tem a detenção do imóvel, art.1.º, infine, do CIPU. Desta forma, nos termos do art.1253.º, do Código Civil (e.C), a detenção ou posse precária é o poder de facto exercido por alguém sobre uma coisa (corpus), sem intenção de agir como beneficiário ou titular do direito (sem animus possidendz). Com efeito, não é necessário ser proprietário ou usufrutuário do prédio, basta ser detentor, que terá a obrigação de pagar o IPU. Se, porém, houver propriedade resolúvel, o imposto é devido por quem tenha uso e fruição do prédio, art. 4.º, n.º 4, do CIPU.

Em direito fiscal existe o princípio da prevalência da substância sobre a forma.

II - Natureza Jurídica do contrato celebrado entre os moradores da centralidade e o estado angolano

3. Dito isto, cabe agora analisar que tipo de contrato foi celebrado entre os moradores da centralidade do Kilamba e o Estado, bem como o seu respectivo regime jurídico.

3.1. Deste modo, trata-se de um contrato de compra e venda em regime de propriedade resolúvel, que está previsto no art.1307.º, n.º 1 e 3, do Código Civil (C.C). Nos termos daquele artigo, a propriedade resolúvel é aquela que é constituída sob condição resolutiva, isto é, o proprietário perde a propriedade da coisa, caso se verifique a condição acordada.

Outros sim, há vários tipos de propriedade resolúvel, porém, poderão ser abordados num tema próprio, o que importa aqui é falar sobre o tipo de propriedade resolúvel previsto nos contratos da centralidade do kilamba. Assim, trata-se da reserva de propriedade ou, como é vulgarmente denominada, renda resolúvel, previsto no art. 409.º do e.e.

3.2. A cláusula de reserva de propriedade é o acordo mediante o qual o alienante reserva para si a propriedade da coisa, até o cumprimento total ou parcial das obrigações da outra parte, ou até à verificação de qualquer outro evento.

3.2.1. Na reserva de propriedade, as partes diferem a transferência da propriedade no momento posterior ao da celebração do contrato, mas o alienante entrega-lhe a coisa para permitir-lhe o gozo (uso e fruição) da coisa. Geralmente, o que deter mina a transferência da propriedade é o pagamento total do preço, sob pena de resolução do contrato, isto é, o preço total da venda é pago em prestações (trata-se uma obrigação fraccionada) e só depois do cumprimento de todas as prestações, o comprador adquire a propriedade da coisa. Daí que seja uma propriedade resolúvel, pois caso o comprador não realize todas as prestações, o vendedor tem a faculdade de resolver o contrato e, consequentemente, aquele não adquire a propriedade do imóvel.

Ela não deve ser confundida com o contrato de locação (arrendamento), porquanto na última o alienante confere apenas o gozo temporário da coisa, mediante retribuição, art.1022º doc.c.. Ao passo que na reserva de propriedade transfere-se a propriedade, mas a transferência está condicionada pelo pagamento total do preço ou por outro evento

4. Assim sendo, por se tratar de uma propriedade resolúvel, os moradores da Centralidade do Kilamba têm a obrigação de pagar o IPU, nos termos do art. 4º, nº 4, do CIPU, já que eles têm o uso e fruição dos apartamentos daquela centralidade.

## 6.10 "Roubos mágicos" assustam moradores

*Jornal de Angola*  
*Fevereiro de 2017*

Moradores da Centralidade do Kilamba subscreveram um documento, a que o Jornal de Angola teve exclusivamente acesso, no qual dizem estar a viver o que consideram "momentos dolorosos e difíceis", criados por marginais.

Intitulado "Um grito de socorro dos moradores da Cidade do Kilamba sobre os assaltos a viaturas", o documento considera como "filmes de ficção científica" os roubos de viaturas que ocorrem na Centralidade do Kilamba.

"Já houve casos de moradores que, quando se preparavam para ir ao trabalho, não encontraram nos parques de estacionamento as suas viaturas", contam os subscretores do documento, que revela terem sido furtadas, "só na primeira semana de Janeiro, 14 viaturas".

Os criminosos, de acordo com o documento, utilizam novas técnicas de roubo de viaturas, enquanto "a nossa Polícia experimenta imensas dificuldades em os localizar assim como os meios roubados".

Esta declaração já teve resposta do porta-voz do Comando Provincial de Luanda, inspector-chefe Mateus Rodrigues, contactado por este jornal para comentar o teor do documento. Uma fonte do Serviço de Investigação Criminal (SIC) é citada no documento como tendo dito que os ladrões são integrantes de um grupo já identificado pela Polícia Nacional.

"Mais cedo ou mais tarde vão ser apanhados", sustenta a fonte ligada ao SIC, citada no documento pelos subscretores, que dizem ser esta a resposta da Polícia Nacional "sempre que pretendemos saber do destino dos nossos bens roubados".

Os subscretores admitem que os marginais estejam a adoptar "novas tecnologias" de roubo, um pensamento sustentado com o facto de que todos os moradores que já apresentaram queixa à Polícia Nacional alegaram ter as chaves das viaturas, sobre cujo assunto o porta-voz do comando provincial de Luanda admitiu (ler entrevista abaixo) que, para o furto de viaturas, possa haver conivência de pessoas com ligações próximas a algumas vítimas, de quem surripiaram esses objectos para depois serem copiados.

"Estamos a viver na Cidade do Kilamba os piores momentos das nossas vidas", declararam os subscretores, que trouxeram à memória declarações proferidas pelo governador provincial de Luanda, Higinio Carneiro, por altura da tomada de posse do cargo, em que definiu como uma das prioridades a segurança dos habitantes. "Na verdade, estamos a assistir a um clima de muita insegurança na Cidade do Kilamba, onde uns são assaltados à porta de casa e outros baleados em parques de estacionamento", lamentam os subscretores do documento, no qual pedem à Polícia Nacional o reforço da vigilância e segurança.

Ao ministro do Interior, Angelo Veiga Tavares, e ao director do Serviço de Investigação Criminal, pedem que dêem atenção a este problema, por se tratar de um crime violento. "Entendemos que é chegado o momento de a nossa Polícia Nacional e o Serviço de Investigação Criminal desencorajarem de uma vez por todas aqueles que tentam subverter a ordem e a tranquilidade dos cidadãos", lê-se também no documento, que termina com um apelo: "juntos contra o roubo de viaturas."

## 6.11 Policia Redobra Segurança na Centralidade do Kilamba

*Jornal de Angola*  
*Fevereiro de 2017*

Jornal de Angola - Qual é a realidade da segurança pública na Centralidade do Kilamba?

Mateus Rodrigues - Em Janeiro deste ano, a Polícia Nacional registou, na Centralidade do Kilamba, cinco casos, sendo três de furto e dois de roubo. O documento subscrito por moradores da Centralidade do Kilamba faz referência a 14 viaturas roubadas nas primeiras semanas de Janeiro deste ano. Esse número de viaturas que os subscritores do documento dizem terem sido roubadas não foi participado à Polícia.

Não tendo havido participação, os cidadãos acabam por ter uma apreciação sobre a segurança pública diferente daquela que é a da Polícia Nacional. A Polícia registou, em Janeiro, na Centralidade do Kilamba, 26 crimes de natureza diversa, dando uma média inferior a um crime por dia participado à Polícia.

Jornal de Angola - Qual é a avaliação que faz da segurança pública na Centralidade do Kilamba?

Mateus Rodrigues - A avaliação da segurança pública é feita com base no número de participações e queixas que os cidadãos fazem chegar à Polícia. Se olharmos para esses números, podemos considerar a situação da segurança pública na Centralidade do Kilamba como calma. Entre os 26 crimes registados em Janeiro está um homicídio voluntário por disparo de arma de fogo, o que não é uma ocorrência criminal comum a nível da Centralidade do Kilamba. Registámos, com muita preocupação, alguns furtos de viaturas e de pneus/Segundo informações na posse da Polícia, os meliantes usam chaves das viaturas e levam os carros. O proprietário tem as chaves, mas a viatura é levada. Presumimos que esses indivíduos conseguem ter uma cópia das chaves, para cuja obtenção utilizam pessoas próximas dos proprietários.

Com acesso às chaves, tiram viaturas de parques de estacionamento. Já fizemos algumas detenções.

Jornal de Angola - Faz algum sentido o "grito" de socorro lançado pelos subscritores?

Mateus Rodrigues - Um "grito" de socorro faz sempre sentido. Tomamos boa nota. A Polícia já está a trabalhar em alguns aspectos que a carta faz referência. A partir de agora, a segurança pública vai ser redobrada:

Jornal de Angola - Como é que a Polícia desenvolve o serviço de patrulhamento em toda a extensão do Kilamba, sobretudo à noite?

Mateus Rodrigues - Na Centralidade do Kilamba, à semelhança de outras localidades, privilegiam o patrulhamento automóvel e o patrulhamento apeado. Também utilizamos barreiras na via pública para permitir as revistas no interior de viaturas, principalmente as de marcas mais visadas pelos marginais e as mais utilizadas nos roubos.

Jornais de Angola - Os subscritores do documento dizem que o "clima é de muita insegurança", uma afirmação que colide com a habitual declaração da Polícia de que "a situação está sob controlo. Quero ouvir o seu comentário.

Mateus Rodrigues - A Centralidade do Kilamba, apesar de registar casos de furto e roubo de viaturas, não é uma cidade que regista frequentemente crimes violentos, como violação sexual, homicídio voluntário e, particularmente, crimes cometidos com recurso a arma de fogo. De uma maneira geral, podemos afirmar que a Centralidade do Kilamba é calma. Não estamos a dizer que não existem preocupações. Existem, sim, preocupações e continuamos a trabalhar para a contínua garantia do sentimento de segurança.

Jornal de Angola - As esquadras no Kilamba registam défice de pessoal operativo?

Mateus Rodrigues - As pessoas têm de deixar de olhar para o número de efectivos que a Polícia tem. As pessoas devem contribuir com denúncias para que a Polícia possa fazer o seu serviço de forma mais eficaz, porque os crimes ocorrem no seio da população. Se estiver a ocorrer um crime numa determinada zona e ninguém participar, para a Polícia é nulo. E como se não tivesse ocorrido nada.

Jornal de Angola - O número de efectivos em actividade está em sintonia com o rácio que deve ser adequado à actual densidade populacional do Kilamba?

Mateus Rodrigues - O rácio é uma meta a atingir, mas também não é um motivo de preocupação. O mais importante é cada cidadão ter a cultura de fazer a denúncia, de participar à Polícia toda e qualquer ocorrência de crime. Tomar a Polícia informada.

Jornal de Angola -A vossa área de Informação e Análise já desenvolveu algum estudo sobre a matriz criminal do Kilamba?

Mateus Rodrigues - Isso é feito permanentemente. Mas é preciso saber fazer uma diferenciação entre a

criminalidade que as pessoas vivenciam e a criminalidade que chega ao conhecimento da Polícia.

Jornal de Angola - Onde é que reside a diferença?

Mateus Rodrigues – Embora ambos sejam crimes, a Polícia só vai trabalhar nos casos de lesados que apresentam queixa. A Polícia trabalha com as informações de ocorrência de crimes que chegam ao seu conhecimento. Insisto: se os cidadãos não passarem a informar sobre a ocorrência de um determinado crime, a Polícia não tem como saber, daí afirma que a responsabilidade é repartida. A Polícia tem os homens, os meios, as estratégias, e os cidadãos a informação. No documento, os subscritores fazem referência ao furto de 14 viaturas, nas primeiras semanas de Janeiro, na Centralidade do Kilamba, mais a Polícia recebeu a participação de desaparecimento de apenas cinco viaturas. Os proprietários de nove das 14 viaturas que os subscritores dizem ter sido furtadas não apresentaram queixa à Polícia. A população deve fazer a participação do crime para a Polícia ter uma dimensão exacta dessa matriz e poder trabalhar.

Jornal de Angola - Há uma estratégia de prevenção da criminalidade violenta em Luanda?

Mateus Rodrigues - Há uma estratégia, que inclui várias medidas, uma das quais são os controlos na via pública, para interpelar automobilistas e, se necessário, fazer revista no interior de viaturas. Um elevado número de armas e viaturas roubadas tem sido recuperado.

Jornal de Angola - O número crescente de roubos de viaturas não pode ser entendido como um incremento das actividades criminosas, que requer articulações com estruturas de recepção, ou para revenda ou para desmontagem?

Mateus Rodrigues - Indivíduos envolvidos nessa prática de crimes são presos e alguns até apresentados à comunicação social. Detivemos, por exemplo, uma rede de que era membro um cidadão nigeriano. Os indivíduos dessa rede roubavam viaturas, que eram depois desmontadas para comercializarem as peças. Temos aconselhado a população a proteger as viaturas, colocando um sistema de segurança - um GPS ou um outro acessório. Desta forma, mais facilmente a Polícia pode localizar viaturas roubadas. Quanto mais protegida estiver a viatura, a probabilidade de ser roubada diminui. A Polícia continua a deter indivíduos envolvidos no crime de roubo e na comercialização de acessórios. Mas, infelizmente, esse tipo de crime ainda continua a ocorrer.

Jornal de Angola - O Estado, por "fechar os olhos" à venda de acessórios de viaturas em mercados paralelos, não estará a corroer a confiança da população no que à segurança pública diz respeito?

Mateus Rodrigues - Da maneira como me faz a pergunta, se calhar esta questão não deveria ser colocada à Polícia, porque o Estado é um elemento mais complexo e mais abrangente. Relativamente ao mercado de venda de peças de viaturas, a Polícia tem vindo a trabalhar, sobretudo, nos casos pontuais, quando se está na presença de uma queixa. A Polícia investiga para a detenção dos autores do furto e até dos comerciantes dos respectivos acessórios. É um trabalho que tem sido realizado com êxito. A Polícia Nacional não deve nem tem o direito de prender todos os comerciantes de peças nos mercados paralelos. Para prender alguém por roubo de viatura, tem de haver uma participação de queixa à Polícia.

## 6.12 Mais de 1200 apartamentos estarão ocupados ilegalmente em Kilamba, arredores de Luanda

*Jornal a Republica*  
07 De Fevereiro de 2017

Mais de 1200 apartamentos dos 25.002 de várias tipologias que constituem, actualmente, a centralidade do Kilamba, cidade construída de raiz pelo Estado angolano e situada a 30 quilómetros de Luanda, estarão a ser ocupados ilegalmente.

A informação foi divulgada pela Imogestin, empresa escolhida pelo Governo angolano para assumir a gestão imobiliária das centralidades construídas no país com recursos públicos, situação que a empresa garante ter já participado à justiça.

Na origem, está a falta de registo de 1234 apartamentos desta centralidade na base de dados herdada da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), após o Governo ter retirado, no final de 2014, a gestão do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação àquela empresa do grupo petrolífero angolano, passando-a para a Imogestin.

Além disso, 13.476 proprietários de apartamentos nesta centralidade têm um regime de rendas resolúveis, mas mais de 40% estava com pagamentos em atraso, referentes aos anos de 2015 e 2016.

Considerado um dos maiores do projecto do género em África, a cidade de Kilamba, inaugurada em Julho de 2011, já conta com 20.005 apartamentos construídos, estando por isso, como anunciou em



Agosto de 2014, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, «concluída a primeira de três fases do projecto».

O Plano Director da Cidade do Kilamba, cuja construção está a cargo de empresas chinesas, abrange uma área de 54 quilómetros quadrados e prevê a construção de 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 50 quilómetros de vias.

Vivem nesta centralidade 55.000 pessoas, que contam com vários serviços de apoio social, nomeadamente um centro de saúde.

O Estado angolano procura, agora, parceiros para avançar com a sua expansão até aos 90.000 apartamentos, conforme prevê o plano inicial, através de parcerias público privadas, investimento privado e cooperativas, tendo em conta as limitações ao investimento público, devido à crise.

### 6.13 Municípios e comunas com mais casas sociais

*Jornal de Angola*

*Texto: Nicolau Vasco*

*07 De Fevereiro de 2017*

A construção de habitações nas sedes municipais e comunais da província do Cuando Cubango vai ser uma das principais apostas do governo local, nos próximos tempos, apesar da crise financeira que assola o país, assegurou domingo, no Cuchi, o vice-governador para sector Político e Social.

Pedro Camelo garantiu que as autoridades vão reforçar as intervenções no sector da habitação para que a população do Cuito Cuanavale, Rivungo, Dirico, Cuchi, Cuangar, Nancova, Mavinga e Menongue possa viver em condições mais condígnas.

No âmbito deste programa, a comuna do Chinguanja, no município do Cuchi, está a ganhar uma nova imagem, com a inauguração domingo das primeiras 15 casas das 30 inicialmente previstas, no quadro do programa de 200 fogos habitacionais por município. As casas do tipo T-3 são atribuídas, principalmente, aos quadros da administração comunal, professores e enfermeiros, que, por falta destas infraestruturas, viviam em cubatas de capim e em condições difíceis, disse o vice-governador para o sector Político e Social.

Pedro Camelo disse que a comuna de Chinguanja, que dista cerca de 80 quilómetros da sede municipal

do Cuchi, vai dispor ainda de novos investimentos, para acabar com a ideia de que a região era apenas uma aldeia, por ter poucas infraestruturas,

O próximo passo, disse o responsável provincial, é a reparação da estrada de acesso à comuna, que se encontra em estado avançado de degradação.

As comunas de Cutato e Vissaty também vão beneficiar de 30 residências cada, enquanto na vila do Cuchi já foram construídas e inauguradas 75 casas do tipo T-3, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos. Pedro Camelo referiu que a comuna do Chinguanja é potencialmente agrícola, dispondo de muitas terras aráveis.

### 6.14 “Poltec” vai entregar casas em Novembro

*Jornal Economia e Finanças*

*10 De Fevereiro de 2017*

*Texto: André Sibi*

O grupo "Poltec Investimentos", promotora do projecto urbanístico e imobiliário prevê fazer a entrega da primeira fase do projecto habitacional "Boa Vida", localizado na zona Sul de Luanda, no mês de Novembro.

Em declarações ao JE, o vice-presidente do Conselho de Administração do grupo empresarial, Wojtec Dowbor, disse que serão entregues 310 residências com a tipologia 13, T4 e T5, construídas num espaço de 2 mil metros quadrados, em condomínio fechado.

De acordo com o gestor, neste momento decorrem os últimos acertos para que os compradores possam encontrar as moradias conforme as normas contratuais.

Questionado sobre o volume de vendas, Wojtec Dowbor, explicou, que 90 por cento das residências estão vendidas, numa altura em que decorrem negociações para a comercialização das últimas vivendas, nos edifícios de primeiro andar.

Revelou que as casas foram construídas com um padrão de estilo de vida moderna, destinada principalmente para a classe média alta.

As residências do tipo T3, consideradas económicas, estão a ser comercializadas a 340 mil dólares norte-americanos, o equivalente a 58 milhões de kwanzas. As de padrão mais alto, custam acima dos 500 mil dólares.

No ano passado, as primeiras residências foram comercializadas a 280 mil dólares. Este ano, o preço

foi alterado para 340 mil dólares (aumento de mais de 60 mil), tudo porque, segundo explicou Wojtec Dow, as casas valorizaram-se, fruto de uma grande procura pelas habitações.

Depois de concluído, o projecto habitacional contará com um total de 700 residências, distribuídas em cinco condomínios de 10 hectares cada.

Para assegurar a execução das obras, o projecto urbanístico conta com uma força de trabalho de mais de 1:200 trabalhadores, entre angolanos e expatriados, estes últimos estimados em dois por cento.

Quem chega no local, depara-se com um "ambiente frenético", com os promotores imobiliários a convidar os visitantes a percorrerem as casas já concluídas.

A movimentação de homens e máquinas é reveladora de um trabalho árduo, na esperança de que o amanhã promete.

Mais casas

Na ocasião, o vice-presidente do grupo aproveitou a oportunidade para revelar que está em forja a construção de um outro projecto urbanístico, denominado "Boa Vida Praia", que prevê erguer mais de mil residências, nas encostas da comuna dos Ramiros, no troço Luanda/Sumbe (Cuanza Sul).

Actualmente, disse, decorrem os primeiros levantamentos topográficos bem como estudos dos solos e elaboração dos estudos urbanísticos.

A meta é colocar no mercado condomínios de luxo, destinados para atrair compradores nacionais e estrangeiros.

## 6.15 Angola: Máfia chinesa na CTCE

*Jornal Manche*

*17 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Manuel Ngongo*

A empresa chinesa de construção, China Tiesiju Civil Engineering Group Co., Ltd. (CTCE), com sede na entrada da centralidade do Sequele, ao município de Cacucaco, em Luanda, é acusada de exercer actividades que não dizem respeito ao objecto social para a qual foi constituída e autorizada em Angola.

Fontes próximas à CTCE confirmaram ao Manchete, a existência, numa das instalações da referida empresa, localizada na entrada do Sequele, a realização de actividades, que lesam o bom nome da

CTCE, ou seja, a CTCE está envolvida em actividade de prostituição ilegal, fundamentalmente para indivíduos de alta sociedade e eventual tráfico de produtos ilícitos, entre os quais, drogas.

Estes actos vêm sendo praticados desde o acabamento das obras inicialmente feitas apenas para serviços administrativos e operacionais de construção civil, sendo a CTCE, a empresa responsável pelas obras de construção dos edifícios da centralidade do Sequele, onde algumas reclamações sobre a qualidade das obras, também já se fazem sentir, um assunto que trataremos nos próximos números.

Recorde-se que na entrada principal da mesma infraestrutura, há, para além dos dizeres "Bem-vindo à CTCE". Um símbolo da Polícia Nacional eventualmente para garantir segurança aos que acorrem aquele lugar ou para eventual intimidação para quem quiser saber mais sobre as actividades ilícitas que ali se praticam, comentaram as fontes.

Questionados sobre as individualidades que visitam frequentemente a CTCE para este tipo de práticas, as fontes, que preferiram o anonimato, disseram que trata-se de pessoas muito bem posicionadas na sociedade angolana, nos mais altos patamares, sem, no entanto, citar nomes.

O olhar silencioso da casa civil

Há uma curiosidade neste fenómeno, o símbolo da Polícia Nacional estampado no lado esquerdo da entrada principal da empresa que se contrasta com a equipa de segurança do referido estabelecimento, pois, o asseguramento é feito pelo pessoal da Casa Civil e/ou Militar da Presidência da República liderado por renomados generais do exército angolano, tal como Hélder Vieira dias "Kopelipa", tido como sócio da referida empresa.

Se não é a polícia que assegura tal espaço, qual é a razão da cor azul na parede e o símbolo da Polícia, como se fosse unidade policial? A outra curiosidade prende-se com o facto da Casa Civil/Militar da Presidência da República é responsável pela atribuição e distribuição de obras às empresas chinesas, não sendo para menos que a CTCE recebeu um contrato de obras novas de recuperação de estradas orçadas em 171 milhões de dólares.

Contactado pelo Manchete, por via telefónica, sobre o serviço de prostituição e tráfico de produtos ilícitos, inclusive drogas, na CTCE, o responsável da empresa, o cidadão de nacionalidade chinesa que responde pelo nome de "Young", começou por dizer que não compreendia bem a língua portuguesa e

solicitou se fosse possível responder as questões em "Inglês", pelo que respondemos positivamente e em seguida as perguntas foram refeitas na língua preferida e transcrevemos as suas declarações... (risos).

"Isto é totalmente impossível, pertencemos a um grupo empresarial do Estado Chinês e somos o número 78 no ranking mundial em construção civil, como poderíamos manchar a nossa imagem com este tipo de actividade? Se isso fosse verdade a nossa cliente Imogestim havia de saber, isto é impossível".

Quanto ao símbolo da Polícia Nacional, na entrada, mesmo sendo um lugar protegido pelas Forças Armadas, que se presumem ser da Casa Civil/Militar da Presidência.

"Young' disse: "tenho que dizer que sou trabalhador e não posso dizer nada em relação a isso, caso queira confirmar alguma coisa, é uma questão de visitar as nossas instalações, obrigado, agora estou muito ocupado".

A CTCE-China Tiesiju Civil Engineering Group Co.. Ltel .. é uma das empresas chinesas de construção civil contratada pelo Estado angolano para a construção da maior parte das casa da centralidade de Sequele no município de Cacuaco em Luanda e ainda ganhou alguns contratos dos quais falaremos nos próximos dias.

## 6.16 Auto-construção dirigida realiza sonho da casa próprio

*Jornal Economia e Finanças*  
17 De Fevereiro de 2017  
Texto: Adérito Veloso

O sonho da casa própria já começa a ser uma realidade, fruto das políticas que têm sido gizadas no sector do Urbanismo e Habitação, através da execução do subprograma da auto-construção dirigida,

Na visão estratégica do Executivo angolano, este subprograma constitui a grande bandeira do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, aprovado em 2009, por abarcar 68,5 por cento em termos de implementação.

Na sua execução obedece soluções e alguns pressupostos, com realce para a criação de reservas fundiárias urbanizáveis para fins habitacionais e nas mesmas realizarem-se operações urbanísticas, tais, como limpeza, decapagem, urbanização, loteamento e finalmente infra-estruturação.

O processo de disponibilização dos lotes iniciou e com sucesso no ano de 2010.

A importância e o alcance estratégico do subprograma permitiu que actualmente estejam constituídos 226.731 hectares de reservas fundiárias urbanizáveis em todo o país, e constituídos 131.624 lotes, dos quais 12.906 cedidos e com habitações construídas.

A iniciativa permitiu gerar uma mão-de-obra nacional na ordem dos 15.756 empregos.

Resultante do número de lotes distribuídos e as habitações erguidas, cerca de 12.960 famílias já foram beneficiadas do projecto governamental.

### Progresso do subprograma

Em declarações ao JE, o director nacional da Habitação, Adriano dos Santos da Silva, destacou que o subprograma de auto-construção dirigida tem debelado o défice habitacional que o país registava.

"A dinamização do subprograma certamente contribuirá para a estabilização do mercado imobiliário, permitindo que os cidadãos que acederem ao subprograma possam em condições favoráveis ter uma habitação de acordo com os seus sonhos", revelou.

O director nacional da Habitação adiantou que todas as províncias, sem excepção, tiveram um desempenho digno de registo. Precisou que por força de condicionalismos técnicos e financeiros, os resulta, diferenciam-se.

Ainda assim, disse, a província da Huíla apresenta um número significativo de lotes constituídos", destacou.

### Acesso

O acesso aos lotes constituídos, obedecem a regras estabelecidas. Segundo Adriano dos Santos da Silva, o cidadão depois de ter feito prova de capacidade para o acesso, é-lhe fornecida uma assistência técnica, em termos de projecto tipo, para o quarteirão, tem acesso a um documento que lhe habilita ao acesso a um crédito habitacional.

Por outro lado, salientou que é responsabilidade do Ministério do Urbanismo e Habitação prover as infra-estruturas mínimas e progressivas a estas urbanizações.

"O Ministério do Urbanismo e Habitação na estratégia relativa ao sub-programa, prevê a instituição de apoios em materiais de construção (kits), para os estratos mais vulneráveis", informou.

## Intervenção do sector privado

O director nacional da Habitação garantiu que as reservas fundiárias constituídas para fins habitacionais, proporcionam também, espaços para a intervenção do sector privado. No quadro de regras estabelecidas, sublinhou, o sector privado é chamado a constituir parcerias com o Governo.

"No quadro da estratégia de troca de benefícios ou permuta o sector privado tem um espaço reservado, na promoção de infra-estruturação das reservas fundiárias e em contrapartida, disponibilização de terrenos para promoção de investimentos, obedecendo a regras de acordo com os planos de massa e directores definidos", indicou.

## Preços

Quanto aos preços, o responsável precisou que as administrações municipais estão a praticar aqueles que se conformam com os rendimentos da população-alvo.

"O Ministério do Urbanismo e Habitação numa parceria constituída está a concluir o estudo para a precificação dos terrenos urbanos e rurais, após organização de plataformas para a discussão e recolha de contribuições, que aconteceram o ano transacto", precisou.

Depois de concluído o estudo, será submetido ao Conselho de Ministros (órgão colegial do Governo), para a sua aprovação.

"A terra tem custos, as operações de loteamento nas reservas fundiárias também, então há necessidade de se definir OS preços a serem praticados, apesar do actual quadro financeiro do país, mas ainda assim, há necessidade de arrecadar receitas através do processo de auto-construção dirigida", defendeu.

## Cacuaco destaca-se

A nível da província de Luanda, o subprograma prossegue, principalmente no município de Cacuaco.

Segundo o director nacional da Habitação, na região estão a decorrer as operações de limpeza, terraplanagem e loteamento das reservas fundiárias em várias zonas, com realce para o Sequele.

## 6.17 Bons resultados

*Jornal Economia e Finanças*

*17 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Arão Martins*

Trinta mil lotes de terreno foram distribuídos às populações de toda a extensão da província da Huíla, no quadro do sub-programa habitacional de auto-construção dirigida, segundo fez saber o vice-governador provincial da Huíla para o sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi Ndala.

"O programa de auto-construção dirigida é um vector importante, em função das políticas gizadas pelo Governo Central, que visam proporcionar conforto à população, distribuindo lotes de terreno em lugares já infra-estruturados e com os principais serviços", disse, depois de acrescentar que o projecto está a proporcionar a melhor ia da qualidade de vida.

Esclareceu que, nos 14 municípios, o programa de auto-construção dirigida está a surtir os efeitos desejados, com um crescimento aceitável, sendo que à médio e longo prazo, os resultados serão ainda muito mais satisfatórios. Entre os municípios, o do Lubango destaca-se.

"O défice habitacional ainda é considerável. Temos vários programas, sendo que a nossa missão como governo provincial é continuar progressivamente a dar respostas às preocupações das populações, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento socioeconómico", sustentou.

## 6.18 Cabinda distribui terrenos para aumentar oferta de casas

*Jornal Economia e Finanças*

*17 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Joaquim Suami*

Cerca de 8.900 lotes de terreno foram distribuídos às populações durante o ano passado, no quadro do subprograma governamental da auto-construção dirigida, nas localidades do Buco-Ngoio, Terra Nova, Simindele, Tchimindele, Tcichiaco, Chibodo II, Zongolo, Mbucó Mazi e Bunzi, município de Cabinda, e Lukukuto, no município do Buco Zau.

O relatório da Secretaria provincial do Urbanismo e Ambiente, aprovado em Novembro do ano passado, no Conselho da Província, na localidade do Buco Ngoio, avança que foram loteados 780 terrenos, no Tchimindele e Terra Nova (1.112), Tchichiaco (140), Chibodo II (3.143), no Zongolo (2 mil), Mbucó Mazi (143) e Bunzi (349). No Lukukuto, município do Buco Zau, foram colocados à disposição da população 293 lotes de terra.

A fonte destaca que nos municípios de Belize e do Cacongo, o programa de loteamento de terrenos para a auto-construção dirigida ultimam-se trabalhos de preparação dos procedimentos administrativos para de seguida iniciar-se o programa.

De acordo com o relatório, até 2015, no município de Cabinda foram licenciadas 21.376 obras para auto-construção dirigida, em Cacongo (21), Buco Zau (57) e em Belize (35).

A fonte sustenta que, o programa iniciado em 2008, visa diminuir o défice habitacional a nível da província de Cabinda, a aumentar a oferta e melhorar as condições de vida das populações.

#### Ganhos

Para constatar "in loco", a execução do programa de loteamento de terrenos para a auto-construção dirigida, a equipa de reportagem do JE ouviu vários cidadãos que conseguiram lotes nas zonas do Buco-Ngoio, Tchimindele, Terra Nova, Tchichiaco, Chibodo II, Zongolo, Mbucó Mazi, Lukukulo e Bunzi que mostraram a sua satisfação por terem aderido ao projecto.

José Maria de Sousa, 44 anos, serralheiro de profissão, disse que, graças a profissão que possui, conseguiu comprar um lote de terra para construir a sua própria casa.

Referiu que, depois de ter tratado toda a documentação solicitada pela administração municipal de Cabinda, arrancou com a construção da casa, que tem a tipologia T3.

Actualmente, disse, está melhor acomodado com a família e aconselha as pessoas a não construírem em "zonas de risco".

"Construí esta casa de tipo T3 e estou bem acomodado com a minha família. Antes vivíamos numa Zona de risco e era um perigo para as nossas vidas. Por isso, encorajo outras pessoas a procurarem a administração municipal de Cabinda para adquirirem um lote de terra para construírem uma casa do seu gosto", disse.

Acrescentou que, as pessoas devem fazer um esforço para ter uma casa própria e ao seu gosto.

"Esta casa é de construção definitiva e fui construindo aos poucos até que terminou. Foi um grande esforço com o salário que aufero fiz a planificação e consegui concluir a obra. Graças a Deus estamos a habitar nela em paz e com sossego. Consigo albergar a família em melhores condições e estou grato com o sacrifício que fiz ao longo dos anos", referiu.

Eva Pereira, 41, farmacêutica de profissão, adquiriu um lote, no quadro do programa de loteamento de terras, que está a ser levado a cabo pela administração municipal. A nossa interlocutora garantiu que não foi difícil adquirir a documentação necessária que autoriza a construção.

"A obra está em curso, e com o actual momento económico que vive, está a ser um pouco difícil concluir a casa, porque o material de construção está muito caro, mas, com o salário que ganho, estou a lutar para concluir a obra, de um piso do tipo T 4", referiu, depois de acrescentar que quando a obra terminar a família estará bem acomodada.

Por outro lado, aconselhou as pessoas a procurarem os serviços da administração municipal para adquirirem terrenos.

"Aconselho as pessoas a construírem em zonas já urbanizadas pelo Governo, em primeiro lugar, por causa das infra-estruturas, e em segundo, por causa da segurança das pessoas. Antes de se adquirir um lote de terreno, o Governo prepara devidamente os espaços para as pessoas construírem à vontade", disse.

Isabel Bernardo, 40, funcionária pública, disse que adquiriu o lote de terreno, através da empresa Profi-Urb que faz a gestão da venda dos terrenos junto da administração municipal de Cabinda.

Segundo ela, conseguiu a licença de construção que os permitiu erguer a casa em que habita.

"Conseguimos construir esta casa e mudamos para aqui. Estamos bem aqui, aliás a área é calma, e aconselhamos os outros a virem também", disse.

## 6.19 Luena e Cameia estão na linha da frente

*Jornal Economia e Finanças*

17 De Fevereiro de 2017

Texto: Lino Vieira

O subprograma da auto-construção dirigida permitiu distribuir entre 2014 e 2015, mais de três mil lotes de terra, nos municípios do Luau e Cameia, província do Moxico, segundo os dados da Direcção Provincial do Urbanismo e Habitação.

Em entrevista ao TE, o administrador municipal do Luena, Bento Luembe Paulino, afirmou que o programa beneficiou na sua área de jurisdição, um número maioritariamente composto de jovens e antigos combatentes.

Bento Luembe Paulino afirmou que os cidadãos que aderiram esta iniciativa do Executivo, hoje, vivem em locais devidamente organizados e urbanizados.

A falta de equipamentos para desmatção e de limpeza do espaço não permitiu fazer a distribuição de terras durante o ano passado, disse o administrador que considerou o momento actual de constrangedor.

"Entendemos as necessidades que os nossos municípios enfrentam, mas a situação que o país vive inviabiliza muitos programas que a administração municipal tinha para a sua execução", disse.

Bento Luembe Paulino referiu que a administração municipal do Moxico tem enormes espaços para responder as necessidades dos habitantes desde que estes cumpram com os requisitos exigidos para o efeito.

"Temos feito estudos técnicos para que os espaços que cedemos aos cidadãos sejam realmente uma zona segura e que permita construir uma residência sem prejuízos para o futuro", sublinhou.

### Vantagens

O administrador municipal afirmou que as áreas loteadas têm várias vantagens, pois que, além de garantir boas condições ambientais, o espaço reserva a construção de infra-estruturas de apoio para serviços complementares, tais como rede de distribuição de água e luz, escolas, postos médicos e unidades policiais.

Segundo avançou, estão a ser criadas todas as condições para que no I semestre do ano em curso sejam entregues mais mil lotes de terra na zona Leste e Oeste da cidade do Luena.

O surgimento de novos bairros, sublinhou, vai merecer maior atenção por parte da administração municipal para contribuir na melhoria de vida da população e conferir uma boa imagem na periferia da cidade capital.

Revelou que a administração fará um comunicado e os interessados deverão dirigir-se à administração para dar entrada dos seus pedidos para a concessão de terrenos.

Por outro lado, apelou aos municípios a evitar a compra de terrenos a terceiros, pois que são espaços adquiridos sem qualquer estudo de viabilidade para determinar se um dado local tem condições para a construção de uma residência, além de dar origem a burlas.

O responsável assegurou que o programa de concessão de terra para auto-construção dirigida tem como objectivo combater as construções anárquicas nas zonas urbanas e conferir maior segurança de habitabilidade aos cidadãos que pretendem construir as suas moradias.

### Sonhos realizados

Paulo Miguel, 34 anos, beneficiou de um terreno no bairro Vila Luso, arredores da cidade do Luena. Como resultado, construiu uma casa de três quartos, onde vive com a sua família.

O nosso entrevistado louvou a iniciativa do Executivo, tendo afirmado que, o programa tem facilitado muitos jovens a materializar os seus sonhos de ter uma casa própria.

Márcia Domingas partilhou a mesma ideia dizendo que por via desta iniciativa, hoje, tem a casa própria e deixou de pagar renda como antes.

## 6.20 Projecto habitacional dirigido a advogados

*Jornal de Angola*

18 De Fevereiro de 2017

A Ordem dos Advogados de Angola (OAA), com a colaboração da Imogestim, pretende lançar, no dia 9 de Março, às 15 horas, no Museu Nacional de História Militar, antiga Fortaleza de São Miguel, em Luanda, as bases para o desenvolvimento de um projecto habitacional para atender às necessidades específicas dos advogados e advogados estagiários. Um comunicado distribuído ontem à imprensa refere que, numa primeira fase, a Imogestim e a Ordem dos Advogados de Angola propõem-se a proceder ao levantamento das necessidades dos associados,

mediante a apresentação de um projecto com duas tipologias de moradias (T3 e T4), cada uma com dois modelos e, numa segunda fase, apresentar uma proposta concreta para o desenvolvimento e implantação do projecto. Todos os advogados e advogados estagiários são convidados a estarem presentes no acto de apresentação do projecto.

## 6.21 Modelos de investimento em discussão

*Jornal de Angola*

*21 De Fevereiro de 2017*

Os modelos de investimento do urbanismo e habitação vão ser abordados hoje, no Centro de Convenções de Talatona, em Luanda, numa conferência organizada pelo Ministério do Urbanismo e Habitação.

A conferência, que é orientada pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, vai fazer uma reflexão em tomo do financiamento de projectos habitacionais e dos desafios e oportunidades de investimento no mercado imobiliário.

Os mecanismos de financiamento, as estruturas alternativas ao financiamento de projectos habitacionais e experiências internacionais são também assuntos incluídos no programa da conferência. O programa inclui ainda a discussão do papel do Estado, do sector privado e dos diferentes segmentos do sistema financeiro.

A conferência é destinada aos agentes intervenientes no mercado imobiliário, como as sociedades gestoras de organismos de investimento coletivo, investidores institucionais, bancos, promotores imobiliários, empresas de construção e obras públicas.

O Executivo desenvolve, desde 2013, um Programa Nacional de Desenvolvimento., que definiu

Uma série de políticas para o desenvolvimento, algumas das quais relacionadas com o desenvolvimento urbano e territorial, sendo uma delas o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que prevê a construção de moradias em todas as províncias pelo Estado e pelo sector privado.

Um dos componentes do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação é a construção de aldeias rurais auto-sustentadas, que, associadas aos programas de outros sectores, destinados à melhoria das condições no meio rural, como os programas da Mulher Rural, o de Combate à Pobreza e a Água para Todos, vão contribuir para a fixação das pessoas no

meio rural. Em 2008, foi lançado pelo Presidente José Eduardo dos Santos o Plano Nacional de Urbanismo e Habitação, por via do qual já foram construídas novas urbanizações e centralidades em várias províncias do país.

## 6.22 Agentes económicos devem procurar outras fontes

*Jornal de Angola*

*22 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Manuela Gomes*

Os agentes económicos foram ontem aconselhados, em Luanda, pela ministra do Urbanismo e Habitação a procurarem fontes opcionais e inovadoras de financiamento, atendendo às limitações que derivam da sustentabilidade da dívida pública, da estabilidade do sistema bancário e da prevenção do risco sistémico.

Branca do Espírito Santo fez este apelo na abertura da conferência sobre "Os modelos de financiamento do urbanismo e habitação", que se enquadra nas reflexões sobre o financiamento do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação num contexto macroeconómico adverso.

Para a ministra, as limitações das disponibilidades de divisas devem estimular a procura de materiais nacionais e promover a captação de investimento estrangeiro. "Num contexto macroeconómico adverso, a forma de financiamento de projectos futuros, o papel do Estado no sector privado e dos diferentes segmentos do sistema financeiro, banca e mercado de capitais, têm que ser repensados."

Branca do Espírito Santo disse que a caracterização do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação e a experiência adquirida na sua implementação, os constrangimentos, os desafios e as oportunidades enquadram as reflexões sobre modelos de atribuição de recursos aos projectos de urbanismo e habitação nas suas diversas componentes, desde as infra-estruturas aos vários segmentos da procura habitacional.

O horizonte temporal dos bens imóveis, desde a sua concepção, produção e uso, implica uma mobilidade estável de recursos financeiros, disse a ministra, para quem esta mobilização de poupanças tem, necessariamente, de envolver as três formas de intermediação financeira, a fiscal, "bancária e o mercado de capitais. "A complementaridade das fontes de financiamento e a sua optimização depende da etapa, componente ou natureza do utilizador do imobiliário habitacional.

Assim, devemos considerar infraestruturas tarifáveis e não tarifáveis, bem como bens comercializáveis a preços de mercado e bens destinados à habitação social", esclareceu.

Branca do Espírito Santo explicou que o Estado mobiliza poupanças através dos impostos sejam presentes ou futuros - através do endividamento público. Sublinhou que os impostos não podem ser todos canalizados para o sector imobiliário. "O desenvolvimento do sector do Urbanismo e Habitação não pode depender exclusivamente daquele processo de financiamento", disse. A ministra realçou o facto de o sector bancário moderno, baseado na moeda fiduciária, ter a capacidade de criar moeda, não dependendo de poupanças prévias para financiar projectos.

Ainda assim, admitiu a ministra, "esta capacidade tem um risco de instabilidade do sistema financeiro, como ficou provado na última crise financeira global, com origem no sector imobiliário". Branca do Espírito Santo disse que o mercado de capitais, através dos seus diversos instrumentos e veículos de titularização, tem a capacidade de mobilizar e agregar pequenas poupanças que, de outro modo, dificilmente podiam participarmos projectos imobiliários.

Por último, à ministra disse que o recente desenvolvimento regulatório e de implementação de infra-estruturas dos mercados regulamentados é uma porta que os agentes económicos devem explorar.

**Desafios habitacionais** A conferência, que se destinou aos agentes intervenientes no mercado imobiliário, abarcou vários temas, com realce para a "Habitação e necessidades de financiamento", apresentado por um representante do Fundo de Fomento Habitacional.

Durante o encontro, também foi feita uma breve caracterização dos principais desafios da questão habitacional no contexto angolano, onde foram apontados o aumento demográfico, a intensificação da migração interna, a taxa média de crescimento urbano, o melhoramento das condições de habitabilidade, a dinamização e incentivo à participação do sector bancário e instituições financeiras nacionais.

O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação pretende assegurar a disponibilização de lotes infraestruturados e materiais de construção a preços acessíveis para beneficiar cerca de 685 mil famílias nas zonas urbanas e rurais, e desencadear operações de renovação ou requalificação dos bairros precários antigos, para garantir a posse jurídica sobre terrenos e melhorar as condições de habitabilidade.

A promoção de habitações vinculadas às agrovilas (pesqueiras, agrícolas, pecuárias) pelas instituições estatais ou em regime de parceria público-privada, no âmbito de projectos de desenvolvimento rural integrados, é também uma aposta do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

O referido programa prevê a construção de novas centralidades. Já existem áreas reservadas na província do Bengo, onde vai ser construída a centralidade da arra do Dande, no Zaire (centralidade do Soyo), em Malanje (centralidade com o mesmo nome), Cuando Cubango (Menongue), Namibe (Praia Amélia), Huíla (Lubango), Benguela (centralidades de Benguela, Lobito e Catumbela) e na província da Lunda Sul (Saurimo).

## 6.23 Venda de habitações decorre em três províncias

*Jornal de Angola*

*Data: 23 De Fevereiro de 2017*

O processo de comercialização das habitações das centralidades decorre nas províncias de Cabinda, Huambo e Lunda Norte, informou na terça-feira, em Luanda, o secretário de Estado da Habitação.

Joaquim Silvestre, que falava no telejornal da Televisão Pública de Angola (TPA), a propósito da reformulação das formas de financiamento dos projectos habitacionais em Angola, garantiu que o programa de comercialização das habitações construídas pelo Governo não está paralisado. "Na província da Lunda Norte, temos um universo de casas a serem comercializadas, mas o poder aquisitivo da população é muito baixo", reconheceu.

O secretário de Estado informou que a Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros orientou a abrangência do sistema de renda resolúvel para todos os cidadãos angolanos que pretendem adquirir uma residência no país. "Em Cabinda e no Huambo também decorre o processo de comercialização das habitações das centralidades", disse. Relativamente as outras províncias, Joaquim Silvestre explicou que as habitações ainda não estão a ser comercializadas devido à questão das infraestruturas externas de apoio às centralidades, que abarcam os acessos, fornecimento de água e de energia eléctrica.

**Acesso ao crédito**

O Executivo angolano trabalha na busca e criação de instrumentos jurídicos que possam criar um clima em que o cidadão tenha acesso a um crédito bancário em



condições favoráveis, sobretudo com taxas de juros bastante atractivas, disse o secretário de Estado do Urbanismo, também no telejornal da TPA.

Nhanga de Assunção referiu que devido ao contexto macroeconómico actual do país, se com os parceiros do Governo na busca de outras formas de dar continuidade ao Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, para minimizar a exposição financeira do Estado. "Por essa razão, convidamos o sector privado para encontrarmos outros modelos de financiamento para o referido programa, que passa pelo envolvimento dos bancos, seguradoras e de fundos de investimentos para fazer face à necessidade de habitação,"

O secretário de Estado solicitou a colaboração de todos, para que o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH) satisfaça as necessidades da população, relativamente à aquisição de uma casa, um direito reconhecido pela Constituição da República.

Nhanga de Assunção informou que, no quadro do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação PNUH, a autoconstrução dirigida é o subprograma com maior percentagem, estimada em 68 por cento.

"O Executivo tem estado com êxitos na materialização do subprograma de autoconstrução dirigida em todas as províncias. E preciso um esforço adicional, no sentido de dotar todas as áreas destinadas a autoconstrução dirigida com infraestruturas, para que os cidadãos possam construir as suas casas com maior dignidade", defendeu o secretário de Estado do Urbanismo.

## 6.24 População em zonas de risco é realojada em breve

*Jornal de Angola*  
23 De Fevereiro de 2017  
Texto: José Chaves

Cerca de 500 moradias de diferentes tipologias são construídas este ano em diversas reservas fundiárias dos nove municípios da província do Bié, anunciou terça-feira o director provincial das Obras Públicas Segundo Salomão Costa Pascoal, projecto é da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas e Urbanismo e está inserido no programa de melhoria das condições de vida da população que reside em zonas de alto risco.

"As casas vão ser construídas no âmbito do processo de requalificação das cidades e vilas, que visa também a implementação de sistemas de fornecimento de água energia eléctrica e outros."

O Bié, acrescentou, foi abrangido neste plano de âmbito nacional, para realojar a população afectada por calamidades naturais ou que vive em zonas de risco.

Salomão Pascoal sublinhou que a maioria das residências vai ser construída na cidade do Cuito, cuja área de implementação já foi identificada.

Quanto ao programa de construção dos 200 fogos habitacionais por município, Salomão Pascoal afirmou que este projecto, que abrange sete dos nove municípios do Bié, permitiu já a construção de 698 residências do tipo T3.

O projecto dos 200 fogos habitacionais contempla igualmente redes de fornecimento de água potável e energia eléctrica, de esgotos e de água pluviais, comunicações, escolas, centros médicos, esquadras de polícia, áreas comerciais, zonas de lazer, jardins-de-infância, unidades de bombeiros e outros equipamentos sociais. Nos municípios do Cuemba, Camacupa, Catabola, Cunhinga, Chinguar e Chitembo a residências já estão terminadas e habitadas. de acordo com o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, José Fernando Tchaturvela, que garantiu à imprensa a alta qualidade do projecto adjudicado à construtora Kora-Angola. Com residências T3, a central idade do Cuito destina-se, sobretudo, à juventude da província. O vice-governador para o Serviços Técnico e Infra-estruturas disse que, uma vez concluída, a mesma vai albergar cerca de 42 mil habitantes.

Município do Andulo, acrescentou, está a ser construída outra central idade, com mil apartamentos T3 e dos dois mil fogos previstos 172 estão' á concluídos. Novas centralidades

O vice-governador do Bié disse que várias infra-estruturas estão em construção na província para impulsionar o desenvolvimento da região.

O destaque vai para a central idade do Cuito, a ser erguida numa área de 300 hectares, que vai albergar seis mil apartamentos. A empreitada tem a entrega prevista para o fim do Primeiro semestre do corrente ano,

Por outro lado, as doenças negligenciadas, muitas vezes ignoradas, como a parasitose intestinal, afectam a assimilação dos conteúdos escolares das crianças e adolescentes, afirmou ontem, no Cuito, o director provincial da Saúde no Bié.

João Campos Cacungula salientou que há a necessidade de os pais e encarregados de educação prestarem maior atenção às crianças e adolescentes durante o processo de ensino e aprendizagem.

O fraco rendimento e colar dos estudantes muitas vezes estão relacionados com a existência de doenças tropicais negligenciadas, que afectam, de forma paulatina, o organismo humano, esclareceu. O director provincial do Bié da Saúde disse igualmente que a anemia está relacionada com várias doenças, por isso está a ser feito um estudo profundo para saber a fonte do surgimento da mesma.

João Campos Cacungula realçou a intervenção de organizações não-governamentais no combate às doenças tropicais negligenciadas, como a oncocercose, que afecta a maior parte da população no interior do Bié.

Segundo o director provincial da Saúde, existe um tipo de parasita que provoca a diminuição da assimilação, que também é negligenciado por causa da pouca atenção dos cidadãos.

Acrescentou que crianças e mulheres grávidas são as prioridades do Governo no combate de determinadas doenças, com o objectivo de se reduzir o número de óbitos.

João Campos Cacungula referiu que em 2012 cerca de 300 casos de oncocercose foram registados pelas autoridades sanitárias locais, em localidades do interior da província, onde existe o maior número de rios.

Em 20 13, acrescentou, 1.178 pessoas foram detectadas com oncocercose, enquanto em 20 14 o número baixou para 1.422 casos.

João Campos Cacungula pontualizou que atualmente estão controlados pelo sistema sanitário local 3.292 casos de oncocercose.

O responsável provincial da Saúde assegurou que existem medicamentos para o tratamento da doença.

O município da harêa, que dista a mais de 175 quilómetros da cidade do Cuito, província do Bié, é o mais endémico, devido ao uso de água imprópria para o consumo.

## 6.25 Construção de casas volta a ganhar fôlego

*Jornal Economia e Finanças*

*24 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Marcelino Wambo*

A redução dos preços do material de construção civil volta a animar o mercado, a nível da província do Huambo.

Depois de alguma paralisação registada no mês de Novembro, causada pela alta dos preços, nos principais locais de venda, o mercado da construção civil volta a se movimentar, com as lojas a registar muitas enchentes de compradores, ávidos em procurar qualquer material para a construção de residências e outras obras de seu interesse.

Numa ronda feita por algumas lojas e armazéns da cidade do Huambo, o JE constatou que os preços dos principais materiais de construção civil na província reduziram consideravelmente, o que está a permitir a conclusão das obras anteriormente paralisadas e o início de outras.

O cimento, blocos, varões, tubos metálicos, as tintas, tecto falso da qualidade (PVC) e mosaico, para citar estes de maior procura, os preços reduziram significativamente.

### Materias

Por exemplo, um saco de cimento está a ser comercializado ao preço de 1.450 kwanzas, contra 2.200 anteriores, enquanto que um balde de 20 quilogramas de tinta (marca europeia), o preço varia de 20 mil e 45 mil, a depender da cor e da qualidade, contra os 28 mil e 75 mil registados até no final do ano passado.

Um balde de 20 quilogramas de tinta de produção local está a custar oito mil kwanzas, contra os 11.958, ao passo que uma lata de tinta plástica de um e cinco quilogramas está a ser comercializada entre 1.500'e 6.800, contra os anteriores dois mil e oito mil.

Quanto ao varão de espessura seis, o preço também registou uma queda, comparativamente ao praticado no período em análise.

De 796 kwanzas para 500 é o registo actual, sendo que para a espessura oito, o preço actual é de 750 contra os mil anteriores.

A nossa reportagem apurou igualmente também que, em algumas fábricas de confecção de blocos, geridas maioritariamente por cidadãos de nacionalidade chinesa e vietnamitas, nos bairros de São Pedro, Fátima, Casseques I, II e III, Sassonde, São José e Cambiote, o preço do bloco baixou consideravelmente, o que permitiu também a reintegração dos antigos trabalhadores, antes despedidos.

### Ganhos

Os cidadãos Constantino Mwekália, Walter Tchicanha, Cristina Ngueve Kassinda e Helena Mbundu, trabalhadores das fábricas de confeição de

blocos nos bairros de São José, Casseque I e II, sublinharam que a redução do preço do cimento está propiciar efeitos positivos no aumento da produção do bloco e por via disto, os baixos preços.

Actualmente, o bloco nº 10 está a custar 75 kwanzas contra os 85 anteriores, ao passo que o bloco nº12 está a ser comercializado ao preço de 80 contra os 90 kwanzas.

Com objectivo de realizar o sonho da "casa própria", os cidadãos, principalmente, os jovens argumentam que, apesar dos recursos financeiros serem escassos, aos poucos as obras estão a ser retomadas.

Grande parte dos compradores afirma que, com o aumento da produção do cimento, oriundo da vizinha província do Cuanza Sul, bem como de Luanda e Benguela, os preços baixaram consideravelmente.

Para eles, este é o momento de aproveitar para levar, avante os projectos idealizados.

## 6.26 Crédito malparado condiciona imobiliário

*Novo Jornal*

*24 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Faustino Diogo*

A Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) quer que o Executivo elabore uma lei que resolva o crédito malparado no sector habitacional, próximo dos mil milhões de dólares, para permitir a sua dinamização. O pedido foi feito pelo vice-presidente da associação durante uma conferência sobre Os Modelos de Financiamento do Urbanismo e Habitação realizada esta semana em Luanda.

"Precisamos de uma lei que resolva o incumprimento do crédito habitacional rapidamente. Sem esta lei, o incumprimento faz com que o crédito habitacional não ande e o dinheiro tenha um custo maior porque tem mais riscos", explicou Cléber Correa.

Embora desconheça: o real valor do "malparado", Cléber Correa acredita que com uma lei as possibilidades de financiamento para a compra de casas serão maiores e com menores custos.

"A cedência de crédito passa por maior disponibilidade de dinheiro por parte dos bancos. Com o retorno dos empréstimos, a capacidade de crédito aumenta. Sem esquecer a possibilidade de bonificação dos juros", explicou o responsável da APIMA

Embora reconheçam os transtornos que o crédito malparado cria na banca, os agentes imobiliários entendem que os bancos deveriam fazer um pouco mais para tornar os financiamentos mais baratos e menos burocráticos para quem quiser adquirir uma casa.

"Os promotores imobiliários precisam de uma melhor política do BNA que exija aos bancos comerciais mais investimentos no crédito habitação, mas isso só é possível se existir uma lei que proteja os bancos nestas operações", esclareceu Cléber Correa.

Só assim, acreditam os profissionais do ramo, será possível alterar o actual quadro de "estagnação" imobiliária que se vive, sobretudo na capital, onde milhares de apartamentos continuam fechados por falta de compradores. Esta ideia é partilhada parcialmente pela banca que, para além do crédito malparado, aponta a falta de concretização de alguns acordos por parte do Executivo.

"Por exemplo, temos um acordo de cedência de crédito bonificado para os jovens e funcionários públicos, com o Estado a assumir o ónus, mas infelizmente não está a ser cumprido. Assim, é quase impossível financiarmos nestas condições", disse um responsável bancário presente na conferência sobre Os Modelos de Financiamento do urbanismo e Habitação.

Segundo o nosso interlocutor, o crédito mal parado junto da banca comercial ronda os mil milhões de dólares.

"Sem medo de errar, o crédito sem retorno está à volta dos milhões, de dólares. Porque grande parte dos empréstimos foi para a compra de casas de alto padrão. E muitas dessas pessoas ficaram sem condições de poderem devolver devido a diversas situações, agravadas com a crise que nos afecta", explicou o bancário.

### Novas formas de financiamento

Devido ao actual quadro' económico-financeiro do país, o ministério do Urbanismo e Habitação defende a necessidade de se repensar as formas de financiamento de projectos futuros, assim como a intervenção do Estado.

Segundo a ministra Branca do Espírito Santos, a nova forma de' financiamento deve envolver a intermediação financeira fiscal, bancária e o mercado de capitais.

"A complementaridade das fontes de financiamento e a sua optimização depende da etapa, componente ou natureza do utilizador do imobiliário habitacional.

Assim, devemos considerar infra-estruturas tarifáveis e não tarifáveis, bem como bens comercializáveis a preços de mercado e bens destinados à habitação social", considerou.

## 6.27 Mercado carece de melhor aproveitamento

*Jornal de Angola*

*Data: 24 De Fevereiro de 2017*

Os agentes económicos devem aproveitar melhor as potencialidades da nova realidade imobiliária no país, disse ontem em Luanda, a secretária de Estado das Finanças.

Valentina Filipe disse que Angola já dispõe de um ambiente refutatório e de supervisão adequado à mobilização de poupanças, através de organismos de investimento colectivo.

"Existe uma estrutura de gestão de mercados regulamentados e custódia de valores mobiliários em pleno funcionamento."

Ao discursar no encerramento da Conferência Nacional sobre os Modelos de Financiamento do Urbanismo e Habitação, a governante disse ser necessário que os agentes económicos tenham por base os fluxos financeiros originados no sector imobiliário.

Entre estes fluxos, Valentina Filipe destacou aqueles que se destinam ao financiamento de parcerias público-privadas de construção e exploração de infra-estruturas.

"O tradicional financiamento do Estado e da banca não consegue sustentar, nem é adequado que o faça, o desenvolvimento de um plano de urbanismo e habitação sendo, por isso, necessária a adopção de formas alternativas de financiamento. Uma delas é a mobilização de poupanças, através do mercado de capitais."

Para Valentina Filipe, o Plano Nacional do Urbanismo e Habitação pode garantir a sustentabilidade da dívida pública, ao minimizar-se o esforço financeiro do Estado, quer em dotações orçamentais, quer em garantias prestadas, e contribuir para um sistema bancário robusto, sistémico com origem no mercado imobiliário.

A secretária de Estado das Finanças falou das consequências nefastas de "bolhas especulativas" do sector imobiliário sobre o sector bancário, bem como o seu impacto nas recentes crises da dívida pública de

alguns Estados, com ênfase para os europeus, de forma a serem acauteladas no país.

Na óptica de Valentina Filipe, o plano de urbanismo e habitação, lançado em 2008, constituiu uma prioridade estratégica do Executivo, no sentido de assegurar condições dignas de habitação para as famílias angolanas. Os trabalhos da conferência foram orientados pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, e incidiram uma reflexão sobre o financiamento de projectos urbanos e habitacionais, os desafios e oportunidades de investimento nos projectos.

O papel do Estado, do sector privado e dos diferentes segmentos do sistema financeiro, banca e mercado de valores mobiliários, no quadro do financiamento do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, esteve no centro das atenções dos conferencistas.

A conferência destinou-se aos intervenientes no mercado imobiliário, em especial sociedades gestoras de organismos de investimento colectivo, outros investidores institucionais, bancos, promotores imobiliários e empresas de construção e obras públicas.

## 6.28 Mercado imobiliário continua atractivo

*Jornal Economia e Finanças*

*24 De Fevereiro de 2017*

*Adérito Veloso*

O empenho do Executivo angolano na implementação do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação foi reforçado pela assumpção plena do seu financiamento, conforme Decreto Presidencial rio 329114 de 29 de Dezembro.

A afirmação é da ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, quando discursava na abertura, da conferência sobre "Os modelos de financiamento do urbanismo e habitação", realizada, na passada terça-feira, em Luanda.

Segundo avançou, o mercado de capitais, através dos seus diversos instrumentos e veículos de titularização têm a capacidade de mobilizar e agregar pequenas poupanças que de outro modo dificilmente poderiam participar nos projectos imobiliários.

Destacou que o recente desenvolvimento regulatório e de implementação de infra-estruturas dos mercados

regulamentados é uma porta que os agentes económicos devem explorar.

Na sua visão, a complementaridade das fontes de financiamento e a sua optimização depende da etapa ou natureza do utilizador imobiliário habitacional, sendo por isso, destacado que se deve considerar infra-estruturas tarifáveis e não tarifáveis, bem como bens comercializáveis a preços de mercado, e destinados à habitação social.

Branca do Espírito Santo entende que num contexto macroeconómico adverso, a forma de financiamento de projectos futuros, o papel do Estado, do sector privado e dos diferentes segmentos do sistema financeiro, banca e mercado de capitais, tem que ser repensado.

"O horizonte temporal dos bens imóveis, desde a sua concepção e uso, implica uma mobilização estável de recursos financeiros.

Esta mobilização de poupanças tem necessariamente de envolver as três formas de intermediação financeira: a fiscal, a bancária e o mercado de capitais", defendeu a ministra do Urbanismo e Habitação.

Papel importante a secretária de Estado das Finanças, Valentina Filipe, disse que o Plano Nacional de Urbanismo e Habitação, lançado em 2008, constituiu-se numa prioridade estratégica do Executivo, no sentido de assegurar condições dignas de habitação para as famílias angolanas.

"Todavia, esta opção correspondeu também a um esforço significativo do Estado, ao assegurar o financiamento, quase em exclusivo deste plano importante", sublinhou.

Na ocasião, Valentina Filipe, recordou que até ao ano de 2014, o financiamento do plano esteve assente na capacidade de mobilização de recursos do grupo Sonangol, através da Sonip.

Adiantou que a necessidade de reestruturação financeira da empresa estatal, face às consequências da queda das receitas petrolíferas, obrigou o Estado a responsabilizar-se integralmente pelo financiamento do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação, não só dos equipamentos sociais e edifícios públicos mas também dos imóveis destinados ao arrendamento do domínio privado.

"A dimensão deste esforço do Estado, reflecte-se inequivocamente no peso significativo do serviço da dívida pública sobre o Produto Interno Bruto", informou.

A secretária de Estado das Finanças aproveitou a oportunidade para sugerir que o financiamento do plano deve garantir a sustentabilidade da dívida pública" ao minimizar-se o esforço financeiro do Estado, quer em dotações orçamentais quer em garantias prestadas".

Sugeriu também a contribuição para um sistema bancário robusto e financeiramente equilibrado, ao "minimizar-se o risco sistémico com origem no mercado imobiliário".

"O tradicional financiamento do Estado e da banca não conseguem sustentar, nem é adequado que o façam, o desenvolvimento de um Plano de Urbanismo e Habitação, sendo por isso, necessária a adopção de formas alternativas de financiamento e uma delas é a mobilização de poupanças através de mercados de capitais", disse.

Sugeriu a protecção dos investidores no sector imobiliário, promovendo a segurança jurídica e a legítima confiança no negócio imobiliário.

"Entre as várias sugestões destacamos a celeridade do registo da propriedade imobiliária e a articulação com o cadastro, para efeitos de obrigações fiscais, bem como a resolução atempada dos conflitos emergentes dos contratos subjacentes ao negócio imobiliário", destacou.

A conferência juntou agentes intervenientes no mercado imobiliário, nomeadamente sociedades gestoras de organismos de investimento colectivo, investidores institucionais, bancos, promotores, empresas de construção e obras públicas.

## 6.29 Preço exorbitante da renda faz moradores do Kilamba abandonar a centralidade

*Jornal A República*

*24 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Malumbo Katambi*

Segundo informações de testemunhas e de moradores, no local, muitos habitantes estão a deixar a Centralidade do Kilamba, por causa do preço exorbitante da renda avaliada, em sessenta mil Kwanzas por mês. Na fase inicial, esses moradores tinham pago dez mil dólares, para garantir o ingresso àquela Centralidade. Muitos habitantes reclamam ser um preço bastante elevado, uma vez que têm que atender outras preocupações ligadas à família e ao lar, deixando-os mesmos sem recursos para suportar outras situações importantes que preenchem as suas necessidades.

Osvaldo Baltazar, funcionário público, dizia à nossa reportagem que não tinha condições económicas para continuar naquela Centralidade, porque o preço da renda mensal era muito alto. Tendo filhos a estudar nos ensinos médios e superior, seria muito difícil suportar esses encargos dentro de casa. O salário que auferia não chegava para pagamento de renda nesta dimensão. Por isso preferiu abandonar aquela Centralidade do Kilamba, para um sítio correspondente ao que ganhava, como funcionário público, pagando na nova residência, o valor de vinte e oito mil Kwanzas por mês, sentindo-se mais aliviados. Esperança Mabula, pequena empresária, portadora de três hiaces no processo, dizia sentir muitas dificuldades para pagar a renda, pois os carros que tinham já não rendiam tanto como antes, por causa do baixo rendimento financeiro que arrecadavam, diariamente. Com nove bocas para sustentar, seria um genocídio permanecer naquela Centralidade. Tinha que regressar à sua casa, no bairro Hoji yá Henda, Cazenga, para continuar a viver com a família, sem grandes sobressaltos. A realidade actual traía as suas aspirações e as de sua família.

Já Teodora Damiano, professora, e última a ser entrevistada, dizia não poder continuar naquela Centralidade, porque não tinha recursos financeiros para que tal acontecesse.

Embora tenha gostado de aí viver em companhia dos filhos e marido, mas a vida se tornava cada vez mais apertada, num ambiente completamente antagónico. Zango 2 foi o destino da família, para que não ficasse ao relento. O Jornal A REPÚBLICA espera ouvir outros intervenientes, à volta deste candente assunto, que irá trazer elementos novos na vida de muitos habitantes da Centralidade do Kilamba, que se encontram traídos por certas medidas que os responsáveis por aquele espaço habitacional aplicam, sem ter em conta o bolso dos habitantes.

### 6.30 Casas adequadas ao modo de vida das famílias angolanas

*Jornal de Angola*  
25 De Fevereiro de 2017  
Texto: Gabriel Bunga

Um conjunto residencial com 800 residências está em construção no município de Belas, em Luanda, constatou o Jornal de Angola no local. A Urbanização Boa Vida, com 722 mil metros quadrados, fica Junto à Via Expresso Cacucacabombo, no cruzamento com a entrada do Lar do Patriota.

Composta por cinco condomínios com infra-estruturas sociais, culturais e de lazer, a urbanização está a ser construída há dois anos pela empresa Poltec Investimentos e tem já uma parte concluída, cujas casas se destinam à comercialização.

O conjunto engloba edifícios dos tipos T3 apenas de nível térreo, T3 com rés-do-chão e primeiro andar, T4 e T5. Cada um recebe o nome de um rio de Angola. O primeiro denomina-se Keve e as casas vão de 150 a 360 metros quadrados.

O segundo é o Zambeze, separa as áreas íntima e social e dispõe de quintal espaçoso.

As dimensões vão de 197 a 540 metros quadrados. Além das residências, a urbanização inclui espaços comerciais previstos no projecto.

A movimentação de homens e máquinas no terreno é intensa. A atenção de todos está voltada para o cumprimento dos contratos estabelecidos entre a empresa Poltec Investimentos, promotora do projecto, e os clientes. O modelo de casas T4, denominado Bengo, inclui residências desde 259, 5 a 720 metros quadrados. Transformar um dos cómodos em escritório é uma das opções e a vida independente de cada um dos habitantes é destacada pelas três suítes.

O nome Kwanza é reservado para as casas T5, que se destacam das demais em espaço e número de cómodos. As dimensões vão de 459 a 1080 metros quadrados e têm rés-do-chão e primeiro andar.

O projecto inclui serviços integrados. Estão projectadas piscinas para adultos e crianças, ginásios, jardins infantis, campos de futebol, quadras polidesportivas e de ténis, escola internacional, clínica hospitalar, creche e sala de cinema. A Urbanização Boa Vida prevê ainda salão de festas, salão de festas infantis, centro comercial com 112 lojas, centro de escritórios, centro de convenções, um hotel com 109 quartos, supermercado, restaurantes, farmácias e spa.

O projecto Urbanização Boa Vida prevê também a construção de uma igreja católica. O presidente do Conselho de Administração da empresa Poltec, Tamasz Dowbor, disse à reportagem do Jornal de Angola que na Urbanização Boa Vida todos os produtos e serviços foram pensados a cinco minutos de distância a pé de cada morador e que a ideia principal é que os futuros moradores dediquem mais tempo a família.

"O projecto urbanização Boa Vida é um conceito único do ponto de vista da funcionalidade, arquitectura e qualidade dos acabamentos: É um conceito habitacional, residencial e comercial, que

procura trazer benefícios para as famílias no que diz respeito à qualidade de vida, condições de trabalho e espaços de lazer", disse.

Tamasz Dowbor acrescentou que a urbanização foi pensada com base no modo de vida das famílias angolanas. "Tudo o que você precisa para a manutenção da sua família encontra aqui a cinco minutos de distância a pé", afirmou. Todos estes aspectos foram previstos a pensar nos problemas de Luanda, como o trânsito automóvel e para facilitar o acesso a bens e serviços de qualidade. Na urbanização, o habitante encontra clínicas e supermercados, o que lhe permite poupar tempo para se dedicar à família. O eixo central do projecto é ter tudo por perto.

Metade do projecto está construída. Tamasz Dowbor disse que a primeira parte, incluindo a área comercial, foi entregue aos clientes no ano passado. "Já estamos na segunda fase do projecto", afirmou. Parte das casas é entregue este ano e as demais no próximo.

"Propomos casas com qualidade de acabamentos", afirmou. "Caprichamos e garantimos que a qualidade dos materiais e acabamentos é da mais alta, com um preço razoável, justo".

#### Casa angolana

A Urbanização Boa Vida é o 15º projecto que está a ser construído no país pela Poltec. A empresa criou um novo conceito baseado na construção de casas que se adequam ao modo de vida das famílias angolanas.

"As nossas casas respeitam e adequam-se à modalidade e formato de vida dos angolanos. Têm de três a cinco quartos, de acordo com o poder aquisitivo de cada um", disse. O empresário polaco sublinhou que a casa T3 é diferente de todas. Tem um pé direito alto, que surpreende e dá a sensação de amplo espaço. As casas com maior número de cómodos são de primeiro andar. "Respeitando a particularidade dos mais velhos aqui em Angola, por mais que seja a casa de primeiro andar, a suite principal é no rés-do-chão, sabendo que as pessoas com idade avançada preferem não utilizar escadas, mas ficar na parte de baixo", disse...

O custo varia em função do tipo da residência. As casas são comercializadas desde o início do projecto. "Começámos a comercializar estas casas a 250 mil dólares.

Hoje, em função da valorização do projecto, uma casa T3 custa cerca de 400 mil dólares, dependendo da localização. As casas T4 e T5 também subiram de preços. Começámos com 500 mil dólares, hoje estão

a 700 ou 800 mil", disse. Tamasz Dowbor referiu que, apesar da crise financeira que o país vive, a execução do projecto habitacional Boa Vida não sofreu alterações. A primeira fase do projecto foi comercializada e o mercado teve excelente receptividade.

O empresário sublinhou que os clientes apostam no projecto devido à qualidade das casas. "Conseguimos chegar a este preço bom, porque não carregamos qualquer dívida", disse. Os clientes pagam de forma faseada, desde o início da construção. O cliente só recebe a casa depois de cumprir a última prestação do contrato. "Quem financia a construção da casa é o próprio cliente. Entra com 30 ou 40 por cento e vai liquidando a casa ao longo da construção por um período de dois anos", precisou.

#### Emprego para a juventude

A Poltec emprega 1.700 pessoas. Este ano, com o aumento das obras, vai empregar mais 500 funcionários.

O principal projecto da empresa é a Urbanização Boa Vida. Decorrem outros projectos nos sectores agrícola e de pecuária, que vão empregar mais trabalhadores.

Tamasz Dowbor referiu que a maioria dos funcionários da Poltec são jovens. Os condomínios da Urbanização Boa Vida dispõem de privacidade, mas os espaços públicos do projecto são de acesso livre.

Os moradores dos bairros dos arredores do projecto vão beneficiar dos serviços sociais da Urbanização Boa Vida. Os equipamentos sociais, como hospitais, escolas e supermercado vão ser de utilidade pública.

O presidente do conselho de administração da Poltec disse que dentro do projecto Boa Vida está prevista a construção de casas T2 e T3 para pessoas com menor poder aquisitivo.

As casas de dois a três quartos vão custar cerca de 20 milhões de kwanzas. "Pensamos em casas com custo menor, mas com a mesma qualidade nos acabamentos e de vida", disse. A ideia arranca com 60 moradias desse tipo. "O projecto maior vai estar acima das mil casas T2 e T3, a lançar até ao fim do ano", disse. O projecto Urbanização Boa Vida vai ser gerido pela própria empresa construtora.

Tamasz Dowbor disse que o sucesso de qualquer projecto habitacional está na qualidade de gestão. A Poltec garante a manutenção e administração do projecto para manter a qualidade da Urbanização. Os futuros moradores devem gastar entre 40 e 45 mil

kwanzas por mês nas despesas com os serviços, como administração, segurança, água, luz e saneamento básico.

A empresa Poltec existe no mercado imobiliário angolano há 15 anos.

O empresário polaco disse que todos os projectos construídos foram entregues aos clientes. "Já fizemos o Infnit 1 e Infnit 2, em Talatona e em Benfica. São projectos em curso de excelente qualidade. Fizemos vários projectos no Benfica. É uma organização muito grande", afirmou. Para a empresa, o projecto Boa Vida "é o coração de todo o esforço feito ao longo dos anos".

### 6.31 Obras de casas sociais arrancam em breve

*Jornal de Angola*

*25 De Fevereiro de 2016*

*Texto: Joaquim Júnior*

Um grupo de 181 reformados controlados pela Caixa de Protecção Social da Delegação do Ministério do Interior, na província do Uíge, vai beneficiar, nos próximos dias, de casas sociais, anunciou ontem o director geral da instituição.

O comissário Alexandre Candela salientou que a entrega de casas vai ajudar a garantir uma certa dignidade a velhice aos reformados e um futuro melhor para os seus tutelados.

O director geral da Caixa Social, que falava no final do encontro realizado com os efectivos do MININT e pensionistas, avançou que há contactos avançados com as autoridades governamentais do Uíge, para a cedência de uma parcela de terra, onde vão ser erguidas, numa primeira fase, 100 casas do tipo T3.

Alexandre Cándela anunciou ainda outros projectos no domínio da agricultura e da pecuária para os pensionistas interessados a investir na produção agrícola e na assistência sanitária.

"Os reformados não podem sentir-se abandonados. Eles estão connosco e a lei protege e garante benefícios de assistência social", referiu o responsável da Polícia Nacional.

No encontro com os efectivos da Polícia Nacional, dos Serviços' de Protecção Civil e Bombeiro, de Migração e Estrangeiro e Penitenciários e os pensionistas, o director geral da Caixa de Protecção Social anunciou, para o próximo mês, o lançamento da acção de Prova de Vida Obrigatória.

Com este procedimento, o responsável disse que fica garantida a actualização da base de dados de todos os pensionistas e segurados controlados pelo MININT.

Mas avançou que, para a o Uíge, processo de cadastramento está agendado para Julho. Neste ano, vai ser igualmente lançado o cartão de identidade para todos os reformados, um documento que os vai reconhecer como ex-funcionários do MININT.

Durante o encontro, Alexandre Candela esclareceu os procedimentos adoptados no processo de passagem para a reforma e as garantias estabelecidas para o futuro, por formas a uma maior motivação no trabalho dos efectivos.

O responsável deu ainda a conhecer que os reformados ficaram melhor esclarecidos, sobre a fórmula utilizada para calcular a pensão em função da categoria e do tempo de trabalho efectivo do assistido. "Esta interacção com os efectivos e reformados é de grande valia, por permitir também conhecer as principais preocupações e problemas que os afligem e, por outro, a recolha de sugestões para irmos melhorando o nosso sistema de protecção social dentro do Ministério do Interior", disse.

O director geral deixou ainda claro que os antigos tutelados pelos efectivos falecidos, isto é, a viúva e os filhos, têm assegurada a pensão, desde que os beneficiários cumpram com os requisitos exigidos por lei. No Uíge, segundo David Leo, director provincial interino da Caixa de Protecção Social do MININT, avançou que o sistema funciona na região, há dez anos, e controla 181 reformados. Dos 181 aposentados, o sistema controla 106 beneficiários de pensão de reforma e 75 outros, que aguardam a canalização das pensões para o sistema. Estão ainda registados 16 favorecidos de pensão de sobrevivência.

### 6.32 Burlados pela Build querem audiência com PR

*Jornal Novo Jornal*

*Data: 17 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Dulcineia Lufua*

Depois de mais de nove anos de luta, os cidadãos burlados pela construtora brasileira Build pretendem romper o silêncio e forçar as entidades nacionais a darem uma resposta à megaburla que lesou centenas de pessoas que investiram na aquisição de casa própria, no âmbito do projecto Bem-Morar.

Como não obtiveram resposta às cartas que remeteram aos órgãos superiores, os lesados da Build pretendem escrever ao Presidente da República, José



Eduardo dos Santos, a fim de serem ouvidos e obterem esclarecimentos sobre o caso. Pretendem ainda saber qual o tratamento que as autoridades judiciais deram à burla.

Segundo apurou o Novo Jornal, os vários cidadãos que foram enganados, e que preferem o anonimato, já remeteram cartas à Assembleia Nacional, Provedoria de Justiça, ao GPL e à procuradoria-geral da República (PGR), a única entidade que, no início, ouviu algumas pessoas.

"Não sabemos nada, nem em que pé está o processo. Mandámos várias cartas a questionar as autoridades, mas nunca obtivemos respostas", afirmou um dos queixosos, adiantando: "Queríamos fazer uma manifestação pacífica junto à embaixada do Brasil, mas não avançámos, porque, quando tomámos essa decisão, havia eleições e aconselharam-nos a parar. Agora, queremos uma audiência com o Presidente da República".

A fonte lembra que a maioria dos moradores foi forçada a entrar nas residências inacabadas e a concluí-las, assumindo os encargos com os acabamentos, quando já tinham efectuado o pagamento para obterem uma casa pronta a habitar.

No meio do processo, algumas casas foram vandalizadas e invadidas por terceiros que, por sua vez, venderam os imóveis a outras pessoas.

Quando o Novo Jornal estava em reportagem, um homem, também agastado com a situação, juntou-se à conversa que decorria no passeio que dá acesso à entrada daquele que devia ser o lar de uma das famílias burladas. O homem também queria mostrar a sua indignação e juntar a sua voz aos protestos.

"Fomos aconselhados, várias vezes, a remeter uma carta ao Tribunal Internacional. Agora, eu pergunto: porque é que a PGR, que tem provas concretas de que nós fomos burlados, não abre um processo judicial contra a Build?", Questiona, notando que, dentro da superfície do Bem Morar, foi erguido um novo condomínio, denominado Green villas "Este condomínio está a ser construído dentro do nosso direito de superfície. Isso é visível, nota-se que alguém está a tentar tomar o nosso espaço, ou melhor, já tomou. Acredito que se isto acontecesse no Brasil, os responsáveis já teriam sido capturados pela Interpol", findou. Nem que fosse na república das bananas"

Um outro cidadão que também foi burlado diz ter vendido o seu apartamento na Urbanização Nova Vida com o objectivo de adquirir uma moradia no empreendimento lançado pela empresa Build e que

foi publicitado em Angola, com uma campanha de publicidade a que o futebolista brasileiro Pelé deu a cara. Por causa da burla, hoje ainda vive na casa comprada pela esposa.

"Sempre que passava por lá, enchia-me de orgulho pela decisão tomada e, de repente, aquilo transformou-se em capim, que é como está hoje. Nem sequer um bloco foi levantado. Tive de voltar a viver na casa da minha esposa. Sorte a minha, porque há pessoas que hoje vivem em casas arrendadas e têm dívidas com o banco", confidenciou.

"Como se justifica que saiam tantos milhões de dólares do país e ninguém diz nada?", Questionou o lesado, salientando que as instituições deveriam saber quem são os indivíduos por detrás do empreendimento.

Como evidencia a fonte, para terem sido concedidas licenças de construção, principalmente de condomínios, os envolvidos tiveram de assinar protocolos e nesses papéis deve estar o nome deles.

"Ninguém entra num país sem documentos, nem que seja numa república das bananas, por isso vamos escrever uma carta direccionada ao Presidente da República, a fim-de-sermos esclarecidos", rematam os lesados.

### 6.33 Habitec vai produzir 500 unidades de material escolar e mobiliário / dia dentro de dois meses

*Jornal O Pais*

*20 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Patrícia de Oliveira*

No segundo trimestre do ano em curso, a fábrica Habitec Comercial e Indústria S.A., vai atingir a capacidade máxima com a produção de 500 unidades de carteiras escolares, portas e janelas/dia. Neste momento, estão a ser feitos os ensaios para iniciar a produção.

De acordo com o director executivo' Felisberto Capamba, a Habitec recebeu um financiamento no valor de EUR 1 milhão e 500, com o objectivo de aumentar a capacidade de produção.

"Queremos atingir a capacidade máxima, por esse motivo estamos a comprar máquinas de última geração para este propósito.

A intenção é tornar o nosso processo de produção mais célere", explica.

Actualmente, a empresa conta com três linhas de produção. E tem como principal matéria-prima o eucalipto que é adquirido nas províncias do Huambo, Bié e Benguela.

Felisberto Capamba fez um balanço positivo do ano transacto que teve como principais clientes as províncias do Huambo, Namibe e Cuanza Sul .

Segundo aquele responsável, o projecto surgiu tendo em conta o potencial de eucaliptos que a Província da Huambo possui, que em tempos passados servia para alimentar o comboio e também a fonte de matéria-prima para a indústria de celulose. Visto que a indústria de celulose não foi reabilitada e os comboios estão modernizados, é claro que aumentou a capacidade de Eucaliptos na província.

"Neste momento, a empresa tem uma capacidade de 50 metros cúbicos em termos de preparação e secagem, explica, Inaugurada em 2012, a fábrica Habitec comercial e Industria S.A, criou 120 postos de trabalho e possui uma capacidade para a produção de 55 metros cúbicos de madeira seca, bem como 350 unidades de mobiliários diversos por dia, entre carteiras escolares, portas e janelas. Habitec Comercio Indústria é uma iniciativa privada e foi financiada pelo Banco de Desenvolvimento de Angola BDA, com um investimento inicial avaliado em 4 milhões de dólares. A empresa está localizada na província do Huambo na zona industrial do bairro S. João.

## 7. TERRA

### 7.1 Polícia e FAA controlam ilegalmente garimpo nas lundas

*Jornal Visão*

*03 De Fevereiro de 2017*

A Acção foi comandada pelo primeiro-sargento, Santos Yanva, identificado como pertencendo à Polícia Judiciária Militar e afecto à 75ª Brigada de Infantaria da Região Militar Leste das FAA, baseada em Cafunfo (Cuango). Os soldados entraram em conflito com as autoridades e comunidades locais de Catolo, na comuna de Kassanje-Kalucala. "Quando a polícia se apercebeu da iminente 'invasão do sargento, montou um controlo junto ao Rio Malombo onde decorrem as escavações de garimpo. As FAA chegaram, às 3h00 da madrugada, romperam o controlo da polícia, correram com eles e montaram o seu controlo no mesmo local': denuncia fonte local.

Os militares passaram a cobrar "portagem" de três mil kwanzas por cada motorizada que circula na área e cinco mil kwanzas no caso de transporte de carga. Por falta de estradas, só as motorizadas circulam na referida área.

Várias testemunhas, quer em Cafunfo quer em Kassanje-Kalucala, confirmam as ligações do sargento Santos a um comprador de diamantes libanês, estabelecido em Cafunfo e localmente conhecido como Carlos.

O sargento passou a decidir sobre quem garimpa e quem circula na área e impediu, a 20 de Janeiro, o soba Catolo, do povoado com o mesmo nome, de circular na sua área de jurisdição.

Como estratégia, os compradores estrangeiros baseados no Cuango, como Carlos, sabem sempre quais são as zonas de maior produção de garimpo, através dos vendedores que os contactam para vender as suas pedras. Ao longo dos anos em que Maka Angola tem investigado a extracção de diamantes na região, parece repetir-se sempre o mesmo padrão: os compradores estabelecem contactos com os comandantes militares e policiais e passam a dispor dessas forças para operações de tomada de cascalho. Deixam primeiro que os populares cavem os buracos as chamadas mesas e só depois intervêm com armas de fogo, expulsando-os.

Assim, poupam-se ao trabalho de cavar durante semanas ou meses, concentrando-se apenas em extrair o cascalho, ou seja, a camada que contém diamantes.

Elias Isaac lidera um grupo de garimpeiros e revela que, há cinco anos, está ao serviço de um traficante senegalês. O seu trabalho é controlar e alimentar os garimpeiros ao serviço do seu patrão. O sargento Santos não os incomodou.

"O meu patrão tem influência junto dos comandantes das FAA e da Polícia Nacional, a troco de uma percentagem para os mesmos, para assegurar que as suas equipas possam garimpar à vontade em qualquer lugar onde se encontrem diamantes, com apoio e escolta militar': refere.

Por regra, quando os diamantes são vendidos, os representantes dos comandantes acompanham "e cada um recebe a sua parte ali mesmo".

### 7.2 Empresa pública gere terrenos infra-estruturados

*Jornal de Angola*

*16 De Fevereiro de 2017*

*Texto: João Dias*

Todos os terrenos Infra-estruturados ao longo destes anos por via de Investimento público passam, doravante, a ser geridos pela Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EG- TI E.P.). A empresa, totalmente de domínio público, foi criada por Decreto Presidencial de 5 de Março de 2015.

A sua criação da EGTI é considerada de interesse estratégico, na medida em que está encarregue da gestão, a nível nacional, dos terrenos infra-estruturados do domínio público e privado do Estado que lhe sejam atribuídos por diploma específico, refere uma nota distribuída ontem à imprensa. A EGTI foi ainda criada para prosseguir os objetivos preconizados pelo Governo relativamente aos terrenos infra-estruturados e garantir a requalificação, expansão das cidades e dos centros rurais, numa lógica económica para o Estado angolano.

Ontem, o Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, conferiu posse ao Presidente do Conselho de Administração da EGTI, Rodrigo de Sousa Alves dos Santos, por orientação do Titular do Poder Executivo, José Eduardo dos Santos.

Na ocasião, Manuel Vicente apresentou as suas felicitações a Rodrigo dos Santos e desejou "votos de muita coragem, abnegação e sucessos" na função para a qual acaba de ser empossado.

No termo da curta cerimónia de tomada de posse, Rodrigo dos Santos falou dos objectivos da empresa.

"O principal papel da EGTI é fazer o aproveitamento do potencial de todos os terrenos que lhe forem concedidos e que foram infra-estruturados, através de investimento público", explicou o gestor, para quem a empresa pretende garantir que haja retomo de todos os investimentos realizados ao longo dos últimos anos.

O objetivo, acrescentou, é também o de reinvestir em outras áreas definidas pelo Executivo e contribuir para o desenvolvimento urbano através da gestão e promoção Dos terrenos, que forem entregues à gestão da empresa.

Rodrigo Sousa dos Santos lembrou que existem no país, uma série de centralidades nas quais o Executivo fez investimento em infra-estruturas, e em alguns casos, dotou-os de equipamento e habitações e outros tipos de instalações. Sem avançar dados, o PCA da EGTI disse existirem terrenos infraestruturados, não edificados, que a empresa vai tomar como parte do seu ativo patrimonial; para os poder promover e desenvolver. O objectivo, disse, é o de participar no esforço de diversificação da economia, pois considera necessária a existência de outras fontes de absorção de receitas, para apoiar e continuar a desenvolver o país.

O acto de posse do Presidente do Conselho de Administração da EG- TI foi presenciado pelo ministro chefe da Casa Civil do Presidente da República, Manuel da Cruz Neto, do ministro da Administração do Território, Bonito de Sousa, e de altos funcionários do Gabinete do Vice-Presidente da República.

Retorno do investimento Criada há pouco mais de um ano, a EGTI enfrenta desafios estruturais e operacionais, para potenciar o valor dos terrenos, de forma a maximizar a receita para o Estado, promover a rápida e efectiva comercialização dos lotes de terrenos, dando resposta à procura, por parte do sector público e privado, bem como assegurar um cadastro dos terrenos infra-estruturados a conceder. Além disso, a EGTI quer um modelo organizacional com um quadro técnico competente, que sustente o alcance dos objectivos pretendidos e garantir o retomo dos investimentos realizados pelo Estado, assegurando a captação de receitas e continuação' dos planos de reconversão urbana do país.

Pretende-se que a operação da EGTI se baseie em boas práticas de negócio, sem se desviar da sua responsabilidade de serviço público, uma forma de cumprir a missão que a ela foi designada, lê-se numa nota distribuída à imprensa. O documento indica terem sido definidos os eixos e medidas estratégicas, que devem orientar os primeiros anos de actividade

da empresa no período 2016-2020. Os princípios orientadores asseguram a conquista do seu espaço no ambiente político e de negócio, fomentam a sua capacidade para concretizar a sua missão com sucesso e consolidam a evolução do seu funcionamento interno.

Os seis eixos pretendem afirmar a EGTI, como veículo estratégico de políticas de expansão urbana, que promove um clima de confiança, transparência e credibilidade no seu mercado de actuação. Além disso, pretende assegurar a máxima valorização dos terrenos, através da viabilização técnica, económica e financeira dos projectos a implementar, bem como posicionar a empresa, como entidade de referência de desenvolvimento económico e urbano sustentável.

Outros eixos pretendem tornar a EGTI, num modelo operativo de instalação eficiente e flexível, que se ajuste à actividade e na aposta da captação, desenvolvimento e retenção de quadros nacionais. Até há pouco tempo, a actividade da empresa era residual. Com o empossamento de Rodrigo de Sousa Alves dos Santos, a empresa ganha um novo impulso.

### 7.3 Habitações situadas em zonas de risco serão mapeadas

*Jornal O PAÍS*

*Texto: Domingos Bento*

*16 De Fevereiro de 2017*

A organização não-governamental de defesa à habitação, SOS Habitat, realiza, nos próximos dias, um processo de identificação e mapeamento das zonas de risco em toda a extensão dos municípios de Luanda, revelou ontem, a OPAIS, o seu novo coordenador, André Augusto.

O responsável, que se pronunciava sobre os desafios da instituição para o presente ano, referiu que durante o processo de mapeamento serão cadastradas todas as habitações construídas em áreas inadequadas ao assentamento humano e que podem estar sujeitas a riscos naturais, caso ocorram deslizamentos de terra ou inundações.

No entanto, a empreitada, de acordo com André Augusto, será conduzida por técnicos da SOS-Habitat e das administrações locais que já estão a ser preparados para o efeito. Esclareceu que dada a complexidade do projecto, numa primeira fase, o mapeamento arrancará nos municípios de Belas, Cacucaco, Cazenga e Viana. A escolha de tais zonas prende-se com o facto de serem as áreas de Luanda nas quais se registaram os mais elevados índices de conflitos de terra.

Segundo o coordenador da SOS-Habitat, o objectivo do mapeamento é recolher o máximo de informações concretas das zonas de risco para, posteriormente, com as autoridades de direito, accionar os mecanismos de solução, tendo sempre como foco a defesa da vida dos cidadãos que habitam as respectivas áreas.

"Sempre que chove em Luanda, assistimos ao desabamento e a inundações de residências. Zonas há que até ficam isoladas durante muitos dias. Precisamos de mapear estas áreas e encontrar as melhores vias para resgatar as pessoas que lá vivem, tendo sempre em atenção o respeito pela vida", enfatizou.

André Augusto revelou também todas as etapas a serem cumpridas por esse processo que contará com o envolvimento dos próprios cidadãos, já que muitos deles, mesmo sabendo dos riscos que correm, insistem em construir em zonas perigosas com o propósito de atrair a atenção das autoridades e assim tirar algum benefício.

"Nesse aspecto precisamos de reforçar a sensibilização e o diálogo entre quem governa e o próprio cidadão. É necessário que o cidadão compreenda que construir em zonas de risco acarreta perigos que podem derivar na morte". Segundo ainda a fonte, depois de Luanda, que vai servir de modelo, a iniciativa estender-se-á a outras partes do país, já que a questão da construção em zonas de risco é um problema transversal a grande parte das províncias. "Luanda vai ser o nosso ponto de partida. Mas a ideia é chegarmos a outras partes. Vamos fazer de forma faseada em virtude dos escassos recursos humanos. Vamos montando equipas compostas por quatro pessoas. Queríamos que fosse mais. Infelizmente, não temos recursos suficientes", referiu.

#### Desburocratizar o acesso à terra

Por outro lado, o coordenador da SOS-Habitat defende que para se evitar a construção em zonas de risco, o governo deve apostar na desburocratização do acesso à terra, garantindo mais acesso dos cidadãos aos projectos imobiliários em curso no país.

"É verdade que muitos constroem em zonas de risco para ganhar algum benefício. Mas também é verdade que uma boa parte só constrói nessas áreas porque não tem onde morar. É uma grande preocupação que deve merecer a atenção do governo. Temos defendido que, se queremos evitar conflitos de terra, precisamos de apostar na desburocratização dos programas", defendeu.

Em relação às demolições, André Augusto referiu que a sua organização, ao longo deste ano, continuará a trabalhar com as autoridades para impedir que mais pessoas sejam postas ao relento de forma injusta.

Conforme explicou, a SOS-Habitat não é contra as demolições, porém defende que as mesmas ocorram na legalidade de forma a proteger a vida das pessoas indefesas que são sempre as principais vítimas deste processo.

Ainda para este ano, aquele responsável promete que a sua organização continuará a trabalhar com as 69 comunidades e as 50 mil famílias que vivem em tendas ou em habitações precárias em consequência das demolições que ocorreram nos últimos anos. Garantiu que tudo se fará para se repor a legalidade e assim permitir que todos quantos foram vítimas de demolições arbitrárias sejam recompensados pelos danos.

## 7.4 Bons resultados

*Jornal Economia e Finanças*

*17 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Arão Martins*

Trinta mil lotes de terreno foram distribuídos às populações de toda a extensão da província da Huíla, no quadro do sub-programa habitacional de auto-construção dirigida, segundo fez saber o vice-governador provincial da Huíla para o sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi Ndala.

"O programa de auto-construção dirigida é um vector importante, em função das políticas gizadas pelo Governo Central, que visam proporcionar conforto à população, distribuindo lotes de terreno em lugares já infra-estruturados e com os principais serviços", disse, depois de acrescentar que o projecto está a proporcionar a melhor ia da qualidade de vida.

Esclareceu que, nos 14 municípios, o programa de auto-construção dirigida está a surtir os efeitos desejados, com um crescimento aceitável, sendo que à médio e longo prazo, os resultados serão ainda muito mais satisfatórios. Entre os municípios, o do Lubango destaca-se.

"O défice habitacional ainda é considerável. Temos vários programas, sendo que a nossa missão como governo provincial é continuar progressivamente a dar respostas às preocupações das populações, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento sócio económico", sustentou.

## 7.5 Cabinda distribui terrenos para aumentar oferta de casas

*Jornal Economia e Finanças*

17 De Fevereiro de 2017

Texto: Joaquim Suami

Cerca de 8.900 lotes de terreno foram distribuídos às populações durante o ano passado, no quadro do subprograma governamental da auto-construção dirigida, nas localidades do Buco-Ngoio, Terra Nova, Simindele, Tchimindele, Tchichiaco, Chibodo II, Zongolo, Mbucu Mazi e Bunzi, município de Cabinda, e Lukukuto, no município do Buco Zau.

O relatório da Secretaria provincial do Urbanismo e Ambiente, aprovado em Novembro do ano passado, no Conselho da Província, na localidade do Buco Ngoio, avança que foram loteados 780 terrenos, no Tchimindele e Terra Nova (1.112), Tchichiaco (140), Chibodo II (3.143), no Zongolo (2 mil), Mbucu Mazi (143) e Bunzi (349). No Lukukuto, município do Buco Zau, foram colocados à disposição da população 293 lotes de terra.

A fonte destaca que nos municípios de Belize e do Cacongo, o programa de loteamento de terrenos para a auto-construção dirigida ultimam-se trabalhos de preparação dos procedimentos administrativos para de seguida iniciar-se o programa.

De acordo com o relatório, até 2015, no município de Cabinda foram licenciadas 21.376 obras para auto-construção dirigida, em Cacongo (21), Buco Zau (57) e em Belize (35).

A fonte sustenta que, o programa iniciado em 2008, visa diminuir o défice habitacional a nível da província de Cabinda, a aumentar a oferta e melhorar as condições de vida das populações.

### Ganhos

Para constatar "in loco", a execução do programa de loteamento de terrenos para a auto-construção dirigida, a equipa de reportagem do JE ouviu vários cidadãos que conseguiram lotes nas zonas do Buco-Ngoio, Tchimindele, Terra Nova, Tchichiaco, Chibodo II, Zongolo, Mbucu Mazi, Lukukulo e Bunzi que mostraram a sua satisfação por terem aderido ao projecto.

José Maria de Sousa, 44 anos, serralheiro de profissão, disse que, graças a profissão que possui, conseguiu comprar um lote de terra para construir a sua própria casa.

Referiu que, depois de ter tratado toda a documentação solicitada pela administração municipal de Cabinda, arrancou com a construção da casa, que tem a tipologia T3.

Actualmente, disse, está melhor acomodado com a família e aconselha as pessoas a não construírem em "zonas de risco".

"Construí esta casa de tipo T3 e estou bem acomodado com a minha família. Antes vivíamos numa Zona de risco e era um perigo para as nossas vidas. Por isso, encorajo outras pessoas a procurarem a administração municipal de Cabinda para adquirirem um lote de terra para construírem uma casa do seu gosto", disse.

Acrescentou que, as pessoas devem fazer um esforço para ter uma casa própria e ao seu gosto.

"Esta casa é de construção definitiva e fui construindo aos poucos até que terminou. Foi um grande esforço com o salário que aufero fiz a planificação e consegui concluir a obra. Graças a Deus estamos a habitar nela em paz e com sossego. Consigo albergar a família em melhores condições e estou grato com o sacrifício que fiz ao longo dos anos", referiu.

Eva Pereira, 41, farmacêutica de profissão, adquiriu um lote, no quadro do programa de loteamento de terras, que está a ser levado a cabo pela administração municipal. A nossa interlocutora garantiu que não foi difícil adquirir a documentação necessária que autoriza a construção.

"A obra está em curso, e com o actual momento económico que vive, está a ser um pouco difícil concluir a casa, porque o material de construção está muito caro, mas, com o salário que ganho, estou a lutar para concluir a obra, de um piso do tipo T 4", referiu, depois de acrescentar que quando a obra terminar a família estará bem acomodada.

Por outro lado, aconselhou as pessoas a procurarem os serviços da administração municipal para adquirirem terrenos.

"Aconselho as pessoas a construírem em zonas já urbanizadas pelo Governo, em primeiro lugar, por causa das infra-estruturas, e em segundo, por causa da segurança das pessoas. Antes de se adquirir um lote de terreno, o Governo prepara devidamente os espaços para as pessoas construírem à vontade", disse.

Isabel Bernardo, 40, funcionária pública, disse que adquiriu o lote de terreno, através da empresa Profi-

Urb que faz a gestão da venda dos terrenos junto da administração municipal de Cabinda.

Segundo ela, conseguiu a licença de construção que os permitiu erguer a casa em que habita.

"Conseguimos construir esta casa e mudamos para aqui.

Estamos bem aqui, aliás a área é calma, e aconselhamos os outros a virem também", disse.

## 7.6 Luena e Cameia estão na linha da frente

*Jornal Economia e Finanças*

*17 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Lino Vieira*

O subprograma da auto-construção dirigida permitiu distribuir entre 2014e 2015, mais de três mil lotes de terra, nos municípios do Luau e Cameia, província do Moxico, segundo os dados da Direcção Provincial do Urbanismo e Habitação.

Em entrevista ao TE, o administrador municipal do Luena, Bento Luembe Paulino, afirmou que o programa beneficiou na sua área de jurisdição, um número maioritariamente composto de jovens e antigos combatentes.

Bento Luembe Paulino afirmou que os cidadãos que aderiram esta iniciativa do Executivo, hoje, vivem em locais devidamente organizados e urbanizados.

A falta de equipamentos para desmatção e de limpeza do espaço não permitiu fazer a distribuição de terras durante o ano passado, disse o administrador que considerou o momento actual de constrangedor.

"Entendemos as necessidades que os nossos munícipes enfrentam, mas a situação que o país vive inviabiliza muitos programas que a administração municipal tinha para a sua execução", disse.

Bento Luembe Paulino referiu que a administração municipal do Moxico tem enormes espaços para responder as necessidades dos habitantes desde que estes cumpram com os requisitos exigidos para o efeito.

"Temos feito estudos técnicos para que os espaços que cedemos aos cidadãos sejam realmente uma zona segura e que permita construir uma residência sem prejuízos para o futuro", sublinhou.

Vantagens

O administrador municipal afirmou que as áreas loteadas têm várias vantagens, pois que, além de garantir boas condições ambientais, o espaço reserva a construção de infra-estruturas de apoio para serviços complementares, tais como rede de distribuição de água e luz, escolas, postos médicos e unidades policiais.

Segundo avançou, estão a ser criadas todas as condições para que no I semestre do ano em curso sejam entregues mais mil lotes de terra na zona Leste e Oeste da cidade do Luena.

O surgimento de novos bairros, sublinhou, vai merecer maior atenção por parte da administração municipal para contribuir na melhoria de vida da população e conferir uma boa imagem na periferia da cidade capital

Revelou que a administração fará um comunicado e os interessados deverão dirigir-se à administração para dar entrada dos seus pedidos para a concessão de terrenos.

Por outro lado, apelou aos munícipes a evitar a compra de terrenos a terceiros, pois que são espaços adquiridos sem qualquer estudo de viabilidade para determinar se um dado local tem condições para a construção de uma residência, além de dar origem a burlas.

O responsável assegurou que o programa de concessão de terra para auto-construção dirigida tem como objectivo combater as construções anárquicas nas zonas urbanas e conferir maior segurança de habitabilidade aos cidadãos que pretendem construir as suas moradias.

Sonhos realizados

Paulo Miguel, 34 anos, beneficiou de um terreno no bairro Vila Luso, arredores da cidade do Luena. Como resultado, construiu uma casa de três quartos, onde vive com a sua família.

O nosso entrevistado louvou a iniciativa do Executivo, tendo afirmado que, o programa tem facilitado muitos jovens a materializar os seus sonhos de ter uma casa própria.

Márcia Domingas partilhou a mesma ideia dizendo que por via desta iniciativa, hoje, tem a casa própria e deixou de pagar renda como antes.

## 7.7 Ocupação desordenada preocupa as autoridades

*Jornal de Angola*

17 De Fevereiro de 2017

Texto: Jesus Silva

A ocupação desordenada e ilegal de terrenos está a preocupar as autoridades do município do Lobito, disse ontem, ao *Jornal de Angola*, o administrador adjunto para a Área Técnica e Infra-estruturas.

Segundo John Dalton de Carvalho, os cidadãos interessados em adquirir parcelas de terreno para a auto-construção dirigida ou outros fins devem fazê-lo legalmente, dirigindo-se à administração municipal, livrando-se de burlas e de compra de espaço muitas vezes não pertencente ao vendedor.

O administrador adjunto para a Área Técnica e Infra-estruturas adiantou que tem estado a receber várias pessoas que compram terrenos e posteriormente se dirigem à administração para os legalizar, procedimento que devia ser ao contrário, pois tudo deve ser feito com as autoridades competentes.

"Temos, na medida do possível, dado solução 'a estas situações, mas, às vezes, o final não é o mais agradável" disse o administrador adjunto do Lobito, acrescentando que o cidadão não deve comprar terrenos a terceiros e muito menos a pessoas indocumentadas. John Dalton esclareceu que o cidadão que quiser vender um terreno deve possuir no mínimo um título de concessão e um croquis de localização.

O administrador adjunto do Lobito lamentou o facto de a toponímia da cidade ainda não estar em pleno funcionamento, o que facilitaria ter os nomes das ruas ordenadamente e a cada cidadão, através de coordenadas, encontrar o seu lote, sem nenhuma dificuldade, sendo esta a vantagem de possuir um documento geo-referenciado.

"Com o título de concessão de direito de superfície, o cidadão pode dirigir-se à Conservatória do Registo Predial e fazer o registo da propriedade, documento principal a ser solicitado na compra de um terreno."

Jhon Dalton de Carvalho esclareceu, por outro lado, que a Administração Municipal do Lobito leva a cabo uma série de acções para que os municípios não sejam burlados na compra de propriedades do Estado.

## 7.8 População em zonas de risco é realojada em breve

*Jornal de Angola*

Texto: José Chaves

Data: 23 De Fevereiro de 2017

Cerca de 500 moradias de diferentes tipologias são construídas este ano em diversas reservas fundiárias dos nove municípios da província do Bié, anunciou terça-feira o director provincial das Obras Públicas Segundo Salomão Costa Pascoal, projecto é da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas e Urbanismo e está inserido no programa de melhoria das condições de vida da população que reside em zonas de alto risco.

"As casas vão ser construídas no âmbito do processo de requalificação das cidades e vilas, que visa também a implementação de sistemas de fornecimento de água, energia eléctrica e outros."

O Bié, acrescentou, foi abrangido neste plano de âmbito nacional, para realojar a população afectada por calamidades naturais ou que vive em zonas de risco.

Salomão Pascoal sublinhou que a maioria das residências vai ser construída na cidade do Cuito, cuja área de implementação já foi identificada.

Quanto ao programa de construção dos 200 fogos habitacionais por município, Salomão Pascoal afirmou que este projecto, que abrange sete dos nove municípios do Bié, permitiu já a construção de 698 residências do tipo T3.

O projecto dos 200 fogos habitacionais contempla igualmente redes de fornecimento de água potável e energia eléctrica, de esgotos e de água pluviais, comunicações, escolas, centros médicos, esquadras de polícia, áreas comerciais, zonas de Lazer, jardins-de-infância, unidades de bombeiros e outros equipamentos sociais. Nos municípios do Cuemba, Camacupa, Catabola, Cunhinga, Chinguar e Chitembo a residências já estão terminadas e habitadas, de acordo com o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, José Fernando Tchaturvela, que garantiu à imprensa a alta qualidade do projecto adjudicado à construtora Kora-Angola. Com residências T3, a centralidade do Cuito destina-se, sobretudo, à juventude da província. O vice-governador para os Serviços Técnico e Infra-estruturas disse que, uma vez concluída, a mesma vai albergar cerca de 42 mil habitantes.



Município do Andulo, acrescentou, está a ser construída outra centralidade, com mil apartamentos T3 e dos dois mil fogos previstos 172 estão' á concluídos. Novas centralidades

O vice-governador do Bié disse que várias infra-estruturas estão em construção na província para impulsionar o desenvolvimento da região.

O destaque vai para a centralidade do Cuito, a ser erguida numa área de 300 hectares, que vai albergar seis mil apartamentos. A empreitada tem a entrega prevista para o fim do Primeiro semestre do corrente ano.

Por outro lado, as doenças negligenciadas, muitas vezes ignoradas, como a parasitose intestinal, afectam a assimilação dos conteúdos escolares das crianças e adolescentes, afirmou ontem, no Cuito, o director provincial da Saúde no Bié.

João Campos Cacungula salientou que há a nesse idade de os pai e encarregados de educação prestarem maior atenção às crianças e adolescentes durante o processo de ensino e aprendizagem.

O fraco rendimento e colar dos estudantes muitas vezes estão relacionados com a existência de doenças tropicais negligenciadas, que afectam, de forma paulatina, o organismo humano, esclareceu. O director provincial do Bié da Saúde disse igualmente que a anemia está relacionada com várias doenças, por isso está a ser feito um estudo profundo para saber a fonte do surgimento da mesma.

João Campos Cacungula realçou a intervenção de organizações não-governamentais no combate às doenças tropicais negligenciadas, como a oncocercose, que afecta a maior parte da população no interior do Bié.

Segundo o director provincial da Saúde, existe um tipo de parasita que provoca a diminuição da assimilação, que também é negligenciado por causa da pouca atenção dos cidadãos.

Acrescentou que crianças e mulheres grávidas são as prioridades do Governo no combate de determinadas doenças, com o objectivo de se reduzir o número de óbitos.

João Campos Cacungula referiu que em 2012 cerca de 300 casos de oncocercose foram registados pelas autoridades sanitárias locais, em localidades do interior da província, onde existe o maior número de rios.

Em 2013, acrescentou, 1.178 pessoas foram detectadas com oncocercose, enquanto em 2014 o número baixou para 1.422 casos.

João Campos Cacungula pontualizou que atualmente estão controlados pelo sistema sanitário local 3.292 casos de oncocercose.

O responsável provincial da Saúde assegurou que existem medicamentos para o tratamento da doença.

O município da Harê, que dista a mais de 175 quilómetros da cidade do Cuito, província do Bié, é o mais endémico, devido ao uso de água imprópria para o consumo.

## 7.9 Ex-militares têm 46 mil hectares de terra para agricultura

*Jornal O PAÍS*

*Texto: Milton Manaça*

*27 De Fevereiro de 2017*

Os ex-militares disponibilizaram 46 hectares de terras aráveis para a prática da agricultura segundo o director do gabinete de estudos e projectos da Liga de Militares de Angola na Reforma (LIMIAR), Moisés Pedro.

Moisés Pedro fez esta revelação na Sexta-feira, em Luanda, durante a assinatura do protocolo de cooperação entre a LIMIAR e o Consórcio Rede Camponesa que terá como o objectivo promover a participação dos ex-militares na rentabilização dos terrenos para o desenvolvimento da agricultura.

Os 46 mil hectares disponíveis, de acordo com o responsável, foram cedidos pelos governos provinciais aos militares que agora se encontram na condição de reformados e pretendem colocar os espaços à disposição da associação para tirarem deles melhor rendimento.

Nos termos do protocolo rubricado, a LIMIAR terá por missão pesquisar no seio dos seus filiados para identificar outros terrenos 'assim como os ex-militares que estão organizados em cooperativas agrícolas.

Já o Consórcio Rede Camponesa vai fornecer os insumos, fertilizantes e a tecnologia para desenvolvimento dos projectos.

Geração de postos de trabalho Na abertura do certame, o presidente da LIMIAR, coronel Augusto Sanda, disse que as fazendas e as terras dos ex-militares serão uma fonte de negócio que irão beneficiar não apenas os proprietários como também a sociedade a partir da geração de postos de empregos.

Augusto Sanda referiu que o agro-negócio representa a gestão de uma grande cadeia de serviços actualmente asseguradas pelas novas tecnologias.

Para o presidente do Consórcio Rede Camponesa, Gentil Viana, a valorização dos activos dos ex-militares, muitos dos quais com terras com abundantes recursos hídricos e florestais, passa pelo incentivo do capital humano.

Segundo ele, "a valorização do capital humano está antes de qualquer coisa", tendo acrescentado que o trabalho em consórcio é uma prática vigente em todo o mundo em função dos riscos que negócio proporciona.

Gentil Via na não avançou se os acordos envolvem algum capital inicial, mas salientou que as duas organizações se desdobrarão internacionalmente à procura de financiamentos para sustentar a parceria firmada.

#### Mercado Grossista para o escoamento

Um dos problemas que se coloca na produção agrícola está relacionada com o escoamento. Sobre o assunto, Gentil Viana disse que a Rede Camponesa está a organizar um mercado grossista, no qual o produtor não precisará de passar por intermediários para ser comercializado.

Revelou que o mercado está a ser organizado num terreno de 130 hectares localizado no Kifangondo, em Luanda, onde poderão instalar-se também os prestadores de serviço, consultores, transportadores rodoviários e os fornecedores de insumos.

A LIMIAR conta actualmente com 22 mil membros e surgiu em 2001 com o objectivo de velar pela reintegração socio-económica da classe dos oficiais gerais, superiores, capitães e subalternos das Forças Armadas Angolanas (FAA) na reforma.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Hospitais preparados para enfrentar surto de cólera

*Jornal de Angola*

*01 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Carlos Paulino*

Ntima Mandawele salientou que, até agora, a província não registou nenhum caso suspeito de cólera e as autoridades sanitárias locais têm uma vigilância activa para dar uma resposta curativa da doença.

O responsável defendeu a criação duma comissão multisectorial para a prevenção da cólera, no sentido da responsabilidade não ficar apenas pelas administrações municipais e autoridades sanitárias. Nesta equipa, estariam integradas as direcções locais da Energia e Água, Agricultura e dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

Para já, o chefe de departamento anunciou a realização, nos próximos dias, de seminários de capacitação para todos os técnicos de saúde sobre formas de tratamento e de prevenção da cólera, para que estejam melhor preparados, em caso de um possível surto da doença.

Outra acção vai estar direccionada à campanha de sensibilização porta-a-porta para o melhoramento do saneamento básico, tratamento adequado da água, lavagem dos alimentos e das mãos antes e depois de comer.

Ntima Mandawele recordou que a cólera é uma doença contagiosa que tem como principais sintomas a diarreia e vómitos. o quadro das acções de prevenção do surto de cólera, que já assola certas regiões do país, com destaque para Soyo e Luanda, a Administração Municipal de Menongue está a reforçar as campanhas de limpeza a nível do centro da cidade e dos bairros periféricos.

A administradora municipal adjunta para os serviços técnicos e infra-estruturas de Menongue, Cármen Chamba, avançou que para inverter o actual quadro preocupante, caracterizado por amontoados de lixo em várias artérias, estão mobilizadas três operadoras de recolha e algumas empresas de construção civil que operam na região. Desde Dezembro do ano passado, a cidade de Menongue e alguns bairros periféricos registam um aumento significativo de amontoados de lixo, razão pela qual a Administração Municipal solicitou um apoio às empresas que

trabalham na circunscrição, no sentido de colocarem os seus meios, entre camiões e máquinas, à disposição da campanha. Cármen Chamba reconheceu que, neste momento, a cidade de Menongue está muito suja, devido ao aumento de resíduos sólidos, tendo apontado como áreas mais críticas os bairros Tchivonde, Paz, Novo, 4 de Abril, 45 Casas, 23 de Março, Hoji-ya-Henda, Saúde e Pandera.

Mais voluntários

A administradora adjunta de Menongue sublinhou que a situação agravou-se, devido às dificuldades financeiras que as operadoras de recolha de resíduos sólidos estão a enfrentar, o que fez com que estas reduzissem o número de funcionários e áreas de actuação.

Cármen Chamba apelou aos munícipes de Menongue no sentido de colaborarem com a Administração Municipal no combate ao lixo. "Cada um de nós precisa de mudar a consciência e olharmos para o melhoramento do saneamento básico como forma ideal ou correcta de evitarmos o surgimento de muitas doenças", disse.

A responsável lamentou o facto de existir na província, em particular no município de Menongue, muitos adultos que mandam crianças deitar lixo. "Estas, impossibilitadas de alcançar os contentores, deitam os resíduos no chão", disse. "Se continuarmos a registar este aumento de focos de lixo no nosso município de certeza estaremos a caminhar para o surgimento de um surto epidemiológico" alerta Cármen Chamba.

### 8.2 «Taxa do Lixo) Incertezas no cumprimento do pagamento

*Novo Jornal*

*03 De Fevereiro de 2017*

Os agregados familiares em Luanda entraram no mês que marca o início do pagamento da "taxa do lixo" com algumas incertezas quanto ao cumprimento no pagamento do referido imposto.

"Há muito tempo que não vejo equipas de recolha de lixo na minha zona. Mesmo no tempo em que o país dispunha de muitos recursos financeiros, o sistema de recolha de lixo era débil. Não creio que seja agora que vá mudar. Aliás, julgo que, com esta crise que atravessamos, será muito complicado encontrar recursos financeiros para o pagamento da 'taxa do lixo', além de se ter feito pouco na sensibilização da

população para o pagamento da referida taxa", realça o médico Matumona Daniel, morador do Cacucaco.

O pagamento da "taxa do lixo" arrancou a 1 deste mês e vai ser cobrada na factura de electricidade, através do pagamento de 2.500 kwanzas para as zonas urbanas e 1.500 para as zonas suburbanas, De acordo com o decreto presidencial 107/16, o valor mensal da taxa dos serviços de limpeza cobrada aos agregados familiares corresponde à sua área de residência.

Os clientes infractores terão como sanção o corte de energia.

Estão isentos da taxa dos serviços de limpeza o Estado e quaisquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, com exceção das empresas públicas, institutos públicos, estabelecimentos públicos, bem como os órgãos da administração Indirecta do Estado.

O pagamento da taxa de lixo já teve o seu início nas grandes estruturas comerciais e em condomínios.

Para as microempresas, o imposto sobre os serviços de limpeza e saneamento está afixada em 12.500 kwanzas, 18.000 para as pequenas empresas, institutos e estabelecimentos públicos e 40.250 para as médias empresas.

Por cada unidade imobiliária, a taxa cobrada é de 3.500 kwanzas, paga pela administração de cada condomínio, independentemente da circunscrição administrativa em que está localizada.

Às grandes empresas está apontada a taxa máxima de 164 mil kwanzas.

### 8.3 Cólera e zika enfermam saúde no país

*Novo Jornal*

*03 De Fevereiro de 2017*

Três anos passaram-se para que Angola voltasse a estar mergulhada num surto de cólera, o que atesta as debilidades do sistema de saneamento básico e os problemas no abastecimento de água potável às populações. Desde Dezembro de 2016, o município do Soyo tem sido destaque nos corredores da governação e da sociedade angolana, desta vez não pelo petróleo. A cólera "roubou" as audiências.

Até início desta semana, estavam diagnosticados 156 casos de cólera no município petrolífero do Zaire, com registos de sete vítimas mortais. Mas há mais

números do surto. Cabinda e Luanda elevam os dados gerais para 217 casos e um total de 10 óbitos.

Contudo, as autoridades sanitárias garantem que a situação está controlada. Mas do Soyo, zona em que se registaram os primeiros casos da epidemia, chegam informações de casos Suspeitos da doença que diariamente vão parar aos hospitais locais.

Na sua maioria são cidadãos oriundos de pequenas ilhas do município, que chegam às principais unidades hospitalares, muitas vezes, em estado avançado de enfermidade.

"Vêm com problemas sérios de desidratação, e com muitos vômitos. Algumas delas vêm de ilhas próximas a Matadi, na vizinha RD Congo", conta, via telefónica, um médico destacado no Soyo.

Segundo a fonte, a sétima morte por cólera no Soyo ocorreu há duas semanas, tendo o paciente, já em estado grave, recorrido ao Centro de Tratamento de Cólera (CTC), criado no bairro Pângala.

Chegou quase morto ao hospital.

Passou alguns dias numa igreja, a fazer tratamentos. Só recorreu ao centro quando viu a situação de saúde agravada", recorda ainda a nossa fonte.

A criação de CTCs é uma das medidas adaptadas pelo Governo central para o combate mais eficaz contra os casos de cólera no Soyo e noutras regiões do país.

Desde que se apurou a existência da cólera no Soyo - 14 de Dezembro de 2016 - tem-se assistido a um movimento constante de líderes ligados à saúde nas áreas afectadas.

A preocupação com o surto levou a que, no início deste ano, uma delegação interministerial se deslocasse ao Soyo para recolher informações precisas sobre a situação.

Luís Gomes Sambo, ministro da Saúde, é quem chefiou a caravana, da qual fizeram parte o ministro das Finanças, Archer Mangureira, e o secretário de Estado das Águas, Luís da Silva.

Para combater a doença, está em curso, entre outras medidas, a distribuição de hipoclorito de sódio (para desinfetar a água), sobretudo nas zonas mais afectadas do Soyo, como nos bairros 1.0 de Maio, Paróquia, Ponto Final e ilha de Bundila.

Em visita recente ao Soyo, o director nacional para a Saúde pública, Miguel dos Santos Oliveira, reiterou o reforço das medidas preventivas, bem como apelou a

um maior engajamento na propagação de informações sobre a doença.

"Há ainda um vazio no seio da população sobre as características da doença. A última morte cá no Soyo prova este desconhecimento; o doente chegou à unidade sanitária já em estado grave, depois de ter tentado a cura numa igreja", reforça o médico destacado no Soyo.

Plano de controlo em marcha Na sua última sessão ordinária, orientada pelo Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, a Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros analisou, entre outros dossiês, o plano de resposta para o controlo da epidemia de cólera.

Na ocasião, o ministro Luís Sambo alertou para a necessidade de reforço de recursos financeiros das medidas de controlo e prevenção contra a cólera.

Na reunião de 24 de Janeiro, foi aprovado um plano financeiro de combate e prevenção contra a cólera, que será submetido à próxima reunião do Conselho de Ministros.

A referida proposta tem como objectivo principal interromper a transmissão da epidemia de cólera no Zaire, evitando a sua propagação para o resto do país.

De acordo com o comunicado do encontro, no quadro das acções de curto e médios prazos, estão a ser tomadas medidas para a adjudicação de empreitada de construção de um novo sistema de abastecimento de água potável no Soyo.

As autoridades garantiram ainda a mobilização de recursos financeiros para a contratação de empreitadas para a construção de pequenos sistemas de abastecimento de água nas linhas adjacentes ao município.

## 8.4 Luanda e Cabinda também afectadas

*Novo Jornal*

*03 De Fevereiro de 2017*

As províncias de Cabinda e de Luanda estão também a ser assoladas pelo surto de cólera. Cabinda aparece depois do Soyo como uma das zonas mais críticas quanto ao número de casos.

Segundo dados oficiais recolhidos pelo Novo Jornal, até início desta semana, na província mais a norte do país, estavam diagnosticados 56 casos de cólera, tendo resultado em três óbitos.

Em Luanda, as autoridades confirmam a existência de cinco casos, nos municípios de Belas (1), Kilamba Kiaxi (1) e Samba, com três casos notificados e confirmados.

Segundo o chefe do departamento de Higiene e vigilância Epidemiológica, dos cinco casos registados em Luanda, apenas um não é "importado", não tem ligação às zonas mais afectadas.

"Apenas o caso do Kilamba Kiaxi é genuíno, ou seja, surgiu no interior da própria província de Luanda. Os outros casos são de cidadãos oriundos do Soyo", disse, em declarações exclusivas ao NJ, Eusébio Manuel, chefe do departamento de Higiene e vigilância Epidemiológica.

## 8.5 Vírus zika circula no país há mais de nove meses

*Novo Jornal*

*03 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Álvaro Victória*

Um caso que coloca em estado de emergência o país. As autoridades sanitárias nacionais confirmaram a existência de um terceiro caso do vírus Ziká em Angola.

Pela circunstância que envolveu a confirmação do terceiro caso da doença no país, a Organização Mundial de Saúde (OMS) 'alerta que o vírus zika circula no território angolano há nove meses ou mais.

A doença foi diagnosticada na segunda-feira, 30, numa cidadã angolana, que recorreu a uma das maternidades do Bengo.

"A doente não apresentava sintomas do vírus Zika. Foi notificada pelo Hospital do Bengo, por altura do parto. O sinal de suspeição foi o bebé, que nasceu com microcefalia. A microcefalia é um dos sinais importantes na suspeita de casos de Zika. Rapidamente os profissionais da saúde tiveram o cuidado de notificar o caso e colher as amostras, que permitiram, já em Luanda, a confirmação de um terceiro caso do vírus Zika no nosso país", informou Eusébio Manuel, chefe do departamento de Higiene e Vigilância Epidemiológica.

"Se há já um caso de microcefalia relacionada com o zika, quer dizer que vírus está a circular em Angola há nove meses ou mais", apontou o representante da OMS em Angola, Hernando Agudelo.

Doença transmitida pela picada do mosquito Aedes - o mesmo que transmite a dengue, a chikungunya e a febre amarela o primeiro caso do vírus Zika em

Angola envolveu um cidadão francês, que estava em trânsito no país) tendo passado por Luanda e Benguela.

O segundo caso foi diagnosticado no hospital do Kapalanga, num cidadão angolano, de 14 anos, residente no município de Viana.

"O alerta está dado. É preciso continuarmos a reforçar o sistema de vigilância e de notificação. Queremos saber a magnitude real do problema. Não podemos ser surpreendidos", disse o coordenador nacional da área de Higiene e Vigilância Epidemiológica.

"Neste momento, os nossos desafios quanto ao vírus Zika é o reforço da vigilância epidemiológica e a notificação de todos os casos suspeitos", observou.

Eusébio Manuel aconselha a população a acatar as medidas de prevenção contra o vírus Zika, que são iguais às de combate à malária, como evitar focos de lixo e de águas paradas e dormir debaixo de mosquiteiros.

Garantiu que Angola tem laboratórios com capacidade técnica para analisar os casos de epidemias que têm assolado o país.

Eusébio Manuel disse que a confirmação das doenças potencialmente epidémicas, como o caso da cólera, é feita no laboratório do Instituto Nacional de Saúde Pública, sito em Luanda.

"Temos dificuldades com redes de laboratórios da periferia. As confirmações são feitas no laboratório competente, que é o do Instituto Nacional de Saúde Pública, um órgão público de referência que coordena as redes de laboratórios no país", explicou.

"O do surto da febre-amarela levou a que se reforçasse o laboratório. Os casos de febre-amarela, dengue, cólera, chikungunya e agora Zika podem ser analisados, com seriedade e credibilidade, no nosso país", assegurou.

## 8.6 GPL começa cobrar a taxa de lixo mas limpeza da cidade ainda é deficiente

*Jornal Manchete*

*03 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Mário Cassanda*

Governo da Província de Luanda (GPL), inicia a partir desta semana, a cobrar a taxa mensal pelo

serviço de limpeza, oito meses depois da publicação dos valores em Diário da República.

Segundo o Presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Distribuição de Eletricidade (ENDE), Francisco Talino, os cidadãos que se dirigirem aos balcões da sua instituição para efectuar a liquidação da sua conta da energia pagarão em simultâneo a taxa do lixo, fixada em 2.500 Kwanzas para a zona urbana e 1500 Kwanzas para as áreas suburbanas.

O responsável fez este anúncio no final de um encontro que juntou o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, e o governador provincial de Luanda, Higino Carneiro, que visou fazer o balanço do estado de preparação da cobrança da taxa dos serviços de limpeza.

Francisco Talino garantiu que após se ter feito um reforço da capacidade de processamento, finalmente o sistema de pagamento ficou preparado.

Por sua vez, o director comercial da ENDE, Marcos Balanca, disse que a taxa dos serviços de limpeza é devida pelo agregado familiar e pelas pessoas colectivas ou entes jurídicos equiparados, tendo por base o lugar da sua residência. Os clientes infractores terão como sanção o corte de energia.

Entretanto os cidadãos luandenses continuam a mostrar-se divergentes quanto ao pagamento da taxa de lixo.

Uns entendem que a medida poderá ser uma solução para o problema do lixo. Além de reduzir os gastos do governo, ao passo que outros acham que os valores são demasiados altos, tendo em conta a baixa qualidade dos serviços básicos prestados.

A jurista Amor de Fátima lembrou que a medida "viola grosseiramente" a lei de 2005. "A tabela de preços estipulados pelo governador é contrária à lei e contrária à Constituição porque visam forçar o cidadão a dar o que não pode", sustenta e avisa que um governador "não pode alterar o que a lei estipula". "O único órgão para alterar, revogar e criar novas leis é a Assembleia Nacional, o órgão eleito a representar o povo", reforça.

Amor de Fátima explica que "uma lei só pode ser revogada pela aprovação de nova lei". "Se não existe uma lei que contraria o que está legislado pela Assembleia Nacional, o governador não pode acordar e assustar os cidadãos que já se vêm com dificuldades de contornar os efeitos da crise económica", acrescenta.

Mas Higino Carneiro justificou na ocasião a alteração da moeda nacional. "É preciso ajustar", assegurou.

Empresas sugaram usd 365 milhões só em 2016

Os despachos assinados pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, dão conta de que o novo modelo de limpeza da cidade de Luanda, custou no ano passado, aos cofres do Estado angolano, nada mais, nada menos, que 365 milhões de dólares.

A contratação, lê-se nos cinco despachos, envolve igual número de operadoras "especializadas" em limpeza, saneamento e gestão de resíduos sólidos. "Visando elevar os níveis de salubridade com vista à melhoria do ambiente urbano". Contratadas para todo o ano de 2016.

Para o efeito o Governo Provincial de Luanda foi autorizado a contratar as empresas Nova Ambiental por 68.3 milhões de dólares e a Elisal de Luanda), por 54,8 milhões de dólares, para assegurar a limpeza integrada e gestão dos resíduos sólidos dos municípios do Caz-enga e Viana, dois dos maiores do país e que concentram praticamente metade dos quase sete milhões de habitantes da capital do país.

Os brasileiros da Queiroz Galvão cuidaram dos municípios de Cacuaco e Luanda, por 141,2 milhões de dólares, enquanto o consórcio português Vista Waste/Suma assegura a limpeza do município de Belas por 63,7 milhões de dólares. Um quinto contrato foi atribuído à empresa Carmon, por 37,3 milhões de dólares pelo Governo Provincial de Luanda.

"o dinheiro era suficiente para potenciar as empresas nacionais"

Reagindo ao jornal Expansão, o economista Victor Hugo defendeu que sejam as empresas nacionais a fazer a recolha de lixo no país. Para o economista, o dinheiro que as empresas estrangeiras receberam era suficiente para potenciar as empresas nacionais ou as administrações municipais e estas recolherem o lixo.

"Seria mais sensato pegar neste dinheiro e criar-se uma empresa nacional para que o dinheiro ficasse em Angola", defende, citando países como, Inglaterra, República do Congo, cuja recolha de lixo é feita pelas administrações municipais.

"Era conceder um crédito, em forma de financiamento do Governo Central, adquirir meios, recrutar pessoal e recolher o lixo para que essa cobrança servisse de reembolso do dinheiro do Estado". Esclarece, salientando que "as empresas estrangeiras, no fim do ano, repatriam os

rendimentos para os seus países e isso quer dizer que convidamos empresas estrangeiras a ficarem com o dinheiro de que nós muito precisamos".

## 8.7 Os milhões perdidos no lixo

*Jornal: Grandes Notícias*

*Data: 3 De Fevereiro de 2017*

A Indústria do lixo constitui uma grande oportunidade sócio económica. A todo instante fala-se de degradação do meio ambiente, efeito estufa, camada de ozónio, ilhas de calor, poluição de águas e outros acontecimentos de que antes não se ouvia falar e que decorrem da despreocupação, por muito tempo, do homem em relação à poluição e ao lixo gerado.

Com o aumento da produção de embalagens descartáveis, como garrafas PET (plástico resistente para fabricação de garrafas), na década de 80, percebeu-se o aumento da quantidade de lixo. Assim, muitas ONG e governos passaram a se preocupar com o destino do lixo e com a degradação do meio ambiente.

A consciência ambiental foi aumentando desde esse período. Dessa maneira, empresas também passaram a valorizar práticas sustentáveis, pois perceberam que consumidores dão preferências a essas questões. Assim, a economia passa a girar em torno da reciclagem e de ações sustentáveis. Processos de reciclagem, hoje, movimentam milhões de dólares por ano, sustentam diversas famílias e geram empregos que movimentam qualquer economia.

As nossas zonas urbanas, com destaque para a cidade de Luanda, produzem enormes quantidades de lixo, e por incapacidade de recolha e tratamento do mesmo temos problemas graves de saúde pública. Não obstante a participação dos cidadãos nos custos com a recolha do lixo, políticas estimuladoras e facilidades no financiamento para criação de uma rede de cooperativas de recolha selectiva, criação de indústrias de reciclagem e de reaproveitamento do lixo deveriam ser a principal estratégia do nosso governo para combate ao lixo, para produção local de matéria-prima, para promoção da criação de pequenas e médias empresas e respectivos milhares de postos de empregos.

Uma componente importante da estratégia seria a criação de instrumentos como pagamento por produtividade e acréscimos compensatórios graduados, a fim de aumentar a renda dos catadores, e crédito cooperativo para aumentar a organização e formalização das cooperativas.

O envolvimento dos municípios é decisivo para que estas estratégias avancem. A reciclagem traz grandes vantagens para o meio ambiente e para as pessoas, tanto no âmbito social, quanto económico, mas do que depositá-los em aterros sanitários. Milhões de dólares seriam poupados.

A prática da reciclagem reduz bastante o volume de lixo depositado nos aterros sanitários, aumentando assim a vida útil dos aterros, e diminuindo a quantidade de gases nocivos emitidos na nossa atmosfera.

Segundo estudos atualizados de organizações ambienta a cada mil quilos de papel reciclado, vinte e duas árvores deixam de ser cortadas. Graça isso, o nosso ar fica mais puro e nosso meio ambiente preservado. Além disso, economizamos água, já que na produção de produtos reciclados utiliza-se de 50 a 200 vezes menos água do que na produção papel novo. Com essa quantidade de água, conseguiríamos suprir as necessidades diárias de mil pessoas. A cada mil quilos de alumínio reciclado, 5 mil quilos de bauxita são salvos de extração. Com isso, a energia eléctrica utilizada no refinamento da bauxita também é economizada. A reciclagem do plástico preserva fontes não renováveis, como o petróleo além da redução do consumo de energia eléctrica utilizada no processo de produção deste material.

Outro grande benefício social da reciclagem, além de deixar a cidade mais limpa, preservar meio ambiente e trazer benefícios para a economia do país, gera empregos para a população. A média é que a cada mil toneladas de lixo reciclado cinco empregos são gerados.

Além do papel, vidro, plástico e alumínio (metal), outros artigos podem ser reciclados, apesar de muita gente não saber. É o caso do esferovite. Ele já tem alto valor comercial e um item muito valorizado pelas cooperativas de reciclagem

Tudo isso graças a uma tecnologia que retira o oxigênio do esferovite, comprimindo-o e transformado novamente em grãos.

## 8.8 Governo reforça medidas preventivas contra a cólera

*Jornal de Angola*

*01 De Fevereiro 2017*

O governo da província do Cuanza Norte está a reforçar as medidas de prevenção contra a cólera, que está a afectar algumas localidades do país. Para o efeito, realizou uma campanha de limpeza e remoção de resíduos sólidos nas principais artérias e bairros periféricos da cidade de Ndalatando.

A acção contou com a participação de estudantes, funcionários públicos, fiéis de várias congregações religiosas entre outros habitantes, e foi coordenada pelo vice-governador da província para o sector Técnico e Infraestruturas, Pedro Samuel Júnior,

Em declarações à imprensa, a segunda secretária da Organização da Mulher Angolana (OMA) no Cuanza Norte, Maria de Assunção Pacavira, disse que a campanha destinou-se ainda a consciencializar a população sobre os cuidados a ter com os resíduos sólidos, com vista a prevenir doenças como a cólera, que nos últimos dias tem afectado algumas províncias do país.

"Temos de evitar deitar lixo em qualquer lugar, para que possamos ter uma sociedade saudável. Por isso, devemos dar exemplos para que as pessoas tomem consciência e passem a depositar os resíduos sólidos em zonas apropriadas e não em qualquer esquina", disse.

Maria de Assunção Pacavira apelou à população para continuar a envolver-se em actividades do género, visando contribuir para o saneamento básico da cidade.

Com a mesma finalidade, a administração municipal de Samba Cajú, promoveu também uma campanha de limpeza nas principais ruas da vila e bairros periféricos.

A actividade foi orientada pelo administrador municipal adjunto para os serviços Técnicos e Infraestruturas, Alberto Francisco Lomboca, que apelou à participação activa da população na limpeza e higiene urbana.

Participaram na campanha, funcionários da administração municipal, entidades políticas e religiosas.

## 8.9 Onde estão os carros do lixo?

*Jornal O PAÍS*

*15 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Firmino Júlio*

Caro director do jornal O PAÍS, o diário da Nova Angola que eu muito gosto.

E o meu jornal preferido de todos os dias, se não compro para ler sinto-me desactualizado.

Parabéns pelo vosso trabalho, depois de em Angola termos ficado quarenta anos só com um jornal diário. Acho' que os jornalistas deste jornal são uns heróis. Também foram heróis quando denunciaram as



ambulâncias que estavam a apodrecer em Luanda quando o povo precisava delas. Não demorou muito e veio logo a febre-amarela. Talvez aquelas ambulâncias ajudaram a salvar pessoas com febre-amarela.

Também este jornal falou muito do lixo em Luanda e no Huambo, cidades que hoje estão mais limpas.

Agora a minha preocupação é a seguinte: se quando víamos vários carros de várias empresas a tentar limpar as cidades, elas não ficavam limpas, como é que agora, sem dinheiro e sem os tais carros, as cidades estão limpas? Afinal era só falta de organização. Era só olho gordo nos dinheiros e pouca vontade de limpar.

Aliás, onde estão agora os carros das dezenas de empresas operadoras de lixo que só passavam a vida a cobrar dinheiro do Estado? Ou cada uma só tinha dois ou três carros de lixo e já diziam que eram empresas?

Muita gente ficou muito rica. Agora, acho que estas coisas devem servir de lição ao Executivo, se quer corrigir o que não está bem. É preciso saber em quem confiar e também souber que uns só querem mesmo o dinheiro dos angolanos.

Estou muito contente porque as cidades agora estão a ficar limpas.

Também estou contente porque agora temos este jornal que nos deixa escrever aquilo que queremos dizer e ajudar o Executivo a trabalhar melhor.

Votos de continuação de bom trabalho para o bem dos angolanos.

## 8.10 Luanda tem 15 casos suspeitos de cólera

*Jornal O PAIS*  
17 De Fevereiro de 2017  
Texto: Milton Manaça

A província de Luanda registou 15 casos suspeitos de cólera até ao momento, segundo dados revelados ontem pela directora provincial da Saúde, Rosa Bessa, no encontro de trabalho mantido com responsáveis do sector ao nível dos municípios e com os directores das unidades hospitalares.

De acordo com Rosa Bessa, dos 15 casos suspeitos, cinco acusaram positivo, porém sem qualquer vítima, tendo realçado que entre os doentes confirmados, a maior parte tem vínculo epidemiológico com a província do Zaire, O foco da doença.

"Isto significa que os casos chegaram através de pessoas residentes no Zaire e ocasionalmente vêm a Luanda", declarou a responsável.

No encontro, que serviu para balancear o funcionamento do sistema de saúde na província, Rosa Bessa reconheceu que 2016 foi um "ano negro" para o sector que foi assolado por um surto de febre-amarela e de malária que ceifou centenas de vidas.

Por esta razão, os responsáveis dos principais centros sentaram-se a mesma mesa para traçar um plano de resposta às principais patologias, com realce para a cólera, raiva, malária e vacinações de rotina.

Esta semana, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o fim da epidemia de febre-amarela e malária em Angola e na República Democrática do Congo (RDC).

Sobre a Zika, a responsável referiu que as medidas de combate são as mesmas para a malária pelo facto de o mosquito transmissor ser também o mesmo, o *Aedes aegypti*, que habita em águas limpas, no interior de residências e em pneus abandonados.

### Défice de blocos operatórios

A reunião serviu ainda para fazer o levantamento dos equipamentos sociais de diversas unidades sanitárias para as quais a preocupação de Rosa Bessa recaiu, dado o défice de blocos operatórios que acusam.

Entretanto, não revelou quantos blocos operatórios existem e quantos seriam necessários para assistir à demanda na província de Luanda.

## 8.11 Governo promove epidemias

*Jornal Folha8*  
25 De Fevereiro de 2017

Angola registou em 2016 epidemias de febre-amarela e de malária, com milhares de pessoas afectadas e alertas para falta de medicamentos e material básico nos hospitais do país.

Mas isso é irrelevante.

Qualquer angolano pode recorrer a hospitais no estrangeiro, em Barcelona por exemplo. Qualquer angolano que, entenda-se, pertença ao clã Eduardo dos Santos, Aliás, os que não pertencem (figuram nestes os 20 milhões de pobres) não são propriamente angolanos...

O relatório da AI aponta ainda que prisões arbitrárias, julgamentos com "motivações políticas" ou acusações de difamação e leis de segurança

nacional "continuaram a ser utilizadas para suprimir defensores dos direitos humanos, dissidentes e outras vozes críticas" do Governo angolano.

Ainda assim, a Amnistia destaca que a libertação de "prisioneiros de consciência" - casos em Luanda, com o grupo dos 17 activistas condenados num julgamento que mais n30 foi que uma palhaçada, e depois libertados, e em Cabinda, com o activista

Marcos Mavungo foram "passos positivos", mas sublinha que os ganhos "continuam frágeis sem uma reforma Legislativa estrutural" e o "total compromisso" com os padrões internacionais de defesa dos direitos humanos.

O caso de Rufino António, de 14 anos, morto a tiro em Viana, arredores de Luanda, por militares, durante um protesto contra a demolição da "casa" dos pais, é também recordado pela organização. Ocorrido em Agosto último, é apontando como um exemplo da violação do direito à habitação, face aos vários casos de despejos forçados e ocupação de terras no país. "Os suspeitos do homicídio ainda não tinham sido levados à Justiça no final do ano [2016] ", critica a AI, sobre o caso deste adolescente.

A aprovação, em Novembro, no que eufemisticamente se chama Parlamento, de um novo pacote Legislativo para regular (leia-se assassinar) a comunicação social em Angola é ainda visto pela organização como uma ameaça à liberdade de expressão.

## 8.12 Moradores bebem água em más condições

*Jornal de Angola*

*Texto: Gabriel Bunga*

*02 De Fevereiro de 2017*

A fissura está localizada nas imediações da Fábrica Textang Dois, próximo do Cemitério do Catorze e existe há mais de sete meses, As águas ao longo da via transbordam como as de um rio. Os carros abrandam a velocidade ao chegar ao local e trânsito fica congestionado.

As águas aparentemente lípidas induzem os moradores para o seu consumo. As primeiras horas da manhã vários moradores acorrem ao local com bidões, baldes e banheiras. Muitos aproveitam o espaço para fazer a sua higiene pessoal.

Luísa Augusto, 59 anos, moradora há 34 anos no bairro Mabor, disse que a sua casa deixou de ter água canalizada em 1988. De lá para cá, Luísa Augusto

consome água dos tanques abastecidos por cisternas. Um bidão de vinte litros custa 50 kwanzas. O rigor nas palavras indica a dura experiência de viver a situação da falta de água há tantos anos.

O bairro dispõe de chafarizes montados em algumas zonas, mas Luísa Augusto refere que ficam distantes. Um bidão de 20 litros no chafariz custa dez kwanzas. Apesar da distância da casa para o local onde rebentou a conduta da água, Luísa Augusto faz o sacrifício de todos os dias acarretar a água recolhida a céu aberto para diminuir os custos. Por dia, um morador no bairro Mabor pode gastar 1.500 kwanzas na compra de água.

Esperança gorada

Há cinco anos os moradores ganharam a esperança de ter água canalizada. No bairro foram instaladas várias torneiras. As torneiras foram testadas a 20 de Outubro de 2016, com a promessa de entrarem em funcionamento definitivamente a 20 de Novembro, mas até hoje isso não se verificou.

"Estamos a sofrer com a falta de água, há muita roupa suja por lavar", disse, referindo que os moradores usam os detergentes "Certeza" e lixívia para purificar a água.

A reportagem do Jornal de Angola viu um camião cisterna a descarregar água no tanque de uma casa do bairro Mabor. O camião de 11 mil litros custa dez mil kwanzas. Por dia os vendedores de água fazem, em média, três carregamentos. João Domingos, ajudante do camião cisterna, contou ao Jornal de Angola que retira da Girafa de Cacucaco.

Nadir Mpaca José é proprietária de um tanque. De 37 anos de idade, disse que vive no bairro há cinco anos. Contou que a venda de água do seu tanque não é lucrativa. Cada bidão de 20 litros é vendido a 50 kwanzas e três bidões a 100 kwanzas. "Não sai ganho", desabafou.

## 8.13 Água Para Todos, um programa grandiloquente!

*Jornal Expansão*

*03 De Fevereiro de 2017*

As nações Unidas hoje já consideram o acesso à água potável um Direito Humano, segundo autores como Fachin et al a água é um direito fundamental, na hierarquia dos direitos fundamentais, faz parte da sexta geração dos Direitos Humanos

(São Paulo. Millennium editora. 2010. p. 16).

Em Angola, infelizmente, subsector das águas não tem tido a atenção que se lhe é merecida, sendo disso prova a não disponibilidade de acesso deste recurso hídrico às populações, acarretando consequências negativas para a saúde humana, sobretudo dos habitantes do meio rural angolano.

O programa Água Para Todos - PAT - é um subprograma do programa Nacional de Águas do Executivo Angolano, que visa ajudar a combater a pobreza, e que teve o seu arranque em 2007. Na primeira fase de implementação constatou-se que apenas 22 % da população rural angolana tinha acesso a água potável (plano de acção do PAT, Fevereiro de 2010).

Por sua vez, Nelson Pestana refere que, antes do seu arranque, previu-se, que "o PAT, teria uma cobertura de fornecimento de água para 2.070.174 habitantes integrados na população rural, a partir da sua implementação em 2007. O programa foi dividido em três fases: Já em 2012, o ano idealizado para o corolário do PAT, não se conseguiu dar a resposta almejada. Por outro lado, até 2014, só se tinha atingido 60,5% da taxa de cobertura do programa, o que quer dizer que foram servidas 213.222 pessoas, tendo-se ficado realmente aquém das metas assumidas pelo Governo angolano.

O Secretário de Estado das Águas, ao fazer o balanço de execução do PAT, em 2016, reconheceu que houve uma execução de cerca de 536 pontos de água, dos quais 175 furos em pequenos sistemas de abastecimento.

Entretanto, a população beneficiária desde o início do PAT era de 3 milhões 602 mil habitantes. Segundo ainda o responsável do sector das águas, no início do programa tinha-se uma cobertura de 22%, hoje são cerca de 5 milhões e 700 mil habitantes das áreas rurais da população a beneficiar do abastecimento de água potável em condições satisfatórias (in Secretário de Estado das Águas de Angola à margem da reunião de balanço do programa água para todos à 31 de Março de 2016, em Luanda).

Em função dos dados apresentados no quadro ao lado, verifica-se que a taxa global de cobertura entre 2007 e 2015 foi de 65%, manifestamente inferior à meta do PAT, que era de 80% até 2012, transferido para este ano de 2017.

Para além destes incumprimentos, acresce que muitas das infraestruturas construídas para a implementação deste programa de abastecimento de água estão hoje inoperacionais, pelo que muito dificilmente se atingirão as metas programadas para 2012 em 2017.

## 8.14 Angola prevê investir cerca de Usd 110 bilhões 10 Plano Nacional da Água

*Jornal Grandes Noticias*  
03 De Fevereiro de 2017

A programação financeira para a implementação do ano Nacional da Água (PNA), instrumento legal aprovado nesta quarta - feira (25), em Conselho de Ministros, está estimada em 110 bilhões de dólares norte americanos (USD) e tem como horizonte temporal o ano de 2040.

Segundo o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, muitas das acções previstas no Plano Nacional Água (PNA) já estão em curso, como são os casos das Obras do Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca (Malanje) e de ampliação da barragem de Cambambe (Kwanza Norte).

Luís Filipe da Silva, que falava à imprensa no final da 1º sessão ordinária do Conselho Ministros, afirmou que a programação financeira deverá sofrer revisões regulares em cada cinco anos, para ajustes pontuais.

Informou que o Plano Nacional da Água fez um levantamento com base na informação existente nos diferentes sectores e na estratégia de desenvolvimento Angola 2025.

O Plano Nacional da Água vai funcionar como instrumento orientador na definição de políticas e estratégias da gestão dos recursos hídricos do país.

A par do PNA, o órgão colegial auxiliar do Presidente da República aprovou, entre outros documentos, o paradigma dos contratos de trabalho que têm por finalidade actualizar o modelo de contrato laboral, em conformidade com os princípios estabelecidos na nova Lei Geral do Trabalho.

## 8.15 Desactivados equipamentos de garimpo de água em Viana

*Jornal de Angola*  
9 De Fevereiro de 2017

A Administração Municipal de Viana está a desactivar as moto-bombas que abastecem os camiões cisternas de água imprópria para o consumo humano, proveniente da lagoa do Pantanal, na zona do Bita Sapú, informou ontem o administrador municipal.

Jeremias Dumbo disse que muitos camionistas abastecem-se de água imprópria na referida lagoa para posteriormente vendê-la à população, colocando

em risco a saúde dos munícipes. A medida de combate à venda de água não tratada enquadra-se nos esforços das autoridades locais para prevenção de doenças, entre as quais o surto de cólera que assola algumas regiões do país.

Até ao momento, foram já desactivadas oito motobombas e apreendidas 12 viaturas.

"Começámos essa semana com a campanha de desactivação dessas moto-bombas e vamos direccionar os camionistas para a zona de Cillumbo, onde estão instaladas as girafas para os abastecerem com água tratada", disse Jeremias Dumbo.

O administrador esclareceu que foi criada uma comissão multi-sectorial que está a trabalhar na desactivação dessas moto-bombas.

O director municipal dos Serviços Comunitários, Fernando Binje, disse que para complementara acção; a Administração conta com seis camiões cisternas que estão a auxiliar no abastecimento do preciso líquido às localidades que não possuem água canalizada. "Essas cisternas estão a ajudar na distribuição regular de água a hospitais, escolas e povoações carentes, onde a água canalizada ainda não chega, como de Mbanza Calumbo, Caquila, Dimba e Tande."

O município de Viana é um dos mais populosos da província de Luanda, com cerca de dois milhões de habitantes, e alberga o maior parque industrial do país.

## 8.16 Estação do Marçal concluída em Maio

*Jornal de Angola*  
15 De Fevereiro de 2017

As obras do Centro de Distribuição de Água do Marçal ficam concluídas em Maio. O empreendimento está a ser ampliado e vai passar de 35 mil a 70 mil metros cúbicos. Estes dados foram concedidos ontem pelo presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL-EP), Leonídio Ceita, que falava no final da visita de inspeção de uma delegação do Banco de Desenvolvimento da China, financiador do projecto. Os trabalhos de requalificação levam, a que o Centro de Distribuição de Água funcione parcialmente, com a parte hidráulica e estruturante. Devido a uma avaria por caducidade do equipamento da Estação de Luanda Sudeste surgiu a necessidade de se transferir a água do Centro do Marçal para a Maianga.

## 8.17 Água potável chega ao bairro Palanca

*Jornal de Angola*  
17 De Fevereiro de 2017

A distribuição de água potável ao domicílio vai ser uma realidade no distrito urbano do Palanca, em Luanda, a partir de Marco, quando vai estar concluída a nova canalização.

A informação foi divulgada ontem pelo administrador do Palanca, Pascoal Fortunato, quando falava à população no primeiro Conselho de Auscultação e Concertação Social da circunscrição.

Pascoal Fortunato disse que a nova canalização está inserida num projecto de cooperação entre Angola e a China. O administrador tranquilizou a população sobre o fornecimento de electricidade com a informação de que vão ser instalados mais quatro postos de transformação de energia no distrito urbano do Palanca.

Plano de acção para este ano Para este ano, outros projectos estão incluídos no plano de acção, com vista a resolver os problemas ligados à distribuição de água e energia eléctrica, e à melhoria da rede rodoviária.

Pascoal Fortunato garantiu que vai aproveitar as contribuições da população para enriquecer o plano de Acção para este ano.

A administração do distrito, acrescentou, iniciou o processo de seleção do pessoal para o funcionamento das repartições.

Alguns moradores pediram ao administrador que normalize urgentemente o abastecimento de água potável e melhore as vias para facilitar o trânsito rodoviário.

A preocupação levantada tem a ver com o facto de, na época das chuvas, as vias ficarem intransitáveis.

O Conselho de Auscultação e Concertação Social é um espaço aberto onde os moradores expõem de forma livre os problemas comunitários e apresentam sugestões.

## 8.18 Moradores bebem água em más condições

*Jornal de Angola*

*Texto: Gabriel Bunga*

*02 De Fevereiro de 2017*

A fissura está localizada nas imediações da Fábrica Textang Dois, próximo do Cemitério do Catorze e existe há mais de sete meses. As águas ao longo da via transbordam como as de um rio. Os carros abrandam a velocidade ao chegar ao local e trânsito fica congestionado.

As águas aparentemente lípidas induzem os moradores para o seu consumo. As primeiras horas da manhã vários moradores acorrem ao local com bidões, baldes e banheiras. Muitos aproveitam o espaço para fazer a sua higiene pessoal.

Luísa Augusto, 59 anos, moradora há 34 anos no bairro Mabor, disse que a sua casa deixou de ter água canalizada em 1988 . De lá para cá, Luísa Augusto consome água dos tanques abastecidos por cisternas. Um bidão de vinte litros custa 50 kwanzas. O rigor nas palavras indica a dura experiência de viver a situação da falta de água há tantos anos.

O bairro dispõe de chafarizes montados em algumas zonas, mas Luísa Augusto refere que ficam distantes. Um bidão de 20 litros no chafariz custa dez kwanzas. Apesar da distância da casa para o local onde rebentou a conduta da água, Luísa Augusto faz o sacrifício de todos os dias acarretar a água recolhida a céu aberto para diminuir os custos. Por dia, um morador no bairro Mabor pode gastar 1.500 kwanzas na compra de água.

Esperança gorada

Há cinco anos os moradores ganharam a esperança de ter água canalizada. No bairro foram instaladas várias torneiras. As torneiras foram testadas a 20 de Outubro de 2016, com a promessa de entrarem em funcionamento definitivamente a 20 de Novembro, mas até hoje isso não se verificou.

"Estamos a sofrer com a falta de água, há muita roupa suja por lavar", disse, referindo que os moradores usam os detergentes "Certeza" e lixívia para purificar a água.

A reportagem do Jornal de Angola viu um camião cisterna a descarregar água no tanque de uma casa do bairro Mabor. O camião de 11 mil litros custa dez mil kwanzas. Por dia os vendedores de água fazem, em média, três carregamentos. João Domingos, ajudante

do camião cisterna, contou ao Jornal de Angola que retira da Girafa de Cacucaco.

Nadir Mpaca José é proprietária de um tanque. De 37 anos de idade, disse que vive no bairro há cinco anos. Contou que a venda de água do seu tanque não é lucrativa. Cada bidão de 20 litros é vendido a 50 kwanzas e três bidões a 100 kwanzas. "Não sai ganho", desabafou.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Moradores bebem água em más condições

*Jornal de Angola*  
 Texto: Gabriel Bunga  
 02 De Fevereiro de 2017

A fissura está localizada nas imediações da Fábrica Textang Dois, próximo do Cemitério do Catorze e existe há mais de sete meses, As águas ao longo da via transbordam como as de um rio. Os carros abrandam a velocidade ao chegar ao local e trânsito fica congestionado.

As águas aparentemente límpidas induzem os moradores para o seu consumo. As primeiras horas da manhã vários moradores acorrem ao local com bidões, baldes e banheiras. Muitos aproveitam o espaço para fazer a sua higiene pessoal.

Luísa Augusto, 59 anos, moradora há 34 anos no bairro Mabor, disse que a sua casa deixou de ter água canalizada em 1988 . De lá para cá, Luísa Augusto consome água dos tanques abastecidos por cisternas. Um bidão de vinte litros custa 50 kwanzas. O rigor nas palavras indica a dura experiência de viver a situação da falta de água há tantos anos.

O bairro dispõe de chafarizes montados em algumas zonas, mas Luísa Augusto refere que ficam distantes. Um bidão de 20 litros no chafariz custa dez kwanzas. Apesar da distância da casa para o local onde rebentou a conduta da água, Luísa Augusto faz o sacrifício de todos os dias acarretar a água recolhida a céu aberto para diminuir os custos. Por dia, um morador no bairro Mabor pode gastar 1.500 kwanzas na compra de água.

Esperança gorada

Há cinco anos os moradores ganharam a esperança de ter água canalizada. No bairro foram instaladas várias torneiras. As torneiras foram testadas a 20 de Outubro de 2016, com a promessa de entrarem em funcionamento definitivamente a 20 de Novembro, mas até hoje isso não se verificou.

"Estamos a sofrer com a falta de água, há muita roupa suja por lavar", disse, referindo que os moradores usam os detergentes "Certeza" e lixívia para purificar a água.

A reportagem do Jornal de Angola viu um camião cisterna a descarregar água no tanque de uma casa do bairro Mabor. O camião de 11 mil litros custa dez mil kwanzas. Por dia os vendedores de água fazem, em média, três carregamentos. João Domingos, ajudante do camião cisterna, contou ao Jornal de Angola que retira da Girafa de Cacuaco.

Nadir Mpaca José é proprietária de um tanque. De 37 anos de idade, disse que vive no bairro há cinco anos. Contou que a venda de água do seu tanque não é lucrativa. Cada bidão de 20 litros é vendido a 50 kwanzas e três bidões a 100 kwanzas. "Não sai ganho", desabafou.

### 9.2 "Roubos mágicos" assustam moradores

*Jornal de Angola*  
 Fevereiro de 2017

Moradores da Centralidade do Kilamba subscreveram um documento, a que o Jornal de Angola teve exclusivamente acesso, no qual dizem estar a viver o que consideram "momentos dolorosos e difíceis", criados por marginais.

Intitulado "Um grito de socorro dos moradores da Cidade do Kilamba sobre os assaltos a viaturas", o documento considera como "filmes de ficção científica" os roubos de viaturas que ocorrem na Centralidade do Kilamba.

"Já houve casos de moradores que, quando se preparavam para ir ao trabalho, não encontraram nos parques de estacionamento as suas viaturas", contam os subscretores do documento, que revela terem sido furtadas, "só na primeira semana de Janeiro, 14 viaturas".

Os criminosos, de acordo com o documento, utilizam novas técnicas de roubo de viaturas, enquanto "a nossa Polícia experimenta imensas dificuldades em os localizar assim como os meios roubados".

Esta declaração já teve resposta do porta-voz do Comando Provincial de Luanda, inspector-chefe Mateus Rodrigues, contactado por este jornal para comentar o teor do documento. Uma fonte do Serviço de Investigação Criminal (SIC) é citada no documento como tendo dito que os ladrões são integrantes de um grupo já identificado pela Polícia Nacional.

"Mais cedo ou mais tarde vão ser apanhados" , sustenta a fonte ligada ao SIC, citada no documento pelos subscretores, que dizem ser esta a resposta da

Polícia Nacional "sempre que pretendemos saber do destino dos nossos bens roubados".

Os subscritores admitem que os marginais estejam a adoptar "novas tecnologias" de roubo, um pensamento sustentado com o facto de que todos os moradores que já apresentaram queixa à Polícia Nacional alegaram ter as chaves das viaturas, sobre cujo assunto o porta-voz do comando provincial de Luanda admitiu (ler entrevista abaixo) que, para o furto de viaturas, possa haver conivência de pessoas com ligações próximas a algumas vítimas, de quem surripiaram esses objectos para depois serem copiados.

"Estamos a viver na Cidade do Kilamba os piores momentos das nossas vidas", declararam os subscritores, que trouxeram à memória declarações proferidas pelo governador provincial de Luanda, Higino Carneiro, por altura da tomada de posse do cargo, em que definiu como uma das prioridades a segurança dos habitantes. "Na verdade, estamos a assistir a um clima de muita insegurança na Cidade do Kilamba, onde uns são assaltados à porta de casa e outros baleados em parques de estacionamento", lamentam os subscritores do documento, no qual pedem à Polícia Nacional o reforço da vigilância e segurança.

Ao ministro do Interior, Ângelo Veiga Tavares, e ao director do Serviço de Investigação Criminal, pedem que dêem atenção a este problema, por se tratar de um crime violento. "Entendemos que é chegado o momento de a nossa Polícia Nacional e o Serviço de Investigação Criminal desencorajarem de uma vez por todas aqueles que tentam subverter a ordem e a tranquilidade dos cidadãos", lê-se também no documento, que termina com um apelo: "juntos contra o roubo de viaturas."

### 9.3 Kalawenda sob Controlo de Marginais

*Jornal O PAÍS*

*23 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Romão Brandão*

O sol abrasador das 12.00h dominava o espaço quando a equipa do O PAÍS chegou ao local, obrigando alguns jovens a agruparem-se ali onde o vento ia soprando, circunstância que acentuava ainda mais a aparente pacatez do bairro.

Infelizmente, nem todo o grupo de jovens é bem visto naquele bairro, principalmente quando os

mesmos não trabalham e nem estudam. A vizinhança chega mesmo a designá-los de "os do, nos do bairro", pois são acusados de que quando a noite chega, depois de terem estudado as rotinas dos moradores, põem-se a assaltar a tudo e a todos.

No período da tarde, os assaltos são de dimensão mínima, limitando-se ao furto de telefones, dinheiro ou carteiras. Contudo, à noite internam-se nas residências e ameaçam os moradores com armas de fogo.

"São grupos de malfeitores.

Aqui perto tem a Rua da Ameaça e se forem para lá encontrarão muitos jovens marginais", conta o ancião Pedro de Melo, de 74 anos, morador do Kalawenda há 17 anos.

Do ancião quisemos saber algo sobre a actuação da Polícia no combate a este surto de marginalidade. O nosso interlocutor apenas abanou a cabeça, sinónimo de que não aprovava a sua prestação.

"Não se faz sentir a Polícia. Outrora este bairro estava na jurisdição da divisão ao Cazenga, mas desde que fomos para a de Cacucaco, de acordo com a nova divisão administrativa, tudo piorou", Desabafou.

Sem energia eléctrica e com a Polícia relativamente distante dos moradores, gradear as portas ou construir alpendres nos quintais, por exemplo, tal como evitar circular depois das 21 horas no bairro, são algumas das medidas de prevenção aos assaltos adaptadas.

"Assaltam as residências mais no período da noite. Estamos cansados porque na unidade, quando prendem um gatuno, depois de um ou dois meses é posto em liberdade, com o pagamento da caução", acrescentou o mais velho, tendo garantido que o bairro só conhece calma e sossego à tarde.

Da forma como as coisas se desenrolam no Kalawenda, muitos preferem calar-se, também para não sofrerem retaliações. As lamentações são geralmente feitas nos "bastidores" e os poucos moradores com coragem de denunciar são do sexo masculino.

Rua da Ameaça e o medo que os moradores têm

Bem no interior do bairro Kalawenda situa-se a Rua da Ameaça, local apontado por alguns moradores como o mais temido, por viverem ali muitos jovens que se dedicam a tais más práticas.

À escassos metros da referida rua está a Escola Primária 3076, também conhecida por São Pedro,

onde há uma semana, à noite, ocorreu um assalto, em que foram roubadas duas armas de fogo dos respectivos seguranças.

O guarda estava sozinho e foi espancado, segundo revelou a vizinhança, e os meliantes estavam armados. Sem ter como reagir, foi presa fácil para os bandidos' ao ponto de lhe roubarem as armas. Depois da agressão e do roubo das armas, a integridade da instituição passou a ser assegurada por outro homem que apenas ostenta um porrete.

A actual Rua da Ameaça vem sofrendo alterações na sua designação em consequência da malvadez dos actos ali praticados. Também já se chamou Rua dos da Puma e dos Drogadinhos (nome de grupo de malfeitores).

"Aqui existem alguns que são donos do bairro, por isso, pai, é melhor não falar muito", murmurou uma moradora, temendo pela sua integridade, pois nas proximidades havia um grupo de jovens que foi designado como sendo os tais mandões do bairro.

"A segurança aqui no bairro está mais ou menos. Com a unidade descartável da Polícia amenizou um pouquinho. Mas com a falta de energia, tem aumentado", disse, Esperança que mora há treze anos no Kalawenda.

#### 9.4 Assalto no bairro Seis forçam moradores a vender suas casas

*Jornal O PAÍS*

*9 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Romão Brandão*

Não foi preciso chegarmos ao Mercado dos Seis Cajueiros, que deu nome ao bairro dos Seis, para a equipa de O PAÍS encontrar alguma residência ou estabelecimento comercial trancado, com um folheto ou escrito na parede anunciando que se encontra à venda ou para ser arrendado.

O bairro não está completamente despovoado, porém regista-se uma onda de abandonos de residências e estabelecimentos comerciais por razões que os moradores conhecem e mostraram-se cansados de clamar por socorro. "Aluga-se, arrenda-se e vende-se", são os dizeres encontrados em muitos anúncios afixados em paredes, alguns dos quais com os já habituais erros de português.

Nem todos os moradores têm para onde ir, por isso vêm-se obrigados a viver sob "cativoiro" dos bandidos, apesar de existir uma esquadra da Polícia

no bairro. "A situação neste bairro é grave, os bandidos fazem e desfazem com o posto de Polícia ao lado. A delinquência está a 100%", descreve Manuel, um moto-taxista que já foi assaltado duas vezes, numa das quais perdeu a motorizada nova.

Da motorizada roubada, apenas restaram os documentos e o sentimento de perda por a ter utilizado durante apenas três meses, pois a esperança de reaver o motociclo há muito já morreu, visto que o roubo aconteceu em 2015. "Os bandidos aqui, rompem as casas, entram pelo tecto, roubam tudo. Quem já foi roubado mais de três vezes, tende a mudar de bairro por temer a morte", reforçou.

Uma eventual reacção ao assalto é muitas vezes neutralizada pelo ruído da arma ao ser manipulada pelo meliante, pelo silêncio e o isolamento no bairro, bem como pela escuridão, dada a constante falta de energia. Mesmo assim há quem enfrente todos esses inconvenientes e resista ao assalto.

As consequências de tal resistência nunca são agradáveis, que o diga Aníbal José, de 29 anos, brutalmente agredido com um bloco de cimento a caminho do serviço. O referido cidadão disse que eram miúdos de 15-16 anos que se zangaram por este não ter aceite dar-lhes dinheiro, ao ponto de com vários golpes de blocos lhe causarem ferimentos graves na cabeça e rosto.

"Foi no dia 29 de Dezembro, aqui próximo mesmo. Aqui os roubos são demais e muitos estão a deixar as casas. Este meu vizinho saiu por causa disto", disse, tendo apontado para uma casa fechada e com um anúncio propondo o seu arrendamento. Acto contínuo, o interlocutor apontou para mais duas, na mesma rua.

Armas nas mãos dos adolescentes

Os vizinhos novos, por não conhecerem a realidade do bairro, também passam mal, e pior ainda quando se trata de um estrangeiro. "Um senegalês que alugou a cantina ao lado foi assaltado, levou muitos pontapés e feriram-lhe com catana ao ponto de desmaiar", acrescentou Aníbal, bem ao lado de Júnior Simão, seu amigo que também fora assaltado.

O que não falta no Bairro dos Seis é pessoa que tenha sido assaltada. Júnior viu-se obrigado, dois dias antes de a nossa equipa fazer-se ao local, a entregar os únicos cinco mil Kwanzas que conseguira de um biscate a um grupo de jovens que se encontrava parado, junto à sua casa, após ameaçarem-no com uma pistola.

"Como é que mesmo com tanta campanha de desarmamento e tanta Polícia, ainda há armas na mão



da população? Alguém anda a lhes dar as armas. Aquilo me doeu muito. Meus filhos naquele dia ficaram sem comer. Assim vamos parar aonde?", questiona-se Júnior.

Para ele, o bairro não está bom e aconselha que todos abandonem as suas residências e regressem ao mato, porque "lá (no mato) esses miúdos que fazem isso não demorariam a ser apanhados e o povo é que faz justiça, mas aqui a Polícia quer pôr-se na vida do próprio cidadão assaltado", desabafou.

Recebemos ainda a informação, dos moradores, segundo a qual um senhor terá sido morto a tiro, tendo o funeral sido realizado na véspera da nossa presença no local.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Mais de 4 Milhões de hectares são desflorestados anualmente

*Jornal o PAÍS*

*Texto: Domingos Bento*

*08 De Fevereiro de 2017*

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Tomás Caetano, revelou ontem, em Luanda, que 8,2 por cento (Quatro milhões e 920 mil hectares) da área bruta de floresta do país têm sido desmatada anualmente.

O responsável, que fez estas declarações à imprensa à margem do acto de apresentação dos resultados preliminares da primeira fase do inventário florestal nacional, esclareceu que a área bruta florestal do país é de 60 milhões de hectares e não 53 milhões de hectares como inicialmente se dizia.

Disse que entre as várias causas da desflorestação estão a exploração da agricultura, o deslizamento de terras e a utilização das florestas como matéria-prima por parte da população. Porém, diante do cenário, considerou que a taxa de desflorestação do país é aceitável e não representa nenhum risco.

"Estamos abaixo das taxas de alguns países africanos e do mundo. Estamos numa faixa de desflorestação aceitável. O país ainda não está em risco de desflorestação. Portanto, não há que dizer que Angola está a ser desflorestada num ritmo descontrolado", frisou no entanto, o director do IDF explicou que tem havido alguns focos que estão controlados e que os "alarmismos" que hoje se impõem rendem-se com o facto de se ter intensificado o processo de exploração florestal.

Ambientalista Vladimir Russo Sublinhou que, apesar disso, Angola encontra-se numa posição privilegiada porque pode, de forma sustentável, produzir, anualmente' cerca de 360 mil metros cúbicos de madeira. Entretanto, o país só está a produzir cerca de 190 mil metros cúbicos por ano, o que considera ser um nível bastante inferior.

"Agora, o que se pretende é que haja um controlo, de facto, dessa exploração. Referimo-nos à exploração industrial, bem como a exploração que é feita pela própria população. Portanto, o que nós queremos é a sustentabilidade do processo de exploração e é isso que vamos fazer".

Apontou as províncias do Uíje, de Cabinda, do Moxico e do Cuando Cubango como sendo as zonas onde mais se explora madeiras. Sobre as espécies florestais, Tomás Caetano disse haver um défice de especialistas que conheçam de facto as espécies para agregar ao projecto. "Temos conhecimento das espécies encontradas no que diz respeito aos seus nomes vernáculos. Estamos agora a catalogar e a ver se contratamos um botânico para adicionarmos os nomes científicos das espécies". O país pode ficar desflorestado Contactado pelo OPAIS, o ambientalista Vladimir Russo disse que, a este ritmo de desflorestação, de 8, 2 por cento/ano, se não houver repovoamento, em aproximadamente 14 anos o país poderá correr o risco de ficar desflorestado.

De acordo com o especialista, não é possível, com esta taxa de corte, manter a floresta primária nacional se não houver repovoamento. "Eu não estive na apresentação. Mas tinha que ser dito alguma coisa sobre os planos de repovoamento. As florestas mais preocupantes, neste momento, representam apenas 2 por cento da área florestal nacional, é a floresta húmida, declarou.

Acrescentou que "estamos a falar da floresta de Maiombe (Cabinda), de Cuanza Norte, do Uíge e do Bengo. Esse tipo de florestas são muito preocupantes, porque não se consegue fazer o repovoamento de forma natural".

Por outro lado, Vladimir Russo fez saber ainda que a maior parte do país é formada por floresta aberta. "Por esta via, impõe-se uma pressão muito grande sobre os recursos e se forem explorados da forma que está a ser feita agora, sem regras, vamos ter futuramente um problema muito sério em termos de recursos florestais".

Já uma fonte do Ministério da Agricultura avançou ao OPAIS que existe um Decreto de Estratégia Nacional de Povoamento e Repovoamento Florestal que define, a cada dez anos, a reflorestação de 50 mil hectares".

Houve dificuldades de técnicos qualificados"

Todavia, Tomás Caetano deixou claro que estes dados são apenas preliminares de um conjunto de informações obtidas por via da primeira fase do Inventário Florestal Nacional que está a ser realizado desde 2008.

Esse processo, coordenado pelo Ministério da Agricultura, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura (FAO), decorre em todo o país e congrega 109 técnicos nacionais, no total.

"O compromisso é fazer e concluir as 589 unidades de amostragens. Houve dificuldades de técnicos qualificados, de meios materiais, de meios de locomoção e de acesso. Por causa disso resolveu-se dividir esse inventário em três fases", frisou.

A primeira fase, cujos resultados foram agora apresentados, termina com 199 unidade de amostras e as restantes serão concluídas em fases posteriores.

Por seu lado, Amara Tati, secretário de Estado da Agricultura, esclareceu que todo o projecto tem um custo global de 2 milhões e 180 mil dólares. Segundo o governante, Angola tem um potencial para oferecer aos cidadãos benefícios económicos, sociais e ambientais em grande escala que podem contribuir para o combate à fome e à pobreza.

"No contexto actual do processo de diversificação económica do país, as florestas e os seus recursos podem contribuir significativamente para o aumento da produção nacional, promoção das exportações e arrecadação de divisas, visando aumentar a sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) e meios de subsistências das populações", detalhou.

## 10.2 União Europeia garante financiamento

*Jornal de Angola*

*10 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Adelina Inácio e Josina De Carvalho*

Angola e a União Europeia (UE) assinam em breve um acordo de cooperação no valor de 65 milhões de euros para o combate à seca e apoio à agricultura sustentável, anunciou ontem, em Luanda, o embaixador da União Europeia, Tomas Ullcny, no final de um encontro com o Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

No final do encontro, Tomas Ullcny disse que Bruxelas está a discutir a possibilidade de ajudar Angola no acesso à banca norte americana, para garantir a entrada de dólares no país. O diplomata garantiu a abertura do mercado europeu a Angola.

Tomas Ullcny consideraram positivo o encontro, sublinhando que Angola e a UE decidiram aumentar as relações a nível parlamentar. O diplomata europeu anunciou que está a ser preparada, para o segundo semestre deste ano, uma visita de deputados europeus a Angola, que está a depender apenas da seleção dos novos órgãos a ser feita pelo novo

presidente do Parlamento Europeu, eleito há semanas.

Angola e a União Europeia marcaram para o próximo mês, em Bruxelas, uma reunião ministerial conjunta, no quadro da cooperação bilateral. De acordo com Tomas Ullcny, este assunto foi abordado durante o encontro com o Presidente da Assembleia Nacional.

A reunião conta com cinco ministros angolanos e vai servir para a troca de experiências em vários domínios e encontrar uma saída para os bancos angolanos estabelecerem uma relação de trabalho com o Banco Central Europeu (BCE).

Garantiu que a União Europeia tem uma boa relação com muitos sectores angolanos, com destaque para o ensino superior.

Ainda ontem, Fernando da Piedade Dias dos Santos recebeu o embaixador do Sudão em Angola, Khalid Mohamed Farah Elfahael, com quem abordou as formas de fortalecer as relações parlamentares entre os dois órgãos legislativos.

O diplomata sudanês disse que informou sobre a evolução política naquele país, em particular o diálogo nacional para a reconciliação nacional.

O Presidente da Assembleia Nacional recebeu do embaixador do Sudão uma cópia do anteprojeto da Constituição daquele país africano.

Khalid Elfahael, que é o primeiro embaixador residente do Sudão, agradeceu o apoio de Angola

Enquanto esteve no Conselho de Segurança da ONU como membro não-permanente.

Congressista dos EUA

O Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, e o congressista norte-americano Frank Lombardo analisaram ontem, em Luanda, a possibilidade de haver troca de visitas entre o Parlamento angolano e o Congresso norte-americano, no quadro do reforço da cooperação.

Frank Lobiondo, da Câmara dos Representantes do Congresso Americano, admitiu à imprensa, no final do encontro, a possibilidade dos Parlamentos dos dois países trabalharem juntos em outras áreas de interesse comum. A visita a Angola do congressista norte-americano visou realçar a importância da relação estratégica que existe entre Angola e os Estados Unidos. Frank Lobiondo considerou a

realização das eleições gerais em Angola, previstas para este ano, como um acontecimento positivo, que revela o aprofundamento da democracia no país. "Esperamos que as eleições sejam feitas de forma justa", sublinhou o congressista norte-americano, que manifestou optimismo em relação ao acesso de Angola às divisas. "É uma questão sobre a qual Angola vai continuar a trabalhar", declarou.

A Câmara dos Representantes do Congresso norte-americano, também conhecida por Câmara Baixa, é composta por 435 representantes, eleitos pelo sistema maioritário, em representação de um distrito congregacional. Cada Estado tem direito a um certo número de membros representantes, dependendo do número da sua população.

### 10.3 FLEC “proíbe” exploração de madeira em Luanda

*Jornal Manchete*

*Folha 8*

*11 De Fevereiro de 2017*

Em "comunicado de guerra", assinado pelo tenente-general Alfonso Nzau, Chefe da Brigada de Maiombe Sul, o Comando das Forças Armadas de Cabinda (FAC), dos independentistas da FLEC, anunciou unilateralmente que "proíbe a todas as empresas madeireiras" a continuação da exploração da floresta do Maiombe, naquele enclave angolano, por o território continuar "em guerra". Dado o "agravamento da segurança e confrontos" entre as FAC e as FAA, o Comando (tis Forças Armadas de Cabinda apela aos empresários estrangeiros que operam na indústria da madeira nas regiões de Buco Zau, Miconjc, Massabi e Bclizc, para abandonarem imediatamente do nosso território", lê-se no comunicado.

A exploração de madeira é uma das principais actividades de Cabinda, simultaneamente responsável pela maior parte do petróleo produzido em Angola, país que a FLEC considera à luz do direito internacional e dos acordos assinados com Portugal - uma potência ocupante.

A Frente de Libertação do Estado de Cabinda (FLEC), através do seu braço armado, recorda que a 1 de Fevereiro de 1885 foi assinado o Tratado de Simulambuco, que tornou aquele enclave num "protectorado português", o que está na base da luta pela independência do território.

"Cabinda é elos Cabindas. Cabinda está em Estado de Guerra. É estritamente proibida a circulação de qualquer veículo motorizado na floresta de

Maiombe. Qualquer presença de tractores e camiões, no presente e no futuro, ilegalmente autorizada pelos angolanos, vai ser severamente sancionada. Todas as viaturas que sejam escoltadas por tropas angolanas são um alvo militar para as nossas forças", advertem.

No final de Janeiro, os independentistas da FLEC-FAC anunciaram a morte de dois militares das FAA, num ataque daquelas forças, tendo divulgado imagens de cartões de identificação das vítimas, tal como o Folha 8 noticiou. Estas mortes não foram desmentidas pelas autoridades de Luanda.

Durante o ano de 2016, vários ataques do género provocaram, nas contas da FLEC-FAC, desmentidas pelo Governo angolano, mais de meia centena de mortes entre as operacionais das FAA, em Cabinda. O ministro do Interior de Angola afirmou em Outubro que a situação em Cabinda é estável, negando as informações das FAC, que só entre Agosto e Setembro tinham reivindicado a morte de mais de 50 militares angolanos em ataques naquele enclave, "Em Cabinda, o clima de segurança é estável, é uma província normal, apesar de algumas especulações e notícias infundadas sobre pseudo-acções militares que se têm realizado", disse o ministro Ângelo da Veiga Tavares,

O chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas também desmentiu em Agosto, em Luanda, a ocorrência dos sucessivos ataques reivindicados pela FLEC-FAC, com dezenas de mortos entre os soldados angolanos na província de Cabinda

Geraldo Sachipengo Nunda disse então que a situação em Cabinda é de completa tranquilidade, negando qualquer acção da FLEC-FAC, afirmando que aqueles guerrilheiros "estão a sonhar".

Opinião diferente tem o Secretário de Estado angolano dos Direitos Humanos que, já este mês, admitiu em Cabinda a existência de acções militares na província.

António Bento Bcmbc, que ralava por ocasião das celebrações do Tratado de Simulambuco, desmentiu assim declarações recentes do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Angola, general Geraldo Sachipengo Nunda, e da governadora de Cabinda, Aldina Matilde da Lomba, que negaram a ocorrência de acções militares da FLEC.

## 10.4 Habitações situadas em zonas de risco serão mapeadas

*Jornal O PAÍS*

*16 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Domingos Bento*

A organização não-governamental de defesa à habitação, SOS Habitat, realiza, nos próximos dias, um processo de identificação e mapeamento das zonas de risco em toda a extensão dos municípios de Luanda, revelou ontem, a OPAIS, o seu novo coordenador, André Augusto.

O responsável, que se pronunciava sobre os desafios da instituição para o presente ano, referiu que durante o processo de mapeamento serão cadastradas todas as habitações construídas em áreas inadequadas ao assentamento humano e que podem estar sujeitas a riscos naturais, caso ocorram deslizamentos de terra ou inundações.

No entanto, a empreitada, de acordo com André Augusto, será conduzida por técnicos da SOS-Habitat e das administrações locais que já estão a ser preparados para o efeito. Esclareceu que dada a complexidade do projecto, numa primeira fase, o mapeamento arrancará nos municípios de Belas, Cacucaco, Cazenga e Viana. A escolha de tais zonas prende-se com o facto de serem as áreas de Luanda nas quais se registaram os mais elevados índices de conflitos de terra.

Segundo o coordenador da SOS-Habitat, o objectivo do mapeamento é recolher o máximo de informações concretas das zonas de risco para, posteriormente, com as autoridades de direito, accionar os mecanismos de solução, tendo sempre como foco a defesa da vida dos cidadãos que habitam as respectivas áreas.

"Sempre que chove em Luanda, assistimos ao desabamento e a inundações de residências. Zonas há que até ficam isoladas durante muitos dias. Precisamos de mapear estas áreas e encontrar as melhores vias para resgatar as pessoas que lá vivem, tendo sempre em atenção o respeito pela vida", enfatizou.

André Augusto revelou também todas as etapas a serem cumpridas por esse processo que contará com o envolvimento dos próprios cidadãos, já que muitos deles, mesmo sabendo dos riscos que correm, insistem em construir em zonas perigosas com o propósito de atrair a atenção das autoridades e assim tirar algum benefício.

"Nesse aspecto precisamos de reforçar a sensibilização e o diálogo entre quem governa e o próprio cidadão. É necessário que o cidadão compreenda que construir em zonas de risco acarreta perigos que podem derivar na morte". Segundo ainda a fonte, depois de Luanda, que vai servir de modelo, a iniciativa estender-se-á a outras partes do país, já que a questão da construção em zonas de risco é um problema transversal a grande parte das províncias. "Luanda vai ser o nosso ponto de partida. Mas a ideia é chegarmos a outras partes. Vamos fazer de forma faseada em virtude dos escassos recursos humanos. Vamos montando equipas compostas por quatro pessoas. Queríamos que fosse mais. Infelizmente, não temos recursos suficientes", referiu.

Desburocratizar o acesso à terra

Por outro lado, o coordenador da SOS-Habitat defende que para se evitar a construção em zonas de risco, o governo deve apostar na desburocratização do acesso à terra, garantindo mais acesso dos cidadãos aos projectos imobiliários em curso no país.

"É verdade que muitos constroem em zonas de risco para ganhar algum benefício. Mas também é verdade que uma boa parte só constrói nessas áreas porque não tem onde morar. É uma grande preocupação que deve merecer a atenção do governo. Temos defendido que, se queremos evitar conflitos de terra, precisamos de apostar na desburocratização dos programas", defendeu.

Em relação às demolições, André Augusto referiu que a sua organização, ao longo deste ano, continuará a trabalhar com as autoridades para impedir que mais pessoas sejam postas ao relento de forma injusta.

Conforme explicou, a SOS-Habitat não é contra as demolições, porém defende que as mesmas ocorram na legalidade de forma a proteger a vida das pessoas indefesas que são sempre as principais vítimas deste processo.

Ainda para este ano, aquele responsável promete que a sua organização continuará a trabalhar com as 69 comunidades e as 50 mil famílias que vivem em tendas ou em habitações precárias em consequência das demolições que ocorreram nos últimos anos. Garantiu que tudo se fará para se repor a legalidade e assim permitir que todos quantos foram vítimas de demolições arbitrárias sejam recompensados pelos danos.

## 10.5 Angola 'apresenta cadastro' florestal

*Jornal Economia e Finanças*

17 De Fevereiro de 2017

Texto: António Eugénio

O primeiro inventário florestal divulgado recentemente em Luanda, indica que Angola tem uma cobertura de 60 milhões de hectares florestais contra 53 milhões que possuía anteriormente (antes da independência), refere o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

O estudo levado a cabo pelo Ministério da Agricultura através do (IDF) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para Alimentação (FAO), teve início em 2008, e foi dividido em três fases, com a primeira de recolha a abranger 199 unidades de amostragem de um total de 591.

O director do IDF Tomás Caetano, em declarações à imprensa disse que o projecto está orçado em dois milhões de dólares, dos quais um milhão 473 mil disponibilizado pelo Governo, sendo o restante uma contribuição da FAO.

O país segundo a fonte, apresenta uma taxa de desflorestamento anual de cerca de 8,2 por cento, muito aquém de alguns países africanos da região. O homem continua a ser a principal ameaça do derrube.

Contudo, Angola está com uma taxa de desflorestamento aceitável, livre de riscos ecológicos e de desertificação, bem como problemas adversos ao sector produtivo.

Anualmente pode produzir cerca de 360 mil metros cúbicos de madeira. Acrescentou que o Uíge é a província onde mais se devasta a floresta, seguida de Cabinda, Moxico, e Cuando Cubango.

### Fenómenos

A utilização dos solos para a prática da agricultura, a urbanização, os fenómenos naturais (erosão), entre outros são apontados como os factores presentes na desflorestação de várias regiões do país.

Quanto à fauna e às espécies florestais, o responsável afirmou que as pesquisas se limitaram à contabilização dos exemplares encontrados nas unidades de amostragem, por falta de especialistas para atribuir os nomes científicos das espécies encontradas durante a investigação.

Os estudos preliminares indicam a existência de cerca de 80 espécies exploráveis nas florestas do território nacional e mais de 800 espécies catalogadas, faltando

técnicos com conhecimento científico para exploração e utilização destes recursos florestais.

A obtenção dos resultados preliminares da primeira fase do primeiro inventário florestal nacional contou com o engajamento de cerca de 109 técnicos nacionais do IDF e estudantes do curso de Engenharia Florestal da Universidade Agostinho Neto, bem como com o apoio técnico da FAO.

A execução deste programa, que contempla três fases, tendo concluída já a primeira etapa, orçou em mais de 2,1 milhões de dólares americanos. AE

## 10.6 Chuva no Lubango desaloja famílias

*Jornal de Angola*

17 De Fevereiro de 2017

Texto: João Lubaco

As intensas chuvas que se registam nos últimos dias na cidade do Lubango, na província da Huila, de alojaram 15 famílias, na sequência do desabamento de várias casas, construídas em zona consideradas de risco, segundo dados preliminares anunciados ontem pela Administração Municipal. Os bairros Hélder Neto, a Luta Contínua, Lucrécia e Agostinho Neto aos os mais afectados.

Regina Domingas Manuela, uma das moradoras que teve a sua residência destruída, contou ao Jornal de Angola que quando a chuva intensa do dia 13 de Fevereiro começou, por volta das 15h00, encontrava-se no local de trabalho. "Ao chegar à casa, cerca de duas horas depois, encontrei todos os haveres a flutuarem". Regina Manuela disse estar albergada em casa de uma vizinha, com os filhos e o marido. "Ficamos sem nada, as crianças estão sem sapatos, roupa, cadernos e batas para irem à escola", lamentou.

Severina Cassanga, outra moradora que viu a sua casa destruída, reconheceu que se encontrava a residir em zona considerada de risco de de 2014. "Sempre vinham aqui equipas técnicas da Protecção Civil e da Administração, que registavam os nossos nomes para sermos realojados, só que não se consumou a nos a retirada."

O administrador municipal do Lubango, Francisco Barro, disse que a autoridades locais já estão a trabalhar para salvaguardar a integridade física dos afectados. "Nas últimas 72 horas, chove intensamente na nos a cidade e, do levantamento preliminar feito pelos nossos técnicos, registou-se a destruição de várias casas, principalmente no bairro Hélder Neto,

mais conhecido por Minhota, A Luta Continua, Lucrecia e no Camazingo", sublinhou. Adiantou que já se está a trabalhar com os administradores dos bairros em busca de soluções.

## 10.7 Fortes chuvas alteram trânsito nas principais vias

*Jornal de Angola*

*Data: 20 De Fevereiro de 2017*

A chuva que caiu na madrugada de sábado, na cidade de Cabinda, provocou alterações no trânsito automóvel, pois algumas vias principais ficaram alagadas, dificultando a circulação dos automobilistas.

A exemplo disso, os troços que ligam o Largo do Ambiente, no centro da cidade, no sentido Sul, passando pela Unidade dos Bombeiros, na Avenida Duque de Chiazzi, até ao Mercado do Goma e Zangoio, têm buracos que impossibilitam a circulação normal do trânsito automóvel, sobretudo nos momentos em que cai chuva.

No sentido Norte, em direcção a Cabassango, o troço da zona da Baixa, a partir do Porto de Cabinda, e na zona do Manda fama, até ao desvio do rio Lucola, a situação agudizou-se na madrugada de domingo.

Os trabalhos de manutenção desses troços não têm garantido a circulação.

Enormes embaraços

As fortes chuvas que se abatem na cidade de Cabinda nos últimos dias têm criado enormes embaraços ao trânsito automóvel, devido à degradação do asfalto e do aumento de buracos que exigem uma maior intervenção do Instituto de Estradas de Angola (INEA) e do Instituto de Obras Públicas, para, melhorar a circulação, dando assim maior fluidez e segurança ao trânsito automóvel.

Ainda no sentido Norte, na subida da antiga fábrica de cerveja Lucola e após o mercado de Cabassango, o estado da via está igualmente a degradar-se, devido à chuva e à ausência de manutenção.

## 10.8 Seca afecta milhares de famílias

*Jornal de Angola*

*21 De Fevereiro de 2017*

*Texto: Estácio Camassete*

Mais de 200.000 famílias camponesas podem sofrer este ano as consequências da estiagem que se regista nos últimos meses na província do Huambo,

Informou ontem o diretor provincial da Agricultura e Pescas.

Andrade Baú mostrou esta preocupação durante a reunião operativa do governo provincial, que analisou, entre outras questões, os principais problemas da província, para possíveis soluções, assim como o grau de execução e cumprimento das actividades programadas no último encontro, realizado na semana passada com o mesmo objetivo.

Apesar de algumas precipitações fracas que caíram um pouco por toda a região, a província do Huambo está a registar período de estiagem que já dura cerca de 45 dias, comprometendo seriamente as colheitas deste ano, principalmente de feijão e milho.

Preocupado com a situação, o porta-voz das reuniões operativas, o vice-governador para o sector Político e Social, Guilherme Tuluca, disse ser preciso fazer um estudo mais profundo sobre o fenómeno, ouvindo mais as administrações municipais, uma vez que a estiagem está a ser muito severa e compromete a produção de milho e feijão, os principais produtos da dieta alimentar das populações locais. De qualquer modo, o vice-governador mostra-se esperançado

Nas culturas da batata-rena, milho, feijão e outros produtos, por haver estragos consideráveis provocados pela estiagem.

"Neste momento, todo o agricultor do Encunha e não só sente o peso da falta da chuva e temos encorajado os camponeses no sentido de criar alternativas para a prática da agricultura nas zonas junto dos rios e baixas, de forma a recuperar o que foi perdido com a falta de chuva."

Apelou igualmente às populações de forma a optar pelas culturas resistentes à seca como a batata-doce, mandioca e outros de forma a recuperar o tempo perdido.

Por faltar ainda dois meses de chuva para recuperar a época perdida neste espaço de tempo e garantir a compensação do que se perdeu no milho e feijão.

"Vamos trabalhar e cruzar as informações com as administrações municipais de forma que haja alguma orientação na solução das preocupações identificadas até ao momento, para garantir segurança alimentar às comunidades", aconselhou.

O administrador municipal do Ecunha, Emitério Tiago, mostrou-se preocupado com a fase que o seu município vive, manifestando que os camponeses estão penalizados. Emitério Tiago adiantou que o município tinha previsões de colher cerca de 52.000 toneladas de batata-rena, cultivada nos meses de

Dezembro e Janeiro, mas tudo mudou para o negativo por falta de chuva.

O responsável prometeu inverter quadro uma vez que o próximo ano agrícola vai ser preparado com antecedência, de forma que até aos meses de Julho e Agosto os camponeses tenham todo o material necessário para no início das chuvas as pessoas lançarem as sementes Mais cedo para que o ano agrícola de 2018 venha a ser muito melhor do que o presente.

### 10.9 Seca já afectou mais de 2.000 famílias camponesas

*Jornal Expansão*  
24 De Fevereiro de 2017

A província do Huambo está a viver um período de seca que só nas últimas semanas já afectou mais de 2.000 famílias camponesas, anunciaram as autoridades locais.

O assunto foi dado a conhecer pelo director provincial da Agricultura e Pescas no Huambo, Andrade Baú, numa reunião operativa do Governo provincial para análise dos principais problemas naquela região.

Andrade Baú referiu que a seca já se verifica há cerca de 45 dias e está a afectar as colheitas deste ano, sobretudo de milho e feijão, os principais produtos da dieta alimentar da população local.

No final do encontro, o vice-governador para o sector político e social, Guilherme Tuluca, porta-voz das reuniões operativas, apontou a necessidade de se realizarem estudos profundos sobre o fenómeno, ouvindo-se mais as administrações municipais, considerando a estiagem severa.

Segundo Guilherme Tuluca, faltam ainda dois meses de chuvas' havendo ainda esperança que se revertam os estragos causados pela estiagem até à data.

"Vamos trabalhar e cruzar as informações com as administrações municipais de forma que haja alguma orientação na solução das preocupações identificadas até ao momento, para garantir segurança alimentar às comunidades", disse o responsável, citado pelo Jornal de Angola.

No município de Ekunha, onde estava prevista a colheita de cerca de 52 mil toneladas de batata rena, registaram-se estragos consideráveis devido a estiagem igualmente às culturas de milho e feijão essencialmente, de acordo com o administrador municipal, Emitério Tiago.

O responsável acrescentou que têm orientado os camponeses a praticarem o cultivo junto de rios, além de optarem por culturas resistentes à seca como a batata-doce e mandioca.

Angola tem registado, sobretudo na região sul e leste, desde 2011, ciclos de seca, que têm vindo a agravar-se e a afectar a população e gado, designadamente nas províncias do Cunene, Huíla, Namibe, Benguela, Cuanza Sul e Cuando Cubango.

### 10.10 Seca no Huambo afecta mais de 2 mil famílias

*Jornal A República*  
24 De Fevereiro de 2017  
Texto: Por Agência Lusa.

A província Huambo está a viver um período de seca que só nas últimas semanas já afectou mais de 2.000 famílias camponesas, anunciaram hoje as autoridades locais.

O assunto foi dado a conhecer pelo director provincial da Agricultura e Pescas no Huambo, Andrade Baú, numa reunião operativa do governo provincial para análise dos principais problemas naquela região.

Andrade Baú referiu que a estiagem já se verifica há cerca de 45 dias e está a afectar as colheitas deste ano, sobretudo de milho e feijão, os principais produtos da dieta alimentar da população local.

No final do encontro, o vice-governador para o sector político e social, Guilherme Tuluca, porta-voz das reuniões operativas, apontou a necessidade de se realizarem estudos profundos sobre o fenómeno, ouvindo-se mais as administrações municipais, considerando a estiagem severa.

Segundo Guilherme Tuluca, faltam ainda dois meses de chuvas, havendo ainda esperança que se revertam os estragos causados pela estiagem até à data. "Vamos trabalhar e cruzar as informações com as administrações municipais de forma que haja alguma orientação na solução das preocupações identificadas até ao momento, para garantir segurança alimentar às comunidades": disse o responsável, citado hoje pelo Jornal de Angola.

No município de Ekunha, onde estava prevista a colheita de cerca de 52 mil toneladas de batata rena, registaram-se estragos consideráveis devido a estiagem igualmente às culturas de milho e feijão essencialmente, de acordo com o administrador municipal, Emitério Tiago.



Acrescentou que têm orientado os camponeses a praticarem o cultivo junto de rios, além de optarem por culturas resistentes à seca como a batata-doce e mandioca.

O país tem registado, sobretudo na região sul e leste, desde 2011, ciclos de seca, que têm vindo a agravar-se e a afectar a população e gado, designadamente nas províncias do Cunene, Huíla, Namibe, Benguela, Cuanza Sul e Cuando Cubango.

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO  
MINEIRA